

Luana Vilutis

Cultura e Juventude

A formação dos jovens nos Pontos de Cultura

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação (Cultura, Organização e Educação) no Curso de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Moacir Gadotti

**São Paulo
FE-USP
2009**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

37.047 Vilutis, Luana
W324a Cultura e juventude : a formação dos jovens nos pontos de cultura /
Luana Vilutis ; orientação Moacir Gadotti. São Paulo : s.n., 2009.
202p. il., grafs. tabs.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em
Educação. Área de Concentração : Cultura, Organização e
Educação) - - Faculdade de Educação da Universidade de São
Paulo.

1. Cultura – Educação. 2. Juventude – Educação. 3. Política
cultural. 4. Diversidade cultural. 5. Trabalho. I. Gadotti, Moacir, orient.

*Aos jovens homens e mulheres
trabalhadores da cultura
que acreditam nas artes de transformação*

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são diversos a todas e a todos que participaram dos traços desta pesquisa, incentivando e propondo desafios, me apoiando de diversas maneiras, com amizade, críticas, presença, perguntas e literatura.

Ao Professor Moacir Gadotti, agradeço a generosidade, a confiança, a competência e o carinho. Sou muito grata aos aprendizados compartilhados em nossa convivência e ao constante incentivo por *ser mais*.

À Marília Pontes Sposito, por ter me despertado o interesse e a curiosidade pelos estudos de juventude. Agradeço sua leitura cuidadosa do relatório de qualificação, sua seriedade e a oportunidade em integrar o Grupo de Estudos em Sociologia da Educação – Getese.

Ao Marcos Ferreira Santos, pela leitura atenta e crítica do relatório de qualificação que me instigou a superar limites desta pesquisa.

Aos colegas do Getese, pelas reflexões, leituras, apontamentos e ótimos momentos que estimularam inquietações e proporcionaram criações para este estudo. Agradeço ao grupo e a cada um e uma que o compõe.

Agradeço às amigas e aos amigos do Instituto Paulo Freire, em especial à equipe do projeto Cultura Viva: Roberta Scatolini, Janaina Abreu e Marcos Marinho, pela gestão compartilhada de sonhos e lutas.

À Salete Valesan Camba, pela competência e coerência; pela força guerreira que não perde o brilho; pela confiança e pelo carinho.

Ao Paulo Roberto Padilha, pelo incentivo e apoio para escrever este projeto, acompanhando sua prática e contribuindo para aprimorá-la.

Um agradecimento cheio de encanto para a minha fadinha Viviane Rosa Querubim, pelas orientações pacientes e pela serenidade constante.

Agradeço especialmente ao Huberlan Rodrigues, meu companheiro e amado, pela presença e participação permanentes nesta realização e em todos os nossos projetos, que enchem de sentido a minha vida.

À Renata Barreto Preturlan e Flávia Landgraf, pelas traduções, risadas e pela vitalidade que me contagiam.

Agradeço a meus pais, Isabel e Ramón, pelo incentivo desde sempre, por serem pessoas maravilhosas, críticas e criativas, que me ensinam e me divertem.

Agradeço à Lucila Maia, da Associação Constelação e à equipe do Instituto Pombas Urbanas, em especial ao Adriano Paez Mauriz e ao Marcelo Palmares, com grande admiração pelos sonhos realizados.

Aos jovens e às jovens que se dispuseram a compor comigo esta pesquisa, participando das entrevistas e compartilhando suas histórias, sentimentos, projetos e questionamentos, quero lhes deixar um agradecimento muito especial e dedicar este estudo.

“Olhe: o que deveria de haver, era de se reunirem os sábios, políticos, constituições gradas, fecharem o definitivo a noção – proclamar por uma vez, artes assembléias, que não tem diabo nenhum, não existe, não pode. Valor de lei! Só assim, davam tranqüillidade boa à gente. Por que o Governo não cuida?”

Guimarães Rosa

RESUMO

VILUTIS, Luana. *Cultura e juventude: a formação dos jovens nos Pontos de Cultura*. 2009. 202 p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Esta pesquisa tem como objetivo identificar a relação entre o acesso à cultura, o processo pedagógico de formação de jovens e sua inserção comunitária. Para tanto, baseamos este estudo na experiência de jovens que participaram da formação realizada em Pontos de Cultura, instituições contempladas no programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva e que implementaram a ação Agente Cultura Viva. Situamos esse programa na cena pública cultural brasileira do período de 2003 a 2008, marcada pelo debate sobre a formulação de políticas de valorização da diversidade de expressões culturais. Para fundamentar a análise desta pesquisa, partimos da compreensão de que a cidadania cultural e o direito à cultura são pressupostos da pluralidade da criação cultural. É nesse contexto de interculturalidade que os agentes mediadores de cultura assumem papel relevante para o desenvolvimento da ação cultural, pois são sujeitos que circulam por diferentes espaços, transitam em contextos variados e participam de iniciativas diversas. A prática educativa dos jovens estudados se constituiu em uma ação problematizadora e organizadora da experiência cultural que potencializa as escolhas dos jovens em termos de seu trabalho e da expressão de sua identidade. O trabalho de campo foi realizado nos anos de 2007 e 2008 e reuniu entrevistas com 17 jovens homens e mulheres que participaram da formação da ação Agente Cultura Viva em dois Pontos de Cultura da Zona Leste da cidade de São Paulo. É possível identificar recorrências nos relatos dos jovens entrevistados, que revelam o significado do processo de formação marcado pela experimentação de diversas linguagens estéticas, pela vivência intergeracional e pela convivência comunitária. Essas ações, por sua vez, estimularam a ampliação do espaço público de fruição cultural e a sociabilidade criadora, que impulsiona o trabalho coletivo e juvenil de criação. Do ponto de vista teórico, este estudo foi orientado pela categoria de ação cultural de Paulo Freire, em diálogo com as abordagens de Teixeira Coelho. O estudo do direito à cultura e da política cultural teve como subsídio a leitura de instrumentos legais, normas jurídicas e declarações internacionais sobre a temática. A análise das entrevistas, por sua vez, se apoiou na noção de mediadores desenvolvida por François Dubet para a compreensão do papel desenvolvido pelos jovens agentes culturais.

Palavras-chave: Cultura. Educação. Juventude. Ação Cultural. Trabalho. Ponto de Cultura.

ABSTRACT

VILUTIS, Luana. *Culture and youth: young people's formation at Culture Points*. 2009. 202 p. Thesis (Master). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

This research's objective is to identify the connection between the access to culture, the pedagogical process of young people's formation and their communitarian insertion. In order to do so, this study was based in the experience of young people who have participated in formations at Culture Points, institutions that were benefited by the *Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva* (National Culture, Education and Citizenship Program – Living Culture) and that implemented the *ação Agente Cultura Viva* (Living Culture Agent). This program is situated in the Brazilian culture public scene from 2003 to 2008, when there was strong debate on defining policies for promoting the diversity of cultural expressions. We base the analysis in this research in the understanding that cultural citizenship and the right to culture are prerequisites to the plurality of cultural creation. It is in this context of interculturality that the culture mediator agents take on relevant roles for the development of cultural action, since they are subjects that circulate through different spaces, transit through various contexts and participate on diverse initiatives. The educative practice of the young people studied consisted in a problematizing and organizing action of their cultural experience that fosters young people's choices regarding their work and expressing their identity. The field work was carried out in 2007 and 2008 and assembled interviews with 17 young men and women who participated in the formation of *ação Cultura Viva* in two Culture Points of the East Area of São Paulo. It is possible to identify recurrent themes in the young people's accounts that reveal the significance of experimenting different aesthetic languages, intergenerational living experiences and shared community life that influenced their formation process. These actions stimulated the widening of the public space for cultural enjoyment and creating sociability, that boosts the collective and youthful work of creating. From a theoretical point of view, this study was oriented by the Paulo Freire's category of cultural action dialoguing with Teixeira Coelho approaches. The study of the right to culture and of cultural policy was based on the reading legal instruments, norms and international declarations on the theme. The analysis of the interviews was founded on the notion of mediators developed by François Dubet for understanding the role young cultural agents played.

Keywords: Culture. Education. Youth. Cultural Action. Work. Culture Point.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Gráfico 1** – Percentual de municípios com política municipal de cultura, por ações implementadas nos últimos 24 meses – Brasil – 2006 . p. 44
- Gráfico 2** – Evolução do número de servidores do MinC p. 60
- Gráfico 3** – Execução orçamentária do MinC – em R\$ p. 62
- Gráfico 4** – Distribuição percentual da execução orçamentária do Programa Cultura Viva em relação ao orçamento do MinC p. 85
- Gráfico 5** – Tipo de intercâmbio proposto pelos projetos selecionados no Edital Bolsa de Intercâmbio Cultura Ponto-a-Ponto (em % e tipo de proposta) p. 106
- Gráfico 6** – Dificuldades enfrentadas pelos Pontos de Cultura com a ação Agente Cultura Viva (espontânea e múltipla, em %) p. 129
- Gráfico 7** – Trabalhos desenvolvidos pelos agentes cultura viva na comunidade (estimulada e múltipla, em %) p. 142
- Gráfico 8** – Produção dos agentes cultura viva (estimulada e múltipla, em %)p. 144
- Gráfico 9** – Perspectiva de continuidade do trabalho com os jovens após o término da ação (estimulada e múltipla, em %) p. 145
- Gráfico 10** – Distribuição de equipamentos culturais, por tipo, localidade e quantidade p. 150
- Gráfico 11** – Tipo de trabalho realizado pelos jovens entrevistados, em % p. 153
- Gráfico 12** – Participação dos jovens entrevistados no Ponto de Cultura antes da ação Agente Cultura Viva, em % p. 154
- Gráfico 13** – Principal motivação dos jovens entrevistados para participarem da ação Agente Cultura Viva, em % p. 155
- Gráfico 14** – Frequência dos jovens entrevistados nos Pontos de Cultura, em %.. p. 157

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** – Participação de jovens em atividades culturais p. 41
- Tabela 2** – Execução orçamentária de parte dos programas do MinC (em R\$ mil) .. p. 63
- Tabela 3** – População de 10 anos ou mais de idade, ocupada,
segundo os grupos de idade – 2004-2006 p. 71
- Tabela 4** – Editais de seleção para implementação descentralizada
de Pontos de Cultura em parceria com o Ministério da Cultura p. 112
- Tabela 5** – Jovens entrevistados, por Ponto de Cultura,
bairro e idade p. 151
- Tabela 6** – Escolaridade dos jovens entrevistados, segundo Ponto de Cultura
e nível de escolarização p. 152

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	
AÇÃO CULTURAL E JUVENTUDE	19
1.1 Cidadania cultural e direito à cultura	21
1.2 Ação cultural como trabalho de criação	25
1.3 Atividades culturais dos jovens	32
CAPÍTULO 2	
POLÍTICA CULTURAL	46
2.1 Direito à cultura no Brasil	48
2.2 Desafios da gestão cultural	58
2.3 Política cultural do Governo Lula	66
CAPÍTULO 3	
O PROGRAMA CULTURA VIVA	78
3.1 Histórico do programa Cultura Viva	79
3.2 Ações do Cultura Viva	86
3.3 Formas de acesso ao programa	94
CAPÍTULO 4	
A AÇÃO AGENTE CULTURA VIVA	119
4.1 Histórico da ação	120
4.2 A formação dos jovens	130
4.3 Avaliação da ação Agente Cultura Viva	138
CAPÍTULO 5	
OS PONTOS DE CULTURA COMO ESPAÇO DE EXPRESSÃO DO JOVEM ..	147
5.1 Perfil dos jovens entrevistados	149
5.2 Educação pela cultura	158
5.3 “Eu me sinto mais comunidade hoje”	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS	179

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	183
---	------------

APÊNDICES

A – Questionário para entrevista dos jovens nos Pontos de Cultura	194
B – Roteiro para entrevista dos jovens nos Pontos de Cultura	196

ANEXO

Questionário de avaliação da ação Agente Cultura Viva	198
---	-----

INTRODUÇÃO

A motivação desta pesquisa nasceu da identificação do conagraçamento entre cultura e educação em um conjunto de práticas sociais e culturais concretas, os Pontos de Cultura. O interesse em pesquisar espaços e práticas de ação cultural que proporcionem o acesso à cultura e a fruição cultural foi impulsionado pela observação do processo político-pedagógico de iniciativas socioeducativas realizadas pelos jovens nos Pontos de Cultura, que revelam, pela sua riqueza de elementos, a necessidade de conhecer mais profundamente a experiência de formação cultural dos jovens brasileiros.

Ao identificar o envolvimento dos jovens no trabalho de criação cultural e o papel de agentes articuladores nas comunidades de atuação dos Pontos de Cultura, foi possível focalizar a espinha dorsal que conectaria as outras dimensões da pesquisa.

Tendo como objetivo geral estudar o **caráter social e educativo** da formação cultural realizada com jovens nos Pontos de Cultura, este estudo partiu de duas perguntas centrais: em que medida o processo pedagógico de formação desenvolvido pelos Pontos de Cultura contribui para fomentar a cultura e irradiar a criação cultural? Como os jovens inseridos nas ações de formação dos Pontos de Cultura vivenciam e significam a experiência da ação cultural?

A reconstrução da dimensão cultural da organização social dos Pontos de Cultura é uma questão que permeia toda a investigação e está implícita quando nos referimos à formação cultural, à ampliação do acesso à cultura e à participação dos jovens na comunidade. Esse deslinde, porém, nos provoca várias questões para reflexão: de qual conceito de cultura estamos falando? Quais são os princípios e diretrizes a que nos referimos quando abordamos uma ação de política cultural? Qual o alcance, os limites e as possibilidades da formação cultural de jovens?

A escolha em trabalhar com a **criação cultural**, e não abordar especificamente a **produção cultural**, tem origem na intencionalidade desta pesquisa em focar as ações culturais voltadas à construção de novas expressividades. Por acreditar no potencial disruptivo e transformador da cultura, quisemos atentar à singularidade da ação cultural que fomenta o direito de participar

do processo de criação cultural e dos resultados de sua transformação. Embora a criação cultural possa ser considerada um ato que se enraíza e cria obras para manter sua duração; o que nos interessa aqui é sua essência coletiva, o contexto social de sua organização e as relações de sociabilidade estabelecidas em seu processo criativo.

Outro aspecto que reforça a escolha por abordar a criação cultural é a tendência hegemônica da indústria cultural em multiplicar os consumidores, massificar a produção e diminuir os criadores. Isso se relaciona com o reconhecimento das lutas pelo direito dos trabalhadores da cultura de serem criadores, de participarem da organização socioeconômica do seu trabalho, de tornarem públicas as suas criações e difundirem os seus valores.

O estudo relacionado à ação cultural também justifica a escolha, por sua vez, em desenvolver uma análise a respeito da cultura, ao invés de estudar o lazer ou o uso do tempo livre. A compreensão da cultura enquanto trabalho criador, como responsabilidade grupal, e cuja intencionalidade articula a fruição das expressões artísticas ao contexto social e político das manifestações culturais difere-se das atividades de lazer marcadas pela diversão, pela fruição do tempo livre, pelo caráter pessoal, mais liberatório de obrigações.

Reconhecemos a relevância do lazer, de suas práticas lúdicas, da dimensão que envolve comportamentos ativos e do seu papel na construção simbólica do imaginário; também valorizamos a conquista social que ele representa e sua participação na formulação de políticas culturais. A escolha de análise deste estudo, em momento algum, desconsidera a intrínseca relação entre essas diferentes esferas da cultura: o lazer, a criação cultural e a ação cultural, apenas representa um enfoque da abordagem.

Dessa forma, a pesquisa sobre a formação dos jovens nos Pontos de Cultura partiu da compreensão da cultura como trabalho de criação, para além da noção de produção voltada para o mercado, qualificando a discussão do tempo livre no sentido de atentar para a escolha livre do jovem em ocupar o seu tempo, criando alternativas à indústria do lazer e da cultura. O olhar para os novos aprendizados vivenciados pelos jovens no processo de definição de suas linguagens, na construção de um trabalho coletivo e criativo, de experimentação de suas escolhas éticas e estéticas, na manifestação da livre expressão e da inventividade foi o recorte que nos orientou.

Os Pontos de Cultura foram escolhidos como espaços socioculturais de vivência e criação desse tipo de experiência artística, cultural, pedagógica e política. O Ponto de Cultura também é considerado, neste estudo, como espaço de desenvolvimento das relações de sociabilidade entre os jovens, abrindo portas para a elaboração de projetos de vida, de escolha de suas linguagens artísticas, de interconexão com o meio social, de organização de seu presente e projeção de seu futuro.

Para muitos grupos e associações culturais que se tornaram Pontos de Cultura, essa foi a primeira vez que tiveram a oportunidade de acessar recursos públicos para desenvolver seus projetos, por meio do programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, da Secretaria de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura (SPPC/MinC). Esse aspecto também foi considerado ao elaborar o desenho desta pesquisa, por representar uma iniciativa inovadora, inserida no marco de uma política cultural que se propõe a reformular as relações do Estado com a sociedade e que, em razão disso, enfrenta dificuldades e entraves, além de apresentar desarticulações e, em alguns casos, inoperância.

Embora a pesquisa não tenha sido realizada no campo das políticas públicas, nem trate do processo de implementação desse programa, foi necessário estudar a sua concepção, o contexto de sua implantação e as diretrizes da política nacional de cultura em que está inserido.

No início dos anos 2000, foi impulsionado no contexto internacional o debate sobre a formulação de políticas públicas de cultura, de valorização da diversidade cultural. No Brasil, essa discussão é reforçada pela necessidade de ampliação do acesso à cultura, tendência que orienta a formulação de diretrizes da política cultural nacional do período de 2003 a 2008, compreendida neste estudo. Para fundamentar a análise desta pesquisa, partimos da compreensão de que a cidadania cultural e o direito à cultura são pressupostos que garantem a pluralidade da criação cultural.

A discussão do **direito à cultura**, considerando o direito de acesso, fruição e criação de bens culturais, também compõe o pano de fundo deste estudo. Para além da pesquisa de formas de acesso a equipamentos, bens, serviços ou programas culturais, esta investigação se propôs abordar o acesso de jovens aos meios para criação de seus próprios espaços e manifestações culturais. Os sentidos empreendidos nessas escolhas e o exercício do direito à participação na vida cultural da comunidade e no espaço do Ponto de Cultura por parte dos jovens

envolvidos nessa ação também integraram a análise. Reflexões sobre o direito à cultura estão presentes ao longo de toda a pesquisa e perpassam os capítulos sob diferentes ângulos.

Primeiramente, a pesquisa iniciou com um levantamento da literatura existente sobre os temas referentes às interfaces entre educação, cultura e trabalho. Esse levantamento bibliográfico teve como foco as categorias de ação cultural e juventude. As reflexões sobre o **campo teórico e conceitual** da pesquisa estão organizadas em três momentos do **primeiro capítulo** desta dissertação: inicialmente, são trabalhadas as concepções de cultura voltadas à cidadania cultural, ao direito à cultura e à compreensão da cultura como trabalho de criação. Em seguida, abordamos o conceito de ação cultural, destacando o processo de conscientização e mobilização social que impulsiona a criação de novas expressões artísticas e manifestações culturais. Esses referenciais nos permitem introduzir a perspectiva do agente cultural e seu papel de mediação, antes de abordar a singularidade da condição juvenil e as atividades culturais dos jovens, que constitui o terceiro momento da análise.

O desenvolvimento dessa reflexão foi construído a partir do cruzamento de alguns dados a respeito da distribuição de equipamentos culturais, do perfil da juventude brasileira e do perfil dos municípios brasileiros, que nos permitiram visualizar as condições de acesso à cultura, os interesses e as escolhas dos jovens no campo da cultura. Com esse quadro teórico e conceitual encerramos o primeiro capítulo.

Para nos aproximarmos do programa Cultura Viva, foi necessário realizar um levantamento e uma análise dos instrumentos normativos do Estado brasileiro e das diretrizes políticas do Governo Lula no campo da cultura, abrangendo o período de 2003 a 2008. O **segundo capítulo**, portanto, reúne esse estudo que trata inicialmente de uma contextualização do debate internacional sobre a diversidade cultural e, em seguida, discorre sobre os desafios da gestão cultural para institucionalização de uma **política cultural integradora** de três dimensões da cultura: a dimensão simbólica, a cultura como direito básico de cidadania e a economia da cultura.

Ainda no segundo capítulo, descrevemos as diretrizes orientadoras da política cultural desse período, com foco na participação da sociedade civil na formulação e gestão da política cultural e na concepção de juventude que orienta a proposição de

ações públicas de cultura para os jovens. A iniciativa de reformulação do Estado, na perspectiva da democratização cultural proposta pelo Ministério da Cultura nesta gestão, é, então, descrita a partir de seus instrumentais legais, dos mecanismos existentes de financiamento à cultura, das ações de fortalecimento institucional propostas e de suas diretrizes políticas, onde inserimos a leitura crítica a respeito do discurso e da concepção de juventude.

Após essa introdução a respeito do contexto político em que está inserido o **programa Cultura Viva**, foi possível focar-se na experiência dessa ação cultural e descrever seu histórico, os princípios que o orientam e as suas ações, o que compõe o conteúdo do **terceiro capítulo**. Com a preocupação em situar esse programa nacional de cultura no processo de democratização cultural e dialogar com o direito à cultura, foram descritas as formas de acesso ao programa, que nos oferecem elementos para identificarmos a sua intencionalidade política, o alcance de suas ações e da transversalidade política prevista em sua concepção. A descentralização da gestão do Cultura Viva e a articulação dos Pontos de Cultura são trabalhados em diálogo com a perspectiva de gestão compartilhada proposta por essa ação pública e com o exercício do direito à participação.

Embora o estudo contemple o conjunto das ações que estruturam o programa Cultura Viva, a ação Agente Cultura Viva, por sua vez, ganhou maior centralidade na pesquisa por ser a ação que propôs ao Ponto de Cultura o desenvolvimento de uma iniciativa focada nos jovens, reunindo cultura, educação e perspectivas de trabalho. Uma análise mais aprofundada dessa ação se encontra no **quarto capítulo** desta dissertação, em que é possível realizar uma discussão da implementação da ação Agente Cultura Viva, recuperando o seu histórico e as diretrizes políticas que o constituíram enquanto uma ação articulada entre o Ministério da Cultura e o Ministério do Trabalho e Emprego.

Além de um estudo do processo gerencial da ação, foi possível realizar uma análise de sua proposta pedagógica e das condições oferecidas para sua execução pelos Pontos de Cultura, quando as conexões existentes entre os aspectos pedagógico e administrativo ficam mais evidentes. Também foi utilizada na reflexão desse capítulo uma leitura sobre o alcance das iniciativas mobilizadas por meio dessa ação no que diz respeito à ampliação do acesso à cultura por parte dos jovens e da comunidade envolvida.

Além da pesquisa bibliográfica, análise documental e abordagem conceitual, o

estudo contou também com a leitura dos projetos político-pedagógicos dos Pontos de Cultura propostos para a formação dos jovens agentes. Foi subsídio para o desenvolvimento desta parte da pesquisa a análise dos dados da avaliação da ação Agente Cultura Viva implementada por meio de questionários quantitativos e qualitativos, envolvendo 130 Pontos de Cultura, realizada entre agosto e outubro de 2006 pelo Ministério da Cultura, em parceria com o Instituto Paulo Freire.

Ao acompanhar o desenvolvimento dessa avaliação, por integrar a equipe do Instituto Paulo Freire no projeto de assessoria pedagógica à Secretaria de Programas e Projetos Culturais do MinC (SPPC/MinC), tive a possibilidade de visualizar de forma mais abrangente as questões ali colocadas, e saltaram-me as perguntas que orientaram a presente investigação. Naquela ocasião, participei da elaboração do **questionário de avaliação** da ação Agente Cultura Viva (ANEXO), bem como ficou sob minha responsabilidade a leitura, análise e tabulação dos dados. O resultado dessa avaliação foi divulgado para todos os Pontos de Cultura envolvidos na ação Agente Cultura Viva e demais interessados; a tabulação se encontra disponível na Internet e seu resultado foi divulgado no seminário de avaliação da ação Agente Cultura Viva promovido pelo MinC em setembro de 2006.

A pesquisa que integra esta dissertação parte de outro objetivo e tem uma finalidade distinta dessa avaliação institucional realizada em 2006, embora utilize o material coletado na avaliação como subsídio de análise e ponto de partida para a reflexão. O foco da avaliação realizada anteriormente voltava-se ao processo de implementação da ação como política pública de juventude e tinha como proposta realizar uma avaliação dos êxitos e dificuldades dessa ação para projeção de possíveis reparações e reformulações da iniciativa governamental.

O problema desta pesquisa de mestrado, por sua vez, tem como questão principal a análise do **envolvimento do jovem** junto ao Ponto de Cultura, o processo de formação cultural e de socialização. Os objetivos e as práticas sociais dessa formação, bem como o sentido dessa experiência para os jovens agentes cultura viva também constituem parte deste estudo e estão reunidos no **último capítulo**.

Nesse momento da pesquisa foi realizada a aproximação qualitativa com a experiência de dois Pontos de Cultura da Zona Leste da cidade de São Paulo, quando fizemos **entrevistas abertas** com grupos de jovens. O foco das entrevistas era reunir elementos concretos da experiência dos jovens sobre o sentido, a

motivação e o significado da ação educativa desenvolvida no Ponto de Cultura, e sua relação com a criação cultural. O trabalho de campo realizado aqui teve como objetivo aprofundar o estudo sobre o vínculo entre cultura e educação no universo dos Pontos de Cultura, sob o olhar e a vivência dos jovens.

Foi possível reunir 17 jovens homens e mulheres que participaram da formação da ação Agente Cultura Viva junto aos Pontos de Cultura para dialogar sobre a sua experiência em relação à ação cultural desenvolvida por eles, sua conexão com o processo pedagógico de formação e a sua atuação no momento posterior ao encerramento da formação dos agentes. Essas entrevistas foram realizadas por meio de um roteiro de perguntas abertas, estruturado em três partes: a primeira parte está voltada ao perfil e trajetória do jovem; a segunda trata da relação do jovem com o Ponto de Cultura e da sua atuação nesse espaço; a terceira parte do roteiro busca conhecer a relação entre cultura, educação e trabalho, a partir da visão e vivência do jovem. Os principais conteúdos dessa entrevista estão reunidos no quinto capítulo, e o **questionário e roteiro de entrevista** se encontram nos Apêndices A e B, respectivamente.

Este processo de pesquisa se alimentou da expectativa de poder reunir algumas recorrências e singularidades expressivas da elaboração das experiências de socialização dos jovens nos Pontos de Cultura e isso pode ser visitado neste último capítulo. Apesar da amostra de jovens entrevistados não ser tão vasta, há recorrências que contribuem para a formulação de leituras e interpretações comuns a respeito da experiência de formação dos jovens. Não temos aqui a pretensão de generalizar as informações reunidas nesta pesquisa, apenas a intenção de realizar um estudo qualitativo que apresente singularidades e ofereça subsídios para posteriores leituras, análises e aprofundamentos.

Tendo em vista a totalidade desta pesquisa, a última parte deste trabalho é um convite para a continuidade da reflexão sobre a pluralidade do campo da ação cultural e das formas possíveis de conceber o diálogo intercultural como processo político-pedagógico que contribua, por sua vez, com a afirmação dos jovens como sujeito de direitos.

CAPÍTULO 1

AÇÃO CULTURAL E JUVENTUDE

Neste capítulo faremos uma introdução à temática da pesquisa, abordando os conceitos de cultura e ação cultural para, em seguida, discorrer sobre a relação desses marcos com a realidade dos jovens, numa perspectiva política de afirmação do direito à cultura. Ao trabalhar com a condição juvenil, nos debruçamos sobre os dados das pesquisas *Perfil da juventude brasileira* e *Pesquisa de informações básicas municipais/Perfil dos municípios brasileiros* para mostrar rapidamente alguns cruzamentos entre as atividades culturais dos jovens e sua relação com as políticas culturais dos municípios.

A concepção de cultura foi trabalhada por diversos pensadores, das mais variadas áreas do conhecimento. Não pretendemos esgotar aqui a extensão ou o alcance desse conceito. Não buscamos, por isso, abarcar todas as dimensões de sua compreensão, mas expor alguns referenciais que orientaram a realização desta pesquisa.

Os conceitos de cultura e ação cultural orientaram a leitura e consequente interpretação das declarações universais na área cultural, da Constituição Federal e dos programas e projetos de políticas culturais. Nesta parte, fazemos uma introdução a respeito do conceito de **cultura no sentido antropológico**, abrangendo sua dimensão social e política, quando acentuamos sua relação com a constituição da cidadania e com o aprofundamento da democracia.

Partimos da definição de cultura elaborada pelo antropólogo Clifford Geertz, para quem a cultura compõe um sistema entrelaçado de símbolos compartilhados pelos atores sociais, por meio dos quais eles se comunicam, desenvolvem seu conhecimento e encontram sentido nos acontecimentos e nas atividades em relação à vida. Seguindo a sua interpretação, a cultura compõe a dinâmica entre o *ethos* de um povo e sua visão de mundo, representando uma relação circular entre os elementos valorativos de uma cultura – como seus aspectos morais e estéticos – e os aspectos cognitivos e existenciais¹.

¹ Segundo a definição trabalhada por Geertz, o *ethos* de um povo é compreendido como sendo “[...] o tom, o caráter e a qualidade da sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição, é atitude

A cultura é, portanto, o contexto no qual ocorrem os acontecimentos sociais, transmite-se comportamentos, constroem-se conhecimentos e se configuram instituições. É dentro desse contexto que as pessoas interagem, convivem e **compartilham significados**. Os significados são, portanto, públicos, assim como a cultura, dentro da qual os acontecimentos podem ser descritos de forma inteligível.

Quando nos referimos ao sentido antropológico de cultura, temos consciência de que na antropologia não há apenas um conceito de cultura e tampouco uma abordagem única ou exata que o fundamenta; por isso, optamos por situar a concepção em que nos baseamos para iniciar a reflexão. Na primeira metade do século XX, a antropologia ampliou a compreensão do conceito de cultura para além das belas-artes, incluindo o conjunto das realizações humanas (costumes, leis, crenças, comportamentos, arte, modos de vida, modos de fazer, valores, idéias, entre outras).

A relação entre **a cultura e a educação** sempre esteve presente no processo de elaboração do conceito de cultura, seja no sentido de acumulação e transmissão de conhecimentos, seja no desenvolvimento de linguagens e das formas de comunicação. O que motiva essa conexão nesta pesquisa é o caráter de aprendizado da cultura, o processo de socialização e significação, por meio do qual o homem elabora seu comportamento, exercita a criatividade e desenvolve sua capacidade artística e profissional.

O processo de significação do conceito de cultura foi seguido de diversos estudos que aproximaram e afastaram a natureza da cultura e despertaram para questões relativas à diversidade cultural da natureza humana. Se, por um lado, as atitudes do homem passaram a ser vistas em estreita relação com o aprendizado e não mais como aquisições inatas, como atitudes geneticamente determinadas; por outro lado, o desenvolvimento da cultura ocorreu em estreita relação com o desenvolvimento orgânico e dependeu tanto de avanços biológicos do cérebro humano quanto de criações culturais e de símbolos.

A cultura, compreendida em seu sentido ampliado, extrapola o universo artístico e reúne a construção coletiva de práticas, comportamentos, ações e instituições que fundam a organização social. Mesmo quando nos referimos às

subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete [...]. [Por visão de mundo, concebe] o quadro que [o povo] elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito de natureza, de si mesmo, da sociedade. Esse quadro contém suas idéias mais abrangentes sobre a ordem." (1989, p. 143-144).

formas simbólicas características da cultura, não desconsideramos que estas são produzidas em condições históricas determinadas e, por se configurarem também como **práticas sociais**, criam campos culturais diferenciados dentro da sociedade. Devido a esse caráter, a cultura joga papel-chave na transformação social e política, assim como na transmissão de valores, saberes e práticas de uma geração para outra.

Neste estudo, optamos por realizar uma análise da cultura em três dimensões que se interconectam e complementam: o direito à cultura e sua conexão com os direitos humanos, a cidadania cultural e a ação cultural.

1.1 Cidadania cultural e direito à cultura

A dimensão cultural organiza as relações humanas e, numa perspectiva democrática, ela é um direito acessível a todos, direito de todos os cidadãos, sem exclusões ou privilégios. É nessa relação dialética entre os mesmos (iguais) e o diferente (diverso) que se cria o campo da formação para a vida pública e o local onde se constroem as relações identitárias, de pertencimento e de conscientização.

Para Hannah Arendt (2005b), o elemento comum que liga **a arte e a política** é serem, ambos, fenômenos do mundo público. O mundo público, compreendido enquanto mundo comum, de iguais, onde se compartilham experiências e significações, lugar em que se preserva a tradição e a novidade, onde se vivenciam os princípios e fundamentos universais. A política, enquanto condição de dignidade, exige a pluralidade humana e esta, por sua vez, tem o duplo aspecto de igualdade e diferença.

Embora Hannah Arendt estivesse analisando o homem moderno, sua reflexão nos oferece muitos elementos para ler o mundo contemporâneo. Em *A condição humana*, Arendt (2005a) afirma que os homens são iguais para compreenderem-se e diferentes para entenderem-se. O entendimento dos diferentes e diversos se dá por meio do diálogo, mas a compreensão mútua entre os homens ocorre pelo fato do homem ter na igualdade em dignidade o fundamento que o enraíza enquanto ser humano.

Mesmo que culturas possuam concepções diferentes de dignidade e nem

todas a concebam em termos de direitos humanos, é importante encontrar preocupações convergentes entre as diferentes culturas, e é por meio do **diálogo intercultural** sobre dignidade humana que podemos, segundo Boaventura de Souza Santos (2003), construir uma concepção mestiça de direitos humanos, uma concepção híbrida que se organiza como uma constelação de sentidos. Seguindo esse raciocínio, o que nos oferece elementos para compreender o fundamento da igualdade em dignidade do homem é o diálogo intercultural e a consciência da incompletude cultural, proveniente da pluralidade e diversidade culturais.

Quando discorre sobre o direito à literatura e sua relação com os **direitos humanos**, Antonio Candido Mello e Souza verifica que

[...] a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade. Em segundo lugar, a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição de direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual. Tanto num nível quanto no outro ela tem muito que ver com a luta pelos direitos humanos. (2004, p. 151-152).

A visão da literatura, neste caso, pode ser expandida para as ações culturais e objetos artísticos como um todo, por constituírem formas de manifestação da visão de mundo de sujeitos e grupos, por expressarem formas de conhecimento e reflexão, além de despertarem os homens para as emoções, o inconsciente e o senso estético, componentes essenciais da identificação dos seres humanos. Partindo da compreensão de direitos humanos como os direitos que são indispensáveis para a vida humana com dignidade, a literatura e a arte, na leitura de Antonio Candido, são consideradas bens irremediáveis que não podem ser reduzidos, modificados e muito menos negados a ninguém, ampliando a interpretação da cultura como direito humano.

Ao analisar a cidadania cultural e o direito à cultura, Marilena Chaui (2006) concebe a cultura como **trabalho da criação**, da reflexão e da memória que ultrapassa e modifica o existente. A percepção da cultura enquanto trabalho envolve a sensibilidade e a crítica num processo criativo e dialético. Este processo ampara-se em leis que negam as condições e os significados imediatos da experiência, por meio de práticas e descobertas de novas significações e da abertura do tempo para

o novo. O trabalho de criação cultural se opõe à visão linear da história e da memória, permitindo a afirmação das contradições, dos conflitos e lutas, bem como da criação de novos direitos, caracterizando o campo democrático da cultura.

A cultura oferece elementos para os sujeitos se apropriarem de sua história, terem consciência de seu passado e poderem projetar o futuro. Dessa forma, a cultura reúne os fundamentos para os cidadãos reivindicarem novos e outros direitos, para abrirem **espaços de participação** e exercerem sua cidadania ativa.

A partir disso, podemos traçar alguns paralelos entre cultura, democracia e cidadania. É possível identificar uma relação comum entre elas, uma vez que são consideradas como processos dinâmicos que exigem instituições, comportamentos e constituem espaços sociais de luta. O princípio democrático da cidadania ativa ocorre por meio da participação popular vivenciada enquanto possibilidade de criação, transformação e controle social sobre os poderes (BENEVIDES, 1991). A consolidação de canais de participação e a ampliação do espaço público devem considerar a cultura política de um povo, respeitando o pluralismo, o exercício da liberdade, o acesso à informação e os mecanismos de produção e ação cultural.

A perspectiva de cidadania cultural desenvolvida por Marilena Chaui concebe a cultura como direito dos cidadãos,

[...] direito a partir do qual a divisão social das classes ou a luta de classes possa manifestar-se e ser trabalhada porque, no exercício do direito à cultura, os cidadãos, como sujeitos sociais e políticos, se diferenciam, entram em conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural. (CHAUÍ, 2006, p. 138).

Tanto a produção de obras culturais quanto o órgão público na gestão da cultura precisam garantir sua independência e preservar a autonomia cultural em face das exigências do mercado e da privatização do que é público. Esse exercício da cultura democrática, experimentado pela prática social da cidadania cultural, aponta para uma democracia cultural e se opõe à mercantilização da cultura.

Compreendida como prática social e simbólica do processo de criação cultural, a cultura também contempla a divisão de classes sociais, de identidades étnicas, de especificidades históricas e geográficas, o que reforça a necessidade de respeitar a diversidade dos sujeitos envolvidos na prática cultural e suas diferenças.

Essa **pluralidade do campo da criação cultural** traz à tona a importância e o papel do sujeito, agente, produtor, criador de cultura como sujeito de sua própria prática, autor de sua própria narrativa, criador de sua memória e expressão de sua identidade.

Ainda dentro da dimensão simbólica da cultura, cabe destacar a importância dos processos pelos quais as culturas são produzidas, considerando os diferentes elementos que compõem suas lutas políticas e as raízes de suas criações culturais. Nesse aspecto, os bens simbólicos ocupam espaço significativo na disputa de hegemonia e na construção de um poder contra-hegemônico, alternativo à produção cultural de massa.

A cultura, compreendida como direito de cidadania, situa os sujeitos culturais para além de sua condição de consumidores, espectadores ou contribuintes, mas os considera sujeitos políticos, trabalhadores da cultura, cidadãos responsáveis pelo trabalho de criação cultural. É preciso situar nesse campo a luta pela **democratização do acesso** aos bens, serviços e equipamentos culturais; mas, fundamentalmente, também reforçar o direito à fruição cultural e a expansão dos meios de difusão cultural, no sentido de garantir a liberdade de apropriação e criação de novos espaços de expressão artística e trocas culturais.

A cidadania cultural e o direito à cultura implicam no desenvolvimento das condições de produção cultural, também como possibilidade de exercer a criação cultural. Oportunizar a liberdade de escolhas também é aspecto da cidadania cultural que deve ser valorizado no processo de democratização cultural.

A cidadania cultural, como trabalho de criação dos sujeitos culturais, segundo Marilena Chauí, reforça a necessidade de desenvolver uma concepção democrática do trabalho e da vida culturais:

[...] podemos dizer que a democracia propicia uma cultura da cidadania. É nesse contexto de luta e ampliação da cidadania que podemos introduzir a idéia de cidadania cultural, ou seja, a cultura democrática abre-se para uma democracia cultural. (CHAUI, 2006, p. 140).

Neste estudo, consideramos as quatro dimensões do direito à cultura, contempladas pela cidadania cultural (CHAUI, 2006), conforme foi desenvolvido na gestão pública de cultura em São Paulo/SP, durante os anos de 1989 a 1992:

1. *Direito à fruição cultural*: abarca o acesso aos bens culturais, a apropriação

dos equipamentos públicos de cultura, a criação de novos espaços públicos de expressão cultural, a liberdade de expressão cultural e o estímulo à circulação e difusão da cultura, de suas obras e significados.

2. *Direito à produção cultural*: contempla o acesso aos meios de produção cultural e o direito à experimentação e à invenção do novo. Neste trabalho, compreendemos a produção cultural em seu sentido amplo, individual e coletivo, com diversas escalas, públicos diferentes, recursos e linguagens variadas.
3. *Direito à participação*: reúne a participação na vida cultural da comunidade, nas decisões em relação à ação cultural, na gestão pública da cultura e na definição de políticas culturais. A participação dos sujeitos nos benefícios do desenvolvimento também é contemplada.
4. *Direito à informação*: aborda o direito à comunicação e à informação sobre os serviços culturais e sobre a possibilidade de deles participar ou usufruir; o direito aos espaços para reflexão, debate e crítica. Tem relação com o direito à formação cultural, artística e política, além de atuar no processo de transmissão da cultura.

O direito à criação cultural perpassa as quatro dimensões e tem relevância significativa por abarcar o **sentido da totalidade** da cultura. A criação cultural é considerada como trabalho e é o que proporciona a possibilidade de mudança, de inovação e transformação.

1.2 Ação cultural como trabalho de criação

A expressão “ação cultural” muitas vezes é compreendida como uma intervenção que articula a educação ao universo artístico e é baseada em conteúdos programáticos e objetivos de determinadas políticas culturais. Sob essa perspectiva, a ação cultural se restringe às iniciativas que conectam agentes a objetivos específicos, constituindo um processo de condução da ação para um fim estabelecido. Seu caráter operacional nos permite traçar um paralelo entre a ação cultural e a ação sindical, cujos meios de realização se definem a partir dos objetivos a serem alcançados, estipulando os procedimentos e conduzindo a prática para

determinados fins. De acordo com essa compreensão, a ação cultural é utilizada para conceituar programas de departamentos, secretarias ou coordenadorias de cultura vinculadas ao poder público ou iniciativas de centros culturais, como museus, bibliotecas, teatros, entre outros.

Segundo Teixeira Coelho (1989), essa concepção refere-se à fabricação cultural e não à ação cultural. Fabricação cultural baseada na ideologia do liberalismo que se concretiza na prática do dirigismo, na condução de uma ação para um certo fim previsto. A fabricação cultural e a animação cultural constituem processos muito semelhantes, em que o sujeito produz o objeto e conduz os meios para a materialização de objetivos estabelecidos previamente. Esse processo estimula o consumo da cultura, a reverência da arte e não cria as condições para que os sujeitos entrem em familiaridade com a cultura e estabeleçam uma relação de intimidade com a arte que favoreça as condições para a própria criação artística. Tanto na fabricação cultural quanto na animação cultural, a transformação da cultura e da arte em objetos de interpretação e divulgação manipuláveis faz com que as atividades artísticas e seus animadores culturais se tornem mais importantes do que a própria criação e seus agentes.

O conceito de ação cultural com o qual trabalhamos neste estudo se baseia nas concepções desenvolvidas por Teixeira Coelho e Paulo Freire, conscientes de que, mesmo não sendo coincidentes, é possível estabelecer um diálogo entre elas. A ação cultural é concebida como um processo que, embora tenha um início claro, específico e contextualizado, não possui um fim estabelecido, nem etapas a serem cumpridas. Segundo essa compreensão, o agente cultural gera um processo e não um objeto; ele estimula um processo cujo fim ele não controla e nem pode prever, mas tem **liberdade de inventar**. Na conceituação de Teixeira Coelho (1989), a ação cultural deve apostar e investir nas condições necessárias para que as pessoas inventem seus próprios fins e se tornem, assim, sujeitos da cultura. É por isso que a ação cultural atua na interconexão entre cultura, política e organização social.

O que permite e proporciona à ação cultural se constituir enquanto processo criativo é o fato de que seus instrumentos fazem parte da produção simbólica de um grupo e o seu campo de expansão se constitui no imaginário, na sua expressão artística.

Teixeira Coelho (1989) identifica e diferencia duas tendências de ação cultural. A primeira se assenta na valorização da obra de arte em si, focada

nos produtos culturais e voltada para o produtor cultural e seu possuidor. A segunda tendência

[...] tratou de valorizar a pedagogia de transformação de indivíduos isolados em grupos estruturados cujos membros compartilhassem um mesmo conjunto de valores, capazes por isso de reforçar os laços comunitários através da desalienação dos contatos humanos e, como consequência, levando-os a criar e desenvolver novos projetos sociais. (COELHO, 1989, p. 39-40).

Esta segunda tendência da ação cultural introduziu a preocupação com o público e com a fruição cultural que orienta nossa análise. A ação cultural volta-se aos grupos, às pessoas e às comunidades com foco no acesso às obras e serviços culturais; não apenas no sentido de ampliação desse acesso, como também no desenvolvimento de metodologias de formação para garantir a apreensão do sentido dessas obras em sua natureza mais específica e as possibilidades de experimentação, criação e expressão cultural.

Ao abordar a relação da cultura com a desalienação, nos aproximamos da concepção de ação cultural para a libertação, desenvolvida por Paulo Freire. Segundo Freire, a ação cultural para a libertação é um ato de conhecimento, de desenvolvimento da **consciência crítica** dos sujeitos, a partir do desvelamento da realidade e de suas contradições. Ela se caracteriza pelo diálogo que engaja ativamente os sujeitos envolvidos no ato de conhecer e constitui o processo pelo qual o sujeito se torna capaz de perceber, em termos críticos, a unidade dialética entre ele e o objeto, rompendo e recriando a relação sujeito-objeto (FREIRE, 2007).

Paulo Freire concebe duas formas antagônicas de ação cultural: a ação cultural para a libertação, que satisfaz aos interesses das classes dominadas, voltada à transformação da estrutura social de opressão e à superação da cultura alienante e alienadora; e a ação cultural para a dominação, que está a serviço da conservação do poder das classes dominantes. Enquanto a primeira tem como base a problematização e o diálogo, a segunda mitifica a realidade e é antidialógica. A ação cultural para a libertação enfatiza a visão de totalidade, compreendida como processo totalizante e totalizador; a ação cultural para a dominação tem ênfase na visão focalista e na pulverização para a alienação e dominação, o que dificulta a percepção crítica da realidade e favorece a domesticação.

A conscientização, como parte integrante da ação cultural para a libertação, é compreendida como processo de reflexão crítica e percepção dos condicionamentos a que estamos submetidos; ela ocorre na práxis, na unidade dialética entre teoria-prática, ação-reflexão e subjetividade-objetividade. A ação cultural, portanto, requer um trabalho de problematização e teorização da prática social. Esse processo provoca um adentramento do sujeito no contexto social, uma superação da visão focalista da realidade e a assunção crítica de sua presença no mundo, de sua atuação com o mundo e em relação com os outros (FREIRE, 2007).

É importante destacar que, na ação cultural para a libertação, a consciência emerge como intencionalidade, não enquanto transferência de conhecimento, mitificação ou preenchimento de informações, como ocorre na ação cultural para a dominação. Na ação cultural para a libertação, os sujeitos assumem papel de criadores, pois o processo de conscientização e desmitificação da realidade mobiliza a criação de **novas expressões de mundo** e a produção de sentido dessa realidade desmitificada, provocando assim o desenvolvimento da linguagem e a ampliação da capacidade criadora dos sujeitos. A conscientização é, portanto, um meio para a criação e transformação, expandindo a relação entre ação cultural e renovação cultural.

Ao assumir a transformação como tarefa permanente e prioritária, a ação cultural se constitui na dialeticidade de permanência e mudança. Ação cultural dialógica tem como objetivo a libertação dos homens e das mulheres pela superação das contradições antagônicas da realidade em que estão inseridos. A ação cultural antidialógica é essencialmente uma ação de caráter indutivo e pretende mitificar o mundo destas contradições para evitar ou dificultar a radical transformação da sociedade (FREIRE, 2005).

Os limites da ação cultural para a libertação se encontram na realidade opressora, no silêncio e invisibilização impostos às classes dominadas pelas classes dominantes; muitas vezes essa cultura de dominação está introjetada nos sujeitos oprimidos e sua transformação requer um longo trabalho de conscientização e transformação das bases da sociedade.

Paulo Freire vincula diretamente a ação cultural de caráter libertador ao processo educativo, à educação libertadora. O caráter utópico da ação cultural para a libertação compõe a pedagogia da utopia proposta por Freire. A utopia, neste caso,

é compreendida como a unidade dialética entre a denúncia e o anúncio: “Denúncia de uma realidade desumanizante e anúncio de uma realidade em que os homens possam ser mais. Denúncia e anúncio não são, porém, palavras vazias, mas compromisso histórico.” (FREIRE, 2005, p. 42).

O papel do educador no processo da ação cultural é de problematizar a realidade com os educandos por meio do diálogo; informar e sistematizar conhecimentos e contribuir para o desenvolvimento das relações de solidariedade e confiança entre os mesmos. Na ação cultural, a educação fortalece a capacidade criadora dos sujeitos envolvidos, construindo novos símbolos e expressividades, além de desenvolver sua organização social e a práxis.

Na formulação de Teixeira Coelho, o papel do agente cultural no desenvolvimento da ação cultural é muito presente e nos oferece elementos para pensar sua singularidade, sendo possível também estabelecer conexões com o papel do educador na ação cultural. Para Coelho, o agente cultural realiza a conexão entre um público determinado e uma obra de cultura ou arte. A intencionalidade da ação cultural, ao conectar as pessoas à obra de cultura ou de arte, se assenta na perspectiva de que, a partir desse contato, as pessoas possam participar do universo cultural, compreender os procedimentos da expressão cultural, compartilhar objetivos comuns e se expressar de forma autônoma. O agente cultural participa desse processo e o integra, sendo parte integrante da ação cultural.

Tanto Teixeira Coelho quanto Paulo Freire afirmam que a ação cultural é uma ação social; ela é gerada na sociedade e deve ser compreendida em relação a outros aspectos da realidade sociocultural, como a dimensão política e econômica.

A ação sociocultural propõe às pessoas, considerando seu momento e seu espaço próprios, bem como os meios à sua disposição, uma reflexão crítica sobre a obra cultural, sobre si mesmas e sobre a sociedade. (COELHO, 1997, p. 34).

Teixeira Coelho afirma que

O objetivo da ação cultural não é construir um tipo determinado de sociedade, mas provocar as consciências para que se apossam de si mesmas e criem as condições para a totalização, no sentido dialético do termo, de um novo tipo de vida derivado do enfrentamento aberto das tensões e conflitos surgidos na prática social concreta.

(COELHO, 1989, p. 42)

Essa visão reforça a compreensão de que não é objetivo da ação cultural atuar no sentido da recuperação social, do desenvolvimento de determinadas atividades para ocupação do tempo livre, da preparação profissional, da redução da violência, entre outras possibilidades, pois esses são mecanismos de controle com vistas à instrumentalização da cultura.

Segundo Freire, a teoria dialógica da ação cultural prevê que os sujeitos transformem o mundo em colaboração e tenham compreensão de que a transformação de uma realidade social ou o desenvolvimento de uma comunidade local só pode ocorrer dentro do contexto total de que faz parte, em interação com outras parcialidades, o que implica na consciência da **unidade na diversidade** (FREIRE, 2005). Podemos destacar, então, alguns valores e princípios da ação cultural, como a confiança, a comunicação, o associativismo, a integração entre o universo cognoscitivo e o afetivo, a adesão, a comunhão e a intimidade.

A ação cultural atua em espaços de conflito e luta política e contribui para a reflexão crítica e construção de formas de expressão que visem à superação das condições de opressão. Assim como o trabalho pedagógico, a ação cultural não se situa num campo neutro; ambos compõem um processo de assunção de uma postura política.

Para aprofundarmos nossa compreensão do conceito de ação cultural desenvolvido por Paulo Freire e utilizado neste estudo, é preciso abordar a idéia de cultura e trabalho que ele concebe:

Cultura é todo o resultado da atividade humana, do esforço criador e recriador do homem, de seu trabalho por transformar e estabelecer relações de diálogo com outros homens. / A cultura é também aquisição sistemática da experiência humana, mas uma aquisição crítica e criadora, e não uma justaposição de informações armazenadas na inteligência ou na memória e não “incorporadas” no ser total e na vida plena do homem. / Neste sentido, é lícito dizer que o homem se cultiva e cria a cultura no ato de estabelecer relações, no ato de responder aos desafios que lhe apresenta a natureza, como também, ao mesmo tempo, de criticar, de incorporar a seu próprio ser e de traduzir por uma ação criadora a aquisição da experiência humana feita pelos homens que o rodeiam ou que o precederam. (FREIRE, 1979, p. 21).

Freire situa o conceito de cultura no campo de luta pelo significado e de **criação**

de linguagem. A cultura não é neutra e os diversos valores que a compõem revelam contradições sociais que precisam ser desveladas. O processo de conscientização dos sujeitos implica na apreensão do caráter dinâmico da cultura, de sua possibilidade de transformação; a apreensão da realidade como algo dado, inevitável e natural deve ser superada pelo exercício do direito de participar da sua transformação.

O trabalho humano de transformação permanente da realidade social para a libertação é ação cultural, trabalho criador de cultura. O trabalho cultural de transformação implica em mudanças de percepção e em criação de novas formas de linguagem e de pensamento. A educação, enquanto ação problematizadora, tem papel-chave nesse processo, porque potencializa a integração do homem com o mundo de forma crítica, por meio do diálogo e da sistematização, o que, por sua vez, organiza a experiência cultural.

A partir dessa concepção e das diferentes abordagens da cultura, introduzimos a reflexão sobre o papel do **agente cultural** para pensar o sentido que ele assume em diferentes contextos da ação cultural. Teixeira Coelho no dicionário crítico de políticas culturais, define o agente cultural como sendo:

[...] aquele que, sem ser necessariamente um produtor cultural ele mesmo, envolve-se com a administração das artes e da cultura, criando as condições para que outros criem ou inventem seus próprios fins culturais. Atua, mais freqüentemente, embora não exclusivamente, na área da difusão, portanto mais junto ao público do que do produtor cultural. Organiza exposições, mostras e palestras, prepara catálogo e folhetos, realiza pesquisas de tendências, estimula indivíduos e grupos para a auto-expressão, faz enfim a ponte entre a produção cultural e seus possíveis públicos. (COELHO, 1997, p. 42).

O verbete é bastante autoexplicativo, mas merece destaque o papel de mediador que o agente assume nessa caracterização. O agente cultural aparece como o grande articulador que cria as condições para a produção cultural e, por ser a pessoa que tem contato com o público, dialoga com os interesses e valores da sociedade. O agente cultural se configura, portanto, como peça-chave no processo da ação cultural e quem acompanha todo o seu processo, do início ao fim, sendo também sujeito da ação cultural propriamente.

Se recuperarmos o conceito de ação cultural abordado anteriormente, o significado da atuação do agente cultural se torna ainda mais imprescindível. Ao conceber a ação cultural como processo de organização das condições necessárias

para que os sujeitos criem seus próprios fins no universo da cultura, situamos o agente cultural como responsável por atuar em toda a sua abrangência. Isso significa reunir as condições necessárias para a ação cultural, garantir a articulação dos atores sociais e estimular a convergência de objetivos comuns para a criação coletiva.

O trabalho do agente cultural reúne características múltiplas e não opera na lógica da divisão do trabalho, pois atua no processo todo de articulação da arte.

Ele está no centro de um cruzamento ligando diversas figuras normalmente afastadas umas das outras: a arte, o artista, a coletividade, o indivíduo e os recursos econômicos [...] isto significa que através do agente cultural a arte se porá em contato com o indivíduo ou a comunidade tanto quanto o artista penetrará na comunidade (e o inverso, de modo particular) assim como a comunidade alcançará os recursos necessários para uma certa prática cultural. (COELHO, 1989, p. 66-67).

Embora nessa descrição o agente cultural não tenha uma especialização profissional ou uma atribuição específica, em 1995 foi aceita legalmente a definição de agente cultural como sendo profissional capacitado para lidar com operações financeiras, responsável por encontrar patrocinadores para um projeto cultural determinado. Essa função difere da atuação mencionada anteriormente e concebida neste estudo. Embora seja legalmente aceita, ela representa uma sobreposição de atribuições, uma vez que captar recursos e articular patrocinadores é trabalho específico de produtores ou administradores culturais.

1.3 Atividades culturais dos jovens

Ao abordar a experiência de formação artística e cultural de jovens, esta pesquisa trabalha com jovens homens e mulheres² enquanto sujeitos que vivenciam a prática educativa de forma coletiva e a elaboram, recobrando-a de sentido e significado. Como este estudo está voltado a uma experiência de ação pública com jovens, é preciso situar a **categoria juventude** e compreender o conceito de condição juvenil que compõe o pano de fundo desta análise.

² Reconhecemos o caráter sexista de nossa linguagem e reforçamos a intenção de tratar de ambos os gêneros ao longo de toda a pesquisa. No entanto, por uma questão de fluência do texto e da leitura, optaremos por utilizar o artigo masculino ao nos referirmos aos jovens homens e mulheres.

Embora o perfil etário dos jovens desta pesquisa seja de 16 a 24 anos, as entrevistas reuniram jovens de até 31 anos que compartilharam a mesma experiência de formação que constitui o foco deste estudo. Compreendemos que o conceito de juventude é bastante complexo e sua diversidade nos impede de limitá-lo ao recorte etário. As fronteiras entre a adolescência, a juventude e a vida adulta na sociedade atual têm apresentado novos elementos que desafiam as delimitações concretas da transição juvenil e revelam que a especificidade da juventude enquanto categoria está na **relação intergeracional**³.

Para ilustrar essa complexidade, podemos nos fixar em quatro momentos que usualmente compõem as análises da condição juvenil dentro desse segmento etário: conclusão dos estudos no sistema escolar, inserção no mundo do trabalho, saída da casa dos pais/independência econômica e constituição de família. A dificuldade de traçar alguma linearidade nesse processo é evidenciada pelas múltiplas combinações possíveis dessas trajetórias, marcadas pela descontinuidade e indeterminação. Hoje existem jovens, pais e mães que estudam e trabalham; jovens que não estudam, vivem nas casas dos pais, mas trabalham; jovens desempregados, pais e mães que vivem com seus pais, dentre outras diversas realidades que envolvem adolescentes, jovens e adultos e nos impedem de circunscrever especificamente cada uma dessas fases da vida como sendo momentos estanques e delimitados no tempo ou no espaço.

É importante levar em consideração a idade, os aspectos fisiológicos e psicológicos do jovem, mas o que define a condição juvenil é sua **constituição social**, o processo de construção dos grupos sociais. Ao conceber a juventude como condição de vida, consideramos que a adolescência integra o primeiro momento desse processo de inserção na vida adulta e esta, a vida adulta, o último momento da juventude.

A diferenciação interna da juventude no Brasil é marcada pela desigualdade social que diferencia as formas de acesso aos direitos, ao sistema educativo, à formação e qualificação profissionais, ao mundo do trabalho, à cultura, à informação etc. A diversidade do segmento da juventude também retrata a realidade social

³ Attias-Donfut recupera historicamente os diferentes usos da noção de geração desde o século XIX e, para compreender o seu sentido atual, a autora francesa reconhece a importância da interação entre as dimensões de idade, geração e período de vida. Attias-Donfut desconstrói a dissociação entre idade e geração, introduzindo também o percurso de vida nas relações intergeracionais. Partindo da afirmação de que as gerações se definem sempre uma em relação à outra, a autora afirma: “[...] a consciência de geração se forma inicialmente contra a geração precedente, é uma consciência, uma definição *contra*. E pelo mesmo processo, a geração anterior começa a elaborar sua imagem social.” (1989, p. 5, tradução livre nossa).

brasileira ao integrar especificidades e contemplar suas diferentes necessidades no campo próprio da juventude.

Ao compreender a juventude como **fase da vida**, torna-se imprescindível identificar suas singularidades. A construção dos conteúdos simbólicos e da significação social dessas singularidades são processos culturais e históricos. Para esta pesquisa, merece destaque o processo de formação de valores que imprime relevância significativa à juventude enquanto grupo social. A formação de valores reúne o processo de formação política, cidadã, psicológica, artística e possibilita a criação, impulsiona a inovação e a ruptura.

Reconhecemos que não existe apenas uma juventude e que, ao conhecê-la mais profundamente, encontramos muitas especificidades em sua composição, como a divisão de classe, etnia, gênero, juventude rural ou urbana, dentre outras. A opção desta pesquisa por trabalhar a juventude tem como motivação abordar sua especificidade e singularidade, sem negar a complexidade da mesma, como fenômeno multidimensional, e a existência dos diversos fatores que definem a identidade juvenil.

A **singularidade da condição juvenil** é sintetizada no Documento de Conclusão do Projeto Juventude, realizada pelo Instituto Cidadania, da seguinte forma:

A condição juvenil é dada pelo fato de os indivíduos estarem vivendo um período específico do ciclo de vida, num determinado momento histórico e cenário cultural. No contexto atual, juventude é, idealmente, o tempo em que se completa a formação física, intelectual, psíquica, social e cultural, processando-se a passagem da condição de dependência para a de autonomia em relação à família de origem. A pessoa torna-se capaz de produzir (trabalhar), reproduzir (ter filhos e criá-los), manter-se e prover a outros, participar plenamente da vida social, com todos os direitos e responsabilidades. Portanto, trata-se de uma fase marcada centralmente por processos de definição e de inserção social. [...] A condição juvenil não pode mais ser compreendida como apenas uma fase de preparação para a vida adulta, embora envolva processos fundamentais de formação. Ela corresponde a uma etapa de profundas definições de identidade na esfera pessoal e social, o que exige experimentação intensa em diferentes esferas da vida. (INSTITUTO CIDADANIA, 2004, p. 10)

A categoria juventude surge no Brasil na década de 90, inicialmente compreendida sob a ótica dos problemas que a juventude catalisava, enquanto

representante de um conjunto de problemas sociais, como drogas, tráfico, violência, gravidez, HIV/Aids e, em seguida, desocupação. A realidade da juventude era lida a partir dos problemas da sociedade e por isso os jovens passaram a se tornar uma ameaça. Para Bourdieu (1986), os jovens se tornam uma ameaça a partir do momento em que não garantem mais a reprodução dos anseios do mundo adulto e, a partir disso, tampouco asseguram o espaço social do adulto.

É nesse contexto que a juventude passou a ocupar o debate público e ser encarada como **questão política**, momento em que teve início a proposição de programas e ações para a juventude. Na vertente do jovem considerado enquanto problema social, podemos destacar outras abordagens que compuseram o debate público e o discurso de programas para juventude: o jovem como potencial trabalhador a ser preparado para o mercado formal de trabalho e os novos atores sociais juvenis com estilos culturais próprios, que revelaram a diversidade de expressões – como os *punks*, os *darks*, os *rappers*, os *straight-edges* etc. – e representavam contextos de vulnerabilidade social que precisavam “ser incluídos”.

No início dos anos 2000, organizações não governamentais-ONGs e fundações empresariais do terceiro setor passam a apoiar projetos de valorização de expressão cultural de jovens como forma de sociabilidade, com a finalidade instrumental de inclusão social, redução da violência ou geração de emprego. A atuação dessas organizações e agências contribuiu para trazer o jovem à cena pública, dando destaque e relevância aos segmentos juvenis. Em muitos casos, esses projetos se apoiaram na concepção do jovem enquanto protagonista, como agente de transformação.

Ao abordar as imagens sociais construídas em torno da juventude e identificar as principais concepções que orientaram as ações públicas de juventude, Marília Sposito chama a atenção para o fato do discurso do lugar social do jovem ter-se deslocado da violência para a **mudança social**, incidindo na defesa de que os jovens seriam os atores fundamentais das mudanças ou os agentes do desenvolvimento, imagens que funcionam como modelos normativos, situando-se, muitas vezes, distantes da realidade dos jovens e de seus modos de vida (SPOSITO, 2007).

Isso reforça a importância de construção de políticas públicas que se fundamentem em uma compreensão dos jovens como **sujeitos de direitos** e que

trabalhem a concepção de cidadania como exercício pleno dos direitos universais. O reconhecimento dos jovens com igualdade de direitos e liberdades representa um processo de disputa que envolve a criação de discursos sobre o jovem e do próprio jovem, de seus desejos e identidades, mas também revela uma disputa de poder, de emancipação.

Por valorizar esse processo é possível afirmar que as escolhas dos jovens não se dão apenas a partir de idéias, mas elas ocorrem por meio da práxis, da experimentação. O **desenvolvimento da autonomia** como processo de conscientização envolve o conhecimento do discurso do outro, o seu reconhecimento nesse discurso e sua conseqüente apropriação, questionamento, ruptura e transformação.

Não nos referimos à autonomia enquanto independência financeira do jovem, ou da entrada do jovem no mundo adulto, mas da sua constituição enquanto sujeito social e político, enquanto criador de discurso. Podemos ilustrar isso com a sociedade do consumo e da cultura de massa em que vivemos e como isso interfere no processo de construção de identidade do jovem. A veiculação de bens materiais de consumo pela mídia é perversa, pois além de vender produtos que em grande parte são inacessíveis para a maioria da população brasileira, ela difunde valores do que é ser jovem, criando um imaginário padronizado, distante da realidade concreta desses jovens. Os desejos de consumo ficam contidos e a imagem do jovem, idealizada. Para elaborar esse discurso é preciso o desenvolvimento de uma consciência crítica dessa realidade, por meio da qual é possível romper as relações de dependência e heteronomia, criando valores e discursos próximos à realidade do jovem.

O eixo de análise deste estudo está na cultura como esfera da vida produtora de sociabilidade e criadora de identidade. Dentre as múltiplas dimensões que compõem a vida juvenil, destacamos a cultura como campo fundamental para a formação de valores, para a atuação coletiva e o desenvolvimento da relação com o espaço público.

Partimos do pressuposto de que a cultura é um dos principais aspectos que constitui a singularidade da condição juvenil, e a cidadania cultural é a expressão do direito que emerge da prática cultural na sua integralidade. Para analisar as experiências dos jovens nesta pesquisa, situamos a cidadania cultural como exercício público de socialização cidadã que se exerce na experimentação das diversas dimensões culturais dos sujeitos, em diferentes

espaços de socialização.

Acreditamos que a participação de jovens em atividades culturais é uma maneira de proporcionar a convivência de diversos grupos juvenis, estimular a intergeracionalidade e promover a sociabilidade, o que reforça, por sua vez, o processo de construção da identidade juvenil. É com o objetivo de aprofundar a análise do sentido dessa participação que este estudo tem seu centro na experiência de formação de jovens desenvolvido no âmbito de uma ação pública de cultura.

Temos como pano de fundo de nossa análise o contexto da diversidade característica da cultura juvenil e a **desigualdade social** que incide sobre as oportunidades de criação cultural, bem como sobre as possibilidades de acesso, consumo e fruição da cultura na sociedade brasileira. A distribuição de equipamentos culturais⁴ e meios de comunicação também se configura no contexto dessa desigualdade social e regional. Podemos visualizar a base desigual da diversidade cultural nos dados do Suplemento de Cultura da *Pesquisa de informações básicas municipais/Perfil dos municípios brasileiros: cultura 2006*, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Ministério da Cultura.

A **distribuição de equipamentos culturais** nos municípios brasileiros manifesta a desigualdade espacial que vivenciamos em diversos setores, com uma predominância de equipamentos culturais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, regiões que apresentam índices acima da média nacional, seguidos pelas regiões Nordeste e Norte. No que diz respeito à distribuição percentual da despesa municipal com cultura, o cenário varia um pouco, apesar de manter a predominância da região Sudeste, que alcança 51,4% do total de recursos públicos municipais com cultura em 2005. Em seguida, temos a região Nordeste, com 26,2%, seguida do Sul (14%), Norte (5,2%) e Centro-Oeste (3,3%) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007b).

O tamanho populacional dos municípios também afeta diretamente o montante de gastos com cultura. Apenas 35 municípios brasileiros (0,6% do total), com população acima de 500 mil habitantes responderam por 31,8% dos gastos públicos municipais com cultura (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E

⁴ O conceito de equipamento cultural utilizado na *Pesquisa de informações básicas municipais/Perfil dos municípios brasileiros: gestão pública 2005* refere-se ao estoque fixo ligado à cultura, existente no município no momento da pesquisa, e que seja aberto ao público, podendo ser mantido ou não pelo poder público de qualquer esfera (municipal, estadual, federal) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006a).

ESTATÍSTICA, 2007b, p. 100). É possível identificar também que quanto menor a população do município, mais baixa é a existência de equipamentos culturais.

Destacamos algumas características da expansão dos equipamentos culturais, como o aumento de museus, existentes em 21,9% dos municípios e também o crescimento na distribuição de teatros ou salas de espetáculos, presentes em 21,2% dos municípios.

Em 2006, houve o primeiro levantamento da distribuição de centros culturais nos municípios brasileiros, realizado pela *Pesquisa de informações básicas municipais*. Foi identificada a existência de centros culturais em 24,8% dos municípios. Nesta pesquisa, o IBGE avaliou também a manutenção de alguns equipamentos culturais pelo poder público e apontou que 89,6% dos municípios que reúnem centros culturais, possuem ao menos um que é mantido pelo poder público municipal.

Os cinco equipamentos culturais e meios de comunicação com maior incidência nos municípios foram: Canal de TV aberta (95,2%), bibliotecas públicas (89,1%), estádios ou ginásios esportivos (82,4%), videolocadoras (82%) e clubes (72,6%). Em termos de equipamentos que proporcionam a realização de atividades culturais e de sociabilidade por meio da cultura, temos apenas as bibliotecas na relação dos equipamentos mais presentes, o que revela o pouco investimento em equipamentos culturais.

A forte incidência dos meios de comunicação e das novas mídias dentre os equipamentos culturais mais presentes nos municípios coincide com os seus percentuais de crescimento, visto que os provedores de internet e as lojas de discos, CDs, fitas e DVDs apresentaram índices altos de crescimento. De 1999 a 2006, o que mais cresceu foi o número de provedores de internet, passando de 16,4% dos municípios a 45,6%, representando uma expansão de 178%. No entanto, ao observar sua distribuição geográfica, identificamos que a região Sudeste reúne 35% dos municípios que possuem provedores de internet. Esse dado revela um novo padrão de desigualdade, relativo ao acesso da população às novas mídias e às tecnologias digitais.

O envolvimento do jovem no processo de criação artística ou no desenvolvimento de uma ação cultural proporciona a criação de expressões culturais próprias e a ressignificação de suas práticas sociais. Isso provoca o estímulo à renovação de sentidos estéticos e a fruição cultural, constituindo um processo de construção de ações e simbologias específicas do mundo juvenil.

A pesquisa *Perfil da juventude brasileira*, realizada pelo Instituto Cidadania,

em 2003, entrevistou um conjunto de três mil e quinhentos jovens de 15 a 24 anos, nas cinco regiões do Brasil, e apresentou dados muito relevantes sobre o acesso e a fruição cultural pelos jovens e sobre como essa temática integra a vida juvenil. A pesquisa revela como o direito à cultura e à cidadania cultural ainda é negado à juventude brasileira, apesar dos assuntos culturais representarem forte interesse dos jovens. As privações que os jovens vivenciam para a experimentação de ações culturais e para o desenvolvimento de sua expressão estética e ética decorrem da falta de acesso à criação e fruição cultural. Essas dificuldades são expressas na falta de equipamentos públicos de cultura no município ou localidade de residência do jovem, na falta de dinheiro ou na proibição dos pais.

Segundo a pesquisa, cultura e lazer compõem o terceiro assunto que os jovens espontaneamente expressaram ter maior interesse, após educação e emprego. 27% dos jovens entrevistados afirmaram ter interesse em cultura e lazer, não havendo muita variação entre os gêneros. O **interesse por cultura** e lazer se expressa mais fortemente entre os adolescentes e os jovens de nível superior: 34% dos jovens de 15 a 20 anos, ante 22% dos que têm entre 21 e 24 anos, afirmaram ter interesse na temática, que é citada por 24% dos jovens com menor escolaridade e por 33% entre os que têm nível superior (ABRAMO, 2005).

No que diz respeito à ocupação do tempo livre, a pesquisa revela que apenas 4% dos jovens ocupam seu tempo livre com alguma atividade cultural, sendo que a leitura e o cinema aparecem empatados com 1% cada um (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2005). Se compararmos esse dado com a *Pesquisa de informações básicas municipais*, chama à atenção a distribuição díspar de bibliotecas e cinemas na esfera local: enquanto 95,2% dos municípios possuem bibliotecas públicas, apenas 8,7% dos municípios contam com salas de cinema (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007a).

Ainda no campo da fruição cultural, outro dado revelante é a contraposição de três tipos de informação diferentes: atividades que os jovens mais gostam de fazer no tempo livre, atividades efetivamente realizadas pelos jovens e aquelas atividades que os jovens nunca fizeram, mas gostariam de fazê-las. As respostas evidenciaram haver um desejo insatisfeito por parte dos jovens no que diz respeito às atividades de tempo livre que mais gostam de realizar e aquelas que efetivamente são realizadas. Embora assistir à televisão tenha aparecido como a atividade que os jovens mais costumam fazer durante a semana e nos fins de semana (91% e 87%, respectivamente), quando

perguntados sobre o que mais gostam de fazer, mesmo que façam apenas de vez em quando, a resposta mais citada pelos jovens foi ir ao cinema, com 28% de citações. Ir ao cinema é ainda a segunda atividade que os jovens afirmaram nunca terem feito e que gostariam de fazer, ficando atrás de viajar. Dentre os impeditivos de realização das atividades que gostariam, a falta de dinheiro aparece com maior relevância, sendo apontada por 41% dos entrevistados. Ao conectar essa informação com o dado relativo à distribuição de cinemas nos municípios fica evidente a necessidade de ampliação da oferta de equipamentos, bens e serviços culturais gratuitos para superar a desigualdade de acesso à cultura no Brasil.

Ao analisar esses dados, Brenner, Dayrell e Carrano identificam uma demanda reprimida expressa nessa distância entre vontade e possibilidade de fruição de atividades culturais:

Na comparação com o que é efetivamente realizado pelos jovens em fins de semana e durante a semana, há uma demanda reprimida em relação às atividades culturais, ou seja, em média, 4,5% dos jovens realizam atividades culturais enquanto o desejo de praticá-las é citado por 40% dos entrevistados. (2005, p. 202).

Das coisas que os jovens nunca fizeram e mais gostariam de fazer, sem se preocupar com os impedimentos, as atividades culturais aparecem como ação preferencial de 24% dos jovens, enquanto a aquisição de bens duráveis é apontada por 4% dos jovens. A alta porcentagem de jovens que responderam espontaneamente ter desejo de realizar atividades culturais nos chama a atenção e motiva a desvelar os diferentes fatores que compõem essa demanda insatisfeita. Acreditávamos que a falta de acesso às atividades culturais constituiriam um impedimento significativo à participação dos jovens, mas precisávamos também reunir mais informações sobre as escolhas das atividades culturais efetivamente realizadas pelos jovens e como isso dialogava com as políticas culturais municipais.

A pesquisa *Perfil da juventude brasileira* também revela uma aproximação entre a participação de jovens em atividades culturais e o **associativismo**. De 15% dos jovens entrevistados, que afirmaram participar em grupos de jovens, praticamente a metade está inserida em grupos culturais de música, dança, teatro, dentre outros. Além de contribuir na construção de subjetividades coletivas, esse dado

[...] aponta para a força mobilizadora das ações organizadas em torno da produção de sentidos simbólicos e identidades coletivas, em torno seja de estilos culturais específicos, seja de atitudes sociais compartilhadas de distintas ordens. (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2005, p. 209).

Na tabela 1, temos os dados da Pesquisa relativos à **participação dos jovens em projetos** desenvolvidos por governos ou por ONGs e atividades culturais ou shows realizados em praças públicas. Reforçamos o que fora identificado anteriormente: a pouca abrangência dessas iniciativas, principalmente pelos jovens de renda familiar mais baixa ou situados no meio rural. 88% dos jovens de meios urbanos informaram nunca ter participado de projetos culturais e, no meio rural, 94% dos jovens tampouco participaram. Já no que diz respeito às atividades culturais em espaços públicos, o índice de jovens que nunca participaram em *shows* ou outras atividades culturais realizadas em praças públicas é de 58%, o que revela precária apropriação da cidade como espaço de encontro e sociabilidade (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2005).

Tabela 1 - PARTICIPAÇÃO DE JOVENS EM ATIVIDADES CULTURAIS (Por tipo de atividade, em %)		
	Participação em projetos culturais desenvolvidos por governos ou por ONGs	Participação em <i>shows</i> ou outras atividades culturais realizadas em praças públicas
Já participou	11	40
Nunca participou	88	58
Não lembra se já participou / Não respondeu	1	2

Fonte: INSTITUTO CIDADANIA, 2003.

Apesar dos baixos índices de participação, é importante aprofundar a reflexão a respeito da diferenciação entre os tipos de atividades mencionados, distinguindo a participação em eventos da participação em projetos culturais. O acesso às atividades culturais como eventos realizados em praças públicas, gratuitos, de caráter de lazer e representativos de uma iniciativa pontual, são mais recorrentes e compõem o conjunto de atividades focadas na sociabilidade

ligada à diversão, diferentemente do foco voltado à ação cultural. Conforme vimos na análise das respostas anteriores, essas atividades são as mais realizadas e também as mais valorizadas pela maioria dos jovens entrevistados. Isso também expressa o pouco investimento em projetos culturais que, se constituídos de forma programática, podem compor iniciativas processuais de efetivação do direito à cultura e de implementação de projetos na área cultural, de caráter gratuito, com ações de formação, associativismo e fruição da cultura.

O cruzamento das informações nos faz refletir a respeito das condicionantes que terminam por compor os gostos, interesses e escolhas dos jovens na área cultural. Quanto menos acesso os jovens têm a ações, equipamentos, bens e serviços culturais, maior é sua inclinação por iniciativas de lazer e diversão, marcadas mais pela receptividade e menos pelo envolvimento social. A falta de acesso e fruição cultural não apenas condiciona a participação dos jovens ao conjunto de atividades culturais existentes que sejam viáveis economicamente, como também estimula escolhas de atividades culturais de caráter mais pessoal que correspondem menos à responsabilidade cidadã ou à sociabilidade criadora de ações culturais coletivas.

Apesar de ser uma dimensão bastante valorizada pela condição juvenil, a cultura ainda não é considerada um direito e isso aparece também na pesquisa *Perfil da juventude brasileira*. O momento que mais se aproxima de uma abordagem da cultura como direito na pesquisa diz respeito à pergunta espontânea e múltipla sobre novos direitos que os jovens deveriam ter, em que 4% dos jovens afirmaram que o direito ao lazer e ao esporte deveria ser criado (ABRAMO, 2005). Além de o índice ser baixo, seu foco ainda está voltado ao lazer e ao esporte. Nas demais respostas, a cultura é citada como uma forma de ocupação do tempo livre de forma lúdica ou de divertimento.

Em consonância com essa interpretação, identificamos dados da pesquisa *Perfil dos municípios brasileiros* do IBGE que podem oferecer algumas orientações a respeito da composição do acesso à cultura e da configuração das preferências de atividades culturais apontadas pelos jovens. A busca dessas informações no âmbito municipal deve-se ao fato de que é na localidade que os atores se encontram, suas demandas são expressas e as políticas podem responder mais diretamente às necessidades e desejos da população.

A pesquisa revela que apenas 57,9% dos municípios brasileiros possuem uma **política municipal de cultura**. As ações implementadas nos últimos 24 meses nesses municípios apontaram para 29 respostas diferentes que podem ser agrupadas em quatro categorias, criadas para analisar os dados segundo sua intencionalidade: promoção e divulgação da cultura; formação cultural; associativismo e gestão cultural; financiamento à cultura. Embora as categorias reúnam iniciativas heterogêneas, o agrupamento seguiu a lógica da finalidade das ações e sua proximidade.

A categoria relativa à promoção e divulgação da cultura agrupa as iniciativas voltadas a eventos culturais como festas, feiras, festivais, atividades culturais variadas e está mais voltada às culturas populares e tradicionais. A categoria formação cultural reúne todas as ações de educação e formação; já a categoria associativismo e gestão cultural reúne as ações voltadas à participação, no âmbito de composição de grupos artísticos e de cultura tradicional como também na utilização de equipamentos culturais e na promoção de conselhos e fóruns na área cultural. Por fim, a última categoria, relativa ao financiamento da cultura agrega todas as ações voltadas à temática, desde as leis de incentivo até a criação de linhas de crédito para a área cultural.

O Gráfico 1 revela nitidamente a prioridade dada pelas políticas municipais de cultura à difusão de eventos, festas e festivais, em sua grande maioria, relacionadas ao patrimônio cultural local. Dentre essas atividades está a manutenção do calendário de festas tradicionais populares, com 49,4% de citações; a promoção de feiras e mostras da produção artística e de artesanato local (41,7%) e a promoção de eventos sem periodicidade definida (36,6%). Ainda nessa mesma categoria de **difusão da produção cultural local**, vemos como outras atividades tiveram menos recorrência, como é o caso da manutenção de centros comunitários voltados para a produção local, com 14,1% das citações, e o estímulo à apropriação e/ou utilização dos equipamentos culturais pelos grupos locais (18,6%).

Gráfico 1 - Percentual de municípios com política municipal de cultura, por ações implementadas nos últimos 24 meses – Brasil – 2006



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007a.

Na categoria **formação cultural**, identificamos três ações: manutenção de oficinas e cursos na área artístico-cultural, com índice de 33,1% das citações; o estímulo à formação cultural, com 30,3%, e as ações de educação patrimonial que reúnem 14,1% das ocorrências. O aparecimento da formação de guias e roteiros para o turismo cultural (9,2%) revela um indicador da aproximação da política cultural com o turismo e um potencial campo de trabalho que pode ser ocupado por jovens. A pesquisa também revela que 26,2% do total de municípios brasileiros têm projeto de implementação de turismo cultural (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007a).

No universo das ações voltadas ao **associativismo e gestão** de cultura encontramos o estímulo à criação de associações e entidades de artistas e

produtores culturais locais, com 23% das citações, e o apoio a grupos étnicos, 19,2%. A promoção e manutenção de conselhos e fóruns para a discussão das ações na área de cultura também foi agrupada nesta categoria de análise e obteve 17,2% das referências. Um dado novo na gestão cultural refere-se à realização de orçamento participativo na cultura, citada por 11,9% dos municípios que possuem política cultural.

As ações vinculadas ao **financiamento cultural** são as que apresentam índices mais baixos e de menor abrangência, revelando um aspecto que precisa ser aprofundado para garantir a democratização cultural. Utilização regular das leis de incentivo para a área cultural e financiamento da produção cultural obtiveram índices muito próximos: o primeiro teve 12,5% das citações e o segundo, 12,3%.

Focamos nossa reflexão no **direito à participação**, e acompanhamos algumas ações e iniciativas nesse sentido nas tabelas e quadros da pesquisa do IBGE. Nos municípios brasileiros que possuem política de cultura, nenhum afirmou ter, dentre os objetivos principais de sua política, a descentralização da produção cultural e tampouco a democratização da gestão cultural. Dos oito objetivos apresentados, esses dois foram os únicos que ficaram sem nenhuma referência no Brasil todo. Também de forma homogênea, o objetivo “tornar a cultura um dos componentes básicos para a qualidade de vida da população” foi indicado como objetivo prioritário para quase dois terços dos municípios, sem apresentar variação significativa entre os municípios.

Reconhecemos a legitimidade e o significado dessas atividades culturais no universo da convivência intergeracional e na construção de subjetividades coletivas, aspectos constituintes da cidadania cultural que precisam, inclusive, ser reforçados com a ampliação e a gratuidade de seu acesso. A essas iniciativas somam-se a que viemos analisando enquanto ação cultural e que reforça a valorização social da cultura como elemento público.

Para que a cultura se afirme na perspectiva do direito e a cidadania cultural seja mais praticada e reivindicada, inclusive pelos jovens, será preciso ampliar os meios de criação, produção e difusão cultural. A participação em ações culturais é uma forma de ampliar a capacidade crítica dos sujeitos criadores de cultura e diversificar as expressões da identidade cultural, de modo a produzir alternativas à tendência homogeneizadora da indústria cultural.

CAPÍTULO 2

POLÍTICA CULTURAL

Partimos de uma compreensão alargada do conceito de cultura, trabalhada no capítulo anterior, para agora focar na sua relação com o Estado. A partir do momento em que a cultura não é mais restrita a uma produção material, às belas artes e a uma expressão tangível, o seu sentido ganha o campo da vida e abarca as experiências sociais de criação, participação e expressão, identificadas no cotidiano, como também numa perspectiva histórica. Com isso, o tratamento público da cultura fica mais complexo e é a respeito dessa complexidade que nos debruçaremos neste capítulo.

O foco central de análise neste capítulo tem como pano de fundo a identificação do componente de cidadania combinado com uma política cultural⁵ mais participativa. Queremos saber em que medida essa combinação gera um engajamento mais interessado entre atores e gestores, se promove uma participação efetiva de setores da sociedade na discussão e formulação das políticas públicas de cultura.

Temos como pressuposto para este estudo de que o **papel do Estado na cultura**, numa perspectiva democrática, é assegurar os direitos humanos universalmente considerados; dentre eles, destacamos a igualdade de condições para a expressão e fruição culturais. Isso deve ocorrer por meio de políticas públicas de cultura que consistem na elaboração e execução de programas de fomento às práticas de criação e fruição artístico-culturais, articulados de forma sistêmica a uma política nacional de cultura. A gestão desse sistema, por sua vez, deve ocorrer por meio de instrumentos jurídicos dispostos em regras e procedimentos públicos. Também é responsabilidade do Estado criar e garantir condições para o acesso democrático à cultura e para a livre circulação de bens e

⁵ Segundo o *Dicionário crítico de política cultural e imaginário*, compreendemos política cultural como “[...] programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável.” (COELHO, 1997, p. 293).

serviços culturais.

Não cabe ao Estado executar, produzir ou criar cultura, mas experimentar novas culturas políticas por meio da formulação e execução democrática de políticas públicas. Estas devem ter o papel genérico de **estimular as criações culturais** com ampla participação da sociedade civil e forte integração das políticas culturais e sociais. A participação é indicada aqui como eixo fundamental no processo de decisão, formulação e execução de políticas culturais; ela implica o reconhecimento da diversidade e a singularidade de expressões, como a dos jovens, que constituem o centro deste estudo.

Outro aspecto relevante do papel do poder público democrático é a descentralização de sua ação, tanto no sentido geográfico, para garantir ampla capilaridade na execução de seus programas e promover as culturas regionais e locais, quanto no que diz respeito à gestão descentralizada, tendo como princípio a articulação entre as diferentes esferas do poder público (federal, estadual e municipal) e o fortalecimento das instituições políticas de estados e municípios. Consideramos fundamental que a intervenção pública cultural esteja em diálogo e articulação com outras áreas, como a educação, saúde, desenvolvimento social etc.

Assim como o Estado não é produtor de cultura, tampouco deve seguir a lógica da indústria cultural do entretenimento e repetir os padrões de produção, consumo e fruição consagrados pelo mercado. Outra concepção de política cultural que deve ser recusada é a populista, em que o Estado se apropria dos sentidos da cultura popular, ressignificando suas formas e conteúdos para que o povo se reconheça e as identifique como suas.

O comprometimento do Estado com as **necessidades e desejos culturais** passa pelo reconhecimento das diferentes áreas de expressão artísticas e culturais nas suas especificidades (biblioteca, cinema, patrimônio, teatro, audiovisual, artes plásticas, dentre outras); em seus contextos sócio-econômicos; na sua potencialidade (contemplando o que ainda não está institucionalizado ou formalmente instituído) e também em sua relação de complementaridade. Outro aspecto relevante para abarcar a totalidade da gestão pública cultural é garantir a articulação da cultura com outros setores sociais e atores políticos, coordenando ações em âmbitos nacional, regionais e locais.

Neste capítulo aprofundaremos a discussão sobre o papel do Estado na cultura, abordando inicialmente sua institucionalidade jurídica para, em seguida,

contextualizar a política cultural do Ministro Gilberto Gil, executada no período de 2003 a 2008. A reconstrução da política cultural federal será realizada primeiramente sob a perspectiva internacional, quando situaremos os debates sobre a diversidade cultural no contexto de globalização do século XXI. Em seguida, situamos os desafios de implementação desta gestão pública de cultura, quando abordaremos a institucionalidade do Ministério da Cultura. Também fará parte deste capítulo uma análise das diretrizes orientadoras da política cultural, especificamente aquelas voltadas ao direito à produção cultural, o direito à participação e as ações de fomento à diversidade cultural.

Para trabalharmos com o direito à produção cultural, focamos a leitura das diretrizes do Plano Nacional de Cultura propostas pelo MinC em diálogo com a sociedade civil. Nosso foco de análise se ateve às propostas referentes à promoção do acesso aos meios de criação e produção cultural, além das ações sugeridas de estímulo à experimentação. Em relação ao direito à participação, fizemos um recorte da abordagem da política cultural relacionada ao jovem e sua relação com a descentralização cultural e a apropriação do espaço público.

2.1 Direito à cultura no Brasil

O sentido político da cultura é concebido como **direito de todos os cidadãos**, direito por meio do qual os cidadãos se expressam, se manifestam nas suas diferenças, e também entram em conflito. Esse direito dinamiza o processo cultural e cria novas formas culturais no cenário democrático. O exercício do direito à cultura reforça a prática política que se realiza como espaço público do debate e da decisão coletiva. Esse processo, por sua vez, potencializa a ação cultural e cria uma **nova cultura política** no cenário democrático.

Essa relação dialética de dinamização da cultura no espaço público e do exercício político do direito à cultura deve também fazer parte da formulação da política cultural e é o cerne da análise que nos propomos a realizar. Partimos da compreensão de que não podemos pensar a política de cultura de um país sem situá-la junto ao exercício de uma nova cultura política da sociedade, do exercício da cidadania cultural e muito menos do desenvolvimento da ação cultural. É essa

reflexão que conecta o primeiro capítulo percorrido nesta dissertação com a reflexão que passamos a realizar agora, focando no exercício de uma política cultural nacional específica.

É por meio do exercício de uma nova cultura política que os atores sociais se reconhecem como sujeitos de direitos e passam a compreender que os limites, as desigualdades, as carências e opressões vivenciadas na sociedade não são naturais, nem inevitáveis. É esse processo que abre a possibilidade para a experimentação inovadora e crítica, em que há o questionamento daquilo que é considerado como estabelecido. O Estado também deve corresponder ao atendimento dessas necessidades e direitos.

Paulo Freire abordou esse processo de afirmação de direitos como parte do processo de “estar com o mundo”, de intervir nele, de transformar a presença no mundo pela convivência com ele:

Como presença consciente no mundo não posso escapar à responsabilidade ética no meu mover-me no mundo. Se sou puro produto da determinação genética ou cultural ou de classe, sou irresponsável pelo que faço no mover-me no mundo e se careço de responsabilidade não posso falar em ética. Isto não significa negar os condicionamentos genéticos, culturais, sociais a que estamos submetidos. Significa reconhecer que somos seres *condicionados* mas não *determinados*. Reconhecer que a História é tempo de possibilidade e não de determinismo, que o futuro, permita-se-me reiterar, é *problemático* e não inexorável. (FREIRE, 2004, p. 19).

Ao refletirmos sobre o direito à cultura no Brasil, é indispensável apontar os instrumentos legais e as normas jurídicas que estão em vigor no país, inclusive e especialmente as de caráter internacional que são ratificadas pelo Estado brasileiro, e tentar inferir o conteúdo que nelas estão dispostos. Nosso esforço, nesse caso, passa a ser o da realização de uma cuidadosa interpretação desses instrumentos, desse arcabouço legal, para compreender o sentido e alcance deles em relação ao tema por nós tratado.

A Constituição Federal brasileira, promulgada em 1988, situa-se no cume da hierarquia das leis nacionais. Ela organiza jurídica e politicamente a nação brasileira, e por isso é chamada de Carta Magna. Ela carrega em seu corpo um conjunto de preceitos conceituadores, programadores e organizadores da cultura, e estabelece as diretrizes de sua organização. São regras orientadas pelos acordos, pactos e convenções internacionais, firmados nos organismos competentes, e, uma vez

ratificados e abrigados nas leis nacionais, são normatizadoras do direito cultural.

Utilizaremos a expressão **direito cultural** para definir a inserção ou abrigo na Constituição Federal de preceitos relativos à liberdade cultural. Aliás, não é demais ressaltar que a Constituição Federal brasileira atribui importância significativa à cultura na medida em que trata do tema em variados dispositivos e capítulos, constituindo o que se convencionou de ordem constitucional da cultura, ou constituição cultural (SILVA, 1993).

No Título II “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, quando define “Os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos”, no artigo 5º, a Constituição Federal estabelece que

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença [...] (BRASIL, 1988).

Nessa parte, a Constituição Federal trata das normas garantidoras da **liberdade de expressão** da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação. Esse artigo da Constituição Federal resguarda a liberdade às formas de manifestação e difusão do pensamento que vai dos sentimentos aos conhecimentos intelectuais e da sua comunicação. Temos aí a proteção constitucional às manifestações científicas, artísticas, filosóficas; enfim, a proteção ao fazer cultural, portanto, humano, no que tange à produção de suas obras, e o direito de divulgá-las sem censura ou mesmo sem necessidade de autorização de qualquer pessoa ou organismo institucional.

A liberdade de expressão, contudo, não é a mesma para todas as modalidades de expressão; ou seja, algumas expressões artísticas possuem ampla liberdade de expressão (como a música, poesia, literatura, artes plásticas), enquanto outras, também tidas como manifestações culturais, dependem de regulamentação por lei federal para existir (como as diversões e espetáculos públicos, os programas e programações de rádio e televisão), como preveem os artigos 220 e 221 da Constituição Federal.

Outro fator importante a ser notado é que o direito à cultura, assim chamado, está inscrito na “Ordem Social”, no artigo 215, pelo qual “O Estado garantirá a todos

o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Assim como os direitos civis, políticos, sociais e econômicos, os direitos culturais também passam a ser considerados direitos fundamentais, com reconhecimento da cultura material e imaterial. Todavia, o direito à cultura não foi elencado dentre os direitos sociais dispostos no artigo 6º da Constituição Federal, entre os quais está inserida a educação.

Contudo, é importante destacar o reconhecimento objetivo da cultura enquanto integrante da ordem social e como **direito social**, apesar das redações do texto constitucional. Considera-se que há complementaridade entre as disposições, porque aquelas relativas aos direitos sociais são expressões dos direitos fundamentais do homem, conforme nos ensina José Afonso da Silva:

[...] assim, podemos dizer que os direitos sociais, como dimensão dos direitos fundamentais do homem, são prestações positivas estatais, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais. Valem como pressupostos do gozo dos direitos individuais na medida em que criam condições materiais mais propícias ao auferimento da igualdade real, o que, por sua vez, proporciona condições mais compatíveis com o exercício efetivo da liberdade. (SILVA, 1993, p. 258).

Vale lembrar ainda que algumas dessas normas jurídicas possuem caráter programático, ou seja, são apenas orientadoras para a criação e promulgação de instrumentos ordinários aplicáveis e determinadores ou autorizadores de formulação de políticas culturais; outras por si só já são automaticamente aplicáveis, pois delineiam paradigmas objetivos e criam juridicidade sobre o processo criativo, de expressão e contextos.

Para iniciar a análise das diretrizes políticas que compuseram o discurso e a prática da Política Cultural do Ministério da Cultura durante a Gestão do Ministro Gilberto Gil, é de fundamental importância abordar a discussão sobre cultura travada no **contexto internacional**.

A globalização, entendida como um fenômeno que ultrapassa a questão financeira e engloba também a dimensão cultural e política, traz novos desafios às relações interculturais. A mobilidade dos povos e seus deslocamentos acentuados fazem com que a convivência e o respeito à diferença sejam temas centrais que as

políticas culturais não podem se furtar de analisar e compreender. A tendência à homogeneização dos modos de vida, a massificação de práticas e o consumo cultural co-habitam com a emergência da pluralidade cultural, de identidades culturais diversas, locais, regionais, nacionais e até transnacionais.

Se, por um lado, no contexto da globalização, a produção cultural se aproxima ainda mais da lógica do mercado, e o fluxo do capital faz com que novos atores nacionais e transnacionais passem a incidir na produção cultural, temos também o impacto da capacidade de articulação da esfera pública que, associada às novas mídias e tecnologias digitais existentes, consegue ampliar o seu raio de ação e articulação. Atualmente, a produção de sentido das práticas culturais está diversificada e mundializada. O processo de globalização acentuou a tensão entre identidade e diversidade cultural. Esse contexto situa as políticas culturais num terreno diverso de demandas étnicas, raciais, sexuais, geracionais e culturais.

Podemos inserir essas questões no contexto internacional de discussão e elaboração da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005. A Convenção deu um novo passo na criação de parâmetros mundiais para a circulação de cultura após a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural de 2001. Esses documentos compõem o conjunto de dez principais instrumentos normativos no campo da cultura da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e trazem uma relevante contribuição à proteção das expressões culturais contra a hegemonia da indústria do entretenimento. O texto da Convenção reafirma o direito soberano dos Estados a elaborar políticas culturais para “proteger e promover a diversidade das expressões culturais”.

O Brasil participou do processo de elaboração da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, desde 2003, representado pelo Ministério da Cultura. O Ministro Gilberto Gil chefiou a delegação brasileira nos encontros e reuniões em torno do projeto da Convenção e teve participação ativa nas Conferências Gerais da Unesco. A participação do Brasil foi marcada pela contribuição na ampliação do escopo da Convenção, para além da separação entre comércio e cultura e no sentido de criar um instrumento que favorecesse a implementação de políticas culturais em defesa da **diversidade cultural** e da **interculturalidade**⁶.

⁶ Segundo a *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, a “[...] interculturalidade refere-se à existência e interação equitativa de diversas culturas, assim como à possibilidade de geração de expressões culturais compartilhadas por meio do diálogo e do respeito

O Brasil integra o Comitê Intergovernamental da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, no âmbito da Unesco, e foi eleito o país relator da primeira reunião do Comitê, realizada em dezembro de 2007 no Canadá. A Convenção entrou em vigor em 18 de março de 2007 e foi ratificada pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 485/2006. A principal repercussão em torno da Convenção no campo cultural brasileiro deveu-se ao esforço que ela representou em proteger as expressões culturais dos países, retirando-as das negociações internacionais em torno do livre comércio de bens e serviços culturais.

No entanto, a Convenção também apresenta a reflexão sobre a diversidade cultural como aspecto intrinsecamente vinculado à criação e à produção cultural, como um valor essencialmente humano que, muitas vezes, não pode ser mensurado pela lógica comercial. A Convenção também reforça o papel dos Estados na promoção da diversidade cultural, com direitos e obrigações que analisaremos a seguir.

Já na Declaração de 2001 podemos identificar a defesa da diversidade cultural que se apresenta em seu artigo 4º como um “[...] imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade humana [...]”⁷. Os direitos humanos são, portanto, considerados garantias da diversidade cultural. Quatro anos depois, na Convenção de 2005, os direitos humanos são o pano de fundo da sua elaboração e, no princípio do artigo 2º, há menção a sua necessária e intrínseca vinculação:

A diversidade cultural somente poderá ser protegida e promovida se estiverem garantidos os direitos humanos e as liberdades fundamentais, tais como a liberdade de expressão, informação e comunicação, bem como a possibilidade dos indivíduos de escolherem expressões culturais.⁸

Em seguida, a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais são consideradas pressupostos do reconhecimento da igual dignidade e do respeito por todas as culturas.⁹

No que diz respeito ao desenvolvimento e à promoção da equidade, na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural de 2001, o desenvolvimento é entendido para além do crescimento econômico, contemplando também o “[...] meio de

mútuo.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2007, p. 6)

⁷ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2007, p. 3.

⁸ Ibid. p. 4.

⁹ Ibid. p. 4

acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória [...]”¹⁰. Nessa Declaração, a diversidade cultural é abordada como fator de desenvolvimento e não há menção à equidade.

A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, em seu artigo 2º, destaca o princípio da complementaridade (com igual importância) dos aspectos econômicos e culturais do desenvolvimento e incorpora o direito à participação dos indivíduos e povos nos benefícios desse desenvolvimento. Os vínculos entre diversidade cultural e desenvolvimento sustentável, já anunciados na Declaração Universal de 2001, são reforçados nesta Convenção que faz menção ao acesso equitativo às expressões culturais e ao incentivo ao entendimento mútuo.

Ao mesmo tempo em que a Convenção amplia o foco da interculturalidade, destacando a interação entre os povos e a abertura às culturas do mundo, ela também contempla a territorialidade e dá relevância ao tratamento preferencial para países em desenvolvimento.

No que diz respeito aos direitos e obrigações do Estado na promoção da diversidade cultural, foram analisadas as conexões entre cultura e educação; questões relativas à criação de grupos e a participação da sociedade civil nos processos de criação cultural. Enquanto contrapartidas, a Convenção estabelece que os Estados devem:

- buscar a promoção, nos seus territórios, de um ambiente que estimule os indivíduos e os grupos sociais à criação, disseminação, distribuição e acesso às suas expressões culturais, atentos às circunstâncias especiais e aos direitos de mulheres e grupos sociais, incluindo, por um lado, as pessoas que pertencem a minorias e povos autóctones e, por outro, o acesso à diversidade das expressões culturais, tanto do seu próprio território quanto oriundas de outros países;
- fomentar a consciência pública quanto à importância da diversidade das expressões culturais, com programas públicos de educação e conscientização;
- reconhecer o papel fundamental da sociedade civil na proteção e na promoção da diversidade das expressões culturais, encorajando a participação ativa da sociedade civil nos esforços feitos pelas Partes para alcançar os objetivos da Convenção.¹¹

¹⁰ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2001, p. 2.

¹¹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2007, p. 24-25.

Inicialmente, é interessante destacar a abrangência da concepção de diversidade sob duas leituras que emergem da Convenção e que são reproduzidas no trecho acima. Por um lado, há uma diversidade de valores e, por outro, uma diversidade de expressões culturais. São dois aspectos que precisam ser reconhecidos: a pluralidade de identidades culturais (étnicas, raciais, sexuais, de gênero, geração etc.) e a variedade das formas pelas quais as culturas revelam as suas próprias expressões. Com base nessa concepção, é possível distinguir os modos de criação da diversidade cultural e os contextos de sua difusão e transmissão, reconhecendo as suas especificidades.

Ainda em relação a isso, cabe trazer o princípio do acesso equitativo à diversidade que possui uma natureza dupla, também dialogando com a multiplicidade de expressões da cultura. O princípio equitativo da diversidade cultural prevê o acesso à cultura em meio à diversidade das expressões culturais (locais, nacionais, internacionais) e o acesso de todas as culturas aos meios apropriados de expressão. O documento, portanto, reforça a compreensão de que, para garantir a diversidade cultural, é preciso ter acesso às diferentes expressões culturais, mas também aos diversos meios de criação da cultura.

Reconhecemos que essa pode ser uma das portas para se analisar as menções relativas ao “[...] papel fundamental que a educação desempenha na proteção e promoção da diversidade cultural [...]”¹², considerado pressuposto da Convenção. A referência à necessidade dos Estados elaborarem programas públicos de educação aparece em estreita relação com duas abordagens: uma delas voltada ao desenvolvimento da sensibilização e conscientização pública a respeito da importância da diversidade cultural; e outra, para o fortalecimento da capacidade de produção cultural por meio de treinamentos relacionados à indústria cultural. A educação exerce, assim, na Convenção, o papel de organização das bases da diversidade cultural, de um lado, junto ao setor público e à sociedade civil, e de outro, em relação ao setor privado e às indústrias culturais. Importante destacar que, embora a Convenção afirme a interculturalidade dentre seus objetivos, não há nenhuma menção à educação intercultural.

No Brasil, as políticas culturais dos anos 90 e início de 2000 estiveram muito

¹² Idem, p. 3.

marcadas, conceitualmente, pela compreensão do Estado como financiador e regulador da cultura e, na prática, pela aceitação dos mecanismos do mercado. Isso se traduziu em ações de gestão pública de intermediação e aproximação de diferentes beneficiários da política, como os produtores culturais e os organismos privados. Nesse período, houve uma expansão no campo artístico e cultural, possível de ser identificada pelo crescimento de iniciativas em todos os ramos da criação e pela inserção de diferentes setores da produção cultural na lógica mercantil (como o patrimônio cultural, por exemplo). Isso facilitou o surgimento de nichos de mercado cultural e o desenvolvimento do *marketing* cultural, o que impulsionou, por sua vez, o patrocínio corporativo.

Ao analisar a regulação estatal desse período, Maria Arminda do Nascimento Arruda afirma que:

Instalou-se uma certa pedagogia no âmbito da cultura que produziu o disciplinamento dos agentes, criou funções e vem despertando uma ética muito peculiar na esfera do financiamento privado, uma vez que é o Estado o normatizador, mas sobretudo a instância a repassar os recursos, embora de forma indireta. (ARRUDA, 2003, p. 188).

Houve a necessidade de formar técnicos especializados em promoção da cultura e patrocínios, como um desdobramento da expansão da economia da cultura, que resultou na profissionalização de dirigentes e agentes intermediários com atuação na área.

É nesse contexto que situamos a formalização e o reconhecimento legal da atuação dos agentes culturais, conforme citado no capítulo 1. Os agentes culturais são atores que ilustram essa profissionalização na área cultural e a expansão desse campo. Com a modificação da Lei Rouanet¹³, em 1995, os agentes culturais passam a ser aceitos legalmente como figuras-chave na negociação de projetos culturais, tendo como atribuição buscar patrocinadores para projetos culturais. Passam a ser reconhecidos por lei enquanto profissionais capacitados para lidar com operações financeiras, dotados de conhecimento sobre a área tributária, finanças e marketing.

¹³ A Lei nº 8.318 de 1991, mais conhecida como Lei Rouanet, instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), que canaliza recursos para o desenvolvimento do setor cultural, com as finalidades de estimular a produção cultural, a distribuição e o acesso aos produtos culturais e a difusão da cultura. O PRONAC possui três mecanismos de apoio: os incentivos fiscais, o Fundo Nacional de Cultura (FNC) e o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart); este último, até o momento, não foi implementado. A Lei Rouanet constitui hoje o principal instrumento para financiamento de projetos culturais via renúncia fiscal em âmbito nacional, sendo responsável por 73% dos recursos que circulam na área.

Nesse período, o Brasil viveu a afirmação do neoliberalismo como força ideológica e a definição do princípio de regulamentação do mercado, o que moldou a preocupação com o interesse do público cultural pela sua condição de consumidor de obras e expressões das cadeias de produção artística e do entretenimento, cada vez mais internacionais e globalizadas. Se, por um lado, isso não restringiu a expansão da produção cultural, por outro lado, a lógica comercial e a regulamentação do mercado incidiu na produção cultural, criando padrões, regulando condições e não garantindo a contrapartida pública¹⁴ de projetos e iniciativas culturais.

Relacionada à tendência de **mercantilização da cultura**, podemos situar, também na década de 90, a aproximação da noção de cultura com o termo desenvolvimento, primeiramente vinculada ao crescimento econômico e posteriormente ampliada sua dimensão ao desenvolvimento humano e sustentável. De meio para o desenvolvimento, a cultura passa a ser vista como base do desenvolvimento, sendo considerada o contexto e o cenário fundamental onde o desenvolvimento ocorre. Ainda vinculado diretamente ao crescimento econômico, o conceito de desenvolvimento era pautado pelo aumento de riquezas materiais, o que também contribuiu para compor o quadro das políticas culturais do período, que buscaram relacionar cultura ao desenvolvimento econômico da sociedade.

Iniciativas como a Década Mundial pelo Desenvolvimento Cultural (1988-1997), da Unesco, apontam para uma ampliação do conceito de desenvolvimento em sua relação com a cultura e estimulam a compreensão da cultura enquanto condição e objetivo do desenvolvimento humano.

É possível identificar a tradução do conceito de **desenvolvimento humano** em conteúdos programáticos para a gestão pública de cultura no caderno *A imaginação a serviço do Brasil*, que reúne diretrizes e propostas do Programa de Políticas Públicas de Cultura do Partido dos Trabalhadores, de 2002. A afirmação da cultura como um direito social básico, conjugada com o respeito à diversidade das experiências culturais e expressões artísticas, passa a constituir premissa básica para a proposição de uma política pública nacional de cultura que, ao estimular o caráter humanista do desenvolvimento, evite a sobreposição da economia de

¹⁴ A contrapartida social ou pública é um mecanismo de responsabilização dos proponentes de iniciativas culturais com a ação pública, que garante o acesso à produção cultural por um público diverso, por meio da ampliação da circulação das ações culturais e a expansão de sua gratuidade, entre outras formas.

mercado à política. O Programa de Políticas Públicas de Cultura propõe revitalizar o papel da esfera pública por meio da cultura e, para tanto, afirma a necessidade de garantir uma política continuada de estímulo à cidadania cultural, com a prática da descentralização e a ampliação do acesso e da participação popular:

O governo democrático e popular deve conduzir sua ação tendo como pressuposto que a política cultural deve obedecer a uma lógica de política pública e estar comprometida com a universalização de seus serviços – bibliotecas interativas, centros culturais, teatros, circos, etc. –, mediante a extensão dos serviços públicos de cultura, com a organização de instrumentos legitimadores de participação social e comunitária, da formação e qualificação de agentes e gestores capazes de formularem e empreenderem projetos e planos de ação, do diagnóstico e da avaliação permanentes, de um rol de instrumentos financiadores diferenciados e suficientes em volume de recursos. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p. 16).

Gilberto Gil foi Ministro da Cultura do Governo Lula, ocupando o cargo de janeiro de 2003 a agosto de 2008. No seu discurso de posse, em consonância com o contexto descrito acima, o Ministro Gilberto Gil afirmou:

Sabemos muito bem que em matéria de cultura, assim como em saúde e educação, é preciso examinar e corrigir distorções inerentes à lógica do mercado – que é sempre regida, em última análise, pela lei do mais forte. Sabemos que é preciso, em muitos casos, ir além do imediatismo, da visão de curto alcance, da estreiteza, das insuficiências e mesmo da ignorância dos agentes mercadológicos. Sabemos que é preciso suprir as nossas grandes e fundamentais carências. (GIL, 2003, p. 11).

2.2 Desafios da gestão cultural

No que diz respeito à gestão pública, logo no terceiro mês de seu mandato, o Ministro Gil resumiu os desafios que o MinC enfrentava no momento:

Dá que três questões-desafios se imponham, agora ao Ministério da Cultura: a retomada de seu papel constitucional de órgão formulador e executor de uma política cultural para o país; a sua reforma administrativa e a correspondente capacitação institucional, do ponto de vista técnico e organizacional para operar tal política; e a

obtenção dos recursos financeiros indispensáveis à implementação desta política, seus programas e seus projetos. (GIL, 2003, p. 22-23).

As críticas que o MinC recebeu no início do Governo Lula se referiam à dificuldade do Estado em promover e fomentar a criação artística e cultural, devido à sua capacidade reduzida de gestão interna e à falta de planejamento. A necessidade de programas de políticas públicas na área da cultura era outro elemento que apontava para a fragilidade do poder público neste setor específico. A política cultural brasileira existente desde a década de 90 também era atacada por priorizar o mercado e valorizar as leis de renúncia fiscal, cujo investimento na área cultural é decidido pela iniciativa privada.

Em 2003, no início da gestão do Governo Lula, o Ministério da Cultura (MinC) estava organizado em uma Secretaria Executiva e cinco Secretarias finalísticas divididas por setores culturais: Secretaria do Livro e Leitura; Secretaria do Patrimônio; Secretaria de Museus e Artes Plásticas; Secretaria de Música e Artes Cênicas e Secretaria do Audiovisual, além de suas quatro instituições vinculadas: a Fundação Biblioteca Nacional, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Fundação Casa de Rui Barbosa e a Fundação Nacional de Artes (Funarte).

A **reestruturação interna do MinC**, com vistas à reformulação do perfil executivo do Ministério em um órgão de planejamento e elaboração de políticas culturais, também representou necessidades a serem executadas no início da gestão. O Decreto nº 4805, de 12 de agosto de 2003, institui um novo formato para o Ministério, dando início à reestruturação do MinC, que se consolida em abril de 2004, com o Decreto nº 5036. A nova estrutura regimental aprovada nesse Decreto manteve as instituições vinculadas e a Secretaria Executiva, passando a contar com um conjunto de seis secretarias ligadas ao Gabinete do Ministro: a Secretaria de Políticas Culturais, a Secretaria de Programas e Projetos Culturais, a Secretaria do Audiovisual, a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, a Secretaria de Articulação Institucional e a Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura. Como órgãos colegiados, o MinC conta com o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e o Conselho Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC).

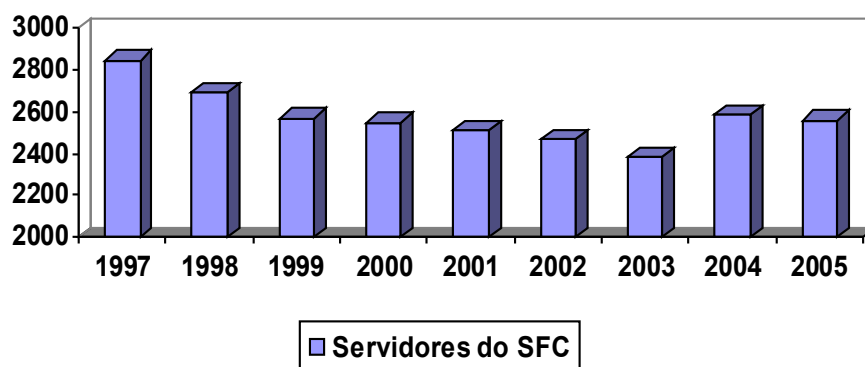
A atual estrutura do Ministério é composta ainda por seis instituições vinculadas, divididas em autarquias e fundações, organizadas de acordo com

setores específicos da cultura. Além das instituições vinculadas já existentes no início da gestão, foram acrescentadas outras duas: a Agência Nacional do Cinema (Ancine) e a Fundação Cultural Palmares.

É visível identificar que essa reorganização interna da estrutura do Ministério seguiu uma orientação diferenciada em relação ao papel do Estado na cultura. As secretarias deixaram de ser organizadas setorialmente, de acordo com as demandas específicas dos projetos e das linguagens artísticas (artes plásticas, artes cênicas, audiovisual, livro etc.), e passaram a constituir uma atuação programática, mais estratégica em termos da intencionalidade política, articulando, muitas vezes, diferentes linguagens artísticas e expressões culturais em um projeto.

No primeiro ano de gestão também foi diagnosticada a necessidade de ampliar a equipe técnica do MinC, redefinir os papéis dos gestores e agentes públicos de cultura e aperfeiçoar os instrumentos institucionais e administrativos do Ministério. Isso, levando em conta os desafios de atendimento ao público beneficiário da política pública de cultura. Inclusive porque, conforme vemos na reprodução do gráfico abaixo, a queda do número de servidores do MinC e instituições vinculadas é contínua desde 1997 e alcança o seu menor índice em 2003, a partir do qual aumenta e retoma o número de servidores do final da década de 90 (SILVA, 2007).

Gráfico 2 - Evolução do número de servidores do MinC



Fonte: Ministério do Planejamento. Citado em: SILVA, 2007, p. 173.

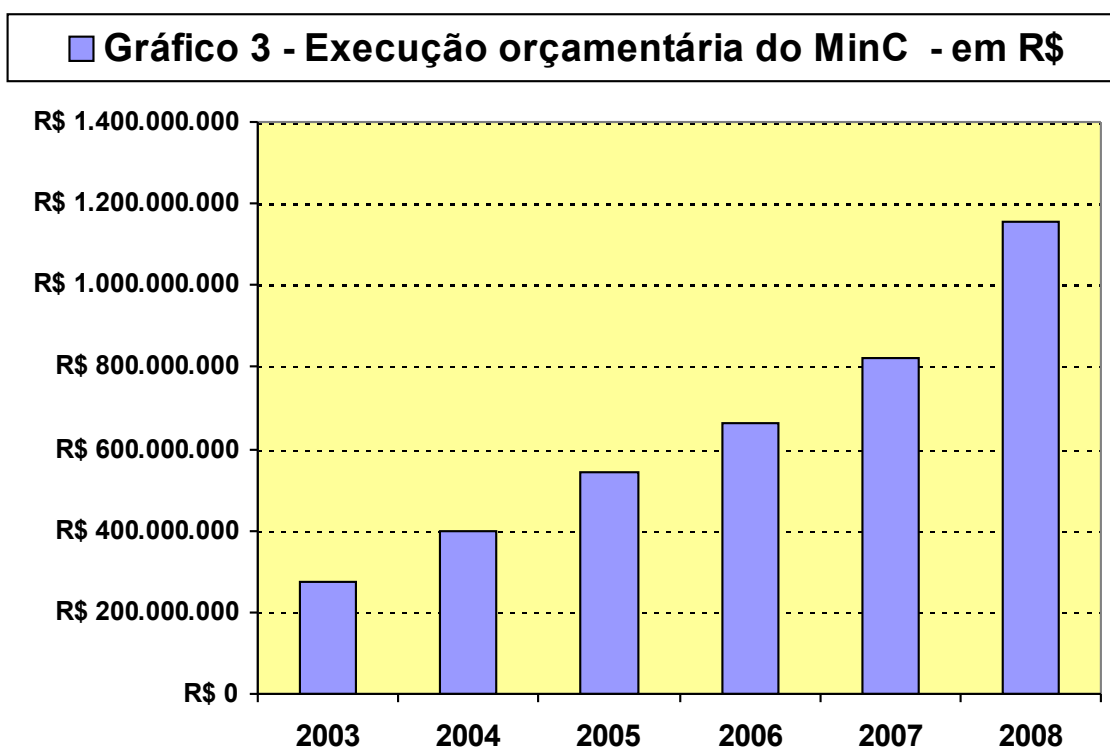
No que diz respeito ao **fortalecimento institucional**, o MinC realizou o primeiro concurso público da sua história voltado à contratação de funcionários

do Ministério. Em 2005, por meio de portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão foi autorizada a liberação de 215 vagas para o MinC e três de suas instituições vinculadas: Fundação Biblioteca Nacional, Funarte e Fundação Cultural Palmares. O edital de seleção foi lançado pelo MinC em março de 2006 e, além de proporcionar a contratação de pessoas, essas medidas foram avaliadas como alternativas às dificuldades relativas à heterogeneidade, fragmentação e terceirização do quadro interno de funcionários do MinC. No entanto, para garantir um avanço na coesão institucional, permanece o desafio de qualificação e profissionalização dos agentes públicos de cultura, no marco da revisão do papel do Estado proposta por essa gestão. Também em 2005, o Iphan e a Ancine tiveram a liberação de novas vagas e fizeram processos seletivos para contratação de servidores.

A pressão pelo fortalecimento da estrutura administrativa do Ministério também foi realizada por parte dos servidores do MinC e de suas instituições vinculadas. A categoria se mobilizou e os servidores fizeram duas greves: uma em 2005, com duração de 100 dias, e outra em 2007, que durou 73 dias. As paralisações reivindicavam a aprovação e implantação do Plano Especial de Cargos da Cultura e maior investimento do governo na qualificação e na profissionalização dos servidores ligados ao Ministério da Cultura. Em dezembro de 2005, o governo sancionou a Lei nº 11.233, que instituiu o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Especial de Atividade Cultural (GEAC). Além de reajuste dos salários, o Plano regulamentou as gratificações incorporando-as aos salários. Após a greve de 2005, houve uma valorização dos vencimentos dos funcionários por parte do governo; no entanto, ainda em 2007, as reivindicações pela implementação do Plano Especial de Cargos da Cultura e a formalização de um plano de carreira aos funcionários do MinC continuou.

No final do ano de 2008, o Projeto de Lei da Câmara Federal – PLC nº 191/08 – foi aprovado pelo Senado Federal. O Projeto criou o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e 425 cargos efetivos do Plano Especial de Cargos. Além desses cargos para o novo órgão, foi instituída também a criação de 330 cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS), divididos entre o Ministério da Cultura e as instituições vinculadas: Iphan, Fundação Palmares e o próprio Ibram.

Para superar as dificuldades de institucionalização de uma política nacional de cultura e aprofundar a democratização cultural, o Ministério da Cultura passou a enfrentar um grande desafio relativo ao limite de sua **capacidade financeira**. No gráfico abaixo temos a evolução orçamentária do Ministério da Cultura que iniciou a gestão com um orçamento de R\$ 275.730.100,00 e alcançou R\$ 1.155.621.600,00 em 2008. Embora a porcentagem de recursos do governo federal investidos no MinC tenha saltado de 0,35% para 0,52% do orçamento da União entre os anos 2003 e 2008, ele ainda está distante do percentual mínimo recomendado pela Unesco de destinação de 1% da arrecadação federal de impostos para a cultura.



Fontes: Ministério da Cultura/Diretoria de Gestão Estratégica/Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI/Banco de Dados GPS/DGE (BRASIL, 2008g, 2009l, 2009m) .

O programa Cultura Viva foi o programa que mais cresceu em termos orçamentários no MinC. Em 2004, ano de sua criação, o programa detinha o segundo menor orçamento dentre os programas do Ministério, ficando a frente apenas do Programa Cultura e Tradições: Memória Viva, uma iniciativa realizada apenas no ano de 2004. Em 2008, o programa Cultura Viva passou a ser o terceiro programa de maior investimento de recursos orçamentários do Ministério, sem considerar suas ações administrativas, de recursos humanos ou previdência.

Tabela 2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE PARTE DOS PROGRAMAS DO MINISTÉRIO DA CULTURA (em R\$ mil)						
PROGRAMA	ANO					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil Patrimônio Cultural	24.290,5	30.323,1	28.370,8	35.450,2	42.018,4	81.389,2
Brasil, Som e Imagem ¹⁵	16.304,3	47.689,8	51.939,5	58.665,6	95.861,9	134.121,5
Cultura Viva – Cultura, Educação e Cidadania	0,00	4.073,7	53.822,4	45.621,4	126.600,1	120.362,7
Engenho das Artes	0,00	62.344,9	74.603,6	107.393,6	81.357,9	206.365,8
Livro Aberto	6.140,4	15.857,6	32.842,9	11.306,3	27.644,9	111.531,1
Monumenta	14.417,5	22.650,3	37.880,4	56.282,5	69.415,7	59.526,0

Fontes: Ministério da Cultura/Diretoria de Gestão Estratégica/Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI/Banco de Dados GPS/DGE (BRASIL, 2008g, 2009l, 2009m).

Ao observar a distribuição dos investimentos do MinC em seus programas e ações, identificamos que a maior porcentagem do orçamento é alocada no apoio administrativo do Ministério, alcançando uma média de aproximadamente 25% do orçamento total no período de 2003 a 2008. Embora o recurso destinado a apoio administrativo seja o mais alto dentre as despesas do MinC, há uma diminuição considerável da proporção de recursos despendidos com apoio administrativo em relação ao orçamento geral do MinC. Em 2003, 37,5% do orçamento do MinC foi executado para essa despesa, sendo que, em 2008, ela recebeu 17% do total do orçamento do Ministério.

Ainda relacionadas a esse mesmo desafio da questão financeira, vale destacar três questões que foram e continuam sendo representativas e recorrentes

¹⁵ Engloba valores do Programa Cinema Som e Vídeo, existente até 2005, e do Programa Ver Cinema, Ser Brasil, existente apenas em 2004.

no debate sobre a ação pública de cultura no Brasil: a necessidade de reforma dos mecanismos públicos de **financiamento à cultura**; a fragmentação institucional de cada nível de governo e a dificuldade de articulação intergovernamental. A porcentagem reduzida do orçamento federal para a cultura em relação aos municípios tem estreita relação com essas questões, visto que

Estudos atuais indicam que os recursos orçamentários públicos totais aproximam-se de R\$ 2 bilhões, com 13% de origem federal, 36%, estadual, e 51%, municipal. Entretanto o esforço de gasto é pequeno no governo federal e nos governos estaduais e é heterogêneo entre os municípios, dos quais os menores têm baixo dinamismo econômico, baixa arrecadação tributária e dificuldades na alocação de recursos setoriais. (SILVA, 2007, p. 93)

Ao analisar os instrumentos existentes e seu conteúdo no que diz respeito aos direitos culturais, podemos concluir que, embora a Constituição de 1988 estructure os papéis dos diferentes níveis de governo e da sociedade, faltam instrumentos aplicáveis que proporcionem o alcance desses objetivos e orientem sua execução. Como exemplo, podemos citar a integração das ações do poder público, regulamentadas a partir da Emenda Constitucional nº 48, que instituiu o Plano Nacional de Cultura, incluído no artigo 215 da Constituição, em 2005, como veremos em seguida.

As ações do Ministério da Cultura, na gestão Gil, a fim de institucionalizar sua política, tiveram mais expressão na transformação de seus marcos jurídicos e na proposição de **instrumentos legais da política cultural**. Destacamos a seguir duas ações representativas do esforço de constituir instrumentos de gestão, ocorridas em 2005, relativas à aprovação do Plano Nacional de Cultura (PNC) e do Sistema Federal de Cultura (SFC).

Em agosto de 2005, o PNC é aprovado por meio da Emenda Constitucional nº 48 (EC nº 48), que tenta responder à necessidade do governo federal dispor de políticas integradas. O instrumento legal do PNC permite a integração das ações dos governos federal, estaduais e municipais em um sistema articulado – Sistema Federal de Cultura – que, por sua vez, consolida a cultura como política pública de âmbito nacional. O PNC constitui o instrumento que ordenará a pactuação de responsabilidades, a cooperação dos entes federados, e destes com a sociedade civil.

Essa Emenda Constitucional estabelece o Plano Nacional de Cultura para:

- I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- II – produção, promoção e difusão de bens culturais;
- III – formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- IV – democratização do acesso aos bens de cultura;
- V – valorização da diversidade étnica e regional. (BRASIL, 2007a).

O PNC apresenta o desafio de trabalhar suas metas, conceitos e propostas de forma articulada e coesa nos diferentes âmbitos do poder público.

Em 24 de agosto de 2005, o Presidente Lula aprovou o Decreto n° 5520 que instituiu o Sistema Federal de Cultura e dispôs sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) do Ministério da Cultura. O SFC tem como objetivo, fundamentalmente, a integração dos diferentes órgãos relacionados à política cultural e os programas do governo federal na articulação de ações e composição da rede para efetivar o Plano Nacional de Cultura, implementá-lo, monitorá-lo e avaliá-lo.

O CNPC, por sua vez, reúne representantes das três esferas de governo (municipal, estadual e federal), ONGs, sistema S, segmentos técnicos e artísticos, instituições federais do ensino superior, Senado, Câmara Federal, dentre outras representações. O Conselho tem por finalidade avaliar as diretrizes do PNC e propor critérios e prioridades para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais.

A PEC 416/05 é uma proposição de Emenda Constitucional ao artigo 216, que se refere à constituição de um sistema público e nacional – o Sistema Nacional de Cultura (SNC) – e visa a integração horizontal de instituições culturais públicas e privadas. O SNC é responsável por promover a participação da sociedade na gestão pública da cultura, reunindo instrumentos transparentes e democráticos de controle social e regulação das atividades e bens culturais. Um de seus principais desafios se refere à própria conceituação de sistema, com um sentido compartilhado e compreendido como adequado por todos os sujeitos envolvidos na execução da política pública de cultura. A definição de critérios e diretrizes para orientar o financiamento de políticas culturais, bem como seus instrumentos de monitoramento e fiscalização, está dentro do escopo de regulação do SNC.

O estabelecimento de mecanismos efetivos de articulação da gestão política que articulem diferentes ministérios, órgãos governamentais e sistemas já existentes em

políticas transversais de cultura é outro desafio significativo. A articulação das políticas de cultura com outros setores, como educação, saúde, comunicação, juventude etc., com a sociedade civil e as esferas municipais e estaduais representa um intenso trabalho a ser feito através do Sistema Nacional de Cultura para se construir uma política pública nacional de cultura compreendida enquanto política de Estado.

Há outra proposição de Emenda Constitucional ao artigo 216: a PEC 310/04. Ela se refere à construção do Sistema Público de Financiamento e prevê a destinação de receitas resultantes de impostos para a cultura, seguindo a proporção de 2% de competência da União, 1,5% no caso dos estados e Distrito Federal e 1% dos municípios.

E ainda determina que, dos recursos a serem vinculados à cultura pela União, serão transferidos 25% aos estados e Distrito Federal e 25% aos municípios, com critérios a serem definidos em lei complementar (SILVA, 2007, p. 148).

Na busca pela consolidação de um processo de constitucionalização da cultura, todos esses instrumentos oferecem mecanismos de planejamento e integração de políticas culturais nas diferentes esferas de governo. Sua efetivação requer a articulação dos programas e projetos culturais em um sistema público e nacional e numa Política Nacional de Cultura que envolva diferentes setores, dialogue ações junto a outros Ministérios e regule a articulação em outras esferas de governo.

2.3 Política cultural do Governo Lula

Conforme vimos anteriormente, a transformação da cultura política, a democratização cultural e a necessidade de políticas integradas representam importantes passos para a formulação e execução de uma **política nacional de cultura**. Para tanto, no início da gestão do Ministro Gilberto Gil, foi identificada a necessidade de se trabalhar a partir de um conceito integrado de cultura que fosse referência para orientar politicamente as diversas ações do MinC e estruturar seu programa político. O tratamento conceitual e político dado, portanto, à cultura teve como base uma compreensão de cultura na sua totalidade, que contemplasse o

trabalho da diversidade étnica e regional, e propusesse convergências e complementaridades.

Nessa perspectiva, o discurso do programa político do MinC reúne e integra **três dimensões da cultura**, passando a estruturar suas ações e políticas a partir de uma concepção que articula a dimensão simbólica da vida social, a dimensão da cultura como economia e a compreensão de cultura como direito de cidadania. Segundo essa concepção, a política cultural

[...] retoma o sentido original da palavra cultura e se propõe a “cultivar” as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, motivações, crenças religiosas, valores, práticas, rituais e identidades. [...] As políticas culturais devem reconhecer e valorizar esse capital simbólico, através do fomento à sua expressão múltipla, gerando qualidade de vida, auto-estima e laços de identidade entre os brasileiros. (BRASIL, 2008c, p. 12).

Ao propor uma política cultural que abarque a **dimensão simbólica da cultura**, o Ministério da Cultura expressa a intencionalidade de fomentar os “signos construtores das identidades”, os “atos criativos de nosso povo”, a “usina de símbolos de cada comunidade e de toda a nação” e “as manifestações do espírito humano”, nas expressões utilizadas pelo Ministro Gilberto Gil (2003, p. 11). Partir da compreensão de cultura como dimensão simbólica da existência social brasileira é também uma maneira de articular a esfera local e global das expressões culturais na formulação de políticas públicas, pois a dimensão simbólica conecta as múltiplas representações do sentir, do fazer, do saber e do pensar brasileiros com a diversidade cultural planetária.

Políticas de cultura que contemplem a **dimensão cidadã da cultura** são propostas pelo Ministério da Cultura dentro da perspectiva de superação da exclusão social, eliminação das desigualdades e discriminações, reforço da autoestima e apropriação do sentimento de pertencimento. Ao final deste capítulo, abordaremos o discurso da política nacional de cultura e aportaremos uma interpretação a respeito de sua intencionalidade. A ampliação do acesso a bens e serviços culturais e sua garantia, de forma universal, a toda população brasileira, em todos os territórios e estratos sociais têm sido a tônica de orientação da política cultural dos documentos e programas do MinC.

Outro aspecto que também se insere na perspectiva da cultura como direito

de cidadania diz respeito ao investimento de recursos, serviços e distribuição da infra-estrutura cultural no país. O Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003-2005 elaborado pelo IBGE, em parceria com o MinC, apresenta dados relevantes nesse sentido, a partir dos quais podemos identificar as diferenças dos índices entre as regiões. No que diz respeito à distribuição percentual das despesas com cultura dos governos estaduais, segundo as grandes regiões, há destaque para a região Sudeste, que representa 40,2% do total da participação nos gastos com cultura em 2005; a região Sul representa 9,8%; o Centro-Oeste, 11,8%; o Norte, 15,3%; e o Nordeste, 23% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007b, p. 70-71).

Com base nessa concepção de cultura, a política cultural proposta pelo MinC afirma ser orientada por uma abordagem que transcende as linguagens artísticas ao contemplar a diversidade cultural em suas múltiplas interconexões. Um bem simbólico é simultaneamente um produto cultural, criado em um determinado contexto social, com valor econômico e político. Isso dificulta a dissociação das diferentes dimensões da cultura, ao mesmo tempo em que situa o conceito de cultura trabalhado pelo MinC no contexto da abordagem da diversidade cultural proposta no debate internacional acerca da Convenção da Unesco.

A **dimensão econômica da cultura** contempla diversos aspectos relativos à produção, ao consumo e ao emprego do setor cultural. Se, no espaço da cidadania, a política cultural do MinC se propôs a eliminar a desigualdade social, do ponto de vista econômico, as potencialidades da cultura são projetadas em sua capacidade distributiva e equitativa.

Apesar do desenvolvimento da economia da cultura ter entrado no orçamento do MinC com recursos específicos para o seu fomento apenas em 2007, essa temática já possuía destaque desde o Programa de Políticas Culturais de 2002 do Partido dos Trabalhadores. O documento já apontava para a complexidade da economia da cultura:

O ponto de partida é separarmos a noção de uma produção cultural capaz de gerar ativos econômicos, independentemente de sua origem, suporte ou escala, da indústria do entretenimento, essa última marcada pela produção industrial e pelas regras do mercado. Essas duas vertentes formam aquilo que entendemos por economia da cultura, ambas devidamente protegidas pelo direito do autor, o que exigirá avanços na legislação sobre o tema. Nenhuma dessas

vertentes isoladamente constitui o que entendemos por economia da cultura. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p. 12).

Neste estudo, faremos uma leitura de alguns indicadores culturais do período de 2003 a 2007, sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Sistema de Informações e Indicadores Culturais caracterizou os principais aspectos da oferta e da demanda de **bens e serviços culturais**, gastos das famílias, gastos públicos com cultura e o perfil socioeconômico da mão-de-obra ocupada em atividades culturais. A pesquisa do IBGE nos permitiu reunir dados relativos ao perfil da população ocupada no setor cultural e analisar algumas recorrências, além de mapear a abrangência das atividades culturais, tanto regionalmente quanto nos diferentes setores (serviços, indústria e comércio).

O levantamento de dados quantitativos e indicadores de impacto da cultura na economia também foi outro aspecto que precisou ser superado para estruturar a orientação política do financiamento público estatal à cultura no Brasil e qualificar a intervenção estatal para formular alternativas à superioridade da lógica do mercado na regulação da produção cultural e da criação artística. O Sistema de Informações e Indicadores Culturais compõe um conjunto de estudos, pesquisas e levantamentos empreendidos entre o MinC, o IBGE e o IPEA, que também representaram um diferencial desta gestão.

É importante mencionar que, em termos metodológicos, o Sistema de Informações e Indicadores Culturais divide as atividades econômicas da cultura entre aquelas ligadas direta e indiretamente à cultura. Dentre as atividades econômicas diretamente ligadas à cultura estão as artes, as atividades de edição de livros, rádios, televisão, teatro, música, biblioteca, arquivos, museus e patrimônio histórico. As atividades econômicas indiretamente ligadas à cultura referem-se às que agregam em uma mesma classificação aquelas consideradas propriamente culturais e outras não necessária ou exclusivamente vinculadas ao setor em questão: atividades de comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria, livros, jornais e outras publicações (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006b, p. 17).

Essa organização da pesquisa revela o amplo conjunto de atividades, serviços e produções contempladas no universo temático da economia da cultura. Para uma abordagem específica dessa temática, é imprescindível discernir as suas diferentes áreas contempladas, visto a especificidade de segmentos, como a comunicação e a tecnologia da informação, que requerem leituras próprias, inclusive para qualificar informações

precisas sobre a relação entre esses dois setores: a comunicação e a cultura.

O estudo do IBGE comprova com dados e porcentagens uma forte característica da economia da cultura relativa à representatividade das atividades de serviços, responsável por 71,1% do conjunto das atividades culturais pesquisadas pelo IBGE em 2005, enquanto as atividades relativas à indústria cultural abrangem 24,5%. Embora tenham aumentado 0,8% no período de 2003 a 2005, as atividades culturais vinculadas ao comércio possuem a menor representatividade dentro o setor cultural, reunindo apenas 4,3% do seu conjunto. Em relação ao total das atividades de serviços, em 2005, as atividades culturais representavam 11,3% do número total de empresas e 2,1% do pessoal ocupado (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007b).

O nível de escolaridade dos trabalhadores no setor cultural é mais elevado do que o nível do trabalhador do mercado de trabalho em geral. Os trabalhadores com 11 anos ou mais de estudo alcançam o percentual de 37,6%, dentre os setores em geral; já nas atividades culturais, esse índice é superior a 55%. Ao regionalizarmos esse dado, identificamos que a região Sudeste reúne o maior percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo vinculadas a atividades culturais, chegando a 62% do perfil (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007b, p. 86). Por um lado, a pesquisa revela a tendência do setor cultural em absorver um universo populacional de maior escolaridade, principalmente nas regiões que concentram uma produção cultural mais diversificada, profissionalizada e com mais recursos. Contudo, essas informações nos permitem identificar também a dificuldade de mapear a vastidão do setor cultural e abarcar aquelas atividades com menor regularidade, cujos trabalhadores não têm sua profissão formalmente reconhecida e nem sempre possuem o ensino médio completo.

Em 2006, a população ocupada no setor cultural era de 33,8%, entre os empregados com carteira assinada, e de 56,6%, entre os trabalhadores por conta própria e os empregados sem carteira. Em relação ao total de pessoas ocupadas no Brasil, a participação da população ocupada em atividades culturais é de 4,8%, em 2006, estimativa que ultrapassa 4,2 milhões de trabalhadores nesse setor, segundo dados dos indicadores culturais elaborados pelo IBGE e emitidos com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004-2006. O índice da população ocupada no setor cultural no período de 2005 a 2006 cresceu 5,4%, o que representa um aumento significativamente maior do que foi apresentado pelo

IBGE para o crescimento da população ocupada em geral no Brasil nesse período (2,4%).

Embora a maior participação percentual da população ocupada nas atividades culturais corresponda aos homens (51,5%, em 2006), é significativa a participação das mulheres nas atividades culturais (48,5%, no mesmo ano), o que representa também um índice superior à porcentagem das mulheres ocupadas no total das ocupações (42,5%) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007a).

Segundo a pesquisa do IBGE, cerca de 55% da população ocupada nas atividades culturais correspondem à faixa de 25 a 49 anos de idade e, quando comparamos a participação dos mais jovens ocupados na cultura com a porcentagem dos ocupados em geral, identificamos que, na faixa de 10 a 24 anos, a participação dos jovens ocupados nas atividades culturais é maior do que a porcentagem média dos ocupados em geral (28,8% contra 22,4%). Essa variação é recorrente em todas as regiões e nos estados brasileiros, sendo que o Nordeste apresentou maior proporção de jovens (10 a 24 anos) no setor cultural, chegando a 31,9%, enquanto que a população ocupada em geral nessa faixa etária é de 25,6%.

Grupos de idade	População de 10 anos ou mais de idade, ocupada (1000 pessoas)					
	TOTAL			SETOR CULTURAL		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Brasil	84.596	87.189	89.318	3.769	4.032	4.250
10 a 24 anos	19.946	20.350	19.968	1.141	1.155	1.223
25 a 49 anos	49.439	50.701	52.087	2.110	2.274	2.368
50 ou mais	15.207	16.097	17.264	518	602	660
Não-determinado e sem declaração	4	42	-	-	2	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006.

É possível distinguir o impacto da cultura na geração de trabalho no setor cultural de serviços, que reúne 9% do total de pessoas ocupadas nas atividades de serviços. Esse quadro não se repete nos setores industriais e comerciais da cultura. A **empregabilidade** do setor industrial da cultura conta com 4% das pessoas

ocupadas na indústria e, no comércio, o setor cultural emprega cerca de 2% do total de pessoal ocupado.

Do ponto de vista do consumo das famílias, as atividades de cultura, lazer e festas representam 12%. O Sistema de Informações e Indicadores Culturais realizado pelo IBGE em 2005 também aponta para o gasto de cerca de 7% do orçamento familiar em produtos culturais; mas é importante destacar que esse índice inclui gastos com telefonia, o que eleva substancialmente a porcentagem do consumo cultural. Excluindo os gastos com telefonia, os gastos com cultura representam 4,4% do total de despesas familiares, cerca de R\$ 64,53 por mês. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007b). A abrangência desse índice sem os gastos com telefonia reúne os elementos da cultura que estão mais contemplados neste estudo.

Ao tratarmos a dimensão econômica da cultura com foco na produção cultural, é de fundamental importância considerarmos o seu processo de criação e não reduzir a análise ao prisma do mercado ou à lógica de eventos. **O processo criativo não pode ser instrumentalizado** nem reduzido a mercadorias para o consumo, embora não se neguem seus impactos econômicos. É igualmente necessário considerar que essa produção cultural também movimenta um conjunto de sujeitos e redes sociais que são calcadas em identidades territoriais e muitas vezes se organizam em cadeias produtivas ou arranjos produtivos locais, com lógicas próprias de funcionamento, alimentadas por relações solidárias e cooperativas, que nem sempre são mensuráveis em estudos e pesquisas econômicas nacionais.

O campo da gestão cultural também ressalta a necessidade de ampliar as intervenções públicas na área da cultura e garantir sua qualificação de forma sistêmica, por meio da **formulação de políticas públicas de Estado**. A necessidade do desenvolvimento de instrumentos consolidados de gestão e financiamento próprio aos programas e iniciativas culturais corresponde ao desafio de superar a fragmentação e a descontinuidade da política cultural.

O Plano Nacional de Cultura dá concretude e operacionaliza o Sistema Nacional de Cultura. Ele é o instrumento responsável por conceituar, organizar, estruturar e implementar as políticas públicas de cultura no Brasil. O Sistema Nacional de Cultura, por sua vez, busca a gestão conjunta de políticas públicas, de forma articulada com a sociedade civil e os governos, em âmbito municipal, estadual

e federal. Para sua implementação, é necessária a construção de um marco regulatório próprio e uma infraestrutura adequada. Para garantir sua viabilidade e efetividade, será necessário criar espaços de participação democrática na gestão das políticas públicas, elemento inexistente nas prioridades das políticas municipais de cultura, conforme vimos no capítulo anterior.

Essas necessidades e propostas foram expressas de forma recorrente nos seminários *Cultura para Todos*, realizados pelo MinC no primeiro ano da gestão Gil em todas as regiões do Brasil, reunindo artistas, produtores, gestores, intelectuais e pessoas interessadas em discutir a política cultural no Brasil. Nessa ocasião, foram realizados 20 encontros do seminário *Cultura para Todos*, que apresentaram um diagnóstico sobre a produção cultural, sua distribuição, as formas de financiamento e os seus impasses. O MinC também realizou encontros, audiências públicas, reuniões e seminários com secretários estaduais e municipais tendo em vista a perspectiva de reformulação da estrutura do MinC e de ampliação de seu raio de atuação.

De acordo com a proposta de ampliação da participação e do diálogo social sobre desafios, necessidades e propostas para orientar a ação pública de cultura no Brasil, o MinC realizou a **I Conferência Nacional de Cultura** em dezembro de 2005. A Conferência foi precedida de 400 encontros municipais, intermunicipais, estaduais, setoriais e de uma plenária nacional ao longo do segundo semestre de 2005. O processo da Conferência mobilizou gestores de 1.158 municípios, de 19 estados e do Distrito Federal, além de contar com a participação de aproximadamente 60 mil pessoas (BRASIL, 2008c).

A Conferência deu início a um processo de consulta pública sobre o Plano Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura, que perdurou até 2008. Em 2007, o processo de elaboração de diretrizes do PNC contou com o Seminário Internacional da Diversidade Cultural em 2007 e a formação da Subcomissão Permanente de Cultura da Câmara dos Deputados que realiza uma série de audiências públicas sobre a temática.

As diversas consultas ocorreram nas diferentes esferas de gestão pública e com a participação variada de representantes da sociedade civil e dos governos. Essa ação iniciou um processo de mobilização que se propôs constituir um novo modelo de gestão pública cultural, embora continue em momento de consulta pública, passados três anos de seu início.

O **Plano Nacional de Cultura** é considerado pelo MinC como seu plano

estratégico de diretrizes para a formulação e execução de políticas culturais. A análise desse instrumento, que aqui realizamos, se orienta pela meta de acesso universal à cultura proposta pelo Plano, como segue:

O acesso universal à cultura é uma meta do Plano que se traduz por meio do estímulo à criação artística, democratização das condições de produção, oferta de formação, expansão dos meios de difusão, ampliação das possibilidades de fruição, intensificação das capacidades de preservação do patrimônio e estabelecimento da livre circulação de valores culturais. (BRASIL, 2008c, p. 12).

A partir da afirmação dessa meta, realizamos uma análise das propostas de diretrizes e ações do PNC centrada em dois enfoques: a participação da sociedade civil na formulação e gestão da política cultural e a concepção de juventude que permeia o Plano e orienta a proposição de ações públicas de cultura para os jovens.

A **parceria do poder público com ONGs** e outras instituições da sociedade civil é destacada como sendo importante na perspectiva de formação e qualificação dos espaços públicos de participação. Todas as menções ao papel das ONGs na formulação e execução de políticas públicas estão associadas ao conhecimento acumulado na área educacional e de capacitação de jovens. É, no entanto, sob uma perspectiva instrumental da cultura que esse papel é proposto às ONGs e aos jovens, dentro da abordagem da inclusão cultural, como vemos nos trechos a seguir.

Ao realizar um diagnóstico e abordar os desafios para as políticas culturais, no campo da identidade e redes socioculturais, estão explícitos dois desafios que dialogam diretamente com a temática deste estudo: “Reconhecer, qualificar e apoiar a experiência de ONGs e grupos culturais atuantes em comunidades pobres e vulneráveis” e “Qualificar a vivência cultural na infância, juventude e terceira idade”. O primeiro desafio é contextualizado da seguinte maneira no PNC:

A população brasileira, mesmo em situações de ausência do atendimento do Estado, desenvolveu uma enorme experiência no uso de atividades culturais para programas de cidadania voltados, especialmente, a crianças, jovens e adultos em condições de extrema vulnerabilidade e risco social. Em anos de omissão, o Estado deixou um espaço vazio ocupado pela sociedade, experiência hoje reconhecida mundialmente. Atualmente, são centenas de milhares de grupos atuando formal e informalmente no Brasil. Recuperando sua responsabilidade no assunto, o Estado não pode desconsiderar esse enorme aprendizado do país que está disponível para as políticas públicas. Atuando por meio da dança, teatro,

audiovisual, e outras linguagens, esses grupos fazem da fruição cultural uma estratégia de valorização de indivíduos e comunidades. (BRASIL, 2008c, p. 40)

Em seguida, no que diz respeito especificamente à juventude, o PNC contextualiza os desafios das políticas de inclusão cultural, destacando o acesso à cultura, a consideração dos diferentes momentos do ciclo de vida, a troca de experiências intergeracionais, a adequação dos espaços públicos e o estímulo à expressão simbólica desses grupos. O Plano deixa evidente a concepção de juventude que orienta a formulação de suas políticas públicas de cultura e reforça a visão do jovem marginalizado e desempregado, do jovem enquanto problema social, que vive condições de vulnerabilidade e para o qual a cultura tem papel estratégico de inclusão. Para ilustrar essa concepção, de acordo com o próprio discurso do PNC:

A situação é ainda mais grave quando se trata de jovens das camadas populares. Esses, devido às recentes transformações do mercado de trabalho, têm limitadas perspectivas de inserção produtiva e reduzido acesso a bens e serviços culturais. Além disso, considerando a atual conjugação entre o tráfico de drogas e a proliferação de armas, são muitos os jovens diretamente atingidos por distintas formas de violência física e simbólica, sobretudo aqueles que vivem em áreas pobres e violentas alijadas dos equipamentos de cultura e lazer. (BRASIL, 2008c, p. 40).

Uma proposta de diretriz e ação para a política pública de cultura proposta pelo PNC que atende de forma articulada aos desafios acima refere-se a

Estabelecer parcerias entre os órgãos de educação, cultura, Sistema S e ONGs para a realização de cursos de capacitação em centros culturais e outros espaços. Dar prioridade ao atendimento de grupos marginalizados, afro-brasileiros e jovens, e torná-los agentes de propagação de atividades artísticas e culturais. (BRASIL, 2008c, p. 78).

Dessa forma, vemos que o Estado, ao se propor reassumir a responsabilidade de garantir o acesso aos meios de criação e produção cultural por todos os setores da população, mantém um discurso de instrumentalização da cultura e não situa, no caso desta análise, os jovens como sujeitos de direito. O **papel atribuído ao jovem** no contexto do PNC é o de mediador, articulador, propagador e dinamizador de cultura, um agente que atua na multiplicação de

atividades culturais e não um criador de cultura, um sujeito que produz expressões artísticas próprias e por isso deve ter o seu direito reconhecido. Veremos no próximo capítulo desta dissertação, a partir da análise da experiência de um programa nacional de cultura, o alcance e a configuração que assume o reconhecimento pelo Estado das ações culturais realizadas pelas ONGs e demais organizações da sociedade civil.

A partir dessa concepção de juventude e dos desafios das políticas culturais, mantivemos o enfoque de nossa análise nas diretrizes propostas pelo PNC que envolvem a juventude. Pudemos identificar a necessidade de realizar um diagnóstico e um mapeamento em escala nacional a respeito das expressões culturais juvenis, pois, além de não haver nenhuma diretriz voltada especificamente às expressões artísticas e manifestações culturais dos jovens, foi apontada a necessidade de

Promover estudos culturais a partir de pesquisas demográficas realizadas em parceria com órgãos especializados, com o objetivo de suscitar a ampla discussão sobre o perfil populacional do país e sua relação com as artes e as manifestações culturais. (BRASIL, 2008c, p. 68).

As diretrizes voltadas à promoção do acesso aos bens e serviços culturais pelos jovens foram abordadas por meio do viés da oferta de transporte, descontos, ingressos gratuitos e acesso facilitado ao consumo cultural. O fomento à formação e capacitação profissional de jovens para a produção cultural também foi elencado dentre as diretrizes do Plano, com foco voltado à geração de trabalho e renda dos mesmos. Ainda em termos das ações educativas junto a jovens, foi proposta a articulação de diversas ações junto ao sistema regular de ensino, e o PNC ainda indica a realização de atividades pelas escolas, como oficinas, visitas a museus, excursões ao cinema e ao teatro.

Todas as menções feitas no PNC à cultura como **dimensão expressiva do espaço público** são vinculadas aos jovens, e sua participação é abordada sobre dois aspectos. O primeiro deles diz respeito à composição de fóruns e conselhos com a proposta de garantir a representação social etária nesses espaços. Outra forma de participação de jovens mencionada no PNC refere-se aos espaços públicos culturais que articulam atividades lúdicas e criativas ao conhecimento e à fruição das artes. No campo das políticas culturais propostas no PNC, identificamos a concepção de jovens como agentes vinculados à territorialidade, com forte relação

com o espaço público, e que realizam o papel de dinamizadores da produção cultural de sua localidade.

No que diz respeito ao fomento à criação cultural, é possível detectar recorrência no PNC das ações e propostas de incentivo à experimentação estética por meio da interface das artes com as tecnologias, como na área do audiovisual. As expressões experimentais são propostas de forma conectada à inovação em pesquisa e à difusão da informação. A proposta de aliar a diversidade cultural ao uso das inovações técnicas também compõe o conjunto das ações voltadas ao fomento da criação cultural que pudemos identificar no PNC.

Veremos adiante como essa concepção de jovens mediadores de cultura, com forte participação no espaço público e com papel de dinamizadores de ações culturais, será incorporada em um programa específico do Ministério da Cultura. É também incorporado a esse programa a participação das ONGs no processo de capacitação de jovens, o que nos oferecerá mais elementos para analisar as potencialidades e os limites dessa compreensão de política cultural de juventude.

CAPÍTULO 3

O PROGRAMA CULTURA VIVA

Neste capítulo, recuperaremos o histórico do **Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva**, da Secretaria de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura (SPPC/MinC), e abordaremos suas ações e as formas de acesso à cultura por ele proporcionadas. Para tanto, é fundamental recuperar os princípios conceituais e os instrumentais de gestão que integram os diferentes momentos da execução do programa, analisando os trajetos possíveis e propostos pelo programa, no seu exercício de promoção da pluralidade cultural.

O Cultura Viva é um programa do Ministério da Cultura que se propõe reunir de forma abrangente as diretrizes políticas do MinC tratadas no capítulo anterior. Isso pode ser identificado na articulação das três dimensões da cultura: a sua dimensão simbólica, a cultura como direito de cidadania e a cultura como economia. Mas também podemos identificar neste programa as diretrizes políticas referentes à descentralização da gestão cultural, a integração das diversas linguagens artísticas, a articulação com a educação e outros setores sociais, além da busca pela convivência na diversidade cultural ao reunir um perfil variado dentre os participantes do programa. Conforme vimos no capítulo anterior, essas diretrizes dizem respeito à reformulação do papel do Estado na cultura, por meio da proposta de democratização cultural.

O Ministério da Cultura apresenta o Cultura Viva como uma proposta para responder a esse desafio:

Precisamos moldar o Estado brasileiro à imagem de seu povo. [...] O Cultura Viva deseja contribuir para essa aproximação, em busca de um Estado ampliado. É um programa de acesso aos meios de formação, criação, difusão e fruição cultural, cujos parceiros imediatos são agentes culturais, artistas, professores e militantes sociais que percebem a cultura não somente como linguagens artísticas, mas também como direitos, comportamentos e economia. (BRASIL, 2004b, p. 15).

Isso evidencia que o programa terá que atuar no conjunto da sociedade e

criar mecanismos de articulação desses parceiros, participação e democratização cultural. Conforme vimos nos capítulos anteriores, compreendemos que as políticas culturais incidem na organização do espaço público e no exercício dos direitos, o que implica dialogar com o contexto social, considerar os seus limites e necessidades para atuar de forma integral e abrangente.

O que orienta nossa reflexão neste capítulo é identificar a intencionalidade deste programa, as ações que o compõem, além de seus mecanismos de acesso e gestão. Isso implica em abordar os alcances e limites da iniciativa de reformulação do Estado na perspectiva da democratização cultural proposta pelo MinC nesta gestão.

3.1 Histórico do programa Cultura Viva

Com o objetivo de apoiar iniciativas culturais nas periferias das grandes cidades e no interior do Brasil, o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, criou o programa *Refavela* no primeiro ano de mandato. De acordo com a Portaria nº 515, que instituiu a criação do programa, publicada no Diário Oficial em 2 de dezembro de 2003, o programa se propôs a oferecer

[...] apoio institucional e técnico para o desenvolvimento de atividades culturais às comunidades locais, bem como o acesso a métodos modernos de comunicação que permitam a troca de informações e de experiências na área da cultura; será executado de forma descentralizada, em nível dos governos locais, utilizando como principal infra-estrutura logística a Base de Apoio à Cultura (BAC), a ser construída com recursos advindos de parcerias estabelecidas com governos estaduais e municipais, com empresas públicas e privadas, com associações comunitárias e outras organizações da sociedade civil, e recursos orçamentários consignados na lei orçamentária. (DE OLHO EM BRASÍLIA, 2003).

No momento do lançamento, o programa *Refavela* tinha previsão de iniciar com a construção de 50 BACs nas periferias e cidades do interior do país. Segundo informes do Ministério da Cultura (BRASIL, 2007c), o programa contava com apoio da Petrobrás, empresa que tinha previsto investir R\$ 70 milhões para as instalações das BACs, cuja estrutura ofereceria apoio

institucional e técnico a artistas e produtores dessas localidades.

Se, por um lado, o programa Refavela era aguardado com muito entusiasmo nos locais em que se projetava a construção dessas Casas de Cultura, por outro, a proposta de construção das BACs foi duramente criticada no meio político e artístico-cultural do país. O maior questionamento se assentava na perspectiva de que a construção de centros culturais e casas de cultura, com as BACs, era muito onerosa e não garantia o estímulo às iniciativas artísticas e culturais das comunidades. A manutenção de programas como esse também foi questionada, uma vez que eles dependem de parcerias entre as diferentes esferas governamentais e ficam atrelados às vontades políticas, correndo riscos de descontinuidade.

Além das construções das BACs, era preciso calcular os custos de manutenção de suas iniciativas, como água, luz, impostos e pessoal, o que também representava outro aspecto dificultador da implementação de programas como esse, cuja gestão e planejamento são organizados de forma descentralizada. Em geral, as comunidades das localidades em que o programa seria implementado não dispunham de recursos que viabilizassem a manutenção de espaços e iniciativas como essa e teriam que buscar fontes de financiamento para poder manter suas atividades. Esse foi um argumento que ganhou força, inclusive dentro do próprio Ministério, dando sustentação à alteração de sua proposta.

O programa *Refavela* não chegou a ser implementado e as BACs foram derrubadas antes mesmo de serem erguidas. O programa foi reformulado e podemos identificar um significativo deslocamento de prioridades políticas na mudança de rota do principal programa da Secretaria de Programas e Projetos Culturais do MinC. Essa inflexão pode ser traduzida na alteração de uma ação pública, que se propunha a instalar equipamentos culturais em cidades, bairros e regiões com pouco acesso à cultura, para um novo programa, cujo ponto de partida de sua orientação política era o apoio à realização de projetos e iniciativas artísticas em equipamentos culturais já existentes e que possuam atuação social e cultural há mais de dois anos.

A proposta de criação de uma iniciativa governamental executada de forma descentralizada, que articulasse as diferentes esferas do poder público e integrasse a cultura com a comunicação ganhou corpo e destaque no discurso de formulação do programa Cultura Viva. A esta orientação, foi acrescida a perspectiva cidadã de

promover a participação de grupos sociais, o incentivo às expressões culturais enraizadas nas comunidades locais e a conexão entre cultura e educação.

Com base nesses princípios, em julho de 2004, a Secretaria de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura (SPPC/MinC) criou o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva. Tendo como objetivo promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, o programa se propôs a potencializar energias sociais e culturais, apoiando a realização de iniciativas artísticas e culturais já existentes.

A inspiração que deu origem ao programa Cultura Viva partiu do desejo expressado pelo Ministro da Cultura, Gilberto Gil, de realizar um *do-in antropológico*, ou seja, o estímulo de pontos vitais de expressão da cultura brasileira, por meio de recursos que potencializassem suas ações e dinamizassem sua comunicação. O programa Cultura Viva nasceu dentro dessa compreensão da cultura como um organismo vivo que precisa ter seus pontos massageados, revelados e estimulados; os Pontos de Cultura também foram vistos como iniciativas que articulam as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura por meio de suas práticas e atuações junto às comunidades em que estão inseridos.

Dentro do marco de reformulação do papel do Estado na cultura, o programa Cultura Viva se propôs a estabelecer novos parâmetros de gestão e democracia na relação entre Estado e Sociedade orientados pela articulação dos conceitos de **empoderamento, autonomia e protagonismo social**. Essa perspectiva constitui os Pontos de Cultura como espaço de ressignificação da criação cultural ao suscitarem práticas de diversas linguagens estéticas relacionadas entre si que consideram a dinâmica cultural local e incorporam o conhecimento apreendido ao patrimônio cultural de suas comunidades.

O acesso ao programa ocorre por meio de editais públicos que convidam instituições privadas e públicas de caráter cultural, como organizações sem fins lucrativos da sociedade civil, a apresentarem projetos nas cinco ações do programa: Pontos de Cultura, Cultura Digital, Agente Cultura Viva, Griô Nacional e Escola Viva. Os recursos para a implementação das ações do programa advêm fundamentalmente da Lei Orçamentária.

As instituições da sociedade civil que podem se tornar Pontos de Cultura devem reunir as seguintes características: pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de natureza cultural, como associações, sindicatos, cooperativas,

fundações privadas, escolas caracterizadas como comunitárias e suas associações de pais e mestres; ou organizações tituladas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e Organizações Sociais (OS), com atuação comprovada na área social e cultural há pelo menos dois anos.

Segundo a avaliação do programa Cultura Viva, realizada em 2006 pelo Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (LPP/UERJ), 59% das instituições proponentes de Pontos de Cultura são organizações não governamentais (ONGs); 6% constituem fundações e instituições privadas. Isso evidencia a vasta atuação das ONGs no desenvolvimento de ações culturais e sua participação em programas do poder público. Ainda dentro do perfil dos Pontos de Cultura, a avaliação indicou que 92% dos Pontos de Cultura situam-se em zonas urbanas, o que revela uma limitação do programa Cultura Viva em alcançar as áreas rurais, mais alijadas do direito à cultura e menos providas de equipamentos culturais.

No que diz respeito à motivação dessas instituições em participarem da iniciativa do programa Cultura Viva, 67% responderam que a falta de acesso a bens e produtos culturais foi um elemento motivador para a realização da atividade proposta. Isso indica que há uma proximidade entre o objetivo do programa Cultura Viva de incentivar o acesso à cultura e o objetivo das instituições e de suas ações culturais propostas no âmbito do programa. Outro aspecto que depreendemos ser também elemento motivador da realização das atividades do programa refere-se à proposta de articulação entre cultura e educação que o Cultura Viva apresenta. Relacionamos isso com o fato de que 99% das instituições entrevistadas responderam realizar atividades de formação, o que evidencia que o campo da educação está muito presente na execução do programa.

A **transversalidade política** do programa é aspecto relevante a ser destacado sob dois aspectos: um referente à articulação das três esferas do poder público na implementação de suas ações, mais especificamente na gestão dos Pontos de Cultura e Rede de Pontos conveniados com governos municipais ou estaduais e geridos de forma compartilhada com parte dos recursos do Governo Federal e outra parte como contrapartida dos governos estaduais ou municipais.

Outro exemplo da transversalidade do programa Cultura Viva se dá na articulação do MinC com outros ministérios e da SPPC com outras secretarias do MinC. A interface do programa Cultura Viva com o Ministério do Trabalho e Emprego

na gestão da ação de formação de jovens agentes cultura viva, a articulação com o Ministério das Comunicações na implementação da Cultura Digital e a elaboração conjunta do Prêmio Cultura e Saúde, com o Ministério da Saúde, são exemplos de parcerias para a execução de iniciativas do programa Cultura Viva.

As principais dificuldades enfrentadas pelo programa Cultura Viva se referiram aos **limites da estrutura de gestão** da máquina pública. Para tratar desse tema abordaremos dois casos que exemplificam o tipo de problema enfrentado. O primeiro impasse vivenciado na gestão do programa se refere à entrega dos equipamentos multimídia aos Pontos de Cultura do primeiro edital do programa, em 2004. Havia previsão de que os equipamentos seriam comprados pelo MinC e doados aos Pontos de Cultura. Os kits multimídia eram compostos por um computador com programa em software livre, microfones e amplificador para gravação musical e câmara de filmagem digital.

Contudo, houve muita dificuldade em operar a compra pública dos equipamentos, pois na licitação de compra o Ministério não recebeu proposta de venda para os acessórios e a compra tardou em ser operacionalizada. O Ministério conseguiu entregar apenas 100 kits multimídia em maio de 2006, quase dois anos após o lançamento do edital. Isso requereu da equipe da ação Cultura Digital a realização de um mapeamento dos projetos aprovados no primeiro edital e um levantamento das necessidades e condições de utilização dos equipamentos como subsídios para definir os 100 Pontos de Cultura que seriam priorizados para recebimento dos kits. Os demais Pontos de Cultura receberam o recurso para efetuar a compra direta dos equipamentos.

A prestação de contas dos convênios também revelou grande dificuldade de gestão do programa Cultura Viva. Houve uma combinação de dois fatores que compuseram o entrave de gestão vivenciado na prestação de contas. De um lado, houve a inexperiência de gerenciamento de convênios por parte de muitas instituições que foram aprovadas nos editais de seleção de projetos e implementaram Pontos de Cultura. De outra parte, houve o despreparo do MinC para lidar com essa situação. Isso se traduzia em uma equipe reduzida para gestão do programa, grande rotatividade de técnicos, dificuldade de acompanhamento direto das ações nas localidades dos Pontos de Cultura, falta de formação e de informação.

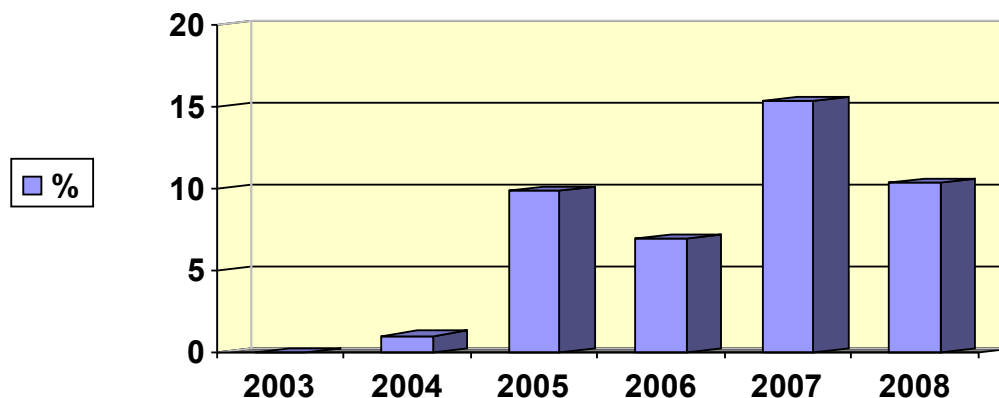
Para grande parte dos Pontos de Cultura, o convênio com a SPPC/MinC foi a

primeira experiência de gestão de recursos públicos. A SPPC/MinC, por sua vez, também executava seu primeiro programa e vivenciava pela primeira vez no Ministério da Cultura a experiência de gestão de uma ação pública tão capilarizada como o Cultura Viva. Por um lado, isso significou uma ampliação do acesso a recursos públicos, que é um mérito indiscutível do programa, mas, por outro, houve a necessidade, por parte do MinC, de prover um conjunto de orientações e formações sobre prestação de contas, que só passaram a ocorrer após dois anos de funcionamento do programa.

O repasse dos recursos aos Pontos de Cultura é feito em parcelas semestrais e a liberação dos recursos das parcelas ocorre apenas quando a prestação de contas da parcela anterior for aprovada pelo Ministério. Devido às dificuldades citadas anteriormente, não houve a agilidade necessária na aprovação das prestações de contas e na liberação de recursos, o que, por sua vez, impactou diretamente na execução das atividades dos Pontos de Cultura. Nessas circunstâncias, muitos Pontos ficaram sem recursos para pagar os seus profissionais, atrasaram o cronograma de ações e interromperam o andamento do projeto, o que prejudicou, inclusive, as relações de confiança com a comunidade e demais atores envolvidos na execução do projeto. Essa situação só começou a ser regularizada em 2006, com as atividades de formação sobre prestação de contas, a equipe descentralizada do MinC junto às suas Representações Regionais e a revisão dos planos de trabalho, para os quais, em alguns casos, haviam sido aprovadas despesas, posteriormente negadas na análise das prestações de contas.

No que diz respeito à gestão do Cultura Viva no interior do Ministério, conforme vimos no capítulo anterior, o orçamento deste programa foi o que mais cresceu dentre os programas do MinC, sem considerar os recursos utilizados com apoio administrativo, salários e gestão de pessoal do Ministério. No gráfico a seguir, temos a evolução do percentual da execução orçamentária do Cultura Viva em relação ao montante total do orçamento anual do MinC. Embora o aumento tenha sido expressivo, passando de 1,02% do orçamento do Ministério em 2004 para 15,37% em 2007, é possível identificar uma redução dessa porcentagem em 2008, quando o orçamento do Cultura Viva alcança 10,41%, quase o mesmo patamar de 2005.

Gráfico 4 - Distribuição percentual da execução orçamentária do Programa Cultura Viva em relação ao orçamento do MinC



Fontes: Ministério da Cultura/Diretoria de Gestão Estratégica/Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI/Banco de Dados GPS/DGE (BRASIL, 2008g, 2009l, 2009m).

No ano de 2008, a redução da porcentagem do orçamento do Cultura Viva em relação ao montante total do orçamento do Ministério coincide com a reorientação da diretriz política do programa que abordaremos ao longo do capítulo. Essa reorientação se refere à expansão geográfica do Cultura Viva e à descentralização de recursos orçamentários do programa por meio de parceria entre o MinC e governos estaduais/secretarias de cultura, que passaram a executar diretamente a gestão do programa em nível estadual e, em alguns casos, municipal. Somado a isso, temos também a reformulação dos editais nacionais do programa, que passaram a instituir, em sua grande maioria, Prêmios e Bolsas de Incentivo, de valores menores e alcances mais restritos, como veremos a seguir.

Ao final do ano de 2008, após quatro anos e meio de existência, o programa Cultura Viva contava com 824 Pontos de Cultura em todos os estados da Federação. Como os convênios têm duração de três anos, muitos deles já se encerraram ou estão em fase de finalização. O término dos convênios também representa um novo desafio ao Ministério, devido à necessidade de novos apoios para evitar a interrupção das ações dos Pontos de Cultura. Embora houvesse a expectativa de que, após três anos de conveniamento, os Pontos de Cultura garantissem sua sustentabilidade econômica, esse objetivo não foi alcançado e há solicitações de renovação e continuidade da ação.

Para compor esse quadro, é importante recuperar outra informação apresentada na avaliação do programa Cultura Viva realizada pelo LPP/UERJ, em que o programa Cultura Viva é a origem dos recursos para 88% dos Pontos de Cultura. Isso revela que a viabilidade econômica e a sustentabilidade dos projetos e ações dos Pontos de Cultura dependem de investimento público e de políticas públicas para garantir sua continuidade.

A expectativa do MinC é terminar o mandato do Governo Lula com 20 mil Pontos de Cultura, em 2010. No entanto, essa expansão do programa não pode contar apenas com a estrutura do Ministério da Cultura, que é insuficiente para operar um aumento de escala na gestão do programa. Essa expansão será efetuada por meio de parcerias com governos estaduais e municipais que assumiram a gestão descentralizada do programa a partir de 2008.

3.2 Ações do Cultura Viva

Inicialmente, o Ponto de Cultura era considerado a ação prioritária do programa Cultura Viva, mas o seu caráter articulador das demais ações ganhou grande dimensão e alargado alcance, sendo possível hoje considerar o Ponto de Cultura como eixo estruturante do programa, a espinha dorsal do Cultura Viva. É por meio dos Pontos de Cultura que as iniciativas artísticas e culturais do Cultura Viva são impulsionadas e se articulam; eles se tornaram uma referência para o programa e constituem sua principal iniciativa em termos de visibilidade do programa.

As outras ações do Cultura Viva (Cultura Digital, Agente Cultura Viva, Griôs e Escola Viva) apontam diretrizes, orientam iniciativas e comportam princípios que são incorporados nos Pontos de Cultura, responsáveis pela sua dinamização em seu território e também em rede.

A ação Cultura Digital teve como base inicial a entrega de 100 kits multimídia a 100 Pontos de Cultura e o repasse de orientações aos demais Pontos de Cultura que receberam o recurso para a compra de seu kit. O conjunto dos equipamentos multimídia sugerido pelo MinC reúne filmadora, gravador digital, mesa em dois canais de áudio e dois computadores que funcionam como ilha de edição, o que

permite que cada equipe de trabalho dos Pontos de Cultura grave músicas, capte e edite imagens e disponibilize esse trabalho na internet.

A definição dos Pontos de Cultura que receberiam o kit apresentou a necessidade de mapeamento dos mesmos e a realização do reconhecimento de suas necessidades e das potencialidades de seu trabalho junto à Cultura Digital. Para tanto, em 2005, a equipe da ação Cultura Digital realizou uma série de visitas aos Pontos de Cultura e levantamentos de informações.

Nesse momento, teve início a criação de uma plataforma agregadora de comunicação, gestão e publicação da produção imaterial e material dos Pontos no ciberespaço. Esta plataforma agregadora consistiu em uma estrutura que reunia ferramentas de diálogo, armazenamento de informações e produções de materiais culturais. Essa plataforma é composta por três ferramentas: o Mapsys, o Conversê e o Estúdio Livre. O Mapsys consistiu no banco de informações dos Pontos de Cultura, reunidas inicialmente por meio das visitas da Cultura Digital e, posteriormente, também pela equipe da SPPC/MinC para realizar o acompanhamento da gestão dos convênios. O Conversê era outra ferramenta que funcionava como uma rede social, um espaço de diálogo, troca de informações, conversas e articulações entre os Pontos de Cultura. O Estúdio Livre, por sua vez, consistiu na terceira ferramenta dessa plataforma, que permitia aos Pontos de Cultura inserirem seus vídeos, disponibilizarem suas músicas, editarem materiais e compartilharem dados, informações e criações artísticas.

Essas três ferramentas foram produzidas em software livre, o que significa que não pertencem a um proprietário, mas são programas que podem ser usados, copiados, modificados e redistribuídos sem restrições, a partir de licenças livres em que é possível escolher os direitos que se quer preservar e como se quer disponibilizar os programas e as criações. O princípio do software livre é orientador de todas as iniciativas da ação Cultura Digital e do programa Cultura Viva.

Para orientar os Pontos de Cultura a utilizarem essas tecnologias, o Ministério da Cultura firmou parcerias que ampliaram a equipe atuante na ação Cultura Digital e passaram a desenvolver oficinas multimídia para a formação dos Pontos no manejo das ferramentas de software livre. No ano de 2006, foram realizados mais de 10 Encontros de Conhecimentos Livres, que consistiam em oficinas de produção de

áudio, edição de vídeo, metarreciclagem¹⁶, montagem de blogs e sites. Todas as atividades eram desenvolvidas em software livre. Essas oficinas também proporcionaram aos Pontos de Cultura a apropriação da proposta conceitual e política do software e conhecimento livres, além de incentivarem o trabalho colaborativo e apoiarem a livre circulação da produção dos Pontos de Cultura.

Os Encontros de Conhecimentos Livres também contribuíram para a articulação dos Pontos de Cultura em rede, pois foram as primeira iniciativas do MinC em promover espaços de encontro, diálogo, articulação e produção conjunta entre os Pontos de Cultura. Após esses encontros, seguiu-se a Teia, que proporcionou o Encontro Nacional dos Pontos de Cultura, e que passou a ser realizada anualmente: em 2006, na cidade de São Paulo; em 2007, em Belo Horizonte; em 2008, em Brasília. Para o Encontro da Teia de 2007, o MinC organizou encontros preparatórios nos estados e regiões do país, o que contribuiu para a articulação de redes e fóruns estaduais dos Pontos de Cultura.

A ação Cultura Digital foi considerada peça-chave na articulação em rede dos Pontos de Cultura proposta pelo programa Cultura Viva, pois ela possibilitou a interação e a sociabilidade dos Pontos no ciberespaço, além da criação de novas formas de expressão. No entanto, a implementação dessa ação também apresentou dificuldades e limites expressivos da realidade dos Pontos de Cultura, que tem relação direta com o acesso à cultura e a perspectiva da transversalidade do programa. O MinC firmou um Termo de Cooperação com o Ministério das Comunicações que previa a instalação de mil antenas Gesac para proporcionar o acesso a internet aos Pontos que não o dispõem, mas essa ação não se efetivou e muitos Pontos de Cultura sequer possuem conexão.

Os **espaços digitais de sociabilidade** estimulados pela ação Cultura Digital proporcionaram a criação cultural compartilhada, por meio da interação de diversas linguagens estéticas, tendo como base o uso de ferramentas colaborativas. Isso revela o papel de mediação cultural desempenhado por essa ação e seus colaboradores; mas, quando confrontamos essas iniciativas com alguns dados dos Pontos de Cultura, ficam evidentes alguns limites e dificuldades enfrentados. Segundo a avaliação do LPP/UERJ revelou, 15% dos Pontos de Cultura

¹⁶ A proposta da metarreciclagem consiste no reaproveitamento e na ressignificação de equipamentos aparentemente ultrapassados ou sem uso em tecnologias adequadas às necessidades de várias comunidades. O processo de metarreciclagem prevê uma apropriação simbólica, física e conceitual dos equipamentos que são desmontados e remontados de forma criativa, transformando a relação do usuário com a máquina.

entrevistados não possui computadores e 25% não possui acesso a internet, nem acesso discado. Esses dados destacam a relevância de investir em ações de ampliação do acesso à Cultura Digital.

A ação **Griô Nacional** nasceu da experiência da Associação Grãos de Luz, situada em Lençóis (Bahia), que teve seu projeto contemplado no primeiro edital do programa Cultura Viva e passou a integrar a Rede de Pontos de Cultura em 2005 com o projeto *Grãos de Luz e Griô: a tradição viva*. A iniciativa desenvolvida em Lençóis vincula tradição oral e cidadania por meio de uma proposta pedagógica que proporciona a vivência afetiva, o diálogo ritualizado, o envolvimento comunitário e a convivência intergeracional.

Essa iniciativa compõe o patrimônio simbólico da **pedagogia griô** e propõe a vinculação da cultura tradicional a um processo educacional com foco no fortalecimento da identidade cultural, na celebração da vida e na constituição de redes de transmissão oral. A vivência dessa pedagogia ocorre por meio de oficinas de grãos de luz e griô, do diálogo com escolas, das rodas de contação de história, da integração com as famílias e da socialização com a comunidade.

Todas essas iniciativas compõem rituais de vínculo e aprendizagem em que as **histórias da tradição oral** são compartilhadas num processo de transmissão criativa de saberes. Esse processo valoriza os Griôs e Mestres na sua especificidade dentro da rede de transmissão oral. Eles se iniciam com os Mestres e vivenciam esses saberes e fazeres com as crianças, jovens, adolescentes e adultos das comunidades. Os Griôs são caminhantes, cantadores, poetas, contadores de histórias, mediadores políticos que tem a responsabilidade de manter viva a memória e a tradição oral da comunidade, por meio de uma dinâmica de ensino e aprendizagem. Os Mestres dos saberes, por sua vez, são iniciadores das ciências da vida, das artes populares e dos ofícios artesanais, são sábios, Mestres da Tradição Oral que carregam a história consigo, são reveladores da cultura viva. Já os grãos de luz são as crianças, consideradas sementes de luz, de sabedoria (PACHECO, 2006).

A experiência de troca e interação entre os Griôs e Mestres mobiliza uma rede dinâmica de comunicação e vivência ritualizada, por meio da qual o Griô aprende, ensina e troca cantigas, histórias, músicas e danças junto às crianças, jovens, adolescentes, envolvendo as famílias, escolas e comunidades.

Há uma carência de práticas integradoras de ensino e aprendizagem nas universidades e nas escolas que incluam a vivência afetiva e cultural das crianças, adolescentes e jovens brasileiros. Práticas que os vinculam a si mesmos e a sua ancestralidade, para que sejam protagonistas de uma história e de uma educação que garantam o fortalecimento de sua identidade para melhoria da qualidade de vida. (PACHECO, 2006, p. 21).

A partir dessa necessidade, o Ponto de Cultura Grãos de Luz e Griô articulou com escolas e proporcionou a incorporação da pedagogia griô ao currículo municipal da cidade de Lençóis, o que permitiu que o Velho Griô de Lençóis fosse às escolas e vivenciasse suas diferentes rodas e caminhadas, inovando com sua proposta transdisciplinar.

A pedagogia griô integra quatro ações de valorização da tradição oral. Uma dessas ações é a roda das oficinas e cooperativas Grãos de Luz realizada com crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, onde são compartilhadas pesquisas e produtos artístico-culturais. Por meio dessas oficinas, os jovens se articulam em quatro grupos cooperativos de segmentos econômicos e áreas de atuação diferentes, dentre os quais existem cooperativas de artesanato em retalhos, de papel reciclado, de turismo de base comunitária e de música e tradição oral.

Duas das ações da pedagogia griô integram a tradição oral no currículo de educação municipal. Uma delas é a caminhada do Griô com Griôs Aprendizes e grupos culturais nas escolas e comunidades, quando são compartilhados saberes. A outra ação é a roda dos educadores, onde se discute a política pública do município com pessoas de todas as idades e diferentes setores do sistema municipal de ensino.

A **roda da vida e das idades**, por sua vez, é o ritual de vínculo e aprendizagem que consagra a integração dessas quatro ações envolvendo todos os sujeitos participantes do processo da pedagogia griô, além de parceiros e convidados. Essa dinâmica mobiliza a necessidade de se expressar, de vincular-se e ser parte da roda, proporcionando o reconhecimento da alteridade, ao mesmo tempo em que é uma experiência que contribui para ressignificar as relações de igualdade e diversidade. A roda da vida e das idades é também o momento de integrar o ensino formal e informal e de vivenciar o diálogo intergeracional, intercultural e multissetorial.

Dentre os dez princípios e práticas da pedagogia griô, sistematizados pela

sua criadora, Líllian Pacheco (2006), está o desenvolvimento da memória em suas diferentes dimensões – afetiva, cognitiva e corporal –, a importância dos rituais na educação e a convivência intergeracional para o desenvolvimento da consciência ética. Tendo como foco o conhecimento total da vida, a pedagogia griô propõe a interação da brincadeira (e da festa), da arte, da ciência, do mito e da religiosidade, valorizando a história de vida como fonte desse conhecimento total. O saber e a palavra compõem um patrimônio cultural público e coletivo com papel estratégico no processo de transmissão oral, por serem saberes livremente compartilhados e transmitidos. A corporeidade também possui forte relevância no processo de aprendizagem por proporcionar a vivência da memória e estimular a expressão e a criação.

A partir dessa experiência e proposta pedagógica, a SPPC/MinC convidou o Grãos de Luz a elaborar conjuntamente a ação Griô Nacional do programa Cultura Viva. A ação foi lançada em 2006, com edital que convidava Pontos de Cultura a apresentarem projetos pedagógicos que envolvessem Griôs e Mestres de Tradição Oral, em parceria com escolas e/ou universidades. Dentre os 67 projetos inscritos no edital da ação Griô Nacional, 50 foram selecionados e passaram a compor a ação em 2006 e, em seu segundo edital, no ano de 2008, houve a aprovação de 64 iniciativas.

A missão da ação Griô Nacional é

[...] criar e instituir uma política nacional de educação, cultura oral, e economia comunitária para o fortalecimento da identidade e ancestralidade de estudantes brasileiros, bem como revisão dos currículos de suas escolas e universidades por meio do reconhecimento do lugar social, político e econômico de griôs e mestres de tradição oral do Brasil. (BRASIL, 2008a, p. 6).

A coordenação da ação Griô Nacional é compartilhada entre a SPPC/MinC e o Grãos de Luz e Griô e tem como objetivos

[...] acompanhar, instrumentalizar, capacitar, articular e sistematizar projetos de educação, cultura e economia comunitária de autoria dos Pontos de Cultura. A gestão da ação conta com redes regionais de griôs aprendizes, griôs e mestres de tradição oral que são bolsistas nos Pontos de Cultura, além de educadores e estudantes de escolas e universidades públicas. (BRASIL, 2008a, p. 12).

A ação **Agente Cultura Viva** consistiu em articular cultura e educação no Ponto de Cultura, por meio da formação de jovens nas áreas de atuação do Ponto. Até o momento, esta ação contou apenas com uma experiência iniciada no segundo semestre de 2005, com duração até a primeira metade de 2006, que consistiu na formação de mais de sete mil jovens em um total de 197 Pontos de Cultura que participaram da ação. Ela foi realizada em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que ofereceu auxílios financeiros mensais de R\$ 150,00 aos jovens, para eles participarem das ações de formação realizadas pelos Pontos de Cultura e manterem sua frequência escolar. Essa ação é tema do próximo capítulo desta dissertação, quando abordaremos mais profundamente o histórico dessa experiência e sua avaliação.

No que se refere à ação **Escola Viva**, quando concebida, ela tinha como intenção trabalhar a interação entre cultura e educação no âmbito da escola e ser uma iniciativa articulada entre o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura. O Catálogo do Programa Cultura Viva expressa essa orientação original da ação:

A intenção é atuar em duas frentes, transformando as experiências inovadoras das escolas em Pontos de Cultura ou transformando o Ponto em uma escola de cultura brasileira, lançando edital conjunto entre os Ministérios da Educação e da Cultura para incentivar e convidar escolas que já desenvolvem propostas inovadoras a apresentarem seus projetos pedagógicos, nos quais, a cultura seja elemento estruturante. [...] A outra frente será estabelecer parceria direta com as escolas, cada Ponto pode se transformar em um “Parque da Escola”. (BRASIL, 2004b, p. 27).

Entre a proposta inicial da ação e sua execução real houve uma mudança grande que mais se refere à sua forma de operacionalização do que a uma mudança de concepção propriamente dita. A parceria com o Ministério da Educação não ocorreu, os editais direcionados às escolas não se tornaram viáveis e a proposta de articulação do Ponto de Cultura com a escola ficou a cargo das iniciativas já desenvolvidas pelos Pontos e contempladas no programa Cultura Viva.

A ação Escola Viva teve início no mês de maio de 2007, quando foi lançado o edital que convidou os Pontos de Cultura, Pontões e Redes de Pontos a participarem do Prêmio Escola Viva. Por meio dessa iniciativa, a SPCC/MinC concedeu prêmios de R\$ 15 mil cada às 120 iniciativas selecionadas dentre os 200 Pontos de Cultura avaliados no Prêmio Cultura Viva. O Prêmio não se dirigia a

instituições ou projetos, mas a iniciativas em andamento, já empreendidas pelos Pontos de Cultura.

A Comissão de Avaliação selecionou as iniciativas de acordo com a seguinte relação de critérios para a pontuação de 0 a 20 cada um: a) participação da comunidade; b) ampliação e/ou diversificação de espaços de aprendizagem; c) perspectiva de continuidade; d) ampliação do acesso à produção artística, aos conhecimentos sobre cultura, história e patrimônio cultural do público alvo da iniciativa; e) estímulo ao ensino/aprendizagem contextualizado que favoreça o diálogo entre os saberes de vida da comunidade e o conhecimento universal (BRASIL, 2008f).

O conteúdo do edital revela e sintetiza a reorganização da ação Escola Viva:

O Prêmio Escola Viva tem como objetivo premiar Pontos de Cultura, Pontões e Redes de Pontos ou organizações vinculadas às Redes, que possuam iniciativas que desenvolvam ações intencionais de ensino/aprendizagem, em situações formais e não-formais, que articulem e integrem projetos culturais e educativos nas e com a participação das comunidades, de modo a colaborar para a construção da cidadania, do desenvolvimento social e de um conhecimento reflexivo e sensível por meio da cultura e da educação, considerando a importância desses valores como fundamentais ao exercício da cidadania. (BRASIL, 2008f, p.1).

Nesse Prêmio não há prestação de contas do recurso recebido e, segundo o edital, tampouco há necessidade de envio de relatório de comprovação das atividades ou de aplicação de recursos. Por ser uma iniciativa que, além de premiar instituições, reúne um corpo de organizações para dar início a uma ação do programa Cultura Viva – ação Escola Viva –, a falta de instrumentais de registro, acompanhamento ou sistematização das atividades premiadas representa a perda de informações, dados e indicadores que poderiam contribuir para a formulação de uma política pública de articulação entre cultura e educação.

Conjuntamente ao Prêmio, a SPPC/MinC convidou o Ponto de Cultura Invenção Brasileira, da cidade de Taguatinga, DF, para ser parceiro na execução da ação Escola Viva. Por meio dessa parceria, é criado o Pontão de Cultura Escola Viva, que organizou o primeiro encontro da ação Escola Viva em abril de 2008, na cidade de Nova Iguaçu, RJ, simultaneamente à realização do Fórum Mundial de Educação/Baixada Fluminense. O encontro contribuiu para a articulação dos Pontos que integram a ação Escola Viva e passaram a compor a Rede Escola Viva.

A experiência desta ação torna evidente algumas características da gestão do programa Cultura Viva que merecem ser destacadas. Um dos aspectos refere-se ao limite da transversalidade política para sua execução, visto que a proposta inicial de elaboração de uma ação conjunta do MinC com o MEC não se efetivou, assim como outras articulações interministeriais revelaram mais limites do que potencialidades. Após três anos de programa, a ação Escola Viva se inicia por meio de uma premiação. Embora não se restrinja apenas ao prêmio, realizando também encontros de articulação dos Pontos de Cultura contemplados pela ação, não há, por parte do Estado, uma iniciativa efetiva de aproximação das escolas ao programa Cultura Viva, iniciativa esta que fica a cargo do Ponto de Cultura.

3.3 Formas de acesso ao programa Cultura Viva

Em mais de quatro anos de existência, o programa Cultura Viva lançou diversos **editais públicos** e é possível identificar uma mudança no formato desses instrumentos, o que revela, por sua vez, uma orientação diferenciada em relação à diretriz política do programa e sua gestão pública. Do início do programa até o final de 2008, houve um aumento significativo do número de editais lançados pela SPPC/MinC por ano, passando de um edital público em 2004 para seis editais nacionais em 2008, sem contar as parcerias realizadas nesse ano com governos estaduais, por meio das quais foram emitidos mais 20 editais públicos estaduais.

Além do aumento do número de seleções públicas para implementação de Pontos de Cultura, é importante destacar que, a partir de 2007, muitos editais do programa foram elaborados no formato da concessão de **Prêmios e Bolsas de Incentivo**, o que se diferencia dos editais de seleção de Pontos e Pontões de Cultura para conveniamento. Os Prêmios estão voltados a ações pontuais, preveem repasse único de recurso ao Ponto de Cultura e uma prestação de contas mediante relatório de atividades. Os editais de seleção de Pontos de Cultura, por sua vez, são voltados à constituição de convênios, com três anos de duração, prestação de contas semestrais de acordo com o Plano de Trabalho aprovado previamente.

O conjunto dos editais de seleção de projetos para implementação de Pontos de Cultura, em nível nacional, estadual e municipal, e ao longo desses quatro anos

de duração do programa, segue o mesmo perfil de abrangência do público participante. O público prioritário do programa Cultura Viva é, portanto: estudantes da rede pública de ensino; crianças em situação de vulnerabilidade social; populações de baixa renda, habitando áreas com precária oferta de serviços públicos e de cultura, tanto nos grandes centros urbanos quanto nos pequenos municípios; habitantes de regiões e municípios com grande relevância para a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental; habitantes de comunidades indígenas, quilombolas e rurais; portadores de necessidades especiais.

Dentre as atividades e iniciativas dos Pontos de Cultura destacadas em sua seleção, identificamos o desenvolvimento de:

- a) processos criativos integrados e continuados;
- b) integração da comunidade com universidades e museus;
- c) interface com a cultura digital em software livre;
- d) ações de formação cultural, documentação e registro nas comunidades em que atuam;
- e) geração de renda através da cultura;
- f) capacidade em agregar outros atores sociais e parceiros públicos ou privados, garantindo a sustentabilidade futura da proposta;
- g) comprovação do espaço físico onde funcionará como sede e referência para o Ponto de Cultura;
- h) integração de linguagens artísticas e da cultura com outras esferas do conhecimento e da vida social (ciência e tecnologia, esporte e lazer, educação, trabalho, comunicação e informação e outros);
- i) integração entre culturas de tradição oral e educação formal e/ou novas tecnologias culturais, sociais e científicas;
- j) gestão cultural compartilhada.

Os recursos repassados aos Pontos de Cultura do primeiro edital do programa Cultura Viva eram de R\$ 150 mil e, no segundo edital, passaram para R\$ 185 mil. O aumento se deveu ao kit multimídia que, num primeiro momento, foi doado pelo Ministério aos Pontos de Cultura do primeiro edital e, em seguida, passou a ser comprado pelos Pontos, com os recursos da primeira parcela. Apesar da mudança de valores, os procedimentos de repasse de recursos e prestação de contas se mantiveram os mesmos. O repasse é efetuado em cinco parcelas

semestrais e a prestação de contas é feita por parcela.

Com esses dados, temos um quadro aproximativo do **perfil dos Pontos de Cultura**. Embora o perfil de seus beneficiários se aproxime muito do público participante de projetos sociais em geral, e suas características sejam extensas, fica evidente que o escopo do programa é vasto, uma vez que ele se propõe a atuar na área das linguagens artísticas integradas, na geração de renda, na promoção da cidadania e na área de educação. Cabe ao Ministério o fomento e a visibilidade dessas ações, considerando que as estratégias de desenvolvimento e implementação das ações de formação cultural para a geração de renda por meio da cultura e para a articulação comunitária é responsabilidade do acúmulo dos Pontos de Cultura.

O primeiro edital do programa Cultura Viva foi lançado em 16 de julho de 2004, convidando organizações e instituições legalmente constituídas, sem fins lucrativos, que desenvolvessem ações culturais e sociais, a apresentarem propostas, visando implementação de Pontos de Cultura. Nessa ocasião, foram apresentados 840 projetos na seleção pública, dos quais foram selecionados 130 para constituição de Pontos de Cultura.

O segundo edital do programa foi lançado em março de 2005 e teve um perfil mais específico. O seu objeto consistiu no fomento a projetos socioeducativos de capoeira da Bahia e a sua estrutura era semelhante ao edital anterior, em termos de tempo de execução do projeto, montante de recursos repassados e forma de prestação de contas.

A partir desses editais, podemos depreender algumas limitações do programa Cultura Viva referentes ao número restrito de iniciativas atendidas no início de sua implantação. Além de não contemplar diversos projetos (o primeiro edital selecionou 15% do total de projetos apresentados), há um recorte muito específico, dirigido e restrito neste segundo edital, relativo a um tipo de manifestação cultural (capoeira) e um determinado local (Bahia). Como uma forma de justificar o **caráter focalizado** desse segundo edital, o Ministério destacou sua natureza enquanto iniciativa piloto de implantação de Pontos de Cultura da capoeira, embora não tenha havido nenhuma outra seleção do gênero até o momento.

Ainda em 2005, o MinC lançou mais dois editais: o terceiro e quarto do programa Cultura Viva. O terceiro tinha muita semelhança com o primeiro, no que diz respeito ao público ao qual se destinava e ao foco de seleção de projetos para

constituição de Pontos de Cultura. No entanto, devido ao lento processo de conveniamento vivenciado nos dois editais anteriores, este edital objetivava constituir uma reserva de projetos de instalação de Pontos de Cultura a serem conveniados de acordo com a disponibilidade orçamentária do Ministério.

O quarto edital inaugurou as parcerias do programa Cultura Viva com o poder público municipal e estadual e iniciou uma abordagem específica voltada à constituição de **Redes de Pontos de Cultura**. O edital convidou instituições governamentais estaduais, distritais e municipais a apresentarem projetos de estímulo às iniciativas da sociedade, como movimentos populares, entidades ou manifestações culturais, com valorização das tradições mantidas por segmentos da população e que explorassem diferentes meios e linguagens artísticas e lúdicas.

O repasse dos recursos às instituições públicas selecionadas por meio deste edital foi efetuado em três parcelas anuais e variou de acordo com o número de habitantes sob jurisdição da instituição: até 50 mil habitantes, o recurso repassado foi de até R\$ 100 mil/ano; até 200 mil habitantes, o recurso foi de até R\$ 300 mil/ano; população de até 1 milhão de habitantes, o recurso repassado chegou a R\$ 500 mil/ano e acima de 1 milhão de habitantes, o valor foi de até R\$ 1,5 milhão/ano. O investimento público para viabilizar o projeto foi realizado de forma compartilhada: além de recursos federais, a execução do projeto contou também com a contrapartida da instituição governamental de, no mínimo, 20% do valor do objeto.

Ao conceber a possibilidade das instituições públicas proporem projetos de implementação de mais de dez Pontos de Cultura em um mesmo município ou estado, dá-se início à concepção de Redes de Pontos de Cultura no programa Cultura Viva. Em casos como esse, para executar o projeto, a entidade governamental passou a ser um Pontão de Cultura, com o objetivo de se constituir em um

[...] espaço cultural de articulação dos Pontos de Cultura, de irradiação da ação cultural regional, e de apresentações das diversas linguagens artísticas, de cursos e oficinas, de experimentações em software livre, e outras iniciativas culturais que a gestão compartilhada entre poder público e comunidade achar conveniente. (BRASIL, 2009h, p. 2).

Junto à perspectiva de rede, foi integrada a concepção de gestão compartilhada, até então não aprofundada no programa Cultura Viva. O edital definiu que a gestão da Rede de Pontos de Cultura e do próprio Pontão de Cultura deve ser

compartilhada entre as entidades sem fins lucrativos, representantes dos movimentos populares, de manifestações culturais participantes da Rede e a instituição pública proponente. Até este momento, a gestão compartilhada se situava no programa enquanto aspecto a ser priorizado nos critérios de seleção e julgamento dos projetos, mas não enquanto uma forma de gestão do próprio projeto, como é colocado a partir deste edital, enquanto uma diretriz política e requisito de execução e conveniamento.

Apesar do avanço em considerar a proposta de gestão compartilhada de forma mais contextualizada neste edital, ainda fica em aberto e sem especificidades ou orientações a questão de como essa gestão compartilhada pode ser exercida e, inclusive, se há e qual é a participação do Ministério da Cultura nesse exercício de gestão compartilhada. O resultado desse edital consagrou a prática, que depois se tornou mais corrente na dinâmica do programa Cultura Viva, relativa à constituição de Pontos e Pontões de Cultura, geridos com recursos do Governo Federal e dos governos municipais ou estaduais.

O edital Griô foi lançado em setembro de 2006 e deu início à ação Griô Nacional, iniciativa do programa Cultura Viva de estímulo à tradição oral nas comunidades de atuação dos Pontos de Cultura, cujo segundo edital foi lançado em 2008. O edital Griô de 2006 era voltado aos Pontos de Cultura (com seus convênios em andamento) que atuavam com propostas educacionais relativas à preservação e valorização da tradição oral do Brasil, conveniados pelos editais nº 1/2004, 2/2005 e 3/2005 do programa Cultura Viva. Já o segundo edital Griô, de 2008, ampliou o escopo dos participantes, abrindo a seleção de três quartos dos projetos para Pontos de Cultura (com seus convênios finalizados ou em andamento) e um quarto dos projetos para outras entidades privadas, sem fins lucrativos de natureza cultural, para repasse de Bolsas de Incentivo a Griôs Aprendizes, Griôs e/ou Mestres de Tradição Oral.

Para participar do processo de seleção de bolsistas para a ação Griô – Cultura Viva, o Ponto de Cultura deve elaborar um projeto pedagógico, em parceria com uma escola ou universidade pública, que envolva até seis Griôs e Mestres, contando, obrigatoriamente, com apenas um Griô Aprendiz, como coordenador, e pelo menos um Griô e um Mestre de Tradição Oral. Por meio dessa Ação, o MinC oferece uma bolsa no valor de R\$ 350,00 (no edital de 2006) e R\$ 380,00 (no edital de 2008) aos Griôs Aprendizes, durante um ano, para apoiar o desenvolvimento de

seus trabalhos, garantir o reconhecimento de suas práticas e a valorização de seus conhecimentos nas redes de transmissão oral.

No primeiro edital Griô foram selecionados 50 Pontos de Cultura e um total de 249 Griôs que realizaram vivências com os aprendizes, com o objetivo de fortalecer a ancestralidade e a identidade dos jovens em suas comunidades. No segundo edital Griô, em 2008, mantendo o mesmo objetivo, houve 150 projetos apresentados, dos quais 64 foram deferidos e 86 indeferidos.

A ampliação do edital para instituições que não são Pontos de Cultura representa um avanço no sentido de expansão do acesso ao programa Cultura Viva por parte de outras instituições que ainda não haviam sido contempladas nessa ação pública. A partir dessa iniciativa, inaugura-se o acesso ao programa Cultura Viva por instituições que passam a integrar a rede de Pontos de Cultura por meio de uma outra ação do programa, que não seja o Ponto de Cultura. Esse edital também apresentou uma proposta que contempla os Pontos que já finalizaram seus convênios junto ao MinC para darem continuidade ao seu envolvimento junto à Rede de Pontos de Cultura.

De acordo com os editais da ação Griô/Mestres da Tradição Oral (BRASIL, 2008d, 2009d), o Griô Aprendiz, os Griôs e/ou Mestres de Tradição Oral devem respeitar as idades mínimas e reunir duas ou mais qualidades do perfil a seguir:

- a) **Griô Aprendiz** – pessoa com experiência e pesquisa em mobilização cultural, diálogo e mediação política; líder e/ou participante de grupos artístico-culturais e associações locais que trabalham com as tradições orais; pessoa com facilidade para transmitir a sabedoria da tradição oral por meio da palavra (oral e escrita) como uma arte ou magia; pessoa interessada em educação, letras, história, antropologia, artes cênicas, jornalismo e outras áreas afins; educador comunitário iniciado em facilitação de vivências em grupo; participante de rituais e/ou atividades de iniciação com um Mestre de Tradição Oral de sua escolha. A obtenção do ensino médio como escolaridade mínima foi incluída no segundo edital da Ação Griô.
- b) **Griôs de Tradição Oral** – líder e/ou participante de grupos artístico-culturais e associações locais que trabalham com as tradições orais e/ou animação popular de sua região; pessoa com facilidade para transmitir a sabedoria da tradição oral por meio da palavra como uma arte ou magia; músico instrumentista e animador de festas; pessoa com história de vida de tradição

oral que se identifica com a figura do caminhante viajante e contador de histórias. A idade mínima indicada no primeiro edital da Ação Griô era de 50 anos, enquanto que no segundo edital ela passou para 40 anos.

- c) **Mestres de Tradição Oral** – pessoas reconhecidas em sua comunidade como líderes espirituais com a sabedoria da cura ou da iniciação para a vida, buscados por pessoas de diversas regiões; conhecedores e fazedores de conhecimentos, iniciados ou iniciadores das artes e ofícios de tradição oral; pessoa com história de vida de tradição oral que se identifica com a figura do sábio e do mestre. A idade mínima dos mestres de Tradição Oral também foi alterada após a primeira experiência da Ação, sendo que no primeiro edital a idade mínima era de 60 anos e, no segundo, ela mudou para 50 anos.

Outra mudança experimentada no segundo chamamento público da ação Griô, por sua vez, evidencia uma avaliação e um aprimoramento dessa iniciativa de fomento e diz respeito à abordagem da bolsa. Enquanto o primeiro edital Griô de 2006 se referia à concessão de bolsas de trabalho, o edital de 2008 foi intitulado “Bolsas de incentivo Griô” e isso representa muito mais do que uma mudança em termos de nomenclatura e se refere a uma concepção de ação. Ao ser considerada bolsa de incentivo Griô, houve a inclusão, no corpo do edital, de uma cláusula referente às obrigações dos bolsistas, o que pretende envolver de forma muito mais participativa e processual os Griôs Aprendizes, Griôs e/ou Mestres de Tradição Oral. Está prevista a sua participação na elaboração do projeto pedagógico, o que torna a iniciativa mais democrática. Além disso, a proposta de alteração do termo da bolsa supera a perspectiva de ação redistributiva que considera o Griô um beneficiário passivo de um programa e passa a ser uma iniciativa que define uma série de atribuições e responsabilidades aos Griôs e Mestres que serão abordadas em seguida.

Em termos das responsabilidades e atribuições, tanto os Griôs Aprendizes quanto os Griôs e/ou Mestres de Tradição Oral devem elaborar relatórios quadrimestrais como forma de comprovação das atividades realizadas, uma vez que o pagamento da bolsa está atrelado ao recebimento do relatório. Além disso, cabe a eles participarem dos encontros regionais e do encontro nacional dos Pontos da rede da ação Griô Nacional, das caminhadas de troca de experiência e dos encontros de acompanhamento pedagógico junto à instituição proponente e às escolas/universidades parceiras. Além disso, os Griôs e/ou Mestres de Tradição Oral

devem realizar as atividades ordinárias relativas ao seu ofício e, em contrapartida, as atividades de educação e cultura asseguradoras da transmissão oral de seus saberes, linguagens e símbolos, previstas no projeto pedagógico.

Os Griôs Aprendizes, por sua vez, devem integrar o projeto pedagógico que elaboraram em parceria com a representação da instituição proponente do projeto e integrá-lo à escola e aos Griôs e Mestres. Cabe a ele a responsabilização pelas seguintes atividades:

- aprender os saberes, ofícios, linguagens e símbolos dos Griôs e Mestres de Tradição Oral;
- encantar educadores e estudantes das escolas/universidades durante o ano e horário letivo com as linguagens, símbolos, ofícios e saberes da tradição oral;
- facilitar encontros vivenciais e dialógicos entre Griôs, mestres e estudantes das escolas e universidades durante o ano e horário letivo;
- estudar, criar, registrar, sistematizar e compartilhar as práticas pedagógicas e saberes de seu projeto que integrem a tradição oral aos currículos das escolas e universidades em parceria com a entidade proponente e as escolas/universidades;
- assumir junto à entidade proponente e à escola/universidade o compromisso político previsto no objeto editalício e articular parcerias para a sustentabilidade e continuidade do mesmo.

Merece ser destacada aqui uma recorrência identificada em outras iniciativas do programa Cultura Viva. O investimento e a valorização de iniciativa que possuem articulação comunitária e interface com outras instituições, públicas ou privadas, é característica do programa. Podemos ilustrar isso com este caso da ação Griô, em que a responsabilidade que recai sobre os Griôs atua na brecha entre o que é de responsabilidade do Estado e o que é papel da sociedade realizar. Às vezes, o discurso da gestão compartilhada torna mais difuso esse limite e, ao assumir o recebimento de uma bolsa incentivo, o sujeito recebe também uma série de responsabilidades e atribuições que, muitas vezes, fogem de seu alcance, como é o caso de integrar conteúdos nos currículos das escolas e universidades ou garantir a sustentabilidade de ações que dependem de, no mínimo, um conjunto de instituições parceiras em âmbito federal e estadual ou municipal.

Em julho de 2007, a SPCC/MinC lançou mais um edital de Pontões de Cultura, com a novidade de que, dessa vez, a seleção estava voltada não apenas a

entidades públicas, mas envolvia também entidades privadas sem fins lucrativos. O edital foi dividido em duas categorias: Pontões de Cultura e Pontões de Cultura Digital, este último com a peculiaridade de utilizar meios digitais para difusão e promoção de suas atividades. O edital de seleção de pré-projetos tinha como objetivo conveniar 15 projetos e fazer um banco de projetos com as demais iniciativas aprovadas a serem futuramente conveniadas.

É possível identificar que, neste edital, a concepção de Pontão de Cultura está mais definida em termos de suas atribuições do que no edital anterior. Além de ser considerado o instrumento de promoção do intercâmbio e difusão cultural, baseados na articulação de Pontos de Cultura em rede e no apoio a iniciativas que integrem as diferentes linguagens e expressões artísticas, os Pontões de Cultura são responsáveis por realizar as seguintes ações:

- a) a capacitação e formação dos agentes de cultura vinculados aos Pontos de Cultura;
- b) a criação e apresentação de obras artísticas realizadas em conjunto por dois ou mais Pontos de Cultura;
- c) a criação de mecanismos de distribuição, comercialização e difusão dos produtos culturais produzidos pelos Pontos de Cultura;
- d) a organização de festivais, encontros, fóruns e atividades correlatas que promovam o encontro, a troca de experiências e articulação entre Pontos de Cultura.

Em paralelo aos editais de seleção de projetos para implementação de Pontos e Pontões de Cultura, a SPPC/MinC tem realizado editais de prêmios. Os prêmios se diferenciam dos demais editais abordados até agora, por serem iniciativas pontuais de incentivo, operadas sem os trâmites burocráticos dos convênios e viabilizadas por meio de repasse direto de recursos, em uma única parcela. Por não haver um plano de trabalho a seguir, tampouco há prestações de contas a executar nesse formato de incentivo público; apenas há a necessidade de apresentação de um relatório de aplicação dos recursos para a SPPC/MinC, até 180 dias após a data de recebimento do prêmio.

Entre os anos de 2005 e 2006, foram realizadas duas edições do **Prêmio Cultura Viva**, uma iniciativa do Ministério da Cultura que contou com o apoio do Canal Futura, patrocínio da Petrobrás e coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária-Cenpec. A primeira edição,

realizada em 2005/2006 teve como objetivo premiar iniciativas dos Pontos de Cultura de valorização da cultura brasileira, com caráter de continuidade e forte participação comunitária. O Prêmio foi organizado em três categorias: gestão pública, manifestação tradicional e tecnologia sociocultural, e foram premiadas três iniciativas de cada categoria. A primeira edição do Prêmio teve mais de 1.532 iniciativas inscritas – que passaram pelo processo de análise e seleção –, de todos os estados da Federação. A inscrição não era restrita a Pontos de Cultura e havia a possibilidade de grupos informais inscreverem suas práticas e serem contemplados no Prêmio.

A segunda edição do Prêmio Cultura Viva foi realizada em 2006 e se dirigiu às iniciativas culturais e educativas em desenvolvimento, que envolvessem artes, patrimônio cultural e/ou comunicação cultural. O Prêmio foi dividido por categorias, de acordo com a natureza jurídica dos proponentes, organizados por: Escola Pública de Ensino Médio, Fundação e Instituição Empresarial, Gestor Público, Grupo Informal, Organização da Sociedade Civil e Ponto de Cultura. As três primeiras iniciativas de cada categoria foram premiadas com um troféu e prêmios em dinheiro, de acordo com a sua colocação. As 200 iniciativas dos Pontos de Cultura selecionadas participaram do processo de seleção e premiação do “Prêmio Escola Viva”, atividade integrante da ação Escola Viva, anunciada em seu respectivo edital.

O Prêmio Cultura Viva representou o primeiro de uma série de mais quatro prêmios lançados pela SPPC/MinC em 2008: Prêmio Cultura e Saúde, Prêmio Interações Estéticas/Residências Artísticas em Pontos de Cultura, Prêmio Ludicidade/Pontinhos de Cultura e o Prêmio Asas do programa Cultura Viva.

O Prêmio **Cultura e Saúde** integra um Acordo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Saúde, realizado no ano de 2007, que prevê a contribuição dos dois Ministérios para garantir o acesso aos bens e serviços culturais e a qualificação do ambiente hospitalar. A articulação da rede pública de atendimentos à saúde com os Pontos e Pontões de Cultura foi outra perspectiva que motivou a articulação entre os dois Ministérios. Com a intenção de viabilizar essas ações, foi proposto o Prêmio Cultura e Saúde, considerado enquanto um instrumento para identificar, divulgar e premiar práticas inovadoras que desenvolvam ações de cultura com foco na saúde.

O Prêmio Cultura e Saúde foi lançado em 06 de agosto de 2008 e tem como objeto conceder até 30 prêmios no valor de R\$ 15 mil a Pontos de Cultura

conveniados pelos editais nº 1/2004, 2/2005 e 3/2005 (com convênios finalizados ou em andamento), bem como a outras instituições sem fins lucrativos, legalmente constituídas, e instituições governamentais estaduais, distritais e municipais, que atuem com propostas sócio-culturais, com foco em ações de promoção da saúde. O recurso do Prêmio é repassado à instituição selecionada em uma única parcela e ela tem obrigação de encaminhar à SPPC/MinC um relatório de aplicação dos recursos em até 180 dias após o recebimento do prêmio.

Segundo seu edital, o Prêmio tem como foco valorizar iniciativas socioculturais desenvolvidas de forma continuada, que, preferencialmente, sejam realizadas em parceria com hospitais, unidades básicas de saúde, escolas, universidades públicas e/ou demais instituições que atuam no segmento da cultura, saúde ou educação, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas de prevenção e promoção da saúde em suas diversas frentes. (BRASIL, 2009f).

No Prêmio Cultura e Saúde, foram habilitadas 153 iniciativas, das quais 30 foram premiadas. A distribuição geográfica do Prêmio seguiu a seguinte ordem: 15 iniciativas premiadas na região Sudeste, oito na região Nordeste, quatro no Sul, duas no Centro-Oeste e uma iniciativa premiada na região Norte.

Ainda no mesmo mês de agosto de 2008, é lançado o Prêmio **Interações Estéticas/Residências Artísticas em Pontos de Cultura**, uma iniciativa da Funarte em parceria com a SPPC/MinC. A proposta do Prêmio é apoiar a realização de intercâmbios culturais e estéticos entre artistas do campo da arte contemporânea e a rede de Pontos de Cultura, por meio da realização de projetos de residências artísticas.

Como condição de participação da concorrência do Prêmio, o projeto deve propor ações integradas com os Pontos de Cultura de forma articulada com sua programação. O Prêmio se propõe a potencializar as instituições selecionadas como espaços de experimentação e de reflexão crítica. Como forma de difusão da criação cultural e artística produzida a partir da interação estética, o Prêmio estabelece que os produtos finais dos projetos selecionados sejam expostos ou veiculados de forma integrada à programação do Ponto de Cultura.

Foram concedidos 93 prêmios concedidos divididos em categorias de valores: prêmios de R\$ 15 mil e R\$ 25 mil para projetos com duração de três meses e prêmios de R\$ 50 mil e R\$ 90 mil para projetos com duração de seis meses. Foram aprovados 35 projetos de residência na região Sudeste; 28 no Nordeste; oito projetos na região Norte e também na região Sul; sete no Centro-Oeste e sete

prêmios nacionais. A relevância desta iniciativa está na articulação de outras ações, projetos, artistas e instituições com os Pontos de Cultura, o que representa uma forma de ampliação da Rede de Pontos de Cultura. Embora seja por um período muito curto (três ou seis meses), o montante de recursos é proporcionalmente maior do que a quantia mensal recebida pelos Pontos de Cultura pelo convênio, o que dá margem à elaboração de propostas um pouco mais ampliadas.

O repasse de recurso é feito em uma única parcela e, no caso específico deste prêmio, há a obrigação de elaboração de um relatório final com dados específicos por parte do proponente (pessoa física ou jurídica). O relatório deve conter a descrição e avaliação do projeto, dos produtos finais e da sua integração com as ações do Ponto de Cultura. Os materiais de divulgação e a repercussão do projeto nos meios de comunicação também devem ser compartilhados com a Funarte e a SPPC/MinC.

Essa experiência de realização de residências artísticas se aproxima de outra seleção pública realizada pela SPPC/MinC, também em 2008, referente à concessão de Bolsas de Intercâmbio entre Pontos de Cultura. Chamada de Bolsas de Intercâmbio **Cultura Ponto-a-Ponto**, essa seleção pública teve como objetivo fortalecer a Rede de Pontos de Cultura, por meio de iniciativas de promoção da convivência e da troca de experiências entre bolsistas selecionados pelos Pontos de Cultura. Os projetos apresentados ao processo seletivo dessa Bolsa tiveram que ser inscritos conjuntamente entre dois Pontos de Cultura que propuseram experiências de ação cultural realizadas em sua comunidade de atuação.

Segundo as condições que constam em seu edital, para participar da seleção das Bolsas de Intercâmbio, os Pontos de Cultura propuseram uma experiência de ação cultural articulada e, junto ao projeto, cada Ponto indicou até dois bolsistas dentre seus integrantes para realizarem o intercâmbio no outro Ponto de Cultura. No total, cada projeto reuniu quatro bolsistas, dois de cada Ponto de Cultura, que devem passar, no mínimo, cinco dias contínuos em intercâmbio no outro Ponto.

As bolsas de intercâmbio são pessoais, pertencem aos intercambistas, mas são repassadas aos Pontos de Cultura proponentes do projeto junto ao MinC, para que estes a repassem, por sua vez, aos bolsistas. Cada Ponto de Cultura recebe R\$ 2.500,00 para repassar duas bolsas no valor individual de R\$ 1.250,00. É atribuição dos Pontos de Cultura acompanhar a experiência da ação cultural do projeto de intercâmbio, oferecendo o suporte operacional, logístico e técnico, além de

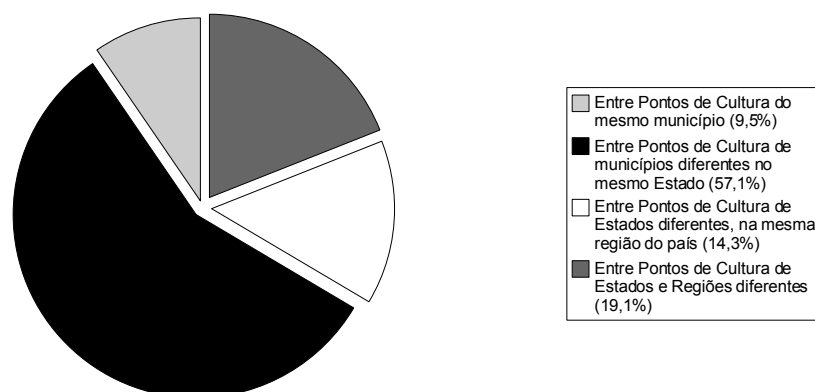
proporcionar as condições de infraestrutura necessárias, como hospedagem.

Segundo a proposta do MinC, a finalidade da Bolsa de Intercâmbio não é apenas partilhar uma experiência de ação cultural entre os dois Pontos de Cultura, mas garantir sua sistematização e promover a documentação recíproca. O produto do intercâmbio é uma sistematização de cada bolsista em forma de relato escrito e/ou audiovisual da ação cultural. Os bolsistas e os técnicos representantes do Ponto de Cultura devem elaborar conjuntamente o produto da sistematização do intercâmbio e um relatório final da experiência.

O edital foi elaborado prevendo a seleção inicial de 100 projetos de intercâmbio, mas foram inscritos apenas 23 projetos, dos quais foram selecionados 21, com quatro bolsistas cada um, totalizando a seleção de 84 bolsistas no intercâmbio Cultura Ponto-a-Ponto.

Consideramos que a iniciativa desse edital pode nos oferecer indicativos a respeito da articulação dos Pontos de Cultura em rede, visto que era preciso a elaboração de um projeto conjunto e a proposição em si voltava-se à realização de uma experiência compartilhada. Com base nessa leitura, fizemos um levantamento dos projetos apresentados na seleção deste edital e mapeamos os tipos de intercâmbio propostos. Conforme o Gráfico 5, mais de 66% dos projetos referem-se a intercâmbios entre Pontos de Cultura dentro do mesmo estado.

Gráfico 5 - TIPO DE INTERCÂMBIO PROPOSTO pelos projetos selecionados no Edital Bolsa de Intercâmbio Cultura Ponto-a-Ponto (em % e tipo de proposta)



Fonte: Resultado do Edital de Bolsa de Intercâmbio Cultura Ponto-a-Ponto. Cf. BRASIL, 2009o.

Apontamos duas leituras possíveis desses dados para a nossa análise. Uma

refere-se ao raio de proximidade da Rede de Pontos de Cultura, que põe em evidência a forte articulação estadual dos Pontos. Isso se deve a diversas iniciativas realizadas em nível estadual dentro do programa Cultura Viva, das quais destacamos os Fóruns e as Redes Estaduais de Pontos de Cultura. Outra interpretação que se soma a essa é referente à própria estrutura prevista pelo Edital para execução do projeto de intercâmbio, em que há apenas uma bolsa para o intercambista. Além do valor não permitir um amplo deslocamento geográfico para execução da ação cultural, há também uma série de atribuições e responsabilidades de representantes dos Pontos de Cultura junto à comunidade em que estão inseridos e dentro do Ponto de Cultura, para integração do intercambista, que não são financiadas por essa ação pública, inviabilizando sua execução em Pontos de Cultura que não dispõem de infraestrutura e pessoal disponível.

Ao cruzarmos essas informações com a baixa adesão ao edital identificada anteriormente, compreendemos que os poucos recursos financeiros disponibilizados para execução do intercâmbio limitaram o alcance dessa iniciativa e representaram condições de precariedade para implementação de uma ação mais ampla.

Este é o único edital do programa Cultura Viva que utiliza o termo “ação cultural”. Apesar de não haver nenhuma definição dessa concepção por parte do MinC, é possível depreender que há estreita vinculação entre ação cultural e iniciativas comunitárias. Dentre os critérios para pontuação para a seleção dos projetos, há destaque para a experiência de ação cultural que promova o fortalecimento da autoestima da comunidade e amplie as relações comunitárias (BRASIL, 2009j).

Ainda no ano de 2008, a SPPC/MinC lançou dois editais, dentre os quais está o Prêmio de **Ludicidade/Pontinhos de Cultura**, de setembro de 2008, que inaugura uma nova ação do programa Cultura Viva, a ação Ludicidade/Espaços do Brincar. Essa ação tem como objetivo

[...] promover uma política nacional de transmissão e preservação da Cultura da Infância, por meio de ações que fortaleçam os direitos da criança segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, sensibilizando e capacitando profissionais de instituições públicas governamentais e não governamentais para a implantação e/ou continuidade de ações lúdicas em espaços denominados “Pontinhos de Cultura”. (BRASIL, 2009i).

O Prêmio consiste na concessão de R\$ 18 mil para instituições sem fins lucrativos legalmente constituídas e instituições governamentais estaduais, distritais e municipais que atuam com propostas sociocultural-artístico-educacionais no segmento da criança e adolescente ou que estejam envolvidas em parceria com escolas ou universidades públicas. As instituições selecionadas, os “Pontinhos de Cultura”, devem prever nesse recurso as despesas com passagens, deslocamento, hospedagem e alimentação necessárias para a participação de, pelo menos, um representante em dois encontros da Ação Ludicidade/Espaços do Brincar, de três dias cada encontro, sendo um nacional e o outro regional.

Foram concedidos 205 Prêmios de Ludicidade, distribuídos regionalmente da seguinte forma: 89 instituições selecionadas no Sudeste; 62 no Nordeste; 25 no Sul; 16 no Centro-Oeste e 13 instituições na Região Norte. Outras 328 instituições inscritas não foram selecionadas; no entanto, apesar de não terem recebido o Prêmio, isso certamente contribuiu com o objetivo, expresso no edital, de mapear instituições que desenvolvessem ações relacionadas com os saberes e fazeres da cultura da infância. A realização desse Prêmio seguramente disponibilizou ao MinC um conjunto de informações que podem ser utilizadas para efetivar o mapeamento proposto e propor ações mais efetivas para a execução de seus projetos.

Identificamos diversos itens na lista de obrigações das iniciativas selecionadas, além da elaboração de relatório de aplicação de recursos, que diferem dos demais editais. Não reproduziremos aqui a lista de 13 pontos dentre as obrigações, mas destacaremos alguns que, em conjunto, reproduzem a proposta política de operação do programa Cultura Viva. As instituições selecionadas no Prêmio Ludicidade devem oferecer infra-estrutura e condições para operacionalizar a ação proposta e selecionada; articular parcerias para a sustentabilidade e continuidade da Ação Ludicidade/Espaços do Brincar; promover estudos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que fortaleça a política nacional de transmissão e preservação da Cultura da Infância e Adolescência; facilitar e promover encontros de formação com palestras, vivências, oficinas e trocas de experiência; fomentar estudos e ações sobre a temática da Ação; entre outros.

Isso evidencia a responsabilidade das instituições selecionadas neste Prêmio em desenvolverem as bases conceituais, políticas e operacionais da Ação Ludicidade/Espaços do Brincar do programa Cultura Viva, tendo como suporte do Estado um prêmio de R\$ 18 mil e a realização de dois Encontros, cujas despesas de

participação dos Pontinhos de Cultura devem estar contempladas no valor do prêmio.

No ano de 2008, passados 4 anos do primeiro edital do programa Cultura Viva, muitos Pontos de Cultura concluíram seus convênios com a SPPC/MinC. Isso levantou a questão a respeito da continuidade dos apoios do Estado aos Pontos de Cultura e da necessidade de mecanismos e instrumentais adequados para isso. O debate público sobre a sustentabilidade dos Pontos de Cultura e a manutenção da Rede de Pontos de Cultura foi reforçado.

Na tentativa de responder a esse desafio, a SPPC/MinC lançou o **Prêmio Asas** do programa Cultura Viva, em novembro de 2008. Segundo seu edital, o Prêmio Asas

[...] tem como objetivo premiar as iniciativas dos Pontos de Cultura que apresentarem as melhores práticas de implantação na execução dos projetos apoiados, contribuindo para a divulgação dos meios mais efetivos de promover o desenvolvimento autônomo de suas atividades e o avanço do processo cultural da Rede dos Pontos de Cultura. (BRASIL, 2009k, p.1).

O edital prevê a concessão de 50 prêmios de R\$ 120 mil a Pontos de Cultura conveniados por meio dos editais nº 1/2004, 2/2005 e 3/2005 que apresentem “as melhores práticas de implantação na execução dos projetos apoiados” e já tenham seus convênios finalizados ou recebido todas as parcelas, com a prestação de contas final aprovada. O repasse financeiro será efetuado em uma única parcela, por meio de depósito bancário aos Pontos de Cultura selecionados. Por ser um prêmio e não um convênio, não há exigências burocráticas ou trâmites relacionados à prestação de contas, apenas a necessidade de apresentação de um relatório de aplicação dos recursos à SPPC/MinC no prazo de até 180 dias após o recebimento do prêmio. As únicas obrigações dos Pontos de Cultura selecionados nesse edital é realizar o relatório e divulgar o nome do Governo Federal nos materiais, locais e eventos relacionados às atividades premiadas.

Diferentemente dos outros editais de seleção de Pontos de Cultura ou mesmo dos prêmios vinculados ao programa Cultura Viva, este Prêmio tem um prazo maior para os Pontos de Cultura apresentarem projetos. Em geral, nos editais anteriores, os prazos eram de 45 dias em média e o Prêmio Asas tem três meses de prazo para sua seleção.

Para julgamento das “melhores práticas” serão adotados os seguintes critérios, todos com a mesma pontuação (0 a 20):

- práticas de elaboração e alterações do Programa de Trabalho do Ponto de Cultura e sua capacidade de agregar expectativas da comunidade;
- práticas de planejamento e acompanhamento das atividades do Ponto de Cultura, considerando seus participantes, abrangência e metodologia utilizada;
- disponibilidade de meios para manutenção das atividades do Ponto de Cultura, tendo em vista suas fontes de recursos, produtos gerados e receitas auferidas;
- capacidade de divulgação das atividades do Ponto de Cultura, bem como sua articulação/comunicação com a Rede de Pontos de Cultura e demais entidades da sociedade civil, estados e municípios voltadas para atividades culturais, focalizando seu histórico, motivações, objetivos e exemplos, e destacando sua apropriação da Cultura Digital;
- capacidade de ampliação / irradiação de suas ações para outras comunidades, indo além do escopo original do projeto apresentado.

O Prêmio Asas representa a alternativa encontrada pela SPPC/MinC para dar continuidade aos convênios com as instituições que implementaram Pontos de Cultura a partir dos primeiros editais do programa e já finalizaram suas ações. Além de ser voltado às instituições já contempladas no programa e não abrir o acesso a novas instituições, a opção pela continuidade é seletiva às melhores práticas, o que representa uma limitação do público contemplado. Seleccionamos abaixo um trecho do edital que deixa evidente a proposta do programa Cultura Viva no que diz respeito à ampliação do acesso à cultura:

Pontos de Cultura são entidades da sociedade civil, ou mesmo governamentais, que recebem apoio do MinC para desenvolver projetos voltados para a ampliação do acesso à cultura, visando a constituição de uma rede de articulação, recepção e disseminação de iniciativas e vontades criadoras em diferentes meios e linguagens artísticas e lúdicas, inclusive a digital. Essa rede também deve servir de apoio a novas iniciativas de criação e gestão cultural, tornando-se uma alavanca para um novo processo social e cultural. Para tanto, o Programa Cultura Viva visa estimular prioritariamente iniciativas já existentes, por meio de transferência de recursos, atividades de capacitação e da concessão de bolsas e prêmios. (Idem, p. 1).

Vincular o apoio a novas iniciativas de criação e gestão cultural com o estímulo a iniciativas já existentes parece contraditório, mas evidencia que a

responsabilidade de ampliação do acesso à cultura é transferida aos Pontos de Cultura. Nesse contexto, ao MinC cabe o repasse de recursos a instituições para estas desenvolverem projetos que, por sua vez, devem constituir redes sociais, por meio das quais será ampliado o acesso à cultura. Se isso justifica o apoio do Ministério às instituições já contempladas em seleções anteriores, também revela a fragilidade do mecanismo de ampliação do acesso à cultura, uma vez que é repassado a uma rede social e não é incorporado como atribuição direta e responsabilidade do Estado.

Cabe destacar ainda que o acesso à cultura fica atrelado ao desenvolvimento de projetos e ao seu apoio por parte do poder público, o que não garante uma estrutura perene e consolidada que o consolide enquanto direito, para além de vontades políticas. Como o programa Cultura Viva tampouco é um programa instituído por lei que o constitua enquanto política pública de Estado, há uma fragilidade estrutural que contradiz o seu discurso de autonomia.

Em outubro de 2007, por meio do Decreto nº 6226, é criado o programa **Mais Cultura**, que passa a integrar a agenda social do Governo Federal, com ações em diversas áreas. No que diz respeito ao investimento na cultura brasileira, o programa Mais Cultura apresenta um orçamento de R\$ 4,7 bilhões para execução com o MinC até 2010 (BRASIL, 2009a). Dentre suas várias ações na área de cultura, o Mais Cultura apoiará a expansão do programa Cultura Viva por meio da descentralização de seus recursos orçamentários viabilizados por convênios do Ministério da Cultura com outros ministérios e também com governos estaduais e municipais. Por outro lado, o programa Mais Cultura reforça e amplia o conceito dos Pontos de Cultura ao propor o seu desdobramento em Pontos de Difusão (voltados aos cineclubes), Pontos de Leitura e Pontos de Memória.

No ano de 2008, a partir dessa iniciativa, o MinC realizou convênios com 20 governos estaduais e duas secretarias municipais que oportunizaram a criação de editais de seleção de projetos e instituições para implementação de Pontos de Cultura em âmbito estadual ou municipal, conforme tabela abaixo. Por meio dessas ações, a seleção e o gerenciamento de novos Pontos de Cultura serão efetuados de maneira descentralizada pelos governos, cabendo ao MinC o repasse de parte dos recursos, que serão investidos de forma compartilhada com a contrapartida das outras representações governamentais.

Tabela 4 – EDITAIS DE SELEÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DESCENTRALIZADA DE PONTOS DE CULTURA EM PARCERIA COM O MINISTÉRIO DA CULTURA

DATA DE PUBLICAÇÃO / 2008	ÓRGÃO EMISSOR	PONTOS DE CULTURA PREVISTOS ¹⁷
26 de março	Secretaria de Estado da Cultura da Bahia	150
30 de junho	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Fundarpe, da Secretaria Estadual de Educação do Pernambuco	120
05 de julho	Secretaria Estadual da Juventude do Tocantins	24
16 de julho	Secretaria Municipal da Cultura da Prefeitura de Goiânia/GO	30
agosto	Fundação José Augusto / Governo do Estado do Rio Grande do Norte	53
10 de setembro	Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão	60
12 de setembro	Fundação de Cultura do Estado do Mato Grosso do Sul	30
09 de outubro	Secretaria de Estado da Cultura do Pará	60
14 de outubro	Fundação Cultural do Piauí - FUNDAC / Governo do Estado do Piauí	80
16 de outubro	Secretaria de Estado da Cultura do Ceará	100
20 de outubro	Fundação Catarinense de Cultura / Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina	150
28 de outubro	Secretaria de Estado da Cultura do Rio de Janeiro	60
29 de outubro	Secretaria de Estado da Cultura do Amapá	15
03 de novembro	Secretaria de Estado da Cultura do Amazonas	40
21 de novembro	Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas	20
25 de novembro	Fundação Cultural de Curitiba / Fundo Municipal de Cultura da Prefeitura de Curitiba	30
27 de novembro	Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour / Governo Estadual do Acre	15
02 de dezembro	Secretaria de Estado dos Esportes, da Cultura e do Lazer /SECEL de Rondônia	30
04 de dezembro	Subsecretaria Executiva de Cultura da Secretaria Estadual da Educação e Cultura da Paraíba	20
12 de dezembro	Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira – AGEPEL/ Governo do Estado de Goiás	40
19 de dezembro	Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais	100
22 de dezembro	Secretaria de Estado da Cultura de Sergipe	30

Fonte: Ministério da Cultura – www.cultura.gov.br

¹⁷ O número de Pontos de Cultura previsto consta no edital de seleção, mas não representa necessariamente o número de Pontos que serão efetivamente conveniados, visto que isso depende da disponibilidade orçamentária do Ministério da Cultura.

A tabela acima evidencia o aumento de escala do programa Cultura Viva que, apenas em 2008, teve um acréscimo de mais de 1.200 Pontos de Cultura à rede que contava com aproximadamente 800 Pontos de Cultura. A partir da adesão ao programa Mais Cultura, os governos estaduais lançaram editais de execução descentralizada que seguem todos o mesmo padrão e concepção. A orientação do programa é realizar uma seleção territorializada; portanto, os editais preveem uma divisão territorial dos estados para abarcar toda a **diversidade de territórios** de forma equitativa. O número de Pontos de Cultura por estado varia de acordo com a necessidade de cada região e também com a disponibilidade de recursos que o governo pode dispor para assumir enquanto contrapartida.

Nestes editais estaduais, a transferência de recursos aos Pontos de Cultura é de responsabilidade dos governos estaduais, que repassarão o valor total de R\$ 180 mil para o desenvolvimento de um projeto de três anos. O repasse de recursos será efetuado em três parcelas anuais de R\$ 60 mil e o Ponto de Cultura terá que ter a prestação de contas da parcela repassada aprovada para receber a seguinte. Dessa forma, em relação aos convênios nacionais há uma diminuição de cinco para três parcelas de prestação de contas, o que dinamiza sua execução, haja vista as dificuldades em reunir toda a documentação necessária e o tempo de avaliação e encaminhamentos que isso levava nas execuções nacionais.

Os editais preveem uma divisão dos recursos das parcelas em capital e custeio, o que orienta e determina o tipo de dispêndio por parte dos pontos; os editais também informam que o kit multimídia deve ser adquirido pelo Ponto de Cultura com ao menos R\$ 20 mil do primeiro repasse de recurso para implementação da ação Cultura Digital. Desta vez, os editais já comunicam os Pontos de que o recurso não pode ser utilizado para o pagamento de despesas de atividades rotineiras, tais como: aluguel, água, luz, telefone, serviço e material de limpeza, taxas bancárias, contador, advogado, pessoal administrativo, qualquer serviço a título de taxa de administração ou similar, e impostos e taxas. Isso é um diferencial em relação aos editais nacionais e representa o aprendizado em termos de gestão que o programa Cultura Viva acumulou, visto que isso não havia sido comunicado anteriormente aos Pontos de Cultura, gerando dificuldades na prestação de contas.

Ao final do convênio, os Pontos de Cultura devem encaminhar um relatório analítico junto com a prestação de contas final. Segundo os editais, o relatório deve conter análise de resultados e impactos socioculturais com o número de

beneficiários diretos e indiretos do projeto realizado. É solicitada ainda uma pesquisa de satisfação da comunidade presente no Ponto de Cultura e do entorno, com informação de geração de novas oportunidades para o Ponto de Cultura e seu público, e relato da articulação na comunidade (BRASIL, 2009b, p. 9). Isso evidencia o forte caráter comunitário da proposta de ação pública junto aos Pontos de Cultura e um avanço em termos de registro e sistematização de informações para orientar a implementação e aprimoramento da política pública.

A **descentralização do programa Cultura Viva** está diretamente vinculada à expansão da Rede de Pontos de Cultura. Quando aprovados, os pontos assinam requerimento solicitando integração à Rede Estadual de Pontos de Cultura. O perfil das instituições que podem concorrer aos editais estaduais é o mesmo dos editais nacionais emitidos pelo MinC para implementação de Pontos de Cultura. Os Pontos de Cultura conveniados com o Ministério da Cultura, cujo convênio esteja finalizado ou em finalização, poderão concorrer aos editais estaduais, desde que apresentem declaração do Ministério da Cultura em que conste seu encerramento oficial, com aprovação da prestação de contas final do convênio.

Identificamos dois casos de editais municipais de seleção de projetos para implementação de Pontos de Cultura no âmbito do programa Mais Cultura que seguem o mesmo modelo de seleção que as iniciativas estaduais. De modo geral, todos os convênios do Ministério da Cultura com os governos estaduais são realizados com suas secretarias estaduais de cultura ou similares (subsecretarias ou fundações), mas é interessante notar que, no caso do Governo Estadual do Tocantins, o convênio foi realizado com a Secretaria Estadual da Juventude, e os Pontos de Cultura serão implementados nos centros da juventude do Estado. A seleção e o acompanhamento dessa execução será feito pela Secretaria da Juventude, mas o edital não apresenta nenhuma modificação em termos do perfil de instituição selecionada, dos critérios de seleção ou tipo de atividade a ser realizada. Certamente, essa iniciativa representará uma experiência pioneira sobre a interface das políticas de cultura e juventude que merecerá ser estudada.

O processo de seleção de projetos para implementação descentralizada de Pontos de Cultura segue os critérios definidos pelo programa Mais Cultura, de acordo com as suas diretrizes:

- a) Contribuir para o acesso à produção de bens culturais;
- b) Promover a auto-estima, o sentimento de pertencimento e a cidadania;

- c) Dinamizar os espaços culturais dos municípios;
- d) Gerar oportunidades de emprego e renda.

Além dessas diretrizes, a avaliação do proponente, do orçamento e a viabilidade do plano de trabalho compõem critérios de avaliação junto ao atendimento às prioridades de territorialização do programa Mais Cultura, os impactos artístico-culturais, econômicos e/ou sociais e a abrangência da proposta. Apesar dos critérios serem comuns, cada estado definiu suas prioridades e estabeleceu pontuações próprias para os itens da avaliação.

Além de serem muito amplas e genéricas, essas diretrizes não orientam a elaboração dos projetos no sentido de impulsionar uma política pública com ações ou prioridades claras. Podemos visualizar isso no caso da alínea “c”. A dinamização dos espaços culturais dos municípios é uma das diretrizes do programa, integra um dos critérios de seleção e é considerado um dos aspectos mais relevantes dos Pontos de Cultura. No entanto, ele não revela a **intencionalidade da ação pública** nem oferece instrumentais ou mecanismos de articulação com outras políticas, principalmente as de âmbito municipal, para garantir sua efetividade, deixando a cargo do projeto e do Ponto de Cultura a sua realização.

Considerando que essa ampliação do escopo do programa Cultura Viva representa uma massificação de sua proposta, nos pareceu relevante compreender como está sendo abordada a concepção de Ponto de Cultura. Identificamos que, para implementar sua diversificação por meio da criação de Pontos de Leitura, Pontinhos de Cultura, Ponto de Difusão etc., foi definida uma concepção de Ponto de Cultura que se mantém em todos os editais estaduais para sua implementação no marco do programa Mais Cultura. A perspectiva de Pontos de Cultura vinculada à Rede de Pontos de Cultura ganha força, conforme vemos nos editais:

Compreende-se que os Pontos de Cultura são elos entre a Sociedade e o Estado que possibilitam o desenvolvimento de ações culturais sustentadas pelos princípios da autonomia, protagonismo e empoderamento social, integrando uma gestão compartilhada e transformadora da instituição selecionada com a Rede de Pontos de Cultura. (BRASIL, 2009b, p. 1).

Para tanto, o perfil articulador do Ponto de Cultura também é reforçado nessa iniciativa de descentralização:

O Ponto de Cultura deverá funcionar como um instrumento de impulsão e articulação de ações ou projetos já existentes nas comunidades [...] desenvolvendo ações continuadas em pelo menos uma das seguintes áreas: Culturas Populares, Grupos Étnico-Culturais, Patrimônio Material, Audiovisual e Radiodifusão, Culturas Digitais, Gestão e Formação Cultural, Pensamento e Memória, Expressões Artísticas, e/ou Ações Transversais. (BRASIL, 2009b, p. 01).

Os editais de seleção estadual realizados no âmbito do Mais Cultura concebem os Pontos de Cultura como realizadores de ação cultural e a compreensão de ação cultural é focada na ação comunitária, com foco social e caráter continuado. A perspectiva de conceber o Ponto de Cultura como um instrumento de impulsão e articulação é elemento de destaque e preocupação, uma vez que ele passa a ser meio da ação pública para o desenvolvimento de um projeto e não é assumido enquanto o próprio sujeito da prática artística, o criador da cultura, a expressão própria da manifestação cultural.

Com a intenção de desenvolver novos parâmetros de gestão e democracia na relação entre Estado e Sociedade, o programa Cultura Viva se propôs a trabalhar a **gestão compartilhada e transformadora** enquanto um conceito de política pública em construção. Por estar efetivamente em construção, esse conceito foi abordado dentro do programa de forma diversa e abarcou diferentes concepções e dimensões do Cultura Viva. Dentre essas dimensões, destacamos duas em nossa análise: a relação dos Pontos de Cultura com o Governo Federal e a perspectiva de gestão compartilhada do programa Cultura Viva.

Inicialmente pensada no âmbito da relação dos Pontos de Cultura com o Governo Federal, a gestão compartilhada foi projetada no sentido de se garantir uma responsabilização mútua pela execução do projeto dos Pontos de Cultura. Isso ocorreu, como vimos, no caso de alguns Pontos de Cultura que foram convidados pela SPPC/MinC a se tornarem Pontos de Cultura e compartilharem objetivos e responsabilidades na gestão de algumas ações do programa Cultura Viva, como é o caso da ação Griô Nacional e da ação Escola Viva. Além disso, houve a experiência de gestão compartilhada entre o Governo Federal e governos estaduais e municipais na elaboração conjunta de editais, na composição de recursos de ambas as esferas do poder público para efetivar projetos de Pontos de Cultura e de Redes de Pontos de Cultura.

Conforme vimos no edital do Prêmio Asas, no que diz respeito à perspectiva atual de gestão compartilhada do programa Cultura Viva, houve um deslocamento do eixo do

discurso. Enquanto antes a gestão compartilhada era proposta em termos da relação dos Pontos de Cultura com o Ministério, neste edital a proposta é que os Pontos integrem a gestão compartilhada com a Rede de Pontos de Cultura. Ao não deixar claro qual é a concepção da Rede de Pontos de Cultura proposta pelo MinC e, fundamentalmente, a sua relação com ela, vemos que o conceito se dilui e se retira da esfera de gestão do programa Cultura Viva.

Para que a gestão de um programa nacional seja compartilhada por todos os sujeitos envolvidos em sua execução, é necessário que seus princípios, objetivos, sentidos e significados sejam compreendidos por todos e, fundamentalmente, que sejam construídos coletivamente. Para que a gestão compartilhada aconteça de forma democrática, é preciso que a rede da cultura viva seja tecida de forma autogestionária e participativa. A avaliação-piloto realizada pelo LPP/UERJ revela que ainda há um longo caminho para efetivar a participação dos Pontos de Cultura na gestão do programa Cultura Viva. 68% dos Pontos de Cultura entrevistados afirmaram não participar da gestão do programa, o que revela a ausência de mecanismos amplos, democráticos e participativos de gestão do programa como um todo, que definam conjuntamente as suas prioridades e os seus instrumentais para consolidação desse programa como política pública nacional de cultura.

Os Pontos de Cultura nos oferecem elementos para identificar a característica do direito cultural relativa à participação na vida cultural da comunidade. Por um lado, eles revelam uma alternativa às carências de equipamentos culturais nos municípios, ao acionar diversos espaços para uso e fruição cultural. Por outro lado, o projeto experimentado nesses equipamentos cria elos por meio dos quais são dinamizados os processos sociais de organização de jovens, mestres de saberes, representantes da cultura local, aprendizes e diversos sujeitos, com variadas formas de expressão, que, articulados em rede, potencializam a qualidade de vida da comunidade, estimulam a autoestima das pessoas e reinventam usos e criações culturais.

Podemos encontrar uma proximidade entre as características do programa Cultura Viva e o conceito de ação cultural trabalhado no primeiro capítulo desta dissertação. Ao buscar integrar diversas linguagens estéticas, as iniciativas dos Pontos de Cultura oportunizam a criação de novas expressões artísticas; esse processo tende a enfatizar a visão de totalidade da cultura ao integrar-se com a comunidade, com o conjunto dos sujeitos envolvidos nessa prática e em diálogo com o contexto e as tensões políticas inerentes à gestão do programa.

A preocupação com a **fruição cultural** move as ações culturais no âmbito do programa Cultura Viva e a educação integra esse processo de produção de conhecimento reflexivo e sensível, possível de ser realizado apenas por meio da cultura e da ação cultural que potencializa a criação cultural. No entanto, é importante frisar que a ação cultural não possui finalidade instrumental e nem se legitima pela sua utilidade social. Nesse sentido, a ação cultural a que nos referimos aqui, relacionada ao programa Cultura Viva, não pode ser concebida enquanto uma iniciativa do Ministério da Cultura, pois ela só ocorre em relação com a sociedade civil, com os Pontos de Cultura, a partir deles e de seu trabalho junto às comunidades em que estão inseridos. Nesse contexto de transformação, o papel do Estado é formular as políticas públicas, garantir a infra-estrutura necessária para sua realização e ampliar os mecanismos de acesso e fruição. Elementos que existem na prática do Cultura Viva, mas que precisam ser aprimorados e aprofundados para garantir a efetiva construção de uma política pública de cultura.

CAPÍTULO 4

A AÇÃO AGENTE CULTURA VIVA

A ação Agente Cultura Viva representou a primeira ação do programa Cultura Viva a ser implementada após a implantação dos Pontos de Cultura. Foi uma experiência voltada à formação de jovens, reveladora de diversos aspectos da potencialidade do trabalho dos Pontos de Cultura, da proposta do programa Cultura Viva, bem como de suas limitações e fragilidades. Será com foco no discurso e na prática de implementação dessa ação que discorreremos neste capítulo.

A recuperação do histórico da ação Agente Cultura Viva que realizamos aqui busca compreender o que foi o impulso motivador dessa ação e como ela se desencadeou; o que configurou seus objetivos e orientou sua implantação. Ao abordar a formação dos jovens nos Pontos de Cultura, descrevemos a dimensão educativa dessa ação, com foco em seu alcance e nas suas condições de realização. Buscamos também compreender a concepção de agente cultural trabalhada nesta ação que, embora não tivesse uma orientação precisa do Ministério da Cultura, foi elaborada e concebida no decorrer da implementação da ação e no desenvolvimento da formação.

Para trabalhar o conjunto dessas informações, tivemos como subsídio a avaliação da ação Agente Cultura Viva realizada pelo Instituto Paulo Freire em parceria com o Ministério da Cultura, que se serviu também dos projetos pedagógicos dos Pontos de Cultura elaborados especificamente para esta ação. Ao término da formação dos jovens, **130 Pontos de Cultura** responderam ao questionário de avaliação (Anexo) no período de um mês e meio (julho e agosto de 2006), o que representa mais de 65% dos Pontos de Cultura integrantes da ação Agente Cultura Viva.

Os dados da avaliação permeiam todo este capítulo e, em alguns momentos, também foi possível estabelecer um diálogo entre esses dados e a avaliação do programa Cultura Viva, realizada pelo Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (LPP/UERJ). Utilizamos ainda informações reunidas em relatórios e documentos da ação Agente Cultura Viva.

Primeiramente, é feita uma contextualização da ação, momento em que recuperamos o surgimento desta ação pública, sua proposta política e o seu discurso. As dificuldades enfrentadas e as alternativas criadas pelos Pontos de Cultura para sua implementação são trabalhadas de forma conectada ao gerenciamento da ação realizado por parte do poder público. Em seguida, a dimensão pedagógica dessa ação é abordada e, por fim, é possível apontar elementos de análise sobre a articulação dos Pontos de Cultura com a comunidade em que estão inseridos e com as demais ações do programa Cultura Viva.

4.1 Histórico da ação

A ação Agente Cultura Viva foi lançada em 20 de dezembro de 2004 no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro (RJ). Nessa ocasião, o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, e o Ministro do Trabalho e Emprego (MTE) da época, Ricardo Berzoini, assinaram o Termo de Cooperação Interministerial que previa beneficiar 50 mil jovens por ano com a realização de atividades culturais em todas as regiões do país. Cabe destacar a proposta ousada que representava essa iniciativa no contexto do programa Cultura Viva que, na época, reunia um conjunto de apenas 130 Pontos de Cultura, o que significaria, se fosse implementada naquela ocasião e nessa dimensão, a formação de mais de 350 jovens por Ponto de Cultura.

Esta ação governamental estava baseada na perspectiva de inclusão social e geração de emprego para a juventude de baixa renda do Brasil, tendo a cultura como ponto de partida. A **concepção de juventude** que permeou essa iniciativa conjunta entre o MinC e MTE teve como foco o jovem como agente de transformação, como ator de um projeto de mudança social que lhe confere sentido numa perspectiva futura, após as ações de formação que lhe proporcionarão a possibilidade de construção de seu próprio projeto. O jovem é, portanto, também considerado como “ser em formação”, situado dentro de uma ação social de perspectiva educacional, com espaço reservado para sua atuação e direcionado para o seu aprendizado.

O documento da ação Agente Cultura Viva revela essa concepção e expõe o princípio da **articulação entre os ministérios** que orienta a ação pública:

Esta parceria entre o MinC e o MTE no projeto Cultura Viva demonstra a preocupação do Governo Federal com a situação social do país, em que o desemprego afeta o seu desenvolvimento e compromete o objetivo de construir uma nação próspera e igualitária para todos. A população jovem é a responsável pelo futuro do Brasil, por isso deve ser prioridade nas ações políticas. É com este objetivo que surge a iniciativa de criar alternativas que revertam esse quadro. (BRASIL, 2004a, p. 13)

Nessa parceria, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) se comprometeu a oferecer **auxílios financeiros mensais** de R\$ 150,00, durante seis meses, aos jovens beneficiários da ação Agente Cultura Viva que mantivessem sua frequência escolar, participassem das ações de formação no Ponto de Cultura e realizassem serviços comunitários. A transferência mensal do recurso financeiro do MTE foi efetuada aos jovens por meio de cartão bancário do Banco Popular do Brasil, os quais também receberam desse Ministério orientações para emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CPTS).

A abrangência da ação foi de 197 Pontos de Cultura, reunindo o total dos Pontos de Cultura dos editais nº 1/2004 e 2/2005 que eram responsáveis por cadastrar, selecionar e formar um grupo de, no mínimo, 50 jovens agentes cultura viva na área de atuação do seu projeto selecionado no programa Cultura Viva. O MinC se comprometeu a realizar o acompanhamento e a supervisão do desempenho da formação dos jovens selecionados.

Enquanto as outras ações do programa Cultura Viva destacam a convergência entre educação e cultura – como no caso da ação Griô Nacional e da ação Escola Viva –, a ação Agente Cultura Viva, por sua vez, nasceu com a proposta de fazer convergir **cultura e trabalho** dentro do programa Cultura Viva, junto aos Pontos de Cultura. A ação muitas vezes era chamada de programa Agente Cultura Viva dada a sua proposta grandiosa de proporcionar, a um número elevado de jovens, um processo transformador e emancipatório que articularia cultura, educação e trabalho.

A primeira experiência concreta de seleção, cadastro e formação dos agentes cultura viva teve início dez meses depois de seu lançamento, em outubro de 2005. O atraso deveu-se à perspectiva concreta de liberação dos auxílios financeiros que fora diversas vezes adiada no primeiro semestre de 2005.

Em evento realizado em São Paulo que marcou o início de implementação da

ação e contou com a presença do Presidente Lula, os agentes cultura viva entregaram uma carta ao Presidente, na qual expressam seu apoio ao programa. Na carta, os jovens revelam terem incorporado o discurso do programa Cultura Viva que os considera como agentes de mudança:

Seremos este ano 12.500 jovens atendidos, que muito além de receber um auxílio financeiro, possuirão a esperança de que através da cultura conseguirão fazer com que a periferia se desenvolva, melhorando as condições de vida de nossa comunidade e até mesmo de nosso país, porque nós todos conhecemos as conseqüências de uma sociedade desigual.

Por isso temos que defender a nossa cultura e as nossas raízes, pois: “Se o jovem só assistir filmes norte-americanos, só escutar música norte-americana, vai acabar sonhando em inglês”, temos que sonhar verde e amarelo e mudar a nossa realidade. (BRASIL, 2008b, p. 8).

O conteúdo da carta expressa a expectativa criada pela proposta da ação Agente Cultura Viva e o impacto de sua dimensão nacional. A **motivação dos jovens** revelada na carta não é só de transformação da realidade desigual, mas também de expressão de sua cultura local e do desenvolvimento de sua identidade cultural por meio dessa ação. Além de serem considerados agentes da mudança, começa a aparecer também o papel dos jovens agentes articuladores da comunidade e dinamizadores da cultura.

Tanto a carta dos jovens quanto o documento do Ministério anunciam que a ação Agente Cultura Viva terá que atuar em diversas dimensões: no Ponto de Cultura, na comunidade, na família, no entorno social, no município, no país e, inclusive, deve considerar o impacto da mercantilização da cultura na construção simbólica do imaginário, na criação estética e na afirmação da identidade cultural local. Isso revela que a ação será muito mais abrangente do que as conexões de cultura e trabalho inicialmente propostas e aponta para desafios que a formação dos agentes cultura viva deve contemplar em sua execução e gestão.

Para implementar a ação, os Pontos de Cultura receberam o Caderno Ação Agente Cultura Viva, material que reúne informações e orientações sobre o processo de inscrição e participação dos jovens na ação Agente Cultura Viva. No caderno consta o modelo de formulário de inscrição dos jovens para o Ponto de Cultura utilizar no processo de seleção dos agentes e algumas orientações e temáticas para as aulas específicas propostas no curso de formação dos jovens, chamado pelo

MinC de **Cultura em Ação**.

De acordo com o Termo de Cooperação assinado entre o MinC e o MTE, os respectivos ministérios participariam do processo de seleção e cadastramento dos jovens. O Ministério da Cultura, inclusive, se compromete a organizar o processo de seleção e escolha dos jovens a serem contemplados com o auxílio financeiro. Contudo, na prática, esse processo foi realizado direta e exclusivamente pelos Pontos de Cultura, num prazo muito curto estipulado pelos ministérios.

A escolha dos jovens foi realizada pelos Pontos de Cultura a partir de **processo seletivo** que contou com critérios previamente definidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O perfil dos jovens beneficiados por essa ação atendeu aos mesmos critérios estabelecidos pelos Consórcios Sociais da Juventude¹⁸; estes critérios (BRASIL, 2004a, p. 16-17) são:

- idade entre 16 a 24 anos;
- renda familiar per capita de até ½ salário mínimo;
- cursando o ensino fundamental ou médio;
- 25% dos auxílios poderão ser para os jovens que já concluíram o ensino médio;
- não possuir experiência prévia no mercado de trabalho formal/ou desempregado;
- priorizam-se os quilombolas e afro-descendentes, indígenas, egressos de unidades prisionais ou que estejam cumprindo medidas socioeducativas, portadores de necessidade especiais e trabalhadores rurais;
- ter interesse pelo curso proposto ou já desenvolver atividades culturais.

Os critérios listados acima são prioridades na seleção dos jovens bolsistas.

Em caso de excesso de vagas, podem também ser incluídos:

- pessoas que trabalham em condições autônoma, por conta própria, cooperativa, etc.
- trabalhadores(as) domésticos(as);
- pessoas beneficiárias de políticas de inclusão social; ações de combate à

¹⁸ O Consórcio Social da Juventude (CSJ) é uma iniciativa do Ministério do Trabalho cujo objetivo é capacitar jovens em situação de vulnerabilidade social e prevê a realização de ações de qualificação sócio-profissional por meio de convênios com instituições da sociedade civil. Para mais informações sobre o CSJ, consultar: <<http://www.mte.gov.br/pnpe/juventude.asp>>.

discriminação, etc;

- gestores(as) em políticas públicas e representantes em fórum, comissões e conselhos de formulação e implementação de políticas públicas e sociais;
- em caso de consanguinidade, o auxílio será disponibilizado somente para um dos familiares.

Em todos esses casos, a renda familiar *per capita* não pode ultrapassar meio salário mínimo. Embora não fosse um critério de seleção, o fato de ser necessário apresentar o CPF, RG e a Carteira de Trabalho fez com que muitos interessados se mobilizassem para emitir esses documentos, o que nos oferece elementos para compor um indicador de inclusão cidadã que o programa Cultura Viva proporcionou.

Cabe destacar que o **perfil muito focalizado** do público beneficiário do programa restringe o alcance dessa ação e revela a dificuldade de universalização das ações de qualificação instituídas dentro desse marco. Chama a atenção a contradição em definir o desemprego como um critério de participação, o que conseqüentemente orienta o foco da ação política para esse público e, simultaneamente, exigir que o jovem nunca tenha sido empregado. Isso evidencia a falta de estratégia e metodologia clara para implementação de um programa que supere a desocupação e/ou estimule a definição do interesse profissional ou, ainda, oriente vocacionalmente os jovens que nunca trabalharam.

Além disso, no que diz respeito ao campo cultural, fica evidente a falta de adequação dos critérios, exigências e condicionantes dessa ação à realidade do setor cultural, em termos da geração de trabalho nessa área. Tampouco foi realizada uma análise da realidade do jovem que trabalha com arte e cultura ou ainda um reconhecimento das atividades culturais, em termos profissionais e de trabalho, para situar as prioridades dessa ação pública.

No início da projeção da formação dos agentes cultura viva pelos Pontos de Cultura, o então Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou: “Mais do que a necessidade de aprender um ofício, os alunos terão a possibilidade de conseguir um emprego formal ou partir para alguma ação empreendedora” (BRASIL, 2008b, p. 7). O foco dessa ação, para o MTE, era aliar a qualificação social e profissional na área cultural à intermediação de mão-de-obra, mas o desempenho gerencial dessa ação pública não proporcionou o alcance de ambos os objetivos.

O MTE incorporou a ação Agente Cultura Viva ao Programa Nacional de

Estímulo ao **Primeiro Emprego** para Jovens (PNPE), cujo Termo de Referência prevê a meta de inserção de 30% dos jovens beneficiários no mercado de trabalho. A perspectiva de que a ação Agente Cultura Viva inaugurasse a entrada de jovens em programas redistributivos de geração de emprego e renda na área da cultura sempre foi a tônica dessa ação para os ministérios que a idealizaram, o que, por sua vez, também revelou suas limitações.

O Primeiro Emprego consiste na primeira experiência do MTE em uma área finalística do Executivo e seu foco prioritário teve início com a intermediação de mão-de-obra, passando posteriormente para a ampliação das ações de qualificação profissional. O programa foi criado em 2003, por meio da Lei nº 10.748, que introduziu a categoria social da juventude na agenda pública dos programas de geração de emprego e renda do Governo Federal.

O desenho original dessa política previa o pagamento, por parte do MTE, de uma subvenção econômica às empresas que contratassem os jovens inscritos no programa Primeiro Emprego. A justificativa para essa modalidade estruturante do programa, segundo Silva e Cunha, é abordada da seguinte maneira:

A justificativa para a subvenção econômica origina-se do argumento de que o desemprego juvenil (particularmente no segmento sócio-econômico do público-alvo do Primeiro Emprego) estaria relacionado aos altos custos envolvidos na contratação e manutenção de jovens sem experiência que ainda precisam ser treinados para o trabalho. O pressuposto aqui é o de que a subvenção atuaria reduzindo esses custos. (SILVA; CUNHA, 2006, p. 82).

O pagamento era efetuado por jovem empregado e essa modalidade do programa foi desenvolvida prioritariamente no ano de 2004, apresentando resultados pífios. Foram diversos os fatores que incidiram para que o Primeiro Emprego não conseguisse efetuar suas ações previstas nesse formato. Podemos destacar alguns: falta de interesse das empresas, necessidade de qualificação profissional dos jovens e falta de mecanismos operacionais consolidados do programa. A tendência em responsabilizar o jovem pelo fracasso dessa modalidade de ação pública é argumentação recorrente e baseia-se no discurso da falta de qualificação dos jovens como justificativa, o que representa um desvio de foco do problema voltado à sua formulação e às condições de operação do programa.

Dessa forma, em 2004, o Primeiro Emprego executou apenas 31% de seu

orçamento e isso impulsionou sua avaliação e a conseqüente mudança de foco do programa, momento em que o MTE passou a priorizar o desenvolvimento de ações de qualificação social e profissional dos jovens. A ação Agente Cultura Viva pode ser inserida nesse contexto de reformulação das ações prioritárias do Primeiro Emprego. O interesse em realizar iniciativas de qualificação com metodologias mais adequadas à faixa etária dos jovens, com conteúdos mais próximos de sua realidade e com ações na área da cultura voltadas aos interesses do jovem, demonstra uma tentativa de mudança no formato dessa ação pública.

Ainda para compreender a configuração da ação Agente Cultura Viva é importante situá-la junto ao Serviço Civil Voluntário, modalidade que também integra o Primeiro Emprego e, por sua vez, a ação Agente Cultura Viva. Inicialmente, dentre as ações do MTE, apenas os jovens inseridos no Serviço Civil Voluntário recebiam auxílio financeiro e isso era devido ao seu perfil específico: jovens em conflito com a lei, que estivessem cumprindo medidas socioeducativas e não estivessem estudando nem trabalhando. O Serviço Civil Voluntário prevê ações de estímulo à inserção social e profissional de jovens por meio da prestação de serviços comunitários.

A ação Agente Cultura Viva foi constituída no contexto de ampliação da **transferência de renda condicionada** aos jovens beneficiários das ações de qualificação do Primeiro Emprego – aspecto que até então estava restrito aos jovens participantes do Serviço Civil Voluntário –, incorporando o auxílio financeiro e a contrapartida de prestação de serviços comunitários por parte dos jovens.

A partir dessa iniciativa, houve uma mudança no perfil das ações do programa, segundo avaliação de Silva e Cunha:

O auxílio financeiro acabou se generalizando para as demais ações de qualificação no âmbito do Primeiro Emprego, sob a justificativa de que seria necessário compensar o “custo de oportunidade” para que jovens de baixa renda e baixa escolaridade permanecessem em qualificação sócio-profissional, já que poderiam ser facilmente cooptados por trabalhos precários ou mesmo por atividades criminosas. (2006, p. 91).

Aquela que era considerada uma política ativa de geração de postos de emprego, baseada na subvenção econômica às empresas, deu lugar a ações de qualificação social e profissional com recebimento de auxílio financeiro e

prestação de serviços comunitários por parte dos jovens. Com essa reorientação política, a responsabilidade pela obtenção do emprego deixou de ser do Estado, tampouco foi assumida de forma conjunta pelas empresas e recaiu inteiramente sobre o jovem. Nesse contexto, ao não oferecer um projeto consistente, articulado e integralizado em torno do mercado de trabalho, a política de transferência de renda se restringe ao seu viés assistencialista.

No Termo de Cooperação entre os ministérios, há um comprometimento mútuo, tanto do MinC quanto do MTE, de realocar os jovens nos programas ou iniciativas de seus respectivos ministérios após o término da formação prevista nessa ação. Na documentação da ação, havia ainda a previsão de que os ministérios desenvolveriam formações e orientações das atividades culturais e cidadãs para que essa experiência se tornasse inovadora na questão de geração de renda na área cultural. Nenhuma dessas iniciativas foi levada a cabo.

Enquanto o programa estabelece a meta obrigatória de inserção de, ao menos, 30% dos jovens qualificados no mercado de trabalho, não oferece nenhuma alternativa concreta de articulação, parceria, inserção, projeto ou ação para intermediar, facilitar ou garantir esse processo. Como os programas Primeiro Emprego e Cultura Viva não possuem estratégia, mecanismos ou ações que catalisem a inserção do jovem no mercado de trabalho, esse desafio foi repassado diretamente aos Pontos de Cultura e aos jovens, por meio da ação Agente Cultura Viva, o que revela os limites dessa meta em termos de um programa de ação governamental com esse propósito.

A idéia da ação, como oportunidade dos jovens exercerem o protagonismo juvenil, sustentou a construção do lugar social do jovem no discurso do programa. A centralidade do jovem como objeto de intervenção pública, por sua vez, não valorizou os jovens como sujeitos de direitos, mas como beneficiários passivos de um programa de inserção social e combate ao desemprego. O conteúdo do protagonismo juvenil esvaziou o sentido político da ação educativa do jovem ao responsabilizá-lo por uma série de resultados, projetos e iniciativas no contexto de um programa que não lhe oferece estrutura para tanto.

No que diz respeito à gestão da ação Agente Cultura Viva, foram identificados diversos problemas oriundos da inoperância do **sistema de gestão** e liberação dos auxílios financeiros dos jovens, e também das dificuldades de comunicação entre os ministérios e do Ministério da Cultura com os Pontos de Cultura.

O impacto desses problemas operacionais na dinâmica de funcionamento da ação é facilmente identificável se recuperarmos o histórico de gestão da ação. O processo de cadastro e seleção dos jovens agentes cultura viva teve início em setembro de 2005 e, como a formação estava prevista para iniciar em novembro, havia sido acordado que o depósito da primeira parcela do pagamento dos auxílios financeiros dos jovens seria feito no início de dezembro.

No entanto, o Ministério do Trabalho não cumpriu o prazo e o pagamento dos auxílios atrasou três meses, sendo efetuado apenas em fevereiro de 2006. Havia grande expectativa por parte dos mais de oito mil jovens, seus familiares e a rede de Pontos de Cultura para o recebimento desse pagamento ainda antes do Natal de 2005, e o atraso do início dos pagamentos criou tensões e prejudicou as relações de confiança estabelecidas entre os jovens e os Pontos de Cultura.

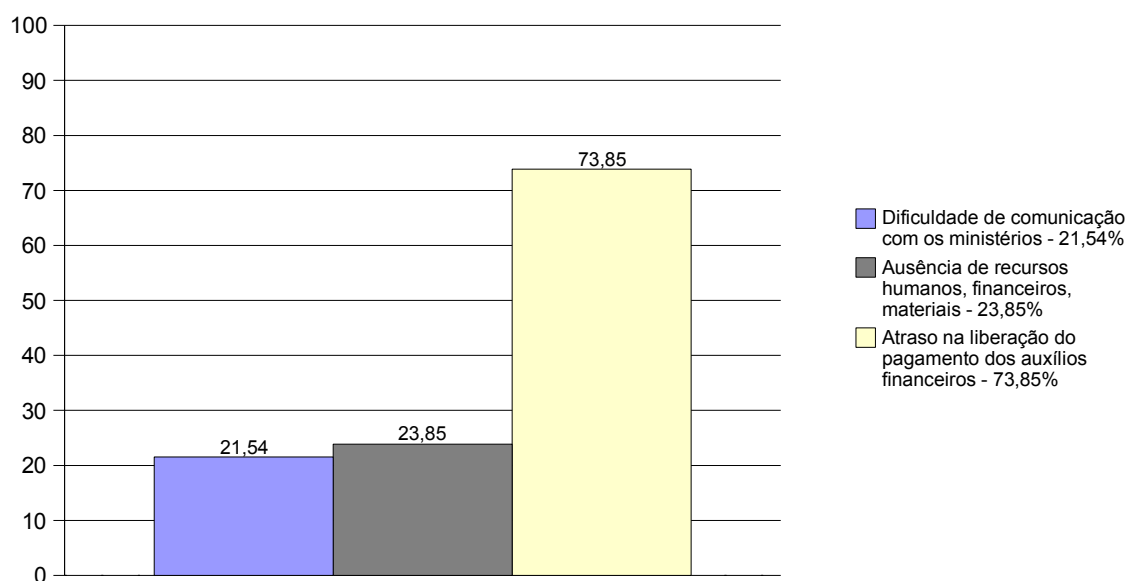
As fragilidades do sistema de gerenciamento do programa Primeiro Emprego (o PNPE Web) acarretaram em pagamentos desordenados ao longo de todo o período de formação. O sistema PNPE Web indicava que as parcelas liberadas supostamente não excediam o número de parcelas previstas por lei, mas, após rigorosas conferências e controles manuais por parte do MTE e MinC, foram identificadas falhas que acarretaram em pagamentos não autorizados.

Devido a essas falhas, os pagamentos foram suspensos por mais de dois meses, entre agosto e outubro de 2006, quando os ministérios regularizaram a conferência da documentação, comprovando a prestação do Serviço Civil Voluntário e a execução das atividades de qualificação, o que fundamentava o pagamento do auxílio. No entanto, o sistema continuou a apresentar inconsistências e a efetuar pagamentos indevidos até o término da ação, resultando num total de 70 parcelas sacadas a mais pelos jovens (BRASIL, 2007d, p. 5).

A **ausência de um fluxo** regular de gerenciamento e de comunicação entre os dois ministérios envolvidos na ação Agente Cultura Viva foi um complicador para sua gestão. A falta de procedimentos claros e acordados entre os dois ministérios, somado às inconsistências do sistema de gerenciamento, causaram uma desinformação generalizada. Os atrasos nos pagamentos, as incertezas em relação ao funcionamento do sistema, a falta de comunicação e de informações geraram muita frustração e deserção dos jovens, além de terem prejudicado o processo pedagógico de formação, alterado constantemente o seu cronograma e causado muito desgaste na gestão da ação Agente Cultura Viva.

A avaliação dessa ação, sistematizada pelo Instituto Paulo Freire, revela que o atraso na liberação do pagamento do auxílio financeiro dos agentes cultura viva foi a dificuldade mais apontada pelos Pontos de Cultura entrevistados, totalizando 73,85% das citações em uma pergunta espontânea, aberta e múltipla¹⁹, conforme dados do Gráfico 6. As conseqüências diretas relacionadas ao atraso dos auxílios financeiros indicaram a dificuldade em manter o jovem motivado e comprometido com o projeto, a desistência/evasão dos agentes e a falta de credibilidade no programa Cultura Viva gerada nos jovens. Como alternativa encontrada para superar essa dificuldade, foi apontada a realização de reuniões e diálogo com os jovens para esclarecimento e elaboração conjunta de propostas de trabalho (26% das citações). (INSTITUTO PAULO FREIRE, 2006a).

Gráfico 6 – Dificuldades enfrentadas pelos Pontos de Cultura com a ação Agente Cultura Viva²⁰ (espontânea e múltipla, em %)



Fonte: INSTITUTO PAULO FREIRE, 2006a.

¹⁹ Para orientar a leitura dos gráficos da avaliação, informamos que a classificação “espontânea” refere-se a perguntas e respostas abertas, discursivas, em que não foram oferecidas alternativas de escolha para a resposta; as perguntas “estimuladas”, por sua vez, reuniram um conjunto de alternativas sugeridas nos questionários para indicação dos Pontos de Cultura em suas respostas. Os resultados das perguntas “múltiplas” ultrapassam os 100% por permitirem diversas respostas para cada pergunta. O questionário que originou a avaliação encontra-se no Anexo desta dissertação.

²⁰ Pergunta 4a: Cite até três dificuldades encontradas no trabalho com os agentes cultura viva.

Dentre as alternativas criadas pelos Pontos de Cultura para enfrentar a desmotivação dos jovens e reafirmar o compromisso com o trabalho de formação dos agentes cultura viva, 8% das citações referiram-se ao estreitamento da relação com os jovens e o fortalecimento da confiança interpessoal.

Há outras dificuldades citadas pelos entrevistados e que obtiveram menos recorrências, mas são significativas por expressarem questões relativas ao perfil do jovem e ao seu contexto social. A dificuldade de deslocamento dos jovens por falta de recursos para transporte foi expressão de 10% das citações referentes às dificuldades enfrentadas no desenvolvimento da ação. As dificuldades relativas à realidade social e cultural da família e dos jovens foram apontadas por 6% das citações, o que envolve questões como a convivência com inúmeras **situações adversas** oriundas da pobreza e da exclusão social, além da maternidade juvenil, da falta de documentação e da necessidade que os jovens têm de trabalhar. Algumas alternativas encontradas para superar essas dificuldades voltam-se ao desenvolvimento de conteúdos e ações de solidariedade e motivação coletivas, expressos em caronas solidárias e no revezamento entre as jovens mães no cuidado das crianças (INSTITUTO PAULO FREIRE, 2006a).

4.2 A formação dos jovens

Apesar do MinC não ter atuado diretamente no desenvolvimento pedagógico da ação Agente Cultura Viva, ele formulou uma proposta de estrutura de curso de formação dos jovens intitulado *Cultura em Ação* para ser desenvolvida pelos Pontos de Cultura. Conforme a SPPC/MinC expressa no Caderno da ação: “O intuito deste curso é desenvolver as habilidades do jovem, para incitar seu interesse em iniciar futuramente uma profissão relacionada ao aprendizado construído” (BRASIL, 2004a, p. 23).

Segundo a proposta do MinC, o curso *Cultura em Ação* seria organizado em três módulos: formação específica, formação reflexiva e formação para o empreendedorismo. O total do curso deveria ter 480 horas. Na versão impressa do Caderno Ação Agente Cultura Viva, o MinC propôs a seguinte divisão da **carga horária**:

- a) aulas específicas de acordo com os projetos propostos pelos Pontos de Cultura selecionados pelo MinC, com carga horária total de 140 horas;
- b) aulas de reflexão sobre cidadania com carga horária total de 140 horas;
- c) atividades práticas, compreendidas enquanto o “momento em que todo o aprendizado das aulas específicas e sobre cidadania poderá ser exercido” (BRASIL, 2004a, p. 25). Para essa práxis deveriam ser reservadas 200 horas.

As aulas de empreendedorismo e microcrédito eram anunciadas no caderno, com informações sobre uma negociação em andamento entre o MinC, o MTE e o Sebrae para o desenvolvimento dessa formação específica. Essa parceria não chegou a ser efetivada e o caderno tampouco apresentou nenhuma orientação ou concepção de empreendedorismo que fundamentasse o desenvolvimento de atividades sobre a temática pelos Pontos de Cultura.

O caderno ainda previa um conjunto de temas a serem desenvolvidos nas aulas de reflexão do Ponto de Cultura, como: realidade mundial, brasileira e regional; direitos e deveres; conceito de cidadania; cultura enquanto trabalho; e cultura digital. Embora cada temática fosse subdividida em conteúdos específicos, não foi feita nenhuma conexão entre essas temáticas e conteúdos com a realidade dos Pontos de Cultura ou do programa Cultura Viva, muito menos foi proposto um aprofundamento político-pedagógico a respeito de sua abordagem.

A SPPC/MinC chegou a propor uma distribuição de carga horária para o curso *Cultura em Ação* que iniciaria os seus dois primeiros meses com 10 horas semanais e, a partir do terceiro mês, segundo essa concepção, o curso passaria a ser executado em 20 horas semanais. Ao avançar na proposta de distribuição da carga horária, o caderno revelava o caráter fragmentado da proposta pedagógica:

1º ao 2º mês: Teoria (Específica);
3º ao 4º mês: + Teoria (Específica e Cidadania) – Prática;
5º ao 6º mês: – Teoria (Específica e Cidadania) + Prática;
7º ao 8º mês: Teoria (Empreendedorismo social) e Prática (BRASIL, 2004a, p. 25).

A divisão entre teoria e prática consagrou a fragmentação do saber e da construção do conhecimento que já estava anunciada na divisão estática dos conteúdos. Nessa proposta identificamos uma transposição da lógica escolar ao universo do Ponto de Cultura ao propor um controle do tempo e uma organização descontínua de forma e conteúdo. Essa dimensão educativa fica evidente nas

dissociações entre a teoria e a prática, entre as técnicas e as vivências, entre o cognitivo e o sensível, entre a cidadania, concebida como o campo social, e as linguagens, os saberes “específicos”, as artes, as expressões.

Por fim, como parte das aulas de reflexão do *Cultura em Ação*, o MinC propõe a criação de um **Conselho Participativo**:

O objetivo é criar e estimular uma nova forma de integração e de participação democrática dos cidadãos presentes na Ação Agente Cultura Viva, ampliando assim seus conhecimentos e exercitando o respeito às diversidades. (BRASIL, 2004a, p. 31).

No caderno não fica clara a proposta em termos da esfera de participação desse Conselho, pois, em alguns momentos, o MinC sugere que as ações encaminhadas pelo Conselho poderão ser internas (entre os jovens e destes com o Ponto de Cultura), mas também externas (com a equipe gestora da ação Agente Cultura Viva e com a SPCC/MinC de modo geral). A falta de definição do papel e da participação do próprio MinC nesse Conselho faz com que essa iniciativa perca efetividade enquanto proposta do Ministério, para composição estruturada da ação pública.

A realização desse curso estava atrelada diretamente à previsão original de acompanhamento e suporte por parte do Ministério da Cultura, o que justificaria a existência dessa proposta. Essa responsabilidade havia sido, inclusive, firmada no Termo de Cooperação entre o MinC e o MTE e criou a expectativa de que o Ministério da Cultura orientasse, oferecesse instrumentos metodológicos e materiais didáticos para sua consagração. Outra expectativa e necessidade criada a partir dessa proposta foi a promoção, por parte do MinC de encontros, espaços de diálogo, interconexão e articulação das ações de formação realizadas pelos Pontos de Cultura para troca de experiências e aprimoramento da formação.

Embora não seja papel do Estado definir o percurso das formações empreendidas pelos Pontos de Cultura nem dirigir conteúdos e metodologias, é fundamental garantir a estrutura para sua operacionalização e oferecer subsídios para o desenvolvimento pedagógico proposto. Na avaliação da ação Agente Cultura Viva também foi apontada a necessidade de o Ministério apresentar a concepção e o papel do agente cultura viva, além de trabalhar conjuntamente com os Pontos a proposta política da ação inserida no conjunto do programa Cultura Viva.

É possível identificar diversos enfoques no discurso desta ação, que se referem aos procedimentos para alcançar a meta do programa Primeiro Emprego, de inserção de 30% dos jovens no mercado de trabalho. No entanto, não há definição clara para o seu alcance, ou seja, não localizamos dentro a documentação da ação a existência de instrumentais, alternativas de articulação com outros programas nem propostas concretas de ação que a viabilizem. Tampouco há uma reflexão crítica a respeito do que isso representa no campo cultural; pelo contrário, há uma **dispersão** de objetivos, intenções e orientações.

Por um lado, há o discurso do programa Primeiro Emprego, que foi incorporado pela ação Agente Cultura Viva, relativo à inserção dos jovens no mercado de trabalho, por meio de colocação em relação empregatícia no setor formal da cultura. Por outro lado, no catálogo do programa Cultura Viva temos a seguinte expressão de intencionalidade da ação Agente Cultura Viva: “O objetivo é fomentar a geração de renda nas próprias comunidades, a partir de uma economia solidária.” (BRASIL, 2004a, p. 24). De acordo com o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), por economia solidária compreendemos: “O conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (BRASIL, 2009t), o que difere do mercado formal de emprego.

Muitos Pontos tinham previsto realizar ações educativas em seus projetos apresentados ao MinC no momento da seleção do Cultura Viva; portanto, haviam previsto recursos em seus planos de trabalho para essas ações. Nesse caso, os Pontos adequaram o público participante, elaboraram um projeto pedagógico e incorporaram os jovens agentes cultura viva nessas ações de formação. No entanto, houve também Pontos de Cultura que não tinham previsão de realizar ações pedagógicas de formação em seus projetos originais nem haviam previsto recursos financeiros para formação em seus planos de trabalho, e tiveram que se reorganizar para atender a oportunidade oferecida pela ação e responder à expectativa criada na comunidade.

A falta de **planejamento** somada às poucas orientações recebidas e à ausência de monitoramento por parte dos ministérios foram empecilhos à organização das atividades de formação. Nenhum Ponto de Cultura previu o desenvolvimento de ações de formação nas circunstâncias e conjunturas abordadas

anteriormente, em termos dos atrasos no repasse dos auxílios financeiros, interrupções na execução da ação, deserção de educandos, tensões relativas ao gerenciamento da ação etc. Todos esses aspectos foram introduzidos ao longo da formação, gerando um processo continuado de avaliações e readequações das ações previstas.

Conforme vimos, o tempo transcorrido entre o recebimento das primeiras orientações relativas ao processo de cadastramento e seleção dos jovens e o início das atividades de formação foi de menos de dois meses. Nessas circunstâncias e nesse prazo, os Pontos de Cultura tiveram que desenvolver o seu projeto pedagógico, realizar a seleção dos jovens da comunidade, cadastrá-los no PNPE Web e organizar o Ponto de Cultura com equipe para iniciar as ações de formação.

O prazo insuficiente para elaboração dos projetos pedagógicos foi um elemento limitador para os Pontos de Cultura construírem a proposta metodológica da ação Agente Cultura Viva. A projeção da ação pedagógica elaborada antes de reunir o seu público participante e antes de saber com mais precisão a composição das turmas e as condições para sua execução prejudicou sua formulação, além de não ter proporcionado aos jovens a sua participação nessa elaboração. Esta se restringiu apenas à escolha do curso que gostaria de realizar, dentre as opções oferecidas.

Outras questões que dificultaram o processo de elaboração pedagógica referem-se à falta de informações sobre a proposta da ação, à falta de orientações sobre o seu desenvolvimento e à inexistência de uma concepção holística da ação governamental que oferecesse possibilidades de articulação junto a outras ações públicas e junto ao próprio programa Cultura Viva. Todos esses fatores impediram os Pontos de Cultura de elaborarem um projeto pedagógico mais focado na realidade dos jovens e adequado às condições da ação. A ausência dessas condições compõe o quadro de precariedade com que essa ação foi desenvolvida, o que, por sua vez, restringe o alcance de sua dimensão educativa e dos direitos de cidadania.

Nessas circunstâncias, os **projetos pedagógicos** apresentados expressaram um reflexo do trabalho desenvolvido pelos Pontos de Cultura e isso é evidenciado ao cruzarmos informações da avaliação da ação Agente Cultura Viva com a avaliação do programa Cultura Viva, realizada pelo LPP/UERJ. Segundo os dados do LPP/UERJ, 70% dos Pontos de Cultura promovem atividades de formação/capacitação/educação artístico-profissional, e as atividades de formação

se dão fundamentalmente por meio de **oficinas**, implementadas em 95% dos Pontos de Cultura (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2006, p. 66). As oficinas e vivências práticas são as especificações metodológicas mais recorrentes nos projetos pedagógicos apresentados pelos Pontos de Cultura para a ação Agente Cultura Viva. As oficinas, seguidas de palestras e debates também foram apontadas na avaliação dessa ação como as alternativas de maior incidência no desenvolvimento da formação dos agentes.

É possível identificar a natureza dessas ações socioeducativas na perspectiva de educação não convencional²¹, compreendida enquanto iniciativas de educação formalizadas e institucionalizadas, porém que não se inserem na educação escolar convencional. Nessas iniciativas está presente a intencionalidade da ação pedagógica, diferenciando-se da informalidade. O fato dessas ações não estarem inseridas no marco escolar faz com sua prática se vincule mais ao contexto em que está inserida e reúna um conjunto muito diversificado de atividades. Outras características dessa perspectiva educativa que podemos destacar referem-se à articulação da formação cidadã com uma formação teórica e a vivência prática, além do desenvolvimento de ações que estimulam a conexão dos saberes sensíveis e reflexivos.

A avaliação da ação Agente Cultura revelou que 79% dos pontos de cultura entrevistados já trabalhavam com jovens antes da implementação da ação Agente Cultura Viva. Isso reforça a avaliação de que a formação foi desenvolvida de acordo com o projeto do Ponto de Cultura e, conforme veremos mais adiante, como essa ação também contribuiu para potencializar o projeto do Ponto de Cultura.

Foi possível identificar a falta de especificação qualitativa do perfil do público beneficiário da Ação Agente Cultura Viva nos projetos pedagógicos elaborados para essa ação. O perfil era restrito apenas a “jovens de 16 a 24 anos dentro dos critérios do MinC”, o que dialoga com um dos maiores desafios identificados no processo de formação, segundo a avaliação da ação, referente à necessidade de trazer para a realidade do jovem o assunto trabalhado na formação. Em muitos projetos, há destaque para o fato da formação iniciar com um levantamento, uma pesquisa e uma investigação do patrimônio cultural local. Isso evidencia o que abordamos anteriormente sobre a indefinição do público participante da ação Agente Cultura Viva no momento do desenvolvimento do projeto pedagógico e da posterior necessidade de aproximação

²¹ A concepção de educação formal não convencional concebida neste estudo é desenvolvida por Camacho (2004) e Sposito (2007).

das ações de formação à realidade concreta dos jovens e da comunidade local.

Embora a composição de **50 jovens por turma** tenha sido a mais recorrente, houve experiências de Pontos de Cultura que cadastraram 500 jovens. A ação também contou com experiências de formação que integraram jovens da comunidade que não faziam parte do programa Cultura Viva. Esses jovens da comunidade compuseram as turmas junto aos agentes cultura viva, mas não receberam o auxílio financeiro e, em muitos casos, tampouco partilhavam do mesmo perfil dos jovens agentes. Essa integração proporcionou a composição de turmas variadas e uma convivência com a diversidade.

Mais de 86% desses Pontos integraram jovens da comunidade às turmas de agentes cultura viva e, segundo os dados da avaliação, 4.529 jovens “não-agentes cultura viva” foram integrados à formação no Ponto de Cultura, que reuniu 7.594 agentes, segundo sua avaliação realizada pelo Instituto Paulo Freire com o MinC. A partir dessa informação podemos identificar que, apesar do perfil focalizado de seleção dos agentes, os Pontos de Cultura não restringiram a participação no curso e realizaram iniciativas abertas à comunidade.

Quando perguntados a respeito da demanda que a implementação da ação Agente Cultura Viva ocasionou ao Ponto de Cultura, a reestruturação do espaço físico e a contratação de educadores foram as duas alternativas com maior número de citações (60% cada uma). A elaboração ou readequação do projeto pedagógico foi apontado por mais de 17% das citações e, em relação a isso, foram especificados os esforços de ampliação das áreas e temáticas de capacitação, mobilização de jovens para formação, reorganização da carga horária, entre outros.

As linguagens artísticas estiveram presentes nas formações desenvolvidas pelos Pontos de Cultura junto aos jovens, mas o patrimônio imaterial e a cultura popular foram as temáticas mais trabalhadas e reuniram 32% das citações, seguidas de música (27%) e teatro (26%). A partir da leitura dos projetos pedagógicos e dos dados sistematizados na avaliação, é possível identificar que o desenvolvimento de habilidades artísticas foi trabalhado menos em uma perspectiva voltada à profissionalização artística e mais no sentido de experimentação e trabalho coletivo de expressão criativa. Além disso, muitas ações de formação dos agentes envolveu iniciativas de acompanhamento escolar, elevação de escolaridade, orientação profissional, alfabetização de jovens e adultos, prática e didática de ensino para crianças e adolescentes, evidenciando a conexão da ação com a realidade social e local dos jovens, sob a perspectiva da ação educativa.

Questões relativas à reorganização do Ponto de Cultura para executar a ação Agente Cultura Viva apareceram na sua avaliação. A segunda dificuldade mais apontada pelo conjunto dos entrevistados refere-se à ausência de recursos do Ponto de Cultura para desenvolver a ação Agente Cultura Viva, expressa em 23% das citações. A origem dessa falta de recursos, em muitos casos, deveu-se à falta de previsão orçamentária dos Pontos para atender às necessidades geradas pela ação Agente Cultura Viva. Isso revela, sob outro aspecto, a precariedade das condições oferecidas pelo Ministério para que os Pontos de Cultura operem essa ação, sem base material, humana nem financeira.

A falta de recursos humanos dos Pontos de Cultura também aparece na avaliação, quando 10% dos Pontos de Cultura entrevistados indicam a dificuldade relativa ao despreparo de seus profissionais para atender às necessidades de formação dos agentes cultura viva. Isso evidencia outro prejuízo vivenciado na ação devido ao imediatismo apresentado pelos ministérios para iniciar sua implementação, sem oferecer bases adequadas para os Pontos de Cultura se organizarem, capacitarem e/ou contratarem corpo técnico preparado. Para solucionar a falta de recursos humanos, 5% das citações dos Pontos indicaram espontaneamente terem trabalhado a formação de jovens agentes educadores do Ponto e a inclusão de profissionais voluntários para a realização das atividades da ação Agente Cultura Viva.

A formação dos agentes cultura viva ficou a cargo inteiramente do Ponto de Cultura, que se reestruturou com apoio da **comunidade e da rede de parceiros** para implementá-la. Aproximadamente 14% dos Pontos de Cultura entrevistados na avaliação da ação apontaram a realização de novas parcerias como uma das alternativas encontradas para superação das dificuldades enfrentadas. Ao recuperarmos a pouca menção às parcerias nos projetos pedagógicos dos Pontos de Cultura e sua pequena presença no início da formação, fica evidente que as parcerias foram uma necessidade dos Pontos de Cultura para concretizar a ação e superar as deficiências apresentadas. Mais de 89% dos Pontos de Cultura afirmaram terem realizado parcerias que contribuíram no processo da ação, inclusive revelaram a avaliação conjunta da ação com o seu parceiro (37% das citações), o que revela um envolvimento efetivo dos parceiros na implementação e avaliação das ações dos Pontos de Cultura.

Quando solicitados para especificar as parcerias que contribuíram no processo da ação Agente Cultura Viva, as organizações não governamentais (ONGs)

abarcaram 54% das citações, seguida das instituições de ensino públicas e privadas (52%). Isso revela a aproximação dos Pontos de Cultura com instituições do mesmo perfil ou campo de atuação, uma vez que, conforme identificamos no capítulo anterior, a maior parte dos Pontos de Cultura também são ONGs. Com essa informação podemos depreender também o potencial de articulação da ação Agente Cultura Viva com a ação Escola Viva; embora esta última ação ainda não tivesse sido implementada na época da formação dos agentes, poderia ter sido aproveitada a articulação da escola com a comunidade e com as instituições de ensino que os Pontos de Cultura passaram a realizar com os jovens agentes.

No que diz respeito à natureza das atividades dos Pontos de Cultura, a avaliação do programa Cultura Viva realizada pelo LPP/UERJ aponta que 68% dos Pontos de Cultura implementam ações de formação na área de **cidadania** (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2006, p. 65), o que se repete na ação Agente Cultura Viva. Na avaliação dessa ação sistematizada pelo Instituto Paulo Freire, quando perguntados a respeito do foco prioritário da formação empreendida junto aos jovens, os Pontos de Cultura apontam as ações de cidadania de modo mais recorrente (77% das citações). A formação artístico-simbólica foi indicada em 53% das citações e o mercado de trabalho, por sua vez, aparece com menor incidência de resposta (48%).

Apesar do foco principal da formação ter sido nas ações de cidadania, é possível identificar que a participação política e cidadã dos jovens e dos Pontos em conselhos, conferências e espaços de definição de políticas públicas ainda foi bastante restrito. A participação dos jovens em conferências de políticas públicas na localidade foi citada apenas uma vez na avaliação da ação, e menos da metade dos Pontos de Cultura que responderam à avaliação (46%) tem registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o que revela a necessidade de aprofundar a abordagem da cultura como direito de cidadania.

4.3 Avaliação da ação Agente Cultura Viva

Os desgastes provocados pelo atraso dos auxílios financeiros e pela falta de informação foram sentidos também pelas representações regionais do MinC que, em

2006, passaram a assumir o acompanhamento regional do programa Cultura Viva e, em muitos casos, iniciaram o contato direto com os Pontos de Cultura para administrar os problemas de gestão da ação Agente Cultura Viva. A tensão chegou a casos extremos, como a ocupação do espaço da Representação Regional do MinC no Sul e ameaças por parte dos jovens, o que reforçou a necessidade do Ministério possuir uma estrutura descentralizada de comunicação e acompanhamento das ações para poder atender programas com essa capilaridade, como o Cultura Viva.

A ação Agente Cultura Viva também evidenciou a fragilidade da proposta de transversalidade política do programa Cultura Viva e o limite de uma das dimensões da gestão compartilhada que o MinC se propunha a trabalhar, no âmbito da articulação interministerial. A falta de acompanhamento pedagógico e monitoramento gerencial também revelaram limitações relativas à inoperância dos instrumentais de gestão e a insuficiência de pessoal para avaliar e acompanhar a execução.

Uma das dimensões da avaliação do programa Cultura Viva realizada pelo LPP/UERJ é a **comunicação** dos Pontos de Cultura com o MinC, e os dados levantados revelam que 86% desses contatos foi iniciativa dos Pontos. 84% dos Pontos de Cultura que se comunicaram com o MinC o fizeram para esclarecer dúvidas sobre o Agente Cultura Viva, o que revela o alto nível de desinformação existente na época, no que diz respeito à gestão dessa ação.

O gerenciamento dessa dificuldade não só potencializou a comunicação dos Pontos de Cultura com o MinC, mas também, no caso do Rio de Janeiro, impulsionou a articulação dos Pontos de Cultura. Em busca de informações, apoio e alternativas para resolver os impasses provocados por essa ação, foi criado o Fórum dos Pontos de Cultura do Rio de Janeiro que, a partir de então, continuou em atuação e possui intensa presença nos encontros e espaços de articulação em rede do programa Cultura Viva. Outra forma de lidar com o atraso foram as reuniões e as assembleias dentro dos Pontos de Cultura, que, por sua vez, contribuíram para potencializar a organização coletiva e a participação dos jovens e garantiram o seu envolvimento no processo de reivindicação do pagamento ao MinC. Isso nos oferece elementos para refletir a respeito da apropriação da ação por parte dos jovens e como foi redefinido o seu sentido no contexto dos impasses vivenciados.

Essas circunstâncias, por mais comprometedoras que tenham sido para o desenvolvimento da ação educativa, provocaram um estreitamento do vínculo dos Pontos de Cultura e dos jovens que permaneceram ao longo da ação. A situação

chegou a momentos tão profundamente complicados, de envolvimento da família, dos parceiros, da comunidade, que obrigou os Pontos de Cultura a comunicarem ao máximo suas ações e compartilharem informações, buscando alternativas conjuntas para resolver o impasse. A avaliação realizada pelo LPP/UERJ (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2006, p. 111) faz um destaque quanto a isso, expondo que “[...] a maioria dos Agentes Cultura Viva entrevistados demonstraram ter conhecimentos sobre o programa, para além das informações gerais [...]”, o que revela os esforços envidados pelos Pontos de Cultura para não perder a sua credibilidade e a legitimidade de seu projeto junto aos jovens e à comunidade, ao mesmo tempo em que evidencia as pressões e solicitação de informações por parte dos jovens, como parte de uma iniciativa de reivindicação de direitos.

O atraso no pagamento dos auxílios financeiros configurou o principal motivo para a evasão dos jovens agentes, mas foram identificados outros elementos que também geraram **deserção dos jovens**: alternativas de trabalho e emprego oferecidas ao jovem ao longo da formação, mudança de residência dos jovens, serviço militar, falta de equipamentos nos Pontos de Cultura para atender a expectativa dos jovens, entre outros.

Na avaliação da ação Agente Cultura Viva realizada pelo Instituto Paulo Freire com o MinC, os apontamentos relativos ao auxílio financeiro destacaram a sua importância e a necessidade de garantir a pontualidade em seu repasse, requerendo, por parte dos ministérios, um aprimoramento do monitoramento, da conferência da documentação e do gerenciamento do repasse dos auxílios. Em alguns Pontos de Cultura, houve experiências em que o auxílio financeiro foi trabalhado coletivamente como meio para acessar a atividade produtiva e a organização social dos jovens.

Como vimos, a compreensão do trabalho de forma reduzida ao emprego foi uma tônica identificada muito fortemente em todos os materiais gerados para orientar a formação do jovem Agente Cultura Viva por parte do MinC, bem como em seus informes e documentos. O foco dessa atividade humana voltado à sua relação com o mercado representava a característica central do discurso dessa ação. No entanto, a avaliação da ação Agente Cultura Viva revelou que apenas 2,8% do total dos jovens conseguiram ingressar no mercado de trabalho. A perspectiva da empregabilidade dos jovens não se mostrou um potencial da ação Agente Cultura Viva e, em muitos casos, mesmo sendo uma necessidade da

realidade social desses jovens, houve dificuldade de compatibilizar as atividades de estudos e trabalho, o que fez com que alguns jovens perdessem a oportunidade de dar continuidade ao estudo e atuação junto ao Ponto de Cultura, para aceitar proposta de trabalho que o desvinculou da ação.

As iniciativas exitosas que proporcionaram a contratação de jovens ocorreram devido às articulações feitas pelos Pontos de Cultura ou pelos próprios jovens. De modo geral, as oportunidades de envolvimento profissional dos agentes em projetos coincidem com a continuidade de ações educativas, tanto dentro dos Pontos de Cultura quanto fora, em programas municipais ou outras iniciativas de instituições parceiras do Ponto de Cultura. Isso revela a necessidade de ampliação do tempo e diversificação dos espaços formativos dos jovens, que permitam aos agentes transitarem por outras experiências e contextos que contribuam para sua formação e interação social. A criação e a manutenção das possibilidades de trabalho ocorreram a partir do desenvolvimento do potencial criativo e da valorização da experiência própria do jovem, o que estimula seu processo de formação e incorpora a ação cultural formativa ao trabalho.

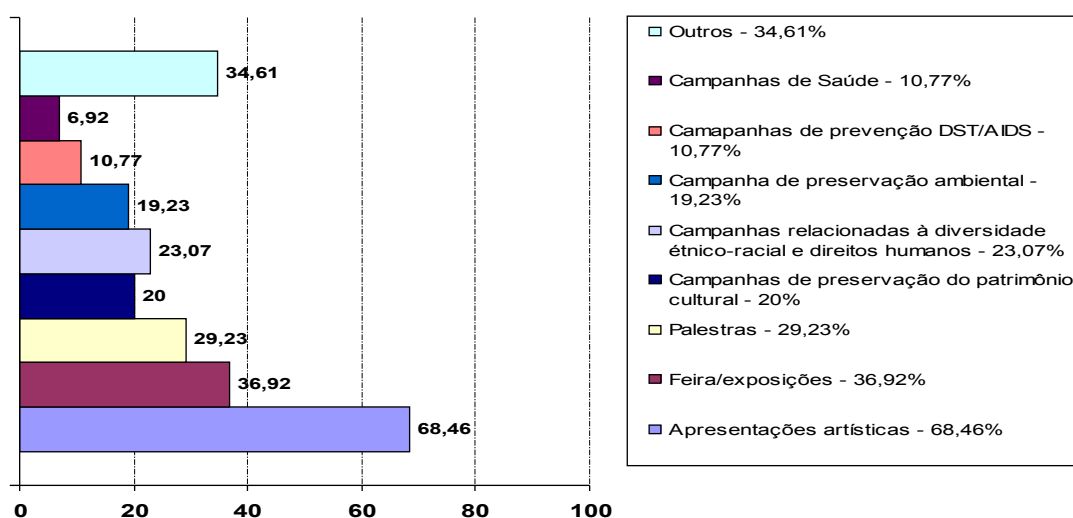
Podemos depreender dessa experiência que, se ela não se apresentou exitosa no estabelecimento de relações formais de emprego para os jovens, ao menos muitos deles passaram a integrar o **mundo do trabalho**, concebido enquanto uma dimensão mais ampla que o mercado de trabalho, por abranger diversas ocupações, formais e não formais, empreendidas de forma associativa, autogestionada, coletiva e, em geral, não convencional. Diferentemente da lógica do emprego formal, orientada dentro das relações de capital e trabalho, essas iniciativas estiveram centradas no trabalho, no processo produtivo e criativo, na aprendizagem resultante desse processo e das relações estabelecidas a partir dele.

Ao alterar a perspectiva do mercado de trabalho para o mundo do trabalho, a dimensão da práxis pedagógica ganha ainda mais sentido e conecta o processo produtivo à dimensão criadora. A qualificação de jovens realizada por meio da ação Agente Cultura Viva ofereceu elementos que proporcionaram o desenvolvimento de linguagens artísticas e a orientação profissional dentro do campo da cultura. Isso revela, por sua vez, a relevância da criação cultural para garantir sentido à vida e oferecer meios para a sociabilidade.

A partir dos dados da avaliação da ação, reunidos no Gráfico 7, é possível

identificar que a articulação do Ponto de Cultura com a **comunidade local** também foi um elemento impulsionado pela ação Agente Cultura Viva. Mais de 90% dos Pontos de Cultura afirmaram terem desenvolvido trabalhos na comunidade, dos quais foram mais destacadas as apresentações artísticas (68,46% das citações), feiras/exposições (36,92%) e palestras abertas à comunidade local (29,23%). Atividades relacionadas a campanhas também foram citadas, como é o caso de campanhas relacionadas à diversidade étnico-racial e direitos humanos, campanhas de preservação do patrimônio cultural, de preservação ambiental, de prevenção de DST/Aids e de Saúde. É interessante notar que, ao articular as ações junto à comunidade e proporcionar iniciativas de acesso à cultura, são realizadas também conexões entre a cultura e outros setores como a educação, saúde, meio ambiente, reforçando a intersectorialidade e o direito à cidadania.

Gráfico 7 – Trabalhos desenvolvidos pelos agentes cultura viva na comunidade (estimulada e múltipla, em %)²²



Fonte: INSTITUTO PAULO FREIRE, 2006a

A mobilização de iniciativas de ampliação do conhecimento dos jovens a respeito da sua cultura local também apareceram nas respostas espontâneas que revelaram a realização de pesquisas e mapeamentos socioculturais (13%). Conforme vimos no início desse capítulo, foi necessário realizar a aproximação do projeto pedagógico dos Pontos à realidade social e cultural dos jovens e da

²² Pergunta 6: Os agentes cultura viva desenvolveram trabalhos na comunidade? Se sim, quais foram os trabalhos desenvolvidos?

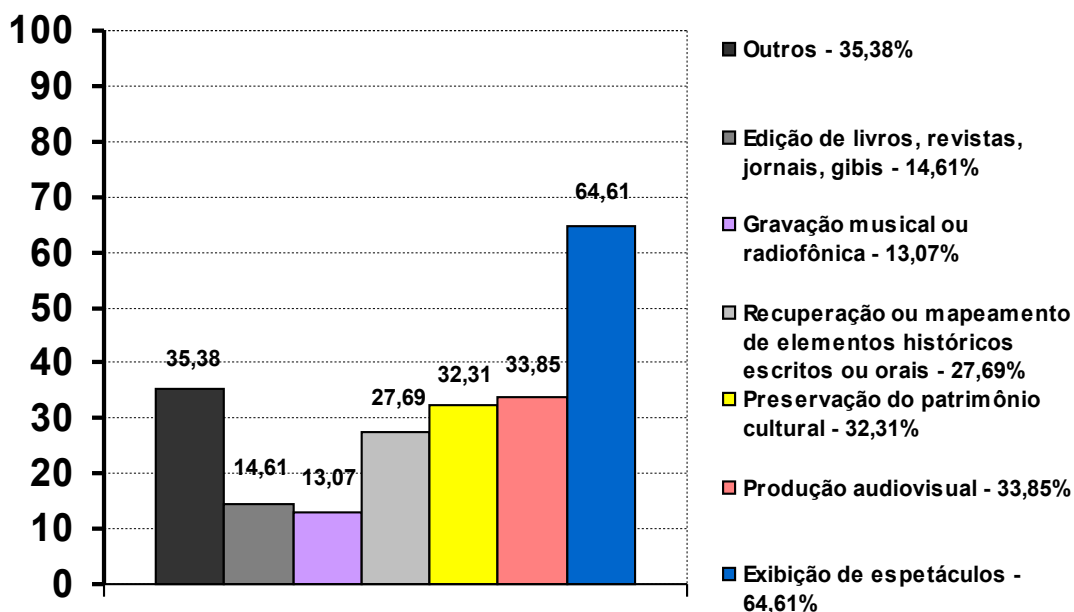
comunidade; acreditamos que esses mapeamentos podem ter sido uma forma de realizar essa aproximação. Outra abordagem que podemos depreender desses dados refere-se ao número recorrente de projetos que propuseram realizar ações de intervenção social, para o qual o levantamento de dados do bairro contribui significativamente. De todos os modos, isso revela que a ação oportunizou aos Pontos a sua inserção na comunidade de forma mais abrangente.

A qualificação para o desenvolvimento de projetos de atuação territorial foi uma característica da ação Agente Cultura Viva que nos oferece elementos para compreensão do papel desempenhado pelo agente cultural

[...] para além da simples realização de atividades. Ele deve ser, antes de mais nada, um dinamizador das potencialidades culturais da comunidade onde atua. Isto significa atuar como incentivador, socializador e mobilizador das experiências dos grupos culturais locais. (SOUZA; FARIA, 1997, p. 1)

As iniciativas de formação desenvolvidas pelos Pontos de Cultura proporcionaram uma ampliação do **acesso à cultura** por parte dos jovens e também pela comunidade, possível de ser identificado no grande número de atividades realizadas conjuntamente em seu espaço público. Quando observamos as principais ações desenvolvidas com os jovens e que resultaram da formação dos agentes, identificamos a forte incidência de eventos, como exibição de espetáculos de dança, música, teatro, circo etc. Essa alternativa reuniu 64,61% das citações dentre as respostas à questão de número 07 da avaliação da ação Agente Cultura Viva. O Gráfico 8 ilustra esses resultados:

Gráfico 8 – Produção dos agentes cultura viva²³
(estimulada e múltipla, em %)



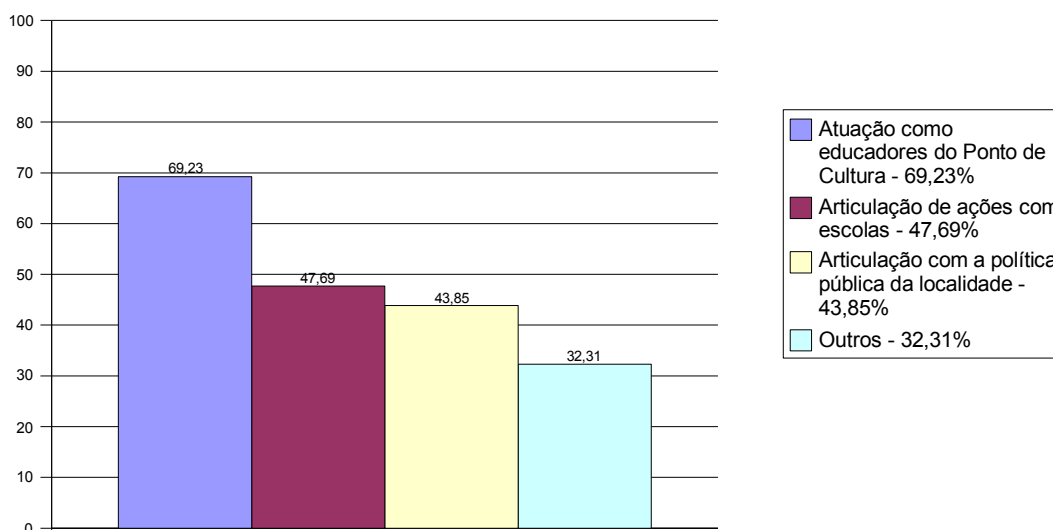
Fonte: INSTITUTO PAULO FREIRE, 2006a.

Podemos depreender dessa avaliação que a inserção comunitária dos jovens contribuiu para o investimento dos Pontos de Cultura na continuidade do envolvimento do jovem em seus espaços e projetos. O quadro abaixo revela a perspectiva mais recorrente de continuidade das ações dos jovens após o término da formação, segundo os Pontos de Cultura entrevistados. O envolvimento dos agentes cultura viva enquanto educadores do Ponto de Cultura foi apontado em 69,23% das citações, revelando a forte incidência da ação Agente Cultura Viva enquanto uma iniciativa de formação de formadores.

No que diz respeito à perspectiva de continuidade das ações do jovem com o Ponto de Cultura, há outras informações nas respostas ao questionário que ilustram essa aproximação dos jovens de forma mais orgânica ao Ponto de Cultura, como, por exemplo, menções a trabalhos voluntários dos jovens, à formação de grupos de jovens nos Pontos de Cultura e ao seu envolvimento em atividades culturais e projetos sociais do Ponto de Cultura.

²³ Pergunta 07: Como resultado da ação Agente Cultura Viva, indique o que foi produzido pelos agentes.

Gráfico 9 – Perspectiva de continuidade do trabalho com os jovens após o término da ação (estimulada e múltipla, em %)²⁴



Fonte: INSTITUTO PAULO FREIRE, 2006a.

O gráfico revela também a forte incidência da participação dos jovens nas escolas, o que veio a ser reconhecido e valorizado posteriormente pelo programa Cultura Viva, com a implementação do Prêmio Escola Viva e ação Escola Viva. A inserção dos agentes em outras instituições educacionais, como as universidades, também foi experiência vivenciada por meio desta ação e representa uma iniciativa de ampliação dos espaços de sociabilidade do jovem para universos em que ele, em geral, fora sempre excluído.

Isso aponta para a ação Agente Cultura Viva, como uma iniciativa articuladora das demais ações do programa, não apenas por ter sido a primeira a ser implementada após o Ponto de Cultura, mas por reunir os jovens como articuladores da relação com a comunidade, da interação com a escola, da produção audiovisual e da sociabilidade criadora de novas relações e produções coletivas.

Chama a atenção o lugar social fundamental que o **jovem agente cultural** passa a ocupar no contexto do Ponto de Cultura. Ele assume o papel central de dinamizador da ação cultural, de articulador do projeto de intervenção pública do qual ele também é objeto. Enquanto o Estado repassa a responsabilidade pela realização exitosa (ou não) desse projeto ao Ponto de Cultura, este, por sua vez, vincula o jovem

²⁴ Pergunta 10: Com o término da formação dos agentes cultura viva, como está sendo (ou como será, caso a formação ainda não tenha terminado) a continuidade do trabalho com os jovens?

à empreitada do desafio conjunto. Fica a pergunta a respeito da motivação do jovem para assumir esse projeto e essa responsabilidade; essa indagação não foi feita na avaliação da ação agente Cultura Viva, pois esta se dirigiu apenas aos Pontos de Cultura, mas ela é tema do próximo capítulo desta dissertação.

A ação Agente Cultura Viva contribuiu para impulsionar os projetos dos Pontos de Cultura, pois foi por meio dessa ação que os Pontos encontraram o seu público, ampliaram sua dimensão territorial e alargaram o alcance de suas ações. A ação contribuiu para desvelar o potencial do Ponto e a dinâmica de funcionamento do programa Cultura Viva, com sua fragilidade política. Lamentavelmente, a ação Agente Cultura Viva não foi integrada ao programa, nem mesmo durante a sua execução em 2005 e 2006, visto que o seu planejamento não foi incorporado ao plano de trabalho dos convênios dos Pontos de Cultura, a sua concepção não partiu de uma visão holística da ação política que conectasse o agente com outras iniciativas setoriais e tampouco houve continuidade na cooperação interministerial para o seu aprimoramento.

Por fim, passados dois anos dessa iniciativa, o MinC não anuncia nenhuma perspectiva de retomada da implementação da ação, nem sequer em novo formato. A ausência de uma visão integrada dos projetos que compuseram essa ação, a falta de compreensão de seu potencial articulador das demais ações do programa e a falta de assunção da responsabilidade do Estado pela sua execução foram fatores que contribuíram para o seu atual desfecho.

CAPÍTULO 5

OS PONTOS DE CULTURA COMO ESPAÇO DE EXPRESSÃO DO JOVEM

Conforme vimos no capítulo anterior, a ação Agente Cultura Viva tinha como proposta articular as dimensões da cultura e do trabalho nos Pontos de Cultura, mas sua prática evidenciou uma conexão ainda mais ampla que envolveu os jovens e os Pontos de Cultura, integrados em uma ação cultural, cuja proposta educativa expandiu os seus espaços de sociabilidade. Ao identificarmos que todos esses fatores constituíram dimensões significativas para os jovens construir um projeto próprio que não seja um projeto de futuro, mas um projeto de intervenção na sua realidade presente, de significação dos seus espaços, de expressão de sua cultura, de experimentação e aprendizado, resolvemos investigar os significados educativos das experiências dos jovens em sua inserção no Ponto de Cultura.

Essa pesquisa nos moveu em busca do **sentido da ação cultural** desenvolvida pelos jovens e do processo de construção de seu papel de agentes culturais, reunindo iniciativas que vinculam educação, trabalho, cultura e organização social.

Neste capítulo reunimos as informações da pesquisa de campo desenvolvida com jovens de dois Pontos de Cultura da cidade de São Paulo. Novamente, não temos intenção, com esta pesquisa, de avaliar ou analisar a política pública, mas compreender alguns sentidos, direções, alcances, limites e possibilidades das experiências vivenciadas por um grupo específico de jovens que participaram de um processo de formação cultural. As informações deste capítulo não podem ser generalizadas ao conjunto dos Pontos de Cultura, tampouco dos jovens e muito menos à ação Agente Cultura Viva, mas referem-se a um recorte específico de uma experiência localizada.

Nos anos de 2005 e 2006, o Estado de São Paulo integrou 25 Pontos de Cultura à ação Agente Cultura Viva, dos quais 12 desses Pontos situam-se na capital. A seleção dos Pontos de Cultura para as entrevistas desta pesquisa seguiu primeiramente o critério geográfico de localização; para viabilizar sua execução, as

entrevistas foram realizadas com Pontos de Cultura da cidade de São Paulo, local desta pesquisa. Outros aspectos relevantes para a escolha dos Pontos de Cultura entrevistados foram a sua localidade na cidade, a constituição jurídica da instituição e a sua disponibilidade em reunir os jovens para a entrevista. Priorizamos instituições situadas na periferia de São Paulo, por ser local onde existe a menor oferta de bens e serviços culturais da cidade. Buscamos entrevistar ONGs, por ser esse o perfil jurídico institucional mais recorrente no programa Cultura Viva, conforme vimos no capítulo 3.

As entrevistas foram realizadas com grupos de jovens de dois Pontos de Cultura que participaram da ação Agente Cultura Viva no Município de São Paulo. A principal característica para a composição do grupo de entrevistados foi a sua participação no processo de formação desenvolvido pelo Ponto de Cultura no âmbito da ação Agente Cultura Viva. Reunimos jovens agentes cultura viva que receberam o auxílio financeiro e jovens que, por não corresponderem ao perfil exigido pelo programa Primeiro Emprego, compuseram as turmas junto aos agentes Cultura Viva, mas não receberam o auxílio financeiro. Outra variedade dos entrevistados refere-se ao vínculo dos jovens com os Pontos de Cultura após o término da ação Agente Cultura Viva; alguns jovens entrevistados continuavam vinculados aos Pontos de Cultura no momento da entrevista, com frequência variada, e outros não o frequentavam mais.

Para a realização desta pesquisa, reunimos um grupo por Ponto de Cultura e fizemos uma entrevista com cada grupo de jovens. As entrevistas duraram, em média, duas horas e foram seguidas de visita ao espaço do Ponto de Cultura, diálogo com os coordenadores e conversas com as equipes dos Pontos.

Em novembro de 2007, reunimos um grupo de jovens no Ponto de Cultura TÔ AÍ – Time de Oficinas Artísticas Integradas, da Associação Constelação, situado no Jardim Sapopemba. Um ano depois, em dezembro de 2008, foi realizada a entrevista com jovens do Ponto de Cultura Galpão Arte em Construção, do Instituto Pombas Urbanas, na Cidade Tiradentes. Ambos os Pontos de Cultura estão localizados na Zona Leste do município de São Paulo.

Como as entrevistas foram realizadas em dia de atividade dos jovens nos Pontos de Cultura, o grupo de entrevistados foi amplo e reuniu jovens que não participaram da ação Agente Cultura Viva e hoje desenvolvem atividades junto ao Ponto. Uma das entrevistas contou também com a presença dos coordenadores do

Ponto de Cultura. Contudo, para esta pesquisa, utilizamos apenas os dados e depoimentos dos jovens que integraram a ação Agente Cultura Viva. As demais informações não foram contempladas nesta análise, pois preferimos não diluir o universo da pesquisa.

Inicialmente, os jovens responderam a um questionário de 14 perguntas de múltipla escolha (Apêndice A), organizado em três partes: a primeira parte refere-se ao perfil do jovem (nome, idade, sexo, local de residência, escolaridade). A segunda parte do questionário está voltada ao trabalho e mapeia o tipo de atividade desenvolvida pelo jovem que trabalha e qual a forma de sua contratação. Por fim, a terceira e última parte do questionário tem como objetivo identificar o tempo de envolvimento do jovem no Ponto de Cultura, sua frequência atual, a principal motivação que o levou a participar da ação Agente Cultura Viva, além da participação do jovem em grupos, movimentos e/ou associações da comunidade.

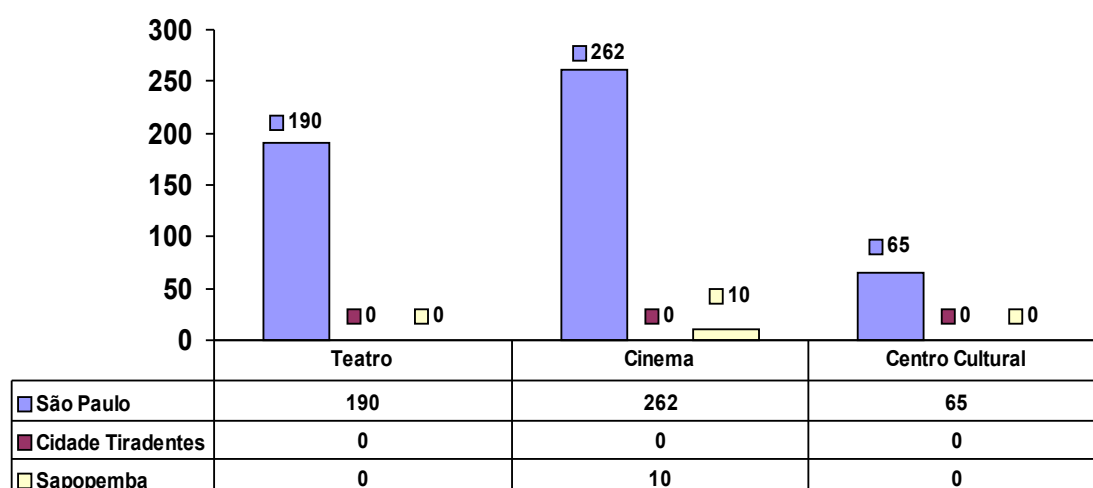
Em seguida, a entrevista foi orientada por um roteiro de perguntas qualitativas (Apêndice B), organizadas em três partes, uma referente ao vínculo do jovem com o Ponto de Cultura, cujo objetivo é a reconstrução do histórico de envolvimento dos jovens com o Ponto e a realização de uma reflexão coletiva a respeito do significado desse espaço. A segunda parte do roteiro é voltada à relação entre os jovens e busca revelar o sentido da coletividade entre eles; é o momento em que os jovens têm a oportunidade de apresentar as ações, iniciativas e projetos que desenvolveram juntos e de abordar o sentido dessas relações de sociabilidade e expor suas inquietações. A terceira parte do roteiro volta-se à visão do jovem sobre a relação entre cultura, educação e trabalho, onde, além de refletir sobre a produção cultural e a criação artística desenvolvida por eles, a proposta é que abordem os valores que orientam o seu trabalho e o papel do jovem e do Ponto de Cultura nesse processo.

5.1 Perfil dos jovens entrevistados

Antes de aprofundar as informações sobre o perfil dos jovens entrevistados e os projetos dos Pontos de Cultura contemplados nesta pesquisa, é fundamental situar o contexto social a que nos referimos. Conforme exposto anteriormente, os

distritos de Sapopemba e Cidade Tiradentes estão situados na **Zona Leste de São Paulo** e fazem divisa com outros municípios. No caso de Sapopemba, temos os municípios de São Caetano e Mauá como vizinhos, sendo que Cidade Tiradentes também faz divisa com Mauá. O distrito de Cidade Tiradentes é um dos bairros mais distantes do centro da cidade e se localiza a 35 km do marco zero de São Paulo. A dimensão populacional de ambos os distritos é bastante relevante. Segundo dados da Fundação Seade de 2008, Sapopemba reúne 295.975 habitantes e Cidade Tiradentes, por sua vez, alcança 242.077 habitantes²⁵. A oferta de equipamentos públicos evidencia a desigualdade apontada no primeiro capítulo desta dissertação, que explicitamos no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Distribuição de equipamentos culturais, por tipo, localidade e quantidade



Fonte: OBSERVATÓRIO CIDADÃO NOSSA SÃO PAULO, 2006b.

Segundo os dados de 2006, o poder público não dispõe de nenhum centro cultural, casas ou espaços de cultura nesses dois distritos e a oferta de bibliotecas públicas estatais também é precária. Considerando o indicador de número de livros disponíveis em acervos de bibliotecas públicas por habitante com 15 anos ou mais, o distrito de Cidade Tiradentes zera o indicador e em Sapopemba registramos 0,13 livros por habitante nessa faixa etária. Embora os indicadores do distrito de Sapopemba sejam melhores que os dados de Cidade Tiradentes, os números ainda são muito baixos e desiguais quando comparados

²⁵ FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS, 2008.

com outros distritos de São Paulo, principalmente os mais centrais. Já no que diz respeito à distribuição de cinemas, identificamos uma sensível melhora no distrito de Sapopemba/Vila Prudente, que reúne 10 cinemas, o que representa 3,82% dos cinemas do município. No entanto, em Cidade Tiradentes não há nenhum cinema, nem teatro, nem biblioteca, nem centro cultural do poder público.²⁶

A partir desses dados, é possível identificar que o contexto social dos dois Pontos de Cultura se aproxima. Fica evidente a falta de acesso à cultura nesses distritos, como a ausência de investimentos públicos na área de cultura para a região.

No que diz respeito ao público entrevistado, reunimos, ao todo, 17 jovens que participaram da ação Agente Cultura Viva, dos quais nove são homens e oito, mulheres. Todos os jovens entrevistados são residentes na Zona Leste de São Paulo (capital). O agrupamento etário desses jovens é bastante heterogêneo e, conforme vemos na Tabela 5, a experiência da ação Agente Cultura Viva nesses Pontos de Cultura proporcionou a **interação e convivência diversa** dentro do grupo juvenil.

Tabela 5 – Jovens entrevistados, por Ponto de Cultura, bairro e idade

Ponto de Cultura	Bairro de localização no Município de São Paulo	Idade dos jovens
Galpão Arte em Construção	Cidade Tiradentes	20 (01) 21 (01) 22 (01) 23 (02) 31 (01)
Tô Áí	Sapopemba	18 (02) 19 (03) 20 (01) 21 (02) 22 (01) 27 (01) N/R (01)

Fonte: VILUTIS, 2008.

Dos cinco jovens entrevistados que afirmaram estar estudando no momento da pesquisa, dois estavam na universidade. Os outros três apontaram já ter concluído o ensino médio, o que indica que o estudo realizado é fora do sistema escolar e não há

²⁶ OBSERVATÓRIO CIDADÃO NOSSA SÃO PAULO, 2006b.

informação precisa de qual natureza de estudo está sendo realizado, sendo possível, inclusive, relacioná-lo às atividades desenvolvidas junto ao Ponto de Cultura, já que todas as iniciativas em que os jovens estão envolvidos compreendem práticas socioeducativas. A Tabela 6 organiza a informação referente à escolaridade dos jovens por Ponto de Cultura e, ao cruzar suas informações com a tabela anterior, identificamos uma relação clara entre a faixa etária dos jovens e o ingresso na universidade. O Ponto de Cultura que reúne o maior número de jovens acima dos 22 anos é também o que reúne os jovens entrevistados que estão cursando o ensino superior.

Tabela 6 – Escolaridade dos jovens entrevistados, segundo Ponto de Cultura e nível de escolarização

Pontos de Cultura	Nível de Escolaridade			
	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Superior Incompleto	Ensino Superior Completo
Galpão Arte em Construção	--	4	02	--
To Aí	--	11	--	--

Fonte: VILUTIS, 2008.

Todos os jovens entrevistados concluíram o ensino médio e estavam trabalhando no momento da entrevista. É interessante lembrar que os jovens agentes cultura viva, por exigência do programa Primeiro Emprego, tinham que estar cursando o ensino fundamental ou médio para integrar na ação Agente Cultura Viva. O fato de hoje esses jovens terem concluído o ensino médio é um indicador de êxito que, se não podemos atribuí-lo unicamente à ação Agente Cultura Viva, ao menos podemos relacioná-lo com a sua participação nessa ação.

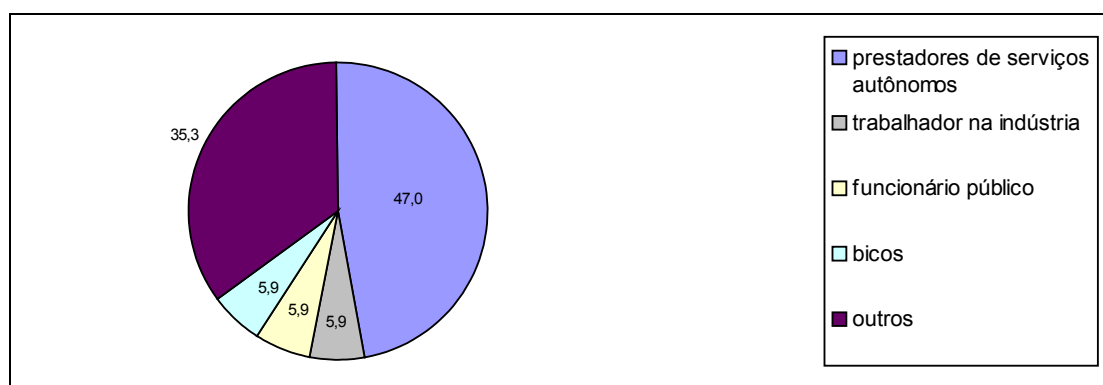
Ao relacionarmos essas informações com os indicadores de abandono no ensino médio da rede pública de ensino de São Paulo vemos uma dimensão mais ampla do que representa o fato de todos os jovens entrevistados terem concluído o ensino médio. O distrito de Cidade Tiradentes, por exemplo, apresenta o maior índice de abandono dos estudos no ensino médio da rede pública da cidade, ultrapassando os 11% dos estudantes matriculados. A média de abandono do ensino médio da rede pública em São Paulo é de 7% e Sapopemba também apresenta

indicador acima da média, ultrapassando os 8% de evasão²⁷.

No **universo do trabalho**, o fato de todos os jovens entrevistados estarem trabalhando no momento da entrevista é um indicador muito exitoso por não se inserir nas altas taxas de desemprego do seu contexto social. No bairro de Cidade Tiradentes, o indicador de desemprego de jovens de 16 a 29 anos é de 21%, enquanto a taxa média de desemprego nessa faixa etária em São Paulo é de 18%. O distrito de Sapopemba, por sua vez, apresenta índice de 16% para esse perfil da população²⁸ que, embora esteja abaixo da média da cidade, ainda é uma porcentagem elevada.

Apesar de todos os jovens entrevistados afirmarem estar trabalhando, apenas três possuem registro em carteira, o que significa 17% da amostra desta pesquisa. Isso reforça o que vimos apontando nos capítulos anteriores, referente à forma e ao contexto de ocupação dos jovens no setor cultural, que não se refere às relações formais de emprego, mas sim a atividades produtivas das mais diversas, como vemos no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Tipo de trabalho realizado pelos jovens entrevistados, em %



Fonte: VILUTIS, 2008.

O outro tipo de ocupação destacado pelos entrevistados, e que reúne 35,3% das respostas refere-se prioritariamente a estágios, com especificações para estágio em artes e estágio no Casa Brasil. Ainda dentre os que afirmaram terem outro tipo de atividade, constam um assistente de montagem para cinema e uma arte-educadora. A atuação na área da saúde, no setor da indústria e na condição de funcionária pública foram as indicações expressas de quem se encontrava com vínculo empregatício, o que não apresenta relação direta com o setor cultural. Isso

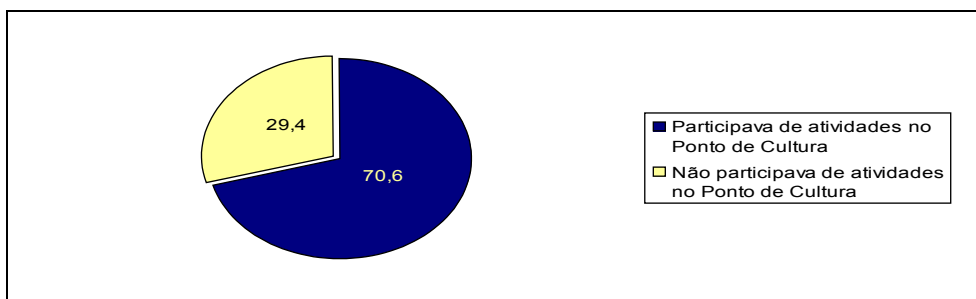
²⁷ OBSERVATÓRIO CIDADÃO NOSSA SÃO PAULO, 2005.

²⁸ OBSERVATÓRIO CIDADÃO NOSSA SÃO PAULO, 2006a.

reafirma que as atividades dos jovens agentes culturais se aproximam da diversidade de ocupações do mundo do trabalho, mas não são prioritariamente relacionadas ao mercado formal de trabalho, como ocorre com outros setores. A atividade desenvolvida pelos jovens no projeto Casa Brasil²⁹ revela como, em alguns casos, são os Pontos de Cultura que realizam a **transversalidade política**, ao fazerem convergir, em seus equipamentos culturais, diferentes programas sociais, de comunicação e cultura, garantindo a manutenção do seu público beneficiário e potencializando as diversas linguagens em seus projetos e iniciativas.

Ainda sobre o perfil dos jovens entrevistados, na terceira parte do questionário, buscamos apreender como se iniciou o vínculo dos jovens com os Pontos de Cultura, as motivações dos jovens em integrar a ação Agente Cultura Viva e como é sua participação hoje no Ponto. Os dados dos questionários revelam que a grande maioria dos jovens já desenvolvia atividades nos Pontos de Cultura antes de integrarem a turma dos agentes. O Gráfico 12 expõe essa relação.

Gráfico 12 – Participação dos jovens entrevistados no Ponto de Cultura antes da ação Agente Cultura Viva, em %



Fonte: VILUTIS, 2008.

Conforme vimos anteriormente, o curto prazo para cadastro e seleção dos jovens no processo de implementação da ação agente Cultura Viva dificultou e, em muitos casos, impediu os Pontos de Cultura de realizarem amplas mobilizações para compor as turmas dessa ação. Temos que considerar também que as entrevistas foram realizadas no período de um e dois anos após o término das atividades da ação Agente Cultura Viva e essa variável nos faz considerar a hipótese de que

²⁹ O Casa Brasil é um projeto interministerial do Governo Federal que prevê a instalação de laboratórios multimídia em áreas de baixo índice de desenvolvimento humano. As unidades do Casa Brasil reúnem telecentro com 20 computadores conectados à internet, laboratório de informática, estúdio multimídia, entre outros recursos. Para mais informações: <http://www.casabrasil.gov.br/>

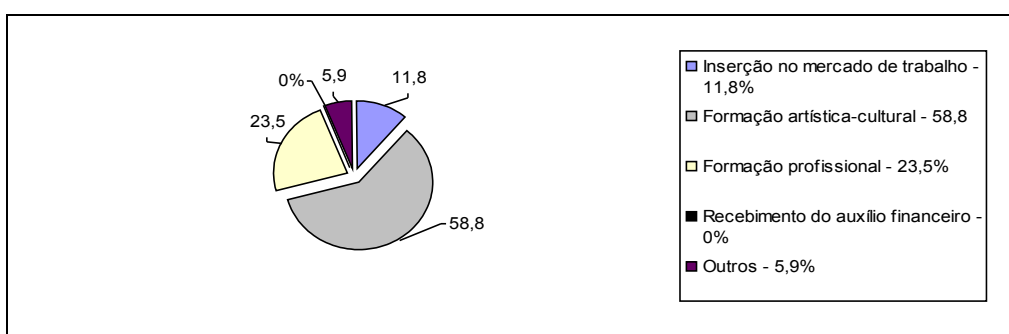
grande parte dos jovens que permaneceram no Ponto foram aqueles que já atuavam nele antes da implementação da ação.

A prática de valorização dos jovens que já participavam das atividades do Ponto de Cultura é algo que, como vimos, perdura nos Pontos entrevistados. Ambos integraram os jovens entrevistados em outros projetos, programas, ações e parcerias governamentais, o que proporcionou a sua continuidade nas ações de formação e, em alguns casos, inclusive, diversificando o foco de atuação ou a linguagem estética de expressão.

Apesar de todos os jovens entrevistados terem participado da ação Agente Cultura Viva, 47% dos jovens reunidos nas entrevistas foram agentes cultura viva de acordo com o perfil do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e receberam o auxílio financeiro. No entanto, 53% de jovens entrevistados não reuniam o perfil exigido pelo MTE e, portanto, não foram cadastrados como agentes cultura viva e tampouco receberam o auxílio financeiro, mas integraram as turmas com os demais agentes e participaram da formação com eles.

Outra informação que merece destaque refere-se à **motivação dos jovens** para integrarem a ação Agente Cultura Viva e o fato do auxílio financeiro não ter sido mencionado, conforme vemos no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Principal motivação dos jovens entrevistados para participarem da ação Agente Cultura Viva, em %



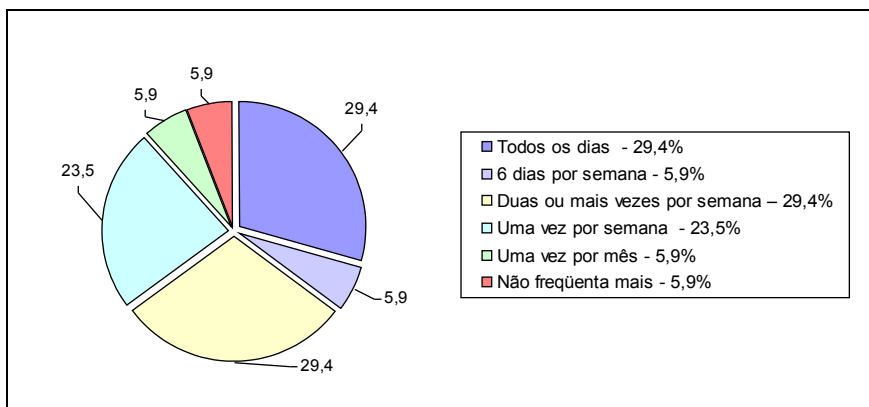
Fonte: VILUTIS, 2008.

Há um elemento que precisa ser levado em consideração ao analisar essa informação. Em um dos Pontos de Cultura entrevistados, não foi feita nenhuma menção sobre o repasse de auxílio financeiro aos jovens no momento da mobilização, cadastro e seleção dos jovens. Essa informação apenas foi comunicada aos jovens quando o benefício já estava disponível para ser retirado, o

que constituiu uma medida para evitar os desgastes de gerenciamento do recurso que a ação já apresentava. Dessa forma, a motivação relativa ao recebimento do auxílio financeiro nesse Ponto não poderia ter aparecido por parte dos jovens que desconheciam esse benefício. No entanto, dentre os jovens entrevistados do outro Ponto de Cultura que, por sua vez, tinham conhecimento prévio do auxílio financeiro, essa motivação tampouco foi mencionada e essa assertiva não foi indicada por nenhum jovem entrevistado.

Chama a atenção ainda nesse quadro que, embora o discurso oficial do objetivo dessa ação seja voltado à inserção do jovem no mercado de trabalho, essa alternativa foi a menos expressiva para os jovens entrevistados. A principal motivação foi a formação artístico-cultural, muito à frente da formação profissional, o que reforça alguns aspectos abordados no capítulo anterior sobre o potencial dessa ação não ter sido a profissionalização e nem o desenvolvimento de habilidades, mas sim a formação cultural e artística. Concebida de forma diversa, essa formação reuniu vivências práticas, pesquisas, oficinas e apresentações artísticas na comunidade. Ela ofereceu oportunidade aos jovens de criarem e se expressarem coletivamente, conectando a vivência cultura e social da cidadania às diversas linguagens experimentadas na formação.

No que diz respeito à participação atual dos jovens no Ponto de Cultura, as entrevistas também revelaram que o vínculo se mantém próximo com a maioria dos jovens entrevistados, tendo, inclusive, aumentada a sua frequência no Ponto após o término da ação Agente Cultura Viva. Conforme o Gráfico 14, mais de 64% dos jovens entrevistados têm frequência regular no Ponto de Cultura, acima de duas vezes por semana, sendo que grande parte desses jovens (35,2%) frequentam diariamente o Ponto de Cultura (entre 6 e 7 dias por semana).

Gráfico 14 – Frequência dos jovens entrevistados nos Pontos de Cultura, em %

Fonte: VILUTIS, 2008.

A última pergunta do questionário referiu-se à participação política dos jovens em algum grupo, associação ou movimento social. Dos 17 jovens entrevistados, 15 afirmaram sua participação em grupo artístico-cultural, o que revela que o envolvimento com o Ponto de Cultura também estimula o pertencimento a grupos artísticos por parte dos jovens. Interpretamos ainda que o próprio Ponto de Cultura representa o grupo social prioritário de integração e expressão artística desses jovens, como muitos também revelaram ao indicar o grupo de teatro composto por jovens do Ponto de Cultura como alternativa a essa participação.

O envolvimento em grupo de trabalho voluntário e movimentos sociais foram as duas outras assertivas indicadas por três e dois jovens, respectivamente. Grande parte dos jovens revelou participar de apenas um grupo ou movimento, como é o caso de 12 jovens, o que representa mais de 70% da amostra de entrevistados. Quatro pessoas afirmaram participar de dois grupos ou movimentos e apenas uma pessoa indicou sua participação em três espaços diferentes de participação política. O fato de apenas um jovem participar de grupo religioso e nenhum integrar partido político é significativo por revelar a centralidade que o grupo artístico ocupa na vida desses jovens, integrando espaço de expressão cultural e política.

5.2 Educação pela cultura

Um dos Pontos de Cultura estudados nesta pesquisa é parte da Associação Constelação. A **Associação Comunitária Cultural Constelação** (ACCC) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) sem fins lucrativos, fundada em 1996 em São Paulo. O objetivo principal da Associação é contribuir com o desenvolvimento local por meio de projetos de arte e educação, cultura, comunicação, esporte, lazer, conscientização ambiental, informática e cultura digital para crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social.

A Associação nasceu da motivação individual de sua presidente, Lucila Maia, que se propôs a realizar uma ação social junto à comunidade, por meio do ensino de artes e da mobilização de uma rede de diversos tipos de colaboradores. Dentre os seus objetivos específicos destacamos dois que aparecem de forma transversal em todos os projetos e ações realizados pela Associação: a valorização da capacidade criativa do ser humano, resgate da autoestima e a realização de eventos com exposições e apresentações de arte como forma de integração social digna.³⁰

Após a realização de diversos projetos na área da integração social e da arte, com um público participante mais focado em crianças e adolescentes, a Associação Constelação apresentou o **projeto Tô Aí** – Time de Oficinas Artísticas Integradas para o primeiro edital do programa Cultura Viva e foi conveniada pelo Ministério da Cultura em 2005. O projeto pedagógico do Tô Aí era voltado a jovens de 15 a 22 anos e lideranças de moradores do distrito de Sapopemba e previa a realização de três cursos: artes plásticas (com quatro turmas de 25 pessoas), história em quadrinhos e webdesign (num total de quatro turmas com 10 alunos cada). Os cursos eram gratuitos, com aulas semanais de duração de uma hora e trinta minutos (artes plásticas) e duas horas (história em quadrinhos e webdesign).

A motivação do Ponto de Cultura para o desenvolvimento de um trabalho voltado à ampliação do acesso à cultura pode ser identificado na proposta metodológica de integrar a reflexão crítica da realidade com sua significação artística:

³⁰ Essas informações estão reunidas na página web da Associação Constelação. Para mais informações: www.constelacao.org.br

O Projeto Tô Áí visa estruturar alternativas para a qualificação dos jovens em atividades deficitárias na região, onde não existe nenhuma opção de desenvolvimento para a arte e a cultura. Portanto, viabilizamos novos espaços para o indivíduo conviver, colaborar com a construção do patrimônio cultural e histórico, com o desenvolvimento social e de lideranças positivas, de artistas profissionais, técnicos, monitores e professores para valorizar a identidade cultural da comunidade. (TIME, [2005]).

Na ação Agente Cultura Viva, o Ponto de Cultura Tô Áí inscreveu 50 jovens para participarem de oficinas artísticas de artes plásticas, história em quadrinhos/cartum, teatro e elaboração de projetos. O projeto que o Tô Áí desenvolveu na ação Agente Cultura Viva consistiu em uma ampliação dos cursos propostos inicialmente no projeto do Ponto de Cultura. Ao longo do desenvolvimento das atividades, o Ponto de Cultura articulou parcerias, por meio das quais foi possível organizar oficinas de cinema e vídeo (oficinas Kinoforum), construção de objetos/bijuterias com materiais reciclados, contação de histórias, design/moda, mosaico, webdesign e serigrafia.

As **oficinas** aconteceram no ano de 2006, proporcionando alguns resultados concretos, como a produção de quatro curtas-metragens que foram projetados no Festival Internacional de Curtas em São Paulo; o espetáculo de teatro “Eleva mas não leva”, apresentado no bairro de Sapopemba; a participação no evento da Semana de Moda em São Paulo e a exposição de arte na TEIA 2006, realizada na Bienal de São Paulo.

Ao analisar a proposta de trabalho apresentada pelo Ponto de Cultura, identificamos muitas características abordadas no capítulo anterior. As ações de formação da ação cultural contemplaram a dimensão artística e sua prática cidadã; as técnicas artísticas foram trabalhadas em diálogo com temáticas e conteúdos da realidade dos jovens; as ações no Ponto de Cultura foram baseadas em um diálogo com a identidade cultural local; os ensinamentos sobre a carreira de artista foram experimentados por meio do desenvolvimento de um projeto coletivo. A articulação dessas dimensões configura uma iniciativa que amplia o raio de atuação do Ponto de Cultura e visa expandir o papel do jovem agente cultura viva.

Segundo relatório do Ponto, as atividades dos jovens no Tô Áí também contaram com reuniões mensais e um curso de elaboração de projetos, em que os jovens criaram dois projetos coletivos, um referente à construção de um site e, outro, de organização de um evento musical. Os agentes cultura viva fizeram articulações

na comunidade, reunindo-se com músicos e empresas para viabilizar o projeto, o que também contribuiu para divulgar as ações do Ponto de Cultura e dar mais visibilidade às suas iniciativas conjuntas (PONTO DE CULTURA TÔ AÍ, 2005).

A partir desse curso, houve um investimento da Associação Constelação na formação dos jovens para que eles atuassem diretamente na instituição, desenvolvendo atividades dentro e a partir do Ponto de Cultura. Conforme exposto no questionário de avaliação da ação Agente Cultura Viva, “Atualmente estamos sistematizando o crescimento do projeto e preparando jovens para coordenar as diferentes áreas (ex.: área de divulgação, área de eventos, área de captação de recursos, etc.)”³¹. Quando perguntados a respeito das perspectivas de continuidade do trabalho dos jovens, o Ponto de Cultura apontou também a realização de planejamento estratégico do Ponto para a formação de parcerias, captação de recursos, divulgação e viabilização da continuidade do trabalho na região, o que indica a necessidade de obtenção de novos recursos para manutenção das ações.

As atividades realizadas pelos jovens do Ponto de Cultura para públicos externos abarcam organização de eventos, criação de logomarcas para parceiros de forma voluntária, exposição de seus trabalhos artísticos, edição de vídeos, entre outros. Os jovens também realizam trabalhos por fora do Ponto, como é o caso de *freelancers* em bibliotecas, por exemplo. Dentre as atividades que mais integraram os jovens, eles destacaram na entrevista que foram as oficinas de vídeo, os almoços coletivos e as atividades no espaço do galpão que servia de ponto de encontro e onde realizavam um dia de criação artística por semana.

Embora os problemas de gerenciamento dos auxílios financeiros para os agentes cultura viva tenham sido uma dificuldade de modo geral, neste Ponto de Cultura, especificamente, como o auxílio não havia sido comunicado aos jovens até a sua liberação, o atraso acabou não provocando a frustração, o desestímulo e a tensão vivenciadas em outros Pontos de Cultura.

Uma alternativa interessante criada pelo grupo foi o processo de decisão coletiva a respeito da utilização dos auxílios doados ao grupo de jovens. Alguns agentes cultura viva conseguiram trabalho e interromperam a sua participação na formação antes de receberem o auxílio financeiro. Quando o recurso foi pago aos jovens, eles o doaram ao Ponto de Cultura que, junto aos jovens agentes que

³¹ BRASIL. Ministério da Cultura. Avaliação da ação Agente Cultura Viva, 2006: questionário aplicado. Brasília, DF, 2006. Documento de avaliação elaborado em parceria com o Instituto Paulo Freire.

permaneceram nas atividades de formação, decidiram em conjunto comprar um liquidificador industrial para realizar esculturas em *papier machê* para vender e reverter o recurso ao grupo de jovens e ao Ponto de Cultura. As falhas no gerenciamento da ação por parte dos ministérios envolvidos suscitaram uma oportunidade dos jovens criarem uma iniciativa coletiva.

Uma das dificuldades enfrentadas pelo Ponto de Cultura após a ação Agente Cultura Viva foi o término de outros apoios e parcerias que viabilizavam a utilização de um galpão no bairro para a realização das atividades de formação. O escritório do Ponto de Cultura foi transferido para uma sala alugada, mas eles ficaram sem espaço de ensaio, encontros e formação.

A ação que viabilizou a **continuidade do trabalho** com o grupo de jovens foi a formação de vinte educadores que passaram a realizar oficinas com crianças e adolescentes nas escolas municipais, no marco do programa São Paulo é uma Escola. A Associação Constelação foi aprovada em três editais públicos desse programa e, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, atuou em oito escolas municipais e três centros educacionais unificados (CEUs).

O São Paulo é uma Escola é um programa de educação integral implementado pela Prefeitura de São Paulo desde 2005, e consiste em oficinas pedagógico-culturais oferecidas aos alunos dos CEUs e aos alunos das escolas do Ensino Fundamental da rede pública da cidade. As atividades artísticas previstas no pós-escola e oferecidas pelo programa consistem em aulas de dança, música, teatro, artes plásticas, cinema e outras linguagens. Além dessas atividades, há reforço escolar e apoio pedagógico aos alunos, bem como aulas, atividades e jogos na área de esportes. O programa é viabilizado por meio de editais públicos e convênios entre as Diretorias Regionais de Educação e instituições sem fins lucrativos que realizam as oficinas.

Em 2005 e 2006, a Constelação realizou oficinas nas escolas da região de Sapopemba e, em 2007, ampliou sua atuação para São Mateus. Com a equipe de educadores que participaram da formação da ação Agente Cultura Viva, foram implementadas 820 oficinas de artes plásticas, grafite, teatro, música, capoeira, arte digital, história em quadrinhos, papel reciclado, mosaico e xadrez, envolvendo mais de três mil crianças e adolescentes. O desenvolvimento dessas habilidades artísticas constituiu grande desafio aos jovens agentes, para muitos dos quais essa iniciativa representou a primeira oportunidade de realizar uma prática de ensino.

O objetivo geral do Ponto de Cultura Tô Aí que foi incorporado ao desenvolvimento da ação Agente Cultura Viva era:

Desenvolver o protagonismo juvenil por meio da arte, da educação, de palestras, propiciando uma gestão compartilhada a fim de incentivar intercâmbios culturais, formar lideranças voltadas para a cultura da paz, profissionalizar, estimular a formação de redes entre empresas, OSC (Organizações da Sociedade Civil), órgãos públicos e governamentais e espaços culturais (TIME, [2005]).

A proposta de realizar uma “arte com intenção” foi contemplada na iniciativa da ação Agente Cultura Viva desse Ponto, o que previa o ensino de técnica e conteúdos sobre a atualidade vinculados à formação cidadã, com liberdade para os jovens elaborarem projetos nas áreas e linguagens que encontravam afinidade ou interesse³².

No trecho acima, e nos demais documentos do Ponto de Cultura, é possível identificar que não há especificações a respeito da concepção de jovem abordada no projeto, e a referência ao protagonismo juvenil aparece atrelada à arte e também à cidadania. Essa conexão fica evidente na proposta de trabalho, que vincula a expressão artística dos jovens à inserção em redes, à realização de intercâmbios e, principalmente, à prestação de serviços na comunidade. Esses serviços são formas de exercício, experimentação, difusão e diálogo por meio das criações e aprendizados dos jovens. A partir do curso de história em quadrinho, por exemplo, o jovem aprende a realizar caricaturas, e junto ao Ponto de Cultura ele passa a oferecer o serviço de caricaturas em eventos. Outros serviços prestados pelos jovens na comunidade a partir dos cursos são: desenvolvimento e construção de sites; pintura e grafite em muros; cartões, convites, cartazes, folhetos e outros materiais para divulgação.

A **oferta de serviços culturais** por parte dos jovens do Ponto de Cultura foi uma forma de geração de trabalho e renda e foi o início do trabalho de profissionalização dos jovens agentes cultura viva realizado pelo Ponto de Cultura. Essa iniciativa reforçou a atuação do Ponto de Cultura na área do voluntariado, que constituía um dos focos prioritários da Associação Constelação desde o seu surgimento. Os jovens agentes cultura viva que se tornaram educadores do programa São Paulo é uma Escola também passaram a realizar oficinas no Ponto

³² BRASIL. Ministério da Cultura. Avaliação da ação Agente Cultura Viva, 2006: questionário aplicado. Brasília, DF, 2006. Documento de avaliação elaborado em parceria com o Instituto Paulo Freire.

de Cultura Tô Aí, de forma voluntária. A partir dessa iniciativa, novas parcerias também foram firmadas, como é o caso da parceria com a Universidade São Marcos para qualificação do trabalho dos jovens na área de Pedagogia e Psicologia.

Outro Ponto de Cultura que teve a experiência de formação dos agentes cultura viva aprofundada nesta pesquisa é o **Galpão Arte em Construção**, do **Instituto Pombas Urbanas**. Com uma trajetória de quase 20 anos de teatro em comunidade, o Pombas Urbanas iniciou suas ações em São Miguel Paulista, bairro vizinho à Cidade Tiradentes, com oficinas teatrais organizadas pelo diretor Lino Rojas, seu fundador e idealizador. Como diretor e dramaturgo, Lino realizou pesquisas de dramaturgia, formação de atores e de linguagem que mobilizam o trabalho do grupo até hoje.

As primeiras oficinas teatrais desenvolvidas pelos jovens atores, sob orientação de Lino, ocorreram em bairros da periferia de São Paulo e tiveram início em 1995, após seis anos de trabalho de formação, orientação e convivência. Em 2002, o Instituto Pombas Urbanas se constituiu como personalidade jurídica³³ e, em 2003, o grupo se muda para Cidade Tiradentes e empreende a reforma de um galpão de 1.600 metros quadrados cedido em comodato ao grupo. O trabalho do Pombas Urbanas sempre esteve relacionado com os bairros, as ruas e a comunidade, seja sob a forma de pesquisa de informações, levantamento de memórias e experimentação de linguagens, como também para ensaios, apresentação de espetáculos, mobilização de pessoas e convivência comunitária.

O Instituto Pombas Urbanas trabalha com crianças, adolescentes e jovens moradores do bairro de Cidade Tiradentes e os gestores do Instituto expressam essa intencionalidade:

[...] que a comunidade e, principalmente, os jovens que freqüentam o espaço, se envolvam e participem ativamente do processo cultural, desenvolvendo reflexões sobre o bairro, criando autonomia em suas ações e interferindo – com sua visão de mundo e conhecimento sobre o bairro – no andamento do projeto (REVISTA SEMEAR ASAS, 2008, p. 48-49).

No ano de 2004, o Instituto Pombas Urbanas foi contemplado no primeiro edital do programa Cultura Viva do MinC e passou a desenvolver o projeto do **Galpão Arte em Construção**. Em 2005, cadastrou 20 jovens para a formação dos

³³ O Instituto Pombas Urbanas é uma Instituição sem fins lucrativos e possui o título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

agentes cultura viva, muitos dos quais já conheciam e atuavam no Ponto de Cultura; outros foram mobilizados por meio de

[...] contatos e reuniões com representantes de entidades, diretores de escolas e líderes comunitários do bairro. O Programa também foi divulgado através da “rádio de rua” na frente do Centro Cultural, em saídas de escolas e locais de grande concentração de jovens. (INSTITUTO POMBAS URBANAS, 2005b).

A composição das turmas de agentes integrou 13 jovens que já estavam envolvidos nas atividades do Ponto de Cultura e não se enquadravam no perfil exigido pelo programa; portanto, participaram da formação, mas não receberam o auxílio financeiro. Isso proporcionou a continuidade da formação dos jovens já integrados ao Ponto, a convivência de **jovens de diferentes idades e perfis**, além de estimular o envolvimento desses jovens mais ativamente na mobilização das turmas e no engajamento dos novos alunos nas atividades de formação. Essa composição da turma reforça prática identificada na avaliação da ação Agente Cultura Viva, a respeito do perfil focalizado do programa Primeiro Emprego e das alternativas criadas pelos Pontos de Cultura para garantir uma diversidade significativa das turmas, que contemplasse a realidade de sua atuação.

O teatro do Galpão Arte em Construção está vinculado diretamente à formação teatral e é a partir dessas formações que a cada ano há novas turmas de jovens do bairro que se iniciam no teatro. Por meio dessas formações, após dois anos de trabalho junto à equipe de atores do Instituto, foi criado o Núcleo Teatral Filhos da Dita. Esse Núcleo de jovens atores surgiu em 2005 e estreou seu primeiro espetáculo em 2008. Inclusive, alguns dos jovens que foram agentes cultura viva hoje integram esse Núcleo e as formações realizadas no período da ação Agente Cultura Viva fizeram parte da trajetória do grupo.

O processo de formação dos agentes cultura viva proposto pelo Instituto Pombas Urbanas manteve a organização indicativa do MinC de acordo com o caderno da ação Agente Cultura Viva, mas dinamizou a proposta metodológica de organização dos tempos da formação. O projeto pedagógico foi organizado em três eixos de atividades que correspondem à formação em artes (6 horas semanais), prática comunitária (10 horas semanais) e formação cidadã (4 horas semanais), totalizando 20 horas semanais de envolvimento dos jovens agentes no Ponto de

Cultura. Os conteúdos, princípios e ações de cada eixo se interconectam e há variação entre eles.

A **formação em artes** era composta por quatro cursos: teatro, dança de rua, grafite, circo e música; e eram realizados com educadores do próprio Ponto de Cultura e de profissionais parceiros. Cada jovem deveria escolher o curso de uma linguagem específica para dar seguimento ao longo da formação. O eixo relacionado à prática comunitária consistia no envolvimento dos jovens agentes cultura viva em ações de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação dos projetos comunitários desenvolvidos pelo Ponto de Cultura; os agentes poderiam escolher por acompanhar quantos projetos tivessem interesse, optando dentre as iniciativas realizadas pelo Ponto: biblioteca comunitária; recreação com crianças e projeto Canto dos Ipês.

Todos os projetos da **prática comunitária** previram uma articulação do Ponto de Cultura com diferentes grupos comunitários de faixas etárias variadas e também reuniram ações de melhoria do espaço do Ponto de Cultura e de seu entorno. Sua execução estava prevista para ser realizada por meio de atividades de formação dos agentes junto à equipe do Instituto Pombas Urbanas, ações dos jovens com a comunidade e iniciativas conjuntas envolvendo os jovens, a equipe do Ponto de Cultura e a comunidade.

A biblioteca comunitária do Galpão é um espaço de leitura, escrita, jogos educativos, auxílio para a lição escolar, voltado para crianças, adolescentes, jovens e adultos. Em relação a essa prática comunitária, o projeto pedagógico do Ponto de Cultura previa que

Os Agentes Cultura Viva que optarem por esta prática comunitária irão participar do planejamento de atividades de leitura e escrita com as crianças, irão monitorar jogos, serão formados como mediadores de leitura para crianças e para que possam coordenar rodas de leitura e atividades de reforço escolar para crianças que freqüentam a biblioteca. O Instituto também desenvolverá com eles algumas atividades para melhorar o desempenho dos próprios Agentes na área da escrita e da leitura. (INSTITUTO POMBAS URBANAS, 2005a, p. 3-4).

Além desse projeto, os agentes também poderiam participar da recreação com crianças, realizando brincadeiras, jogos e atividades físicas. O Canto dos Ipês, por sua vez, era um projeto de conscientização ambiental e ecológica, cujo objetivo

era criar um parque arborizado para a convivência, atividades culturais e de lazer na área externa ao galpão. O conjunto dessas iniciativas no eixo da prática comunitária exemplifica o que vimos anteriormente a respeito de grande parte das ações de formação dos agentes cultura viva: integração dos jovens aos projetos dos Pontos de Cultura, por meio de ações de articulação comunitária, fortalecimento dos próprios projetos do Pontos e ações culturais com viés socioeducativo que preveem a convivência intergeracional, a articulação de diferentes linguagens e a gestão de projetos por parte dos jovens (planejamento, execução e avaliação).

A **formação cidadã** prevista no projeto pedagógico do Ponto de Cultura é realizada por todos os jovens agentes cultura viva e tem dois enfoques prioritários de abordagem: por um lado, trabalha o desenvolvimento de temáticas e conteúdos com palestras, encontros e debates e, por outro lado, estão previstas visitas monitoradas dos agentes a espaços públicos, como subprefeituras, Secretaria Municipal de Cultura, teatros, outros Pontos de Cultura, equipamentos sociais do bairro etc. Os conteúdos propostos para esse eixo contemplam as indicações do MinC para o Cultura em Ação³⁴ e ampliam o seu escopo para a elaboração de projetos e também para formação em outros setores como a área da saúde, políticas públicas e terceiro setor.

Outro aspecto da formação dos jovens agentes, que se insere nessa **perspectiva intersetorial**, diz respeito à articulação do Ponto de Cultura com outros parceiros que viabilizaram a realização de cursos e instalação de equipamentos no Ponto de Cultura. Em seguida à formação dos agentes, teve início no Galpão Arte em Construção a instalação do projeto Casa Brasil do Governo Federal. Por meio dessa parceria, o Ponto de Cultura instalou um telecentro no Galpão e proporcionou a conectividade dos jovens por meio da realização de cursos de software livre e cultura digital. Essa iniciativa impulsionou a articulação da criação cultural e da expressão artística às ações de novas tecnologias, o que ampliou os recursos dos jovens, em termos de diversificação de linguagens e de abrangências de suas ações em rede.

Dentre os objetivos do projeto pedagógico do Ponto de Cultura, destacamos aqui alguns deles:

³⁴ Cf. capítulo 4 desta dissertação, p. 131-132.

[...] fortalecimento da auto-estima; interação em grupo e criatividade; confiança em si e no outro para o trabalho em equipe; senso de coletividade e percepção do indivíduo e do meio para tomada de iniciativas; desenvolver habilidades e talentos transformadores do jovem; construir novos conhecimentos, potencializá-los e multiplicá-los (INSTITUTO POMBAS URBANAS, 2005b, p. 12).

Identificamos que a profissionalização não aparece dentre os objetivos do projeto, cujo enfoque prioritário estava voltado ao desenvolvimento de conhecimentos individuais do jovem, de sua interação em grupo e apropriação do meio social, iniciativas compreendidas como a base para a elaboração de projetos coletivos de trabalho e de produção cultural. Com isso, interpretamos que os resultados esperados dessa formação não tinham como pretensão a qualificação profissional dos jovens para sua inserção no mercado de trabalho, mas o desenvolvimento de habilidades e linguagens artísticas ligados a um processo de vivência coletiva no Ponto de Cultura e à prática cidadã em seu entorno social. Essas iniciativas eram compreendidas como fundamentais para a elaboração das relações de confiança, apropriação simbólica do Ponto de Cultura e criação de uma ação cultural coletiva.

O início das atividades de formação contou com o entrosamento dos agentes junto às atividades do Ponto e sua equipe, o que foi facilitado pelo grupo de jovens já atuantes no Galpão, contribuindo nessa mediação. Outra iniciativa realizada no início da formação foi um levantamento das informações e impressões dos jovens a respeito do próprio bairro, que foram sistematizadas, discutidas e trabalhadas em grupo. Segundo os relatórios de atividades dessa ação realizados pelo Ponto de Cultura, houve orientação para os jovens construírem os princípios para regular o convívio do grupo de agentes, e eles construíram o seu próprio regulamento de forma participativa, com princípios de convivência, responsabilidades, prazos, pontualidade, frequência, cooperação e participação. Os relatórios também revelam a permanente convivência dos jovens com crianças e adolescentes e a divisão de carga horária entre atividades internas no Galpão e externas na comunidade, com divisão bastante equiparada (INSTITUTO POMBAS URBANAS, 2005b).

Na avaliação da ação Agente Cultura Viva, o Ponto de Cultura também expressou as dificuldades enfrentadas no desenvolvimento do trabalho de implementação da ação identificada no capítulo anterior. Essas dificuldades têm relação direta com as precárias condições de operacionalização da ação oferecidas

pelo MinC aos Pontos de Cultura e referem-se ao atraso no pagamento dos auxílios financeiros, à falta de recursos humanos do Ponto de Cultura para o desenvolvimento das ações de formação e às dificuldades de comunicação com o Ministério da Cultura.

O atraso no pagamento dos auxílios financeiros foi fortemente sentido neste caso e contou, inclusive, com ações de mobilização e reivindicação do recurso por parte dos agentes. Outro aspecto que revela a precariedade da implantação da ação refere-se à falta de recursos do Ponto de Cultura para a contratação de educadores, levando o mesmo a estabelecer parcerias com educadores voluntários e a preparar os coordenadores do Ponto para ministrar os conteúdos. As dificuldades de comunicação com o MinC para esclarecimento de dúvidas e informações sobre a ação e o pagamento dos auxílios financeiros também foi apresentada pelo Ponto, que insistiu na obtenção de informações e solução de dúvidas, envolvendo também os agentes cultura viva nessas decisões. O Galpão Arte em Construção enfrentou a deserção de 10 agentes cultura viva da turma e, embora seja possível relacionar essa evasão às dificuldades citadas, houve também o ingresso no mercado de trabalho formal por parte de um dos jovens envolvidos na formação³⁵.

Após o término da ação Agente Cultura Viva, o Ponto de Cultura deu continuidade aos seus projetos e às iniciativas de formação teatral envolvendo os jovens agentes cultura viva e os demais jovens do Galpão, sem distinção. A continuidade desses projetos só foi possível devido às parcerias e articulações realizadas pelo Instituto Pombas Urbanas.

A entrevista realizada no Ponto reuniu um grupo de 13 jovens, dos quais seis participaram da ação Agente Cultura Viva e tiveram as informações sistematizadas e contempladas nos dados desta pesquisa.

No momento da entrevista, mais de dois anos após o término da ação Agente Cultura Viva, foi possível identificar o envolvimento dos jovens que participaram dessa ação em um conjunto de atividades do Ponto de Cultura, como o Núcleo Teatral Filhos da Dita; o trabalho de letramento com crianças na biblioteca do Centro Cultural (Canto das Letras); a rádio de rua dentro da iniciativa inf.art (informação e arte), que envolve também a produção de fanzine; o mapeamento do bairro da Cidade Tiradentes para identificação de espaços de encenação dos espetáculos do

³⁵ BRASIL. Ministério da Cultura. Avaliação da ação Agente Cultura Viva, 2006: questionário aplicado. Brasília, DF, 2006. Documento de avaliação elaborado em parceria com o Instituto Paulo Freire.

Pombas Urbanas, o que requereu muito diálogo com a população do bairro e resultou na encenação em quatro praças do bairro, em uma iniciativa de ampliação e qualificação do espaço público da região.

As características dessas ações realizadas hoje e as propostas trabalhadas na formação dos agentes são muito próximas e reúnem princípios semelhantes, como é o caso da articulação de diversas linguagens (teatro, circo, fanzine, leitura de histórias), sua inserção comunitária, a interação geracional e a intersectorialidade. No entanto, essa identificação ocorre devido às diretrizes, princípios e metodologia do trabalho do Instituto Pombas Urbanas. Não podemos atribuí-las a desdobramentos da ação Agente Cultura Viva, mas sim inserir essa ação e o próprio projeto do Ponto de Cultura num conjunto mais amplo e metodologicamente articulado de iniciativas, projetos e realizações do Pombas Urbanas.

A relação do **Ponto de Cultura com a comunidade**, mediada pelo jovem, ocorre não só com a escola, como vimos, mas também com setores diversos, como a saúde. Os jovens do Ponto de Cultura Galpão Arte em Construção relatam as ações de saúde bucal e saúde da mulher realizadas no Galpão e a importância de tecer redes na comunidade. A proximidade com as escolas ocorre por meio das ações no espaço escolar e também por parcerias que organizam a ida dos alunos das escolas ao Galpão para assistirem aos espetáculos, onde também são convidados a participar de suas atividades.

Essa prática cidadã se torna ainda mais evidente ao analisarmos os dados da avaliação da ação agente Cultura Viva, de acordo com os questionários preenchidos destes dois Pontos de Cultura. Uma das perguntas do questionário solicita aos Pontos de Cultura indicarem as duas principais atividades trabalhadas na ação e oferece um conjunto de alternativas, todas relacionadas a linguagens artísticas. No caso destes dois Pontos de Cultura, eles indicaram uma linguagem específica (artes plásticas em um caso e teatro, no outro) e a segunda assertiva foi o campo “Outros” onde inseriram a experiência de desenvolvimento de atividades dos jovens junto com crianças e adolescentes, seja do ponto de vista da formação (prática e didática de ensino), seja sob o foco de atividades comunitárias recreativas. O que chama a atenção é o foco prioritário da formação ter sido sua disseminação, numa perspectiva educativa e intergeracional. Sabemos que isso não pode ser generalizado para o conjunto dos Pontos de Cultura, mas constitui recorrência dentre as experiências estudadas nesta pesquisa.

É possível identificar outras características a respeito do processo de formação de agentes culturais no contexto das ações culturais aqui estudadas. A necessidade de articular o desenvolvimento de habilidades artísticas com a prática cidadã revela que a experiência de qualificação social e profissional adquire mais sentido para o jovem quando aliada a um projeto coletivo, prevendo a convivência em grupo intergeracional e a vivência social e comunitária. A articulação de tempos de formação com vivência na comunidade (mapeamento sociocultural, apresentações artísticas, divulgação de atividades e mobilização) foi uma iniciativa muito valorizada nessa ação.

É importante ressaltar que o processo de formação de agentes culturais proporcionou, em muitos casos, a **experimentação** e o desenvolvimento de linguagens artísticas que contribuíram na definição da identidade do jovem, como podemos ver a partir da vivência de um dos entrevistados³⁶:

Antes eu me jogava para tudo quanto é lado, fazia artes plásticas, cartum, teatro, monte de coisa, só que daí depois eu botei tudo lá e vi que minha cara mesmo era o grafiti. (Jovem, homem, 19 anos).

Conforme vimos anteriormente, apesar das tensões geradas pelo atraso dos auxílios financeiros aos jovens, a formação de agentes culturais foi uma iniciativa que impulsionou o projeto dos Pontos de Cultura, contribuiu para a definição de seu público, expandiu seu raio de atuação e ampliou sua inserção comunitária. A avaliação da ação Agente Cultura Viva também revelou o papel de articulador e dinamizador do Ponto de Cultura ocupado pelo jovem agente cultura viva. Nos casos pesquisados, a relação dos jovens com os Pontos de Cultura se manteve e até se intensificou entre alguns jovens que passaram a desenvolver projetos dentro do Ponto de Cultura, a participar mais ativamente das demais iniciativas realizadas naquele espaço e a intensificar suas responsabilidades.

E ao mesmo tempo a gente buscava projetos, querendo ou não, né? [...]. Aqui era um espaço de encontro que a gente vinha, tocava violão, cantava e conversava sobre várias questões e tal, até que nasceu o fanzine, e ao mesmo tempo a gente buscava coisas pra fazer, pra alimentar este espaço. (Jovem, mulher, 22 anos).

³⁶ A partir deste momento será apresentado um conjunto de depoimentos dos jovens entrevistados no trabalho de campo desta pesquisa, cuja orientação seguiu o roteiro de entrevistas reunido no Apêndice B desta dissertação.

Identificamos que o processo de formação dos agentes culturais envolveu uma organização das formas descomprometidas de fruição cultural a partir da **integração social**. A experimentação da ação cultural fez com que a expressão artística se organizasse e passasse a dar sustentação ao trabalho, às responsabilidades assumidas no Ponto de Cultura. O exercício de liberdade e de liberação do potencial de experimentação da diversidade de expressões constituiu parte significativa nesse processo de apropriação simbólica do espaço e de responsabilização pelos projetos e ações culturais.

Isso despertou o interesse em compreender melhor as motivações dos jovens para continuarem junto ao Ponto de Cultura e realizarem outros projetos conjuntos. Em ambas as iniciativas pesquisadas, é possível identificar uma relação de troca e descoberta entre a atuação dos jovens e as oportunidades oferecidas pelo Ponto de Cultura, conforme identificamos no depoimento a seguir:

Eu comecei pelo Ponto de Cultura, os agentes cultura viva, eu vinha por causa disso, pra fazer o que tivesse que fazer aqui, e aí você vai se envolvendo, vai vendo qual é a proposta e vai participando das coisas e vai começando a sonhar junto [...], era uma coisa que era colocado pra gente que começou com os agentes, que a gente teria que fazer alguma coisa artística aqui, fazia parte da carga horária que a gente tinha que cumprir dentro do projeto e aí eu comecei a fazer teatro por causa disso, não porque eu achava legal nem nada disso; e aí depois você vai descobrindo coisas e vai passando por coisas muito legais assim, que fazem muito significado e foi a partir disso que eu fui começando a me integrar mesmo, não vir só pra cumprir uma tarefa aqui dentro e comecei a participar do Canto das Letras. (Jovem, mulher, 21 anos).

Na entrevista com os jovens do Ponto de Cultura Tô Aí, eles enfatizam que, ao aceitarem o desafio proposto – de dar aulas nas escolas –, não estavam fazendo isso para garantir a execução de um projeto do Ponto de Cultura, mas porque lá aprendem diversos cursos, e há uma interação, um processo de aprendizado coletivo e realização pessoal que os motiva a realizarem o projeto.

A experiência dos **jovens educadores nas escolas** apresentou diversos elementos representativos que contribuem para a análise. Quando iniciaram a atuar nas escolas, dando aulas para crianças, os agentes cultura viva do Ponto de Cultura Tô Aí viveram a experiência do exercício profissional com responsabilidades e atribuições que, inclusive, despertaram a reflexão sobre o ato pedagógico e a relação com o outro.

Na verdade essa coisa de educar é assim, você é um formador de opinião, você tem que ir lá, passar aquilo, você tem que ter cuidado com o que você fala, você não pode ter preconceito nenhum do tipo não, aquele aluno é isso, aquele aluno é aquilo, você não pode denominar, meu, você tem que ficar muito tempo planejando e fazendo tudo certinho, você tem que prestar atenção em cada aluno para ver qual é a dificuldade, e pra mim o mais divertido de ensinar é que você aprende duas vezes, você ensina, você aprende com os alunos, é sempre uma troca. (Jovem, homem, 21 anos).

Esse depoimento revela como a experiência do trabalho se constituiu também como **espaço de aprendizagem**. A necessidade de formação específica para o desenvolvimento das atividades socioeducativas também foi apresentada pelos jovens. É possível interpretar que houve uma transposição da experiência vivenciada pelos jovens no Ponto de Cultura para sua atuação nas escolas, o que articulou o desenvolvimento de habilidades artísticas com a formação de valores.

A gente trabalhava com crianças de 07 a, acho que era 14 anos, e ela está formando opinião agora, então a gente tem que ter cuidado com o que se vai falar, porque vai influenciar, na época era época dos rebeldes e nós estávamos tentando tirar isso da cabeça das crianças e botar um pouco de arte pra elas, mudar esses conceitos de televisão [...], e antes de dar aula nós tivemos um apoio pedagógico, um treinamento, a gente estudou alguns pensadores. (Jovem, homem, 21 anos).

A seguir, vemos como esse processo foi sendo amadurecido, a partir do próprio desenvolvimento da iniciativa de formação e de superação dos desafios e dificuldades. O despreparo inicial dos jovens para realizarem esse trabalho e a precariedade das condições em que encontraram as relações nas escolas foram conjugadas com a motivação coletiva de superação das dificuldades, de aprimoramento das ações e de aprendizado conjunto entre os jovens.

Foi muito importante assim, só voltando um pouquinho ao princípio, o primeiro edital foi meio que um lance de viver, de jogar com a vida, a primeira aula que todo mundo deu, todo mundo ficou empolgado, só que quando viram as crianças, a gente viu que era..., não por esse lado de que elas são terríveis porque criança nessa idade elas são, elas querem aprontar, tem um monte de amigos, mas pelo lado de que a gente viu que era muito precário a relação entre aluno e professor, os alunos em meio às aulas ficavam robóticos com os professores, porque não tinha uma forma deles se expressarem, deles se libertarem, então a gente viu que cada criança era reprimida na sala de aula. (Jovem, mulher, 19 anos).

No segundo edital a gente já estava mais maduro, a gente já sabia como chegar numa sala de aula e ser ouvido. (Jovem, homem, 21 anos).

Além do desafio de superação das relações precárias estabelecidas na escola, da conquista de autoridade e do desenvolvimento de metodologias para o trabalho, os jovens enfrentaram situações de disputa com outros professores e foram estigmatizados por serem jovens, quando passaram a assumir um lugar na instituição escolar.

No começo também houve preconceito dos professores também, porque a gente não era formado, porque era jovem, a gente não tinha faculdade, eles achavam que a gente ia roubar o lugar deles. (Jovem, homem, 21 anos).

A superação dessas dificuldades ocorreu por meio do trabalho conjunto dos jovens, pela afirmação da intencionalidade de seu trabalho, pela valorização da expressão artística e do exercício de outros saberes praticados junto ao Ponto de Cultura.

[...] a gente chegou aqui e viu, nossa, as crianças têm medo, o que que a gente pode fazer? Então a gente teve que repensar e a gente se reunia após as aulas para combinar como seriam dadas as aulas entre nós, o que nós faríamos, quais eram os problemas que existiam, então a gente tinha que repensar nisso, como fazer que essas crianças se libertarem disso, se sentirem e poderem sentir o seu lado de se expressar, não sendo terroristas, porque tinha no começo crianças que subiam nas carteiras e êêh! Pulavam assim, eu vou te matar!! Como é que a gente poderia estar transformando esse lado da criança [...]. Foi emocionante assim pra gente porque a gente viu que não demorou muito o tempo para passar e elas gostavam da gente porque a gente dava essa liberdade para elas, elas respeitavam a gente, elas viam que aquilo era uma hora delas estarem se libertando, mas não para ficar no terrorismo, mas elas estarem se expressando de uma forma legal, cada um se entrosando um com o outro e foram mudando não somente nas nossas aulas, como nas aulas dos outros professores e foi isso que mudou no segundo edital e assim por diante, porque os professores viram que essas crianças estavam melhorando, estavam respeitando, estavam se expressando mais, estavam se mostrando mais na sala de aula para esses professores e eles começaram a pedir para que houvesse mais, para que nós pudéssemos dar mais aulas na escola, então foi isso que foi transformando, pensar pelo lado da libertação da criança. (Jovem, mulher, 19 anos).

Apesar dos jovens terem assumido a responsabilidade enquanto educadores junto às crianças na escola e realizarem oficinas de diferentes linguagens (artes plásticas, grafite, teatro, música, capoeira, história em quadrinhos, etc.), a situação enfrentada apresenta forte semelhança com a condição de **trabalho dos mediadores**, relatada por François Dubet (2006). Os mediadores, segundo estudo de Dubet, são trabalhadores independentes que começaram a desenvolver ações junto às escolas francesas em meados da década de 80, contratados para reduzir o nível de violência dos alunos. Os mediadores são jovens e sua principal qualificação para exercer esse trabalho é sua juventude, sua inserção no bairro em que a escola está localizada e sua proximidade cultural e social com os alunos. Os mediadores exercem esse trabalho justamente por pertencerem aos dois universos, o da escola e o dos bairros.

Para conter a violência e desfazer conflitos, os mediadores recordam as regras do colégio, garantem que a disciplina impere e, ao mesmo tempo em que exercem papel repressivo junto aos alunos, são agradáveis, simpáticos e estabelecem relações de confiança com eles, requisitos para o bom desempenho de suas ações. Uma das dificuldades desse trabalho é que os mediadores não possuem respaldo institucional ou profissional para exercer sua função, uma vez que não decidem as regras da escola e tampouco tem poder nem autoridade de incidir sobre decisões em relação aos conflitos. Seu papel é de negociação, de desvelar informações, de mediar relações, inclusive entre professores e alunos.

Contratados por tempo determinado, por meio de contratos renováveis a cada seis meses, os mediadores não possuem nenhuma relação formal com as escolas. Sua contratação não ocorre por meio de concursos e não há um termo de referência ou um regimento que institucionalize seu trabalho ou defina sua função. Os mediadores estão dentro e fora da instituição, são reconhecidos pelos alunos e desprezados pelos professores, são indispensáveis para mediar conflitos e impotentes frente às decisões institucionais. O êxito de seu trabalho depende muito mais de suas qualidades próprias, de sua personalidade, do lugar conquistado enquanto mediador e das relações que estabelecem com os alunos e com a comunidade (DUBET, 2006).

Sobre o papel dos mediadores e sua relação com os demais atores institucionais, Dubet relata:

Introduzem elementos afetivos e subjetivos em um sistema que desconfia disso *a priori* e, nesse aspecto, os mediadores têm a sensação de se construírem positivamente, de pôr em prática uma competência que os demais não possuem ou não querem possuir, pois minguará sua autoridade. (DUBET, 2006, p. 321).

Dubet ainda aborda a fraca institucionalidade da escola nesse contexto que precisa multiplicar seus atores e utilizar outras estruturas no bairro para trabalhar. Embora Dubet esteja se referindo a uma realidade específica e a um contexto determinado, podemos dialogar com o que ele apresenta e refletir a respeito dos desafios atuais da escola em promover processos criativos e articulados com o seu contexto social.

A partir das experiências estudadas, vimos que os Pontos de Cultura canalizam esse tensionamento, para suprir uma necessidade, tanto no sentido do acesso à cultura, como do acesso aos meios de criação cultural. Uma interpretação possível para o contexto que estudamos refere-se à criação de **espaços próprios de juventude** dentro dos Pontos de Cultura ou a partir dele, como iniciativas de mediação, interação, comunicação e apropriação crítica do contexto social, por meio de uma ação cultural de jovens.

5.3 “Eu me sinto mais comunidade hoje”

As experiências estudadas nesta pesquisa revelam que os Pontos de Cultura canalizaram as demandas criadas a partir da falta de equipamentos públicos onde os jovens possam ter acesso à cultura e à sociabilidade. A oferta de recursos, formações e informações propostas pelos Pontos de Cultura, reunidas neste estudo, alargaram a dimensão dos **espaços públicos**, criando novas possibilidades de integração, experimentação e estímulo à criatividade e à liberdade. Podemos, assim, considerá-los novos espaços públicos não-estatais que promovem a sociabilidade criativa, por meio de ações culturais dinamizadas por jovens, que proporcionam a vivência plural da cultura como direito pleno de cidadania.

Identificamos que a ampliação da participação do jovem no espaço comunitário é uma conquista de direito que integra esse processo de criação de

espaços públicos e de experimentação de linguagens artísticas. Ao atuar como agente dinamizador desse processo, o jovem intensifica sua participação em diferentes espaços, bem como aumenta sua circulação, mobilidade e interação, o que confere novo sentido à sua inserção comunitária.

Eu me sinto mais comunidade hoje, antes tinha um pensamento de que eu estava aqui de passagem, eu queria sair do bairro mesmo, né? Mas hoje não, hoje eu me sinto parte dessa comunidade, responsável pelo crescimento dela; a relação com as escolas que a gente teve pelo projeto do Canto das Letras foi importante, para a gente e também para a escola. [...] É engraçado que às vezes você está passando na rua assim e aí vem alguém e fala oi tudo bem? E você nem conhece, mas a pessoa te conhece por causa do centro cultural, então é uma responsabilidade. (Jovem, mulher, 21 anos).

Essa inserção diferenciada no espaço comunitário contribui no processo de formação de identidade do jovem e influi também na sua responsabilização em relação ao trabalho. É possível também encontrar uma relação desse processo com a conscientização política dos jovens. O trabalho coletivo, a apropriação do espaço público por meio das ações coletivas junto à comunidade e a definição de uma área de atuação e de interesse foram fatores que impactaram a visão política dos jovens. Ao abordar essa questão nas entrevistas, um dos jovens relatou:

Eu antes de ir fazer teatro eu não era uma pessoa politizada, não pensava em política, para mim, votar, sinceramente, eu perguntava para o meu pai: pai, em quem você vai votar? Ah, então eu também vou votar. Pra mim não fazia diferença em quem eu estava votando [...]. Hoje em dia não é assim, principalmente pela questão da cultura, não é que eu vou perguntar pro Pombas [Urbanas] em quem eu vou votar, mas a gente discute muito em pessoas que são a favor da cultura e não só a questão da cultura, mas em pessoas que realmente estão pensando em uma melhor educação, uma melhor saúde pra população. (Jovem, homem, 31 anos).

A ação cultural baseada nos dois pilares abordados aqui, a prática formativa com liberdade de escolha e de experimentação aliada à prática cidadã proporcionaram ao jovem uma experiência coletiva de trabalho que contribuiu para a constituição da sua identidade. Nas experiências estudadas, ao criar um espaço próprio da juventude nos Pontos de Cultura, os agentes cultura viva passaram a se apropriar mais das possibilidades de ação cultural, propor atividades e projetos, se responsabilizando por sua execução. Uma jovem entrevistada relembra o impacto

desse processo na sua formação pessoal e profissional:

É muito importante você começar a fazer parte de um processo, pra mim foi muito importante tanto num crescimento profissional, porque eu nunca imaginava trabalhar com isso, com cultura, porque na verdade eu nem sabia que a gente poderia escrever projeto, participar de um edital, de alguma coisa nesse sentido, então amplia a sua visão para algumas coisas, mas também pessoalmente, eu mudei muito, desde que eu comecei a participar do projeto aqui. (Jovem, mulher, 21 anos).

A partir das experiências estudadas, podemos depreender que a relação entre cultura, educação e trabalho para os jovens não se dá apenas sob a ótica da necessidade de trabalhar para conseguir aceder aos bens e serviços culturais, mas sim no sentido da **organização social** gerada a partir da interface entre esses três campos: a educação como atividade fundamental na organizacionalidade da criação cultural que, por sua vez, ao se aliar ao mundo do trabalho, ganha dimensão de projeção de responsabilidades, oportunidade de coletivização da produção e aumento da mobilidade.

Todos os jovens entrevistados trabalhavam e foi possível identificar em seus discursos a centralidade que o trabalho ocupa em suas vidas. Ao buscar compreender como se constrói essa valorização do trabalho, identificamos que ele se constituiu enquanto um espaço de aprendizagem, como oportunidades de acesso e fruição cultural, como um meio de definição de linguagem e escolha de projeto de vida. O projeto profissional vinculado à cultura e à arte é incorporado por esses jovens como **projeto de vida** e isso se torna visível, pois sua dinâmica interfere em diferentes dimensões da vida: mudança de bairro para ficar mais próximo do local de trabalho, novos amigos, a escolha de compartilhar casa com amigos do mesmo trabalho, etc. Em geral, essas mudanças são marcadas por tensionamentos com a família, por negação do discurso do outro e por afirmação da sua escolha. Alguns depoimentos dos jovens entrevistados expressam esse processo de escolha:

Porque é louco, parece que você esquece da família, você se envolve tanto assim, não é só a família, você esquece meio tudo, os amigos, porque nada volta como era antes, até quando você encontra um amigo pra conversar, você vê que as idéias não batem como batiam antes, é uma outra compreensão, então você quer falar do trabalho, mas ao mesmo tempo como a pessoa não está, é difícil ela entrar no assunto [...] (Jovem, mulher, 22 anos).
Para muitas pessoas, fazer teatro na comunidade não é teatro, é

passatempo, e pra gente não é passatempo. (Jovem, homem, 31 anos).

Tem pessoas que não levam muito o trabalho de arte assim como trabalho, eles dizem que é hobby, é um hobby que você tem? (Jovem, homem, 21 anos).

O conflito entre ser artista e ter uma profissão é vivenciado pelos jovens que abordaram esse tema como parte do processo de desenvolvimento da autonomia. A **autonomia** compreendida como independência financeira foi alcançada por alguns jovens e isso era celebrado e almejado por todos os entrevistados. Mas a construção da autonomia também foi vivenciada enquanto processo de fortalecimento da subjetividade, da autoestima, como espaço de experimentação, de definição de escolhas próprias e de sua projeção junto à comunidade. A liberdade de escolhas que os jovens tiveram nesse processo foi marcada pela possibilidade de vivência de diversas expressões e da significação do espaço público juvenil, proporcionadas pela ação cultural e pelas diferentes linguagens estéticas que lhe são próprias.

As possibilidades de escolha e a experimentação estética que os jovens puderam vivenciar nessa ação cultural estimularam a elaboração de um projeto no presente da realidade desses jovens. A cultura foi mobilizadora da intervenção social, por meio da proposição de alternativas para os jovens ampliarem suas relações sociais, transitarem por diversos espaços da comunidade, participarem de diferentes contextos e se expressarem por diversas linguagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo, somos convidados a refletir a respeito dos valores socializadores criados por grupos de jovens, em interação com o meio social em que estão inseridos, e no contexto das ações culturais. A experiência pesquisada indicou alguns elementos que contribuíram para a construção de espaços culturais de jovens, com valores e dinâmicas próprios que, integrados à formação, estimularam a expressão de identidades juvenis. A criação de novas redes sociais também merece destaque, como parte desse processo, por cumprirem papel regulador das relações, orientando o conjunto das ações do grupo de forma articulada.

Pudemos visualizar a relação entre a ampliação do espaço público de fruição cultural e as ações culturais, quando estas estão baseadas em relações criativas de sociabilidade, articulando ações socioeducativas que oferecem, por sua vez, condições para impulsionar o trabalho coletivo e juvenil. Há ainda diversas questões que ficam para um posterior aprofundamento, dentre as quais identificamos a relação desses processos de formação com o desenvolvimento da autonomia dos jovens.

A dinâmica de mediação cultural assumida pelos jovens reforça a importância e a necessidade de ampliar a conexão entre a participação cidadã juvenil e a sua diversificação em termos de linguagens estéticas. Podemos identificar que a atuação do jovem em diferentes espaços – como Pontos de Cultura, escola, comunidade – e a liberação de sua expressão por meio de diferentes linguagens –artística, digital, de corporeidade e, inclusive, por meio do desenvolvimento pedagógico de formação – constituíram processos de fortalecimento da identidade juvenil e de sua socialização.

Há outros elementos que também compõem esse processo. Destacaremos aqui alguns: o fluxo contínuo de interação dos jovens entre si e com outras gerações; o trânsito por diferentes espaços e realidades; a experiência de sociabilidade na diversidade; a inventividade de ações culturais e linguagens artísticas; a expressão da identidade dos jovens em contextos variados e a experimentação de responsabilidades grupais. Estas são algumas iniciativas que qualificaram a participação política e cidadã dos jovens compreendidos no marco deste estudo.

Quanto mais o jovem transita por esses diferentes campos e atua em distintos

espaços, mais desenvolve sua autonomia, mais aprende a responder, se adaptar e inovar em espaços políticos e culturais diferentes. Mais recursos detém para escolher ações, projetos e definir caminhos. O aprofundamento da autonomia não ocorre apenas no universo individual, mas fundamentalmente no campo coletivo, de proposição de ações articuladas, em diálogo com outras pessoas e integrando diferentes áreas do saber.

O processo pedagógico da ação cultural é alimentado pela revelação das singularidades dos sujeitos envolvidos com a sua prática, pela resignificação das relações existentes entre eles e destes com o espaço público e, ainda, pela recriação permanente de suas possibilidades, no âmbito coletivo. O processo educativo vivenciado pelos jovens nos Pontos de Cultura foi marcado pela experimentação de diversas linguagens estéticas, pela vivência intergeracional e pela convivência comunitária. Essas dinâmicas, por sua vez, proporcionaram a articulação da formação cultural com elementos cognitivos, com sua função socializante e com a criação da expressão artística e cultural do próprio grupo de jovens. Isso estimulou a diversificação da participação juvenil, motivando uma ação constante de planejamento e projeção das ações, o que evidencia uma apropriação do processo da ação cultural e uma expansão de suas iniciativas para outros espaços.

A dimensão intercultural se revela, assim, como instrumento indispensável de promoção da ação cultural. A ação cultural a que nos referimos só pode ser compreendida no contexto da multidimensionalidade, no desvelar das contradições existentes em seu contexto social e no exercício de articulação de singularidades.

É por conectar o saber sensível ao saber reflexivo e por ter sua essência na coletividade e nas relações dos homens com o mundo, que as ações culturais contribuem para a conscientização e o desvelamento da realidade objetiva, para a identificação de suas contradições e potencialidades. Ao vincularmos esse processo de desvelamento da realidade com a possibilidade do jovem se expressar na sua singularidade como sujeito cultural de direitos, identificamos que é preciso desenvolver condições para a transformação da realidade e ir além do seu desvelamento, por meio da práxis dialética que constrói uma unidade dinâmica na diversidade.

Segundo Paulo Freire, é por meio das relações do homem com o mundo que reunimos as condições para operar essa transformação:

Os homens, pelo contrário, ao terem consciência de sua atividade e do mundo em que estão, ao atuarem em função de finalidades que propõem e se propõem, ao terem o ponto de decisão de sua busca em si e em suas relações com o mundo, e com os outros, ao impregnarem o mundo de sua presença criadora através da transformação que realizam nele, na medida em que dele podem separar-se e, separando-se, podem com ele ficar, os homens, ao contrário do animal, não somente vivem, mas existem, e sua existência é histórica. (FREIRE, 2005, p. 103-104).

Em relação ao programa Cultura Viva, podemos identificar o potencial emancipatório existente na sinergia criada no interior dos Pontos de Cultura ao reunirem diferentes ações com diversos atores, múltiplas linguagens e propostas metodológicas. O jovem atua como agente mediador e dinamizador dessa relação, o que, por sua vez, impulsiona a apropriação simbólica de sua história e a expressão de sua criação artística e manifestação cultural. A formação dos jovens entrevistados contribuiu no processo de conscientização das formas de organização do mundo social que ofereceram elementos para o jovem poder interferir no mundo público.

No entanto, a falta de instrumentos normativos e de gestão do programa que ofereçam estrutura aos Pontos de Cultura para realizarem seus projetos de forma continuada e, ao mesmo tempo, que assegurem a expansão das ações do programa de forma articulada, coesa, intersetorial e ampliada, se apresenta como um desafio para garantir o potencial emancipatório dessa ação pública.

Ao situarmos a experiência desse programa no contexto da democratização cultural, destacamos a necessidade do Estado garantir o acesso ao direito cultural, proporcionando condições de sustentabilidade aos Pontos de Cultura na execução dessas iniciativas. É posta também a necessidade de considerar o jovem como sujeito político e garantir condições para o exercício e a fruição de seus direitos. O reconhecimento do espaço cultural e político que hoje ocupam os jovens é parte integrante do desenvolvimento de uma nova cultura política.

Na perspectiva de reformulação do papel do Estado, apontamos para a necessidade de geração de uma autonomia sustentada por meio das ações públicas propostas, de modo que não seja transferida a responsabilidade de sustentabilidade dos projetos, programas ou iniciativas, mas que sejam criadas as condições para sua fruição de forma processual.

A dimensão política da ação cultural, concebida enquanto condição de

dignidade, traz consigo a exigência da pluralidade cultural da natureza humana. Ao propor a valorização do pluralismo cultural, as ações culturais não devem se restringir à preservação da diversidade de expressões culturais existentes no sistema cultural, mas prever a criação de contextos em que essas singularidades culturais possam conviver, em que as diferenças possam se expressar e compartilhar objetivos, garantindo o reconhecimento do outro como sujeito pleno de direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. *Políticas Públicas: Juventude em Pauta*. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2003. p. 13-32.

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1996.

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). *Retratos da juventude brasileira: Análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. *Retratos da juventude brasileira: Análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMO, Helena; VENTURI, Gustavo. Juventude, política e cultura. *Teoria e Debate: Revista da Fundação Perseu Abramo*, n. 45, p. 28-33, jul./ago./set. 2000.

ARAÚJO, Ângela M. C. (Org.). *Trabalho, Cultura e Cidadania: um balanço da história social*. São Paulo: Scritta, 1997.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2005b.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A política cultural: regulação estatal e mecenato privado. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo: v. 15, n. 2, p. 177-192, nov. 2003.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL CONSTELAÇÃO. Disponível em: <<http://www.constelacao.org.br>>. Acesso em: 09 jan. 2009.

ATTIAS-DONFUT, Claudine. Rapports de générations et parcours de vie. *Enquête, Biographie et cycle de vie*, 1989. Disponível em: <<http://enquete.revues.org/document82.html>>. Acesso em: 02 nov. 2007

BENEVIDES, Maria Victoria. *A cidadania ativa*. São Paulo: Ática, 1991.

BENEVIDES, Maria Victoria. Cidadania e direitos humanos. In: CARVALHO, José Sérgio (Org.). *Educação, cidadania e direitos humanos*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 43-65.

BOURDIEU, Pierre. De quoi parle-t-on quando on parle du "problème de la

jeunesse”? In: PROUST, François (Org.). *Les jeunes et les autres: contributions des sciences de l`homme à la question des jeunes*. Vauresson: CRIV, 1986. p. 229-234.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação como cultura*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005. Acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 ago. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc48.htm>. Acesso em: 14 jul. 2007a.

BRASIL. Decreto nº 5520, de 24 de agosto de 2005. Institui o Sistema Federal de Cultura – SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC do Ministério da Cultura, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 ago. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5520.htm>. Acesso em: 14 jul. 2007b.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Ação Agente “Cultura Viva” - Programa Cultura Viva*. Brasília, DF: DMF Congressos, Planejamento e Assessoria Ltda/Grifo Design Ltda, [2004a].

BRASIL. Ministério da Cultura. *Ação Griô Nacional*. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/sys/skins/cultura_viva_capa/grios.php>. Acesso em: 27 jan. 2008a.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Avaliação da ação Agente Cultura Viva, 2006: questionário aplicado*. Brasília, DF, 2006a. Documento de avaliação elaborado em parceria com o Instituto Paulo Freire.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Caderno Ação Agente Cultura Viva – Programa Cultura Viva*. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/upload/Caderno%20Agente%20Cultura%20Viva_1130356298.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2008b.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Caderno Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura*. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/pnc>>. Acesso em: 5 jan. 2008c.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Catálogo do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania*. Brasília, 2004b.

BRASIL. Ministério da Cultura. Comunicação Social. *Programa prevê investimentos de R\$ 4,7 bilhões até 2010*. Brasília, DF, 3 out. 2007. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2007/10/03/programa-preve-investimentos-de-r-47-bilhoes-ate-2010/>>. Acesso em: 11 jan. 2009a.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Edital de divulgação n° 01, de 15 de setembro de 2006*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/apoio_a_projetos/editais/index.php?p=19212&more=1&c=1&pb=1>. Acesso em: 6 jan. 2008d.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Edital de divulgação n° 01, de 16 de julho de 2004*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/cultura_viva/catalogo/cat18.php>. Acesso em: 6 jan. 2008e.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Edital de divulgação n° 01, de 18 de maio de 2007*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/apoio_a_projetos/editais/index.php?p=26683&more=1&c=1&pb=1>. Acesso em: 27 jan. 2008f.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Edital de seleção n° 01, de 26 de março de 2008*. Dispõe sobre pontos de cultura da Bahia. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/04/sppc_pontos-decultura_edital.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2009b.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Edital de divulgação n° 02, de 27 de junho de 2008 - Bolsas de incentivo Griô*. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/07/edital.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2009c.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Edital de divulgação n° 02, de 27 de junho de 2008 – Bolsas de incentivo Griô – Divulgação do resultado da fase de habilitação*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/09/portaria_acaogrio_2-deferidos.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2009d.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Edital de divulgação n° 02, de 29 de março de 2005*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/02/sppc_pontosculturacapoeira-2005_edital.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2009e.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Edital de divulgação n° 03, de 6 de agosto de 2008 – Prêmio Cultura e Saúde*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/08/edital_premio_cultura_e_saude_versaoficial.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2009f.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Edital de divulgação n° 03, de 20 de abril de 2005*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/02/sppc_pontosculturaentidades-2005_edital.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2009g.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Edital de divulgação n° 04, de 20 de abril de 2005*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/apoio_a_projetos/editais/index.php?p=9298&more=1&c=1&pb=1>. Acesso em: 8 jan. 2009h.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Edital de divulgação n° 04, de 23 de setembro de*

2008 – Prêmio de Ludicidade/Pontinhos de Cultura. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/09/edital_ludicidade_publicado.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2009i.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Edital de divulgação nº 04, de 26 de setembro de 2008 – Bolsas de intercâmbio Cultura Ponto-a-Ponto*. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/10/versao-final-edital-cultura-ponto-a-ponto-sppc1.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2009j.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Edital de divulgação nº 05, de 11 de novembro de 2008 – Prêmio Asas*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/11/edital-premio-asas_final4.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2009k.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Execução orçamentária por programa (1995-2006)*. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/12/execucao-orcamentaria-programa.xls>. Acesso em: 14 dez. 2008g.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Execução orçamentária por programa (1995-2007)*. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/04/execucao-orcamentaria-por-programa-1995-a-2007.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2009l.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Orçamento 2008 - Ministério da Cultura*. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/04/orcamento2008minc_prog.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2009m.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil*. Brasília, DF, 2006b.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº 07, de 05 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/11/resultado-premio-cultura-e-saude.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2009n.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº 12, de 15 de dezembro de 2008. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 dez. 2008. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/cultura_viva/wp-content/uploads/2008/12/resultado_ponto-a-ponto.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2009o.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Portaria nº 13, de 6 de novembro de 2007*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/upload/Portaria_13_Premio_Escola_Viva_1195069561.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2009p.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº 156, de 6 de julho de 2004, que dispõe sobre a criação do Programa Cultura Viva. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 jul. 2004. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/cultura_viva/catalogo/cat17.php>. Acesso em: 27 jan. 2008h.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Portaria nº 157, de 28 de agosto de 2008*. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/10/premio-interacoes->

[esteticas-versao-final.pdf](#)>. Acesso em 8 jan. 2009q.

BRASIL. Ministério da Cultura. Seis meses de valorização cultural. *Notícias do MinC online*. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/scripts/noticia.idc?codigo=177>>. Acesso em: 8 jun. 2007c.

BRASIL. Ministério da Cultura. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/>>. Acesso em: 09 jan. 2009r.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 09 jan. 2009s.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para Juventude. *Memorando nº 571 /DPJ/SPPE/TEM, de 28 de fevereiro de 2007*. Brasília, DF, 2007d.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Gabinete do Ministro. *Portaria nº 30, de 20 de março de 2006*. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_ANEXO_I_Portaria_Instituicao_SIES.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2009t.

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). *Retratos da juventude brasileira*. Análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 175-214.

CAMACHO, Luiza. *Projeto Agente Jovem: Ação, Programa ou Política Pública de Juventude?* 2004. Trabalho apresentado na 27ª ANPEd – GT Movimentos Sociais e Educação nº 03, Caxambu, 2004.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

CARRANO, Paulo; PEÇANHA, Josiane Nazaré. A jovem Lapa carioca. *Democracia Viva*: Revista do Ibase, Rio de Janeiro, n. 18, p. 78-83, set./out. 2003. Especial Cidades.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1982.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. 2. ed. Campinas: Papirus, 2001.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania Cultural*. São Paulo: EFPA, 2006.

CHIESI, A; MARTINELLI, A. O trabalho como escolha e oportunidade. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, p. 110-125, 1997. Número especial.

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural e imaginário*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

COELHO, Teixeira. *O que é ação cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CORTI, Ana Paula; FREITAS, Maria Virgínia de; SPOSITO, Marília Pontes. *O encontro das culturas juvenis com a escola*. São Paulo: Ação Educativa, 2001.

CORTI, Ana Paula; SOUZA, Raquel. *Diálogos com o mundo juvenil: subsídios para educadores*. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

DANTAS, Thereza (Coord.). *Livro interativo Teia*. Brasília, DF: Cultura em Ação/Minc/MTE/SESC-SP, 2007.

DAYRELL, Juarez; LEÃO, Geraldo; REIS, Juliana Batista dos. Juventude, pobreza e ações educativas no Brasil. In: SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). *Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras*. São Paulo: Global, 2007. p. 47-82.

DE OLHO EM BRASÍLIA. Informe semanal com as agendas do Executivo e Legislativo Federal. São Paulo: Abong, n. 142, 8 a 12 dez. 2003. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/deolhoembrasilia/arquivos/deolhotextos142.htm>>. Acesso em: 8 jun. 2007.

DE TOMMASI, Livia. A mobilização de jovens na cidade do Recife: produção de cultura e direito ao lazer. In: SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). *Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras*. São Paulo: Global, 2007. p. 199-230.

DUBET, François. *El declive de la institución*. Profesiones, sujetos e individuos ante la reforma del Estado. Barcelona: Gedisa, 2006.

DUBET, François. Pour une conception dialogique de l'individu. *EspacesTemps.net*, Textuel, 2005. Disponível em: <<http://espacestemp.net/document1438.html>>. Acesso em: 4 fev. 2008.

FARIA, Hamilton; NASCIMENTO, Maria Ercília do. *Desenvolvimento Cultural e Planos de Governo*. São Paulo: Pólis, 2000.

FARIA, Hamilton; SOUZA, Valmir de (Org.). *Cidadania cultural em São Paulo 1989-1992*. Leituras de uma política pública. São Paulo: Polis, 1997.

FLEURI, Reinaldo Matias (Org.). *Intercultura e movimentos sociais*. Florianópolis: Mover/NUP, 1998.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006a.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006b.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 17 jan. 2009a.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. *Informações dos distritos da capital: População*. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/imp/distritos/imp.php?page=consulta&action=loc_list>. Acesso em: 17 jan. 2009b.

GADOTTI, Moacir. *Diversidade cultural e educação para todos*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Org.). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Org.). *Autonomia da escola: princípios e propostas*. São Paulo: Cortez, 1997.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIL, Gilberto. Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil. *Cadernos do Do-In Antropológico*, Brasília, DF, n. 01, dez. 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 09 jan. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa de informações básicas municipais/Perfil dos municípios brasileiros: gestão pública* 2005. Rio de Janeiro, 2006a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa de informações básicas municipais/Perfil dos municípios brasileiros: cultura* 2006. Rio de Janeiro, 2007a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sistemas de Informação e Indicadores Culturais 2003*. Rio de Janeiro, 2006b. (Estudos e Pesquisas, n° 18). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2003/indic_culturais2003.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2008

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sistemas de Informação e Indicadores Culturais 2003-2005*. Rio de Janeiro, 2007b. (Estudos e Pesquisas, n° 22). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2005/indic_culturais2005.pdf>. Acesso em 27 jan. 2008

INSTITUTO CIDADANIA. *Perfil da juventude brasileira*. São Paulo, 2003.

INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Juventude*: documento de conclusão. São Paulo, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. *Políticas Sociais*. Brasília, 2006. (Acompanhamento e Análise, n° 12).

INSTITUTO PAULO FREIRE. *Programa Cultura Viva*: dossiê de atividades (agosto a novembro de 2006). São Paulo, 2006a. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/upload/Produto4_1165431326.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2008.

INSTITUTO PAULO FREIRE. *Programa Cultura Viva*: dossiê de atividades (dezembro de 2006). São Paulo, 2006b.

INSTITUTO PAULO FREIRE. *Programa Cultura Viva*: dossiê de atividades (maio a agosto de 2006). São Paulo, 2006c.

INSTITUTO POMBAS URBANAS. Disponível em: <<http://www.pombasurbanas.org.br>>. Acesso em: 09 jan. 2009a.

INSTITUTO POMBAS URBANAS. *Projeto pedagógico centro cultural arte em construção*. São Paulo, 2005a.

INSTITUTO POMBAS URBANAS. *Relatório completo de atividades, nº 01, de novembro de 2005*. São Paulo, 2005b.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 22. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. O jovem no mercado de trabalho. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, p. 96-109, 1997. Número especial.

MELLO E SOUZA, Antonio Cândido de. O direito à literatura. In: CARVALHO, José Sérgio (Org.). *Educação, cidadania e direitos humanos*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 130-158.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: Movimentos sociais nas sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, p. 5-14, 1997. Número especial.

OBSERVATÓRIO CIDADÃO NOSSA SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/>>. Acesso em: 20 jan. 2009.

OBSERVATÓRIO CIDADÃO NOSSA SÃO PAULO. *Indicador Abandono no ensino médio na rede pública em cada subprefeitura: dados do Censo Escolar/Inep*. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/indicadores.php?tema=3>>. Acesso em: 16 jan. 2009.

OBSERVATÓRIO CIDADÃO NOSSA SÃO PAULO. *Indicador Desemprego de jovens de 16 a 29 anos em cada subprefeitura: dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Fundação Seade*. São Paulo, 2006a. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/indicadores.php?tema=11>>. Acesso em: 16 jan. 2009.

OBSERVATÓRIO CIDADÃO NOSSA SÃO PAULO. *Indicadores de cultura: dados da SEMPLA, com elaboração de Kairós*. São Paulo, 2006b. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/indicadores.php?tema=2>>. Acesso em: 17 jan. 2009.

O COFRE da cultura. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2009/01/05/o-cofre-da-cultura/>>. Acesso em: 6 jan. 2009.

OLIVEIRA, Júlia Ribeiro de; SILVA, Lúcia Isabel C.; RODRIGUES, Solange S. Acesso, identidade e pertencimento: relações entre juventude e cultura. *Democracia Viva: Revista do Ibase*, Rio de Janeiro, n. 30, p. 62-65, jan./mar. 2006. Especial Juventude e Política.

OLIVEIRA, Paulo de Salles (Org.). *O lúdico na cultura solidária*. São Paulo: Hucitec, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais*. Paris, França, 2007. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/publicacoes/livros/convendivercultural/mostra_documento>. Acesso em: 27 jul. 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Paris, França, 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2009a.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Disponível em: <<http://www.unesco.org.br>>. Acesso em: 20 jan. 2009b.

PACHECO, Lílian. *Pedagogia Griô: A reinvenção da Roda da Vida*. 2. ed. Lençóis: Grãos de Luz e Griô, 2006.

PADILHA, P. R. *Currículo Intertranscultural: novos itinerários para a educação*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2004.

PAIS, José Machado. *Culturas Juvenis*. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *A imaginação a serviço do Brasil*: Programa de Políticas Públicas de Cultura. São Paulo, 2002.

POCHMANN, Marcio. *A batalha pelo primeiro emprego*: a situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro. 2. ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

PONTO DE CULTURA TÔ AÍ. *Relatório do mês de novembro*. São Paulo, 2005.

PRIMEIRO concurso público para Ministério da Cultura será realizado em 2006. *Globo Online*, 24 nov. 2005. Disponível em:

<http://www.cultura.gov.br/noticias/na_midia/index.php?p=12987&more=1&c=1&pb=1>. Acesso em: 5 jan. 2008.

PROJETO CASA BRASIL. Disponível em: <<http://www.casabrasil.gov.br/>>. Acesso em: 09 jan. 2009.

REVISTA ESCOLA VIVA. Taguatinga: Ponto de Cultura Invenção Brasileira, ano 1, n. 1, jul. 2007.

REVISTA ESCOLA VIVA. Taguatinga: Ponto de Cultura Invenção Brasileira, ano 2, n. 2, nov. 2008.

REVISTA RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: UERJ/LPP/Fórum-Rio, n. 15, jan./abr. 2005. Número especial sobre Políticas Públicas de Cultura – Dilemas, Diversidades e Propostas.

REVISTA SEMEAR ASAS. São Paulo: Instituto Pombas Urbanas, ano 1, n. 1, dez. 2008.

ROSAS, Paulo (Org.). *Paulo Freire*: educação e transformação social. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Produzir para viver*: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Reconhecer para libertar*: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SEGATO, Rita. *Alteridades históricas/identidades políticas*: uma crítica às certezas do pluralismo global. Brasília: UnB, 1998. (Antropologia, nº 234).

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Ana Amélia da; CUNHA, Gabriela Cavalcanti. A política nacional de trabalho para a juventude em sua primeira infância: notas para uma avaliação preliminar sobre o programa primeiro emprego (2003-2007). *Res Pvblica – Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental*, Brasília, DF, v. 5, n. 2, p. 79-103, jul./dez. 2006.

SILVA, Frederico A. Barbosa da. *Política Cultural no Brasil, 2002-2006*: acompanhamento e análise. Brasília, DF: MinC, 2007.

SILVA, José Afonso. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 1993.

SOUSA E SILVA, Liliana. *Indicadores para políticas culturais de proximidade: o caso Prêmio Cultura Viva*. São Paulo: ECA-USP, 2007.

SOUZA, Valmir de; FARIA, Hamilton; VAZ, José Carlos. Formação de agentes culturais. *Boletim Dicas – Idéias para a ação municipal*. Governo e Sociedade: Boletim do Instituto Polis, São Paulo, n. 95, 1997. Disponível em: http://www.polis.org.br/publicacoes/dicas/dicas_interna.asp?codigo=197.pdf. Acesso em: 9 jan. 2009.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). *Retratos da juventude brasileira: Análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-127.

SPOSITO, Marília Pontes. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação Educativa, 2003a.

SPOSITO, Marília Pontes. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. *Políticas Públicas: Juventude em Pauta*. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2003b. p. 57-75.

SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). *Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras*. São Paulo: Global, 2007.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, P. C. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 24, p. 16-39, set./dez. 2003.

TIME de Oficinas Integradas – TÔ AÍ. São Paulo: Associação Cultural Constelação, [2005].

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Laboratório de Políticas Públicas. Núcleo de Políticas Públicas de Cultura. *Avaliação Piloto do programa Cultura Viva: Relatório final*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/upload/Relatorio_Final_1164734429.pdf. Acesso em: 5 fev. 2008.

VANNUCCHI, Paulo; NOVAES, Regina (Org.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2004.

VILUTIS, Luana. *A formação de jovens nos Pontos de Cultura, 2007-2008: questionário aplicado*. São Paulo: [s.n.], 2008. Pesquisa de campo em andamento.

APÊNDICE A – Questionário para entrevista dos jovens nos Pontos de Cultura

Responsável: Luana Vilutis (luanavilutis@uol.com.br)

Este questionário faz parte da pesquisa de mestrado *A formação de jovens nos Pontos de Cultura* e integra o primeiro momento da entrevista de campo com jovens que participaram da formação da Ação Agente Cultura Viva. O objetivo da pesquisa é conhecer a relação entre cultura, educação e trabalho sob o olhar dos jovens a partir da experiência de formação vivenciada nos Pontos de Cultura.

O questionário está organizado em 14 questões de múltipla escolha divididas em 3 partes. Embora o questionário solicite a identificação do entrevistado, sua identidade não será revelada na pesquisa.

Faça um X na alternativa que escolher e, caso tenha dúvidas, peça esclarecimentos para o responsável. Obrigada!

I – Perfil

1. Qual o seu nome? _____

2. Qual a sua idade? _____ anos.

Sexo?

() Masculino () Feminino

3. Onde você reside em São Paulo?

() Zona Norte () Zona Sul

() Zona Leste () Zona Oeste

Qual bairro? _____

4 Você estuda?

() Não () Sim

5. Qual é o seu grau de escolaridade?

() Fundamental incompleto () Fundamental completo

() Médio incompleto () Médio completo

() Superior incompleto () Superior completo

II– Trabalho

6. Você trabalha?

() Não () Sim

7. Se sim, possui registro em carteira?

() Não () Sim

8. Qual o tipo de atividade que você exerce?

() Prestador(a) de serviços/autônomo

() Bicos () Indústria

() Comércio () Funcionário(a) público(a)

() Outro. Qual? _____

III – Relação com o Ponto de Cultura

9. Você participou da Ação Agente Cultura Viva?

() Não () Sim

10. Você recebeu o auxílio financeiro previsto nessa Ação?

() Não () Sim

11. Já participava de atividades no Ponto de Cultura antes de integrar a Ação Agente Cultura Viva?

() Não () Sim

12. Qual foi a sua principal motivação para participar dessa Ação?

() Inserção no mercado de trabalho () Formação artístico-cultural

() Formação profissional () Recebimento do auxílio financeiro

() Outra motivação. Qual? _____

13. Qual é a sua freqüência no Ponto de Cultura:

() Duas ou mais vezes por semana () Uma vez por semana

() Uma vez a cada quinze dia () Uma vez por mês

() Outra. Qual? _____

14. Você participa de algum grupo e/ou movimento e/ou associação? (pode circular mais de uma alternativa).

() Associação de bairro () Sindicato

() Grupo de trabalho voluntário () Partido político

() Movimentos sociais () Movimentos estudantis

() Artístico e/ou cultural () Grupo religioso

() Outro. Qual? _____

Se você quiser acrescentar alguma informação ou fazer comentários, utilize o verso da folha. Agradeço muito a sua atenção!

APÊNDICE B – Roteiro para entrevista dos jovens nos Pontos de Cultura

1) Vínculo com o Ponto de Cultura

- Como vocês conheceram este Ponto de Cultura?
- De quais atividades vocês participam / quais ações desenvolvem no Ponto de Cultura? Desde quando?
- Foi Agente Cultura Viva? O que achou dessa Ação?
- Já participava do Ponto de Cultura antes dessa Ação?
- Houve alguma mudança nas iniciativas que você desenvolve no Ponto depois da Ação Agente Cultura Viva?
- O que é Ponto de Cultura para você? Qual o diferencial deste espaço?
- Qual a sua relação com este espaço? Qual o seu papel aqui?

2) Relação entre os jovens

- Vocês constituíram um grupo? Trabalharam juntos? Como foi a organização desse grupo?
- Conseguem se lembrar de alguma ação/iniciativa/projeto que desenvolveram juntos durante a Ação Agente Cultura Viva?
- E hoje, o que ficou dessa experiência?
- Quais foram os principais aprendizados dessa relação (grupo) e experiência (Ação Agente Cultura Viva)?
- Quais materiais e propostas pedagógicas/metodologias foram utilizadas/vivenciadas na formação que mais chamaram a atenção de vocês?
- Quais foram as dificuldades vivenciadas e o que fizeram para superá-las?
- Apesar de todas as dificuldades, o que manteve vocês motivados a continuar com o grupo?

3) Relação entre cultura, educação e trabalho

- Como você vivencia a relação entre cultura e educação; entre criação cultural e formação no Ponto de Cultura?
- Vocês acham que a Ação Agente Cultura Viva ajudou na inserção no mercado de trabalho? Por quê?
- Quais são os trabalhos que vocês realizam?
- Quais foram as motivações para a atuação de vocês junto à cultura – produção cultural – ação cultural?
- Quais são as responsabilidades que vocês assumiram com esse trabalho?
- Como é a relação de vocês com a comunidade do entorno do Ponto de Cultura (escolas, praças, hospitais...)?

ANEXO – Questionário de avaliação da Ação Agente Cultura Viva

1. O Ponto de Cultura já trabalhava com jovens antes da Ação Agente Cultura Viva?
 Sim Não

Se sim, o Ponto de Cultura integrou as atividades desses jovens com aquelas desenvolvidas pelos Agentes?
 Sim Não

Indique quantos jovens atuaram junto com os Agentes Cultura Viva na formação: _____

2. Com a implementação da Ação Agente Cultura Viva houve demanda para o Ponto de Cultura (*assinale quantas alternativas forem necessárias*):

- Desenvolver material didático específico
 Re-estruturar o seu espaço físico
 Contratar novos educadores
 Outros:

3. Em relação ao projeto pedagógico de formação dos Agentes Cultura Viva elaborado pelo seu Ponto de Cultura, responda:

a) Quais as duas principais atividades culturais trabalhadas:

- Arquitetura
 Artesanato
 Artes Plásticas
 Cineclube
 Cinema
 Circo
 Dança
 Educação Patrimonial
 Fotografia
 Jornalismo Impresso
 Literatura/Biblioteca
 Música
 Patrimônio Imaterial / Cultura Popular
 Rádio
 Teatro
 TV
 Vídeo
 Outros:

b) O Ponto de Cultura articulou essas atividades culturais com os conteúdos previstos no Caderno da Ação Agente Cultura Viva?

() Sim

() Não

Se sim, indique quais conteúdos foram trabalhados (*assinale quantas alternativas forem necessárias*):

() Elaboração do Projeto de Gestão Compartilhada do Ponto de Cultura

() A realidade Mundial, Brasileira e Regional

() Concepções de direitos e deveres na perspectiva de uma cidadania crítica

() Concepções de cidadania

() Concepções de cultura

() Cultura, economia e trabalho

() Cultura, educação, comunidade e lazer

() Patrimônio e memória

() Cultura digital

() Cooperativismo e empreendedorismo cultural

() Outros conteúdos (especifique):

c) Como foi desenvolvida a relação entre esses conteúdos e as atividades trabalhadas? (*máximo de 5 linhas*)

4. Cite até três dificuldades encontradas no trabalho com os Agentes Cultura Viva e aponte até três alternativas de superação dessas dificuldades:

Dificuldades

1) _____

2) _____

3) _____

Alternativas

a) _____

b) _____

c) _____

5. O Ponto de Cultura fez parcerias que contribuíram no processo da Ação Agente Cultura Viva?

() Sim

() Não

Se sim, indique quais foram essas parcerias:

() Entidades de ensino públicas e privadas

() Organizações Não Governamentais

13. A instituição proponente do Ponto de Cultura tem registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente conforme orienta o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)?

() Sim

() Não

14. Sugestões e comentários sobre o processo da Ação Agente Cultura Viva
(*máximo de 10 linhas*):
